

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

ED WILSON FERREIRA ARAÚJO

A PALAVRA FALADA EM PULSAÇÃO:

produção e recepção dos programas jornalísticos nas emissoras AM, em São Luís (MA)

Porto Alegre

2016

ED WILSON FERREIRA ARAÚJO

A PALAVRA FALADA EM PULSAÇÃO:

produção e recepção dos programas jornalísticos nas emissoras AM, em São Luís (MA)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Escosteguy

Porto Alegre

2016

A663e Araújo, Ed Wilson Ferreira
A palavra falada em pulsação: produção e recepção dos programas jornalísticos nas emissoras AM, em São Luís (MA). / Ed Wilson Ferreira Araújo. - Porto Alegre, 2016.
293 f.
Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
Orientador: Dra. Ana Carolina Escosteguy
Área de Concentração: Comunicação Social
Linha de Pesquisa: Práticas culturais nas mídias, comportamentos e imaginários da sociedade da comunicação.
Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

1. Estudos Culturais - Oralidade; I. Escosteguy, Ana Carolina (Orient.) II. Título
CDD 302.224

**Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Graça Regina F. Tavares – CRB 13/219**

ED WILSON FERREIRA ARAÚJO

A PALAVRA FALADA EM PULSAÇÃO:

produção e recepção dos programas jornalísticos nas emissoras AM, em São Luís (MA)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Carolina Escosteguy (PUCRS)
(presidente/orientadora)

Profa. Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi (UNISC)

Prof. Dr. André Ricardo Salata (PUCRS)

Prof. Dr. Luiz Artur Ferraretto (UFRGS)

Profa. Dra. Mágda Rodrigues da Cunha (PUCRS)

Porto Alegre

2016

Aos ouvintes e profissionais do rádio AM.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos meus pais, Raimundo Nonato Araujo (*in memoriam*) e Terezinha Ferreira Araujo; e a todos os irmãos e irmãs, pela solidariedade e companheirismo.

À professora Dra. Ana Carolina Escosteguy, pelas horas dedicadas à orientação, por acreditar no meu projeto de produzir conhecimento sobre rádio AM e pelo respeito às minhas limitações.

Aos ouvintes e apresentadores de rádio AM do Maranhão, que dedicaram tempo de suas vidas para a construção dessa tese, o meu muito obrigado.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e à Universidade Federal do Maranhão, por me possibilitarem esse curso de Doutorado.

Aos professores, técnico-administrativos e companheiros discentes do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A Mary Elizabeth Araújo, pelo incentivo para ingressar na carreira acadêmica e por toda a força nos primeiros passos da caminhada do doutorado.

Aos amigos(as) de longas caminhadas e aos mais recentes: Paulão, Biné, Fernando, Azevedo, Christian, Arley, Francisco, Guto, Licia, Zé Reinaldo, Joedson e Martônio.

A Marco Antonio Gehlen, pelo saudável compartilhamento da moradia durante a temporada em Porto Alegre.

À turma do Apeadouro, bairro onde nasci, cresci, joguei bola, empinei papagaio e fiz boas amizades, até hoje cultivadas.

À feira do João Paulo e à quitanda “Olhe Aqui”, o “rádio” primitivo e ao vivo, feito por múltiplas vozes.

Aos companheiros e companheiras de tantas lutas, do movimento estudantil, da militância sindical, partidária e das rádios comunitárias.

E ao meu radinho de pilha, sempre a postos, no criado mudo, falando boas sacadas para a tese.

*Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras,
sois de vento, ides no vento,
no vento que não retorna,
e, em tão rápida existência,
tudo se forma e transforma!*

Cecília Meireles
Romanceiro da Inconfidência (1953)

RESUMO

Esta tese compreende a participação dos ouvintes em programas jornalísticos das emissoras de rádio AM como uma prática cultural. Tem como objetivo analisar a participação da audiência nesses programas, no município de São Luís (Maranhão-Brasil). Emprega como principal eixo teórico-metodológico os Estudos Culturais latino-americanos, com ênfase no “mapa noturno” de Martín-Barbero. Os conceitos de oralidade e retórica dialogam com os Estudos Culturais na perspectiva de explicar a ação da audiência na dinâmica dos programas jornalísticos. Utiliza instrumentos da metodologia qualitativa para aproximação da realidade: documentos, entrevistas semi-estruturadas e diário de escuta. Entrevista 15 participantes da Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR) e dois apresentadores de programas jornalísticos. Os resultados apontam a tipificação da audiência em ouvintes militantes e sazonais. Em ambos, o conteúdo majoritário nas participações é o cotidiano da cidade de São Luís. Os militantes preferem se expressar através da fala ao vivo, por telefone, sobre quase todos os assuntos em pauta ou introduzidos por eles, em vários programas e emissoras ao longo do dia. Eles buscam convencer os seus interlocutores, sentem prazer em falar e ouvir a própria voz, visam o reconhecimento dos apresentadores e da audiência e almejam o mérito de conduzir os debates. As análises das emanações do campo levam à tipificação da audiência militante nos seguintes perfis e o correspondente sentido construído para o rádio: enciclopédico/púlpito; analítico-propositivo/parlamento; temático/fórum; palpiteiro/prça; reivindicatório/administração, tribunal, Ministério Público; indignado/alto-falante; mula/gabinete; político/palanque. Os sazonais falam raramente, apenas quando são provocados ou instigados no tema em pauta, pelas opiniões, análises e interpretações dos apresentadores e dos ouvintes. Predomina entre os sazonais a participação através das mensagens de texto via telefone celular. A participação da audiência ocorre no cenário de controle das emissoras por grupos empresariais, políticos e econômicos, religioso e governamental. A navegação no “mapa noturno”, com base nos movimentos diacrônico e sincrônico pelos momentos e mediações, evidencia a participação na formação de uma prática cultural da audiência, costurando o tecido informativo da cidade.

Palavras-chave: Comunicação. Estudos culturais. Rádio. Recepção.

ABSTRACT

This thesis considers the participation of listeners in news programs of AM radio stations as a cultural practice. It aims to analyze the audience participation in these programs, in São Luís (Maranhão, Brazil). It uses as the main theoretical and methodological axis Cultural Latin American Studies, with emphasis on the "night map" of Martin-Barbero. The concepts of orality and rhetorical dialogue with cultural studies with a view to explain the action of the audience in the dynamics of news programs. It uses of qualitative methodology tools to approach reality: documents, semi-structured interviews and listening daily. Interview 15 participants of the Society Listeners Maranhenses of Radio (TO ADD) and two presenters of news programs. The results show the classification of the audience members and seasonal listeners. In both, the major content in the shares is the life of the city of São Luís. The militants prefer to express themselves through live talks, by telephone, on almost all items on the agenda or introduced by them, in various programs and stations along day. They seek to convince their interlocutors, feel happy to talk and hear her voice, and aim the recognition of the presenters and the audience and they aim merit to conduct debates. Analyses of the field fumes lead to the definition of the militant audience in the following profiles and the corresponding sense made to the radio: encyclopaedic / pulpit; analytical and propositional / parliament; theme / forum; tipster / plaza; set of claims / administration, court, public prosecutor; angry / speaker; Mule / office; political / platform. Seasonal rarely speak only when they are provoked or instigated the subject at hand, the opinions, analyzes and interpretations of the presenters and listeners. Prevails among seasonal participation through text messages via (ou by means) cell phone. The audience participation occurs in control scenario of stations by business groups, political and economic, religious and governmental. Browsing the "night map", based on diachronic and synchronic movements by moments and mediations, highlights the participation in the formation of a cultural audience practice, tailoring the information fabric of the city.

Keywords: Communication. Cultural studies. Radio. Reception.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características de ouvintes de rádios AM. São Luís (Brasil), 2013/2014..... 157

Quadro 2 – Tipificação e sentido construído de ouvintes militantes. São Luís, 2013-2014...256

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAÇO-MA - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Estado do Maranhão

CAEMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CSP Conlutas - Central Sindical e Popular

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EBC - Empresa Brasil de Comunicação

DETRAN - Departamento Nacional de Trânsito

INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

LABORARTE - Laboratório de Expressões Artísticas do Maranhão

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PT - Partido dos Trabalhadores

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SECOM - Secretaria de Estado da Comunicação

SINDSEP-MA - Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão

SINPROESEMMA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão

SOMAR - Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	18
2	O LEGADO DA RÁDIO NACIONAL: MATRIZES CULTURAIS DO BRASIL SONORO	26
3	PANORAMA DAS RÁDIOS AM DE SÃO LUÍS	34
3.1	AS EMISSORAS DE RÁDIO AM NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS.....	34
3.2	OS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS DAS RÁDIOS AM EM SÃO LUÍS E A PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES.....	44
3.3	OS PROGRAMAS “PONTO FINAL” E “MANHÃ DIFUSORA”.....	50
3.4	A SOCIEDADE DOS OUVINTES MARANHENSES DE RÁDIO (SOMAR).....	58
4	A PALAVRA FALADA EM PULSAÇÃO	63
4.1	A SINTONIA DOS ESTUDOS CULTURAIS.....	63
4.2	ORALIDADE, RÁDIO E RETÓRICA.....	69
4.2.1	Cultura oral e imprensa no palco da conversação	74
4.2.2	O auditório na arena da palavra	79
4.3	OUVINTES FALANTES: A PRÁTICA RETÓRICA DA AUDIÊNCIA DOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS.....	96
5	A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	105
5.1	OS CONCEITOS DE ESTRATÉGIA E TÁTICA.....	105
5.2	INTERFACES ENTRE ESTADO E MERCADO.....	112
5.3	OS MEIOS TENSIONADOS PELA RECEPÇÃO: O CONTRAPONTO AO REPRODUTIVISMO.....	117
5.4	O “MAPA NOTURNO”: OS MOMENTOS E AS MEDIAÇÕES.....	127
5.5	O CENÁRIO DA COLETA DE DADOS: SÃO LUÍS E O RÁDIO AM.....	134
5.6	A PESQUISA DE CAMPO: ENTRADA E COLETA DE DADOS.....	137
5.6.1	A técnica da entrevista semi-estruturada na coleta de dados	143
5.6.2	O diário de escuta dos programas jornalísticos	150
6	PRODUÇÃO E RECEPÇÃO DOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS	157
6.1.	CARACTERÍSTICAS DOS OUVINTES E APRESENTADORES.....	157
6.2.	ENCONTRO COM O RÁDIO.....	160
6.3.	SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA DO RÁDIO.....	173
6.4.	MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAR DOS PROGRAMAS.....	184

6.5.	TEMAS ABORDADOS E REPERCUSSÃO.....	193
6.6.	RELAÇÃO COM O APRESENTADOR.....	201
7	ÁGORA ELETRÔNICA: A AUDIÊNCIA EM MOVIMENTO.....	224
7.1.	TECNICIDADE E RITUALIDADE: MEDIAÇÕES COMPLEMENTARES.....	224
7.2.	SOCIALIDADE E INSTITUCIONALIDADE: MEDIAÇÕES EM DIÁLOGO.....	239
8	O RÁDIO TECE A CIDADE.....	262
	REFERÊNCIAS.....	272
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista para ouvintes de rádio AM.....	280
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para apresentadores de rádio AM.....	282
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ouvintes).....	285
	APÊNCIDE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apresentadores).....	288
	ANEXO A – Mapa noturno de Martín-Barbero.....	291

1. INTRODUÇÃO

Quando eu era adolescente, o rádio fazia parte do cenário da pequena quitanda do meu pai, na feira do João Paulo, em São Luís. Frequentemente, eu ia à feira buscar os mantimentos de preparo do almoço. Chegando à quitanda, costumava esperar por longo tempo o apurado da manhã, até que se juntasse algum dinheiro da venda para comprar carne, peixe ou frango. Enquanto aguardava, ouvia rádio e acompanhava o movimento do mercado, o burburinho das pessoas, as vozes dos vendedores, as pechinchas dos compradores e os diálogos do comércio em geral.

Na quitanda, o rádio estava sempre ligado em programas de esporte ou de notícias nas emissoras AM¹. Nas FM, ouvia-se reggae, estilo musical obrigatório em São Luís, cidade que entre muitos epítetos ostenta o de “Jamaica Brasileira”, devido à grande aceitabilidade do ritmo caribenho na capital do Maranhão.

Chamava-me especial atenção a paisagem sonora daquele ambiente marcante na minha adolescência e juventude: a gritaria dos açougueiros repartindo as carnes com ríspidos golpes de facão, foices, facas e punhais, amolados ali mesmo, no improvisado do cimento exposto nas falhas dos azulejos brancos cobertos de sangue; o barulho das máquinas de serrar os ossos; os pregões dos magarefes anunciando os melhores cortes; a propaganda dos preços das partes dos bois; os bordões para seduzir os fregueses, a exemplo de “moça bonita não paga!”; e o brado “olha o sangue!”, retumbante, dito em tom alto e timbre grave pelos estivadores especializados em transportar os enormes fardos de carne, levando os transeuntes a abrir caminho para aqueles homens vestidos de branco, com os aventais e botas tingidos de vermelho e o líquido ainda escorrendo por onde passavam.

Os sons da feira eram o rádio ao vivo, pleno de efeitos sonoros, improvisado nas propagandas criadas pelos vendedores para seduzir os fregueses. O consumo frutificava no diálogo entre a prática estimulante dos comerciantes e a pechincha dos clientes, formados pela freguesia dos bairros pobres do entorno do mercado. As vozes desse redemoinho de gente comprando e vendendo a todo tempo criavam um caldeirão sonoro de anúncios, reclames, pedidos de descontos, comentários sobre os preços das mercadorias, relatos sobre o custo de

¹ AM (Amplitude Modulada) e FM (Frequência Modulada) são processos de modulação das ondas hertzianas. Uma das vantagens das emissoras em AM é a capacidade de propagação, permitindo atingir longas distâncias. Porém, a qualidade do som está sujeita a ruídos e interferências. As rádios em FM têm menor alcance, mas a qualidade do som é melhor. Essa diferença estabeleceu parâmetros de programação para os dois tipos de emissora: FM voltada para música e AM focada em jornalismo. Fonte: tudoradio.com

vida, a inflação, a qualidade dos produtos, a fiscalização das balanças das quitandas, a publicidade dos mercadores e o zum zum zum das pessoas sobre o cotidiano.

A feira do João Paulo era uma caixa amplificadora do rádio ao vivo, sem cerimônia, feito por vários locutores, desordenado, costurado no burburinho das idas e vindas, no trânsito das gentes em busca de comida, mediada pelo dinheiro, no processo da troca de mercadorias. Era, portanto, o lugar do encontro onde se buscava a satisfação das necessidades emergenciais – o alimento – mas também o palco de exercício dos falantes, da prática das vozes, discursos, dizeres e saberes. O trânsito das pessoas, as vozes e os ruídos moldavam o sentido da ágora, o ambiente de debate sobre a vida pública e privada, campo de compartilhamento do cotidiano dos trabalhadores e consumidores, em papéis alternados.

A quitanda do meu pai era frequentada por uma personagem especial, a saudosa Almerice da Silva Santos, a Dona Teté do Cacuriá, figura expressiva na cultura popular do Maranhão, uma das emblemáticas lideranças do Laboratório de Expressões Artísticas (LABORARTE), organização de referência em pesquisa, produção e montagem de espetáculos musicais e teatrais de grande representatividade no Carnaval e no São João do Maranhão. Quando Dona Teté ancorava na quitanda, todos os sons eram ultrapassados pelo vozeirão grave e algazarra geral que ela causava no ambiente. Figura folclórica, fazia a melhor encenação do rádio improvisado. Sua fala comum, recheada de cacoetes, cacófatos, vícios de linguagem e frases de duplo sentido, acompanhada de um gestual de corpo sem fim, misturava-se às narrativas de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social e da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, estivadores, biscateiros, pedreiros e trabalhadores em geral de média ou baixa renda, frequentadores contumazes da barraca “Olhe Aqui”, onde a tradicional freguesia comprava a crédito e tinha registro no surrado livro de anotações - o famoso fiado.

Dona Teté e os frequentadores assíduos da barraca compunham um recorte da paisagem sonora da feira. Quando estavam todos reunidos, faziam de improviso o rádio ao vivo, abafando o som do rádio oficial, sempre ligado, mas em vários períodos incapaz de disputar com a algazarra da quitanda e a conversação no ambiente. Os fregueses falavam sobre tudo: futebol, política, relacionamentos amorosos, comentavam sobre as notícias dos meios de comunicação, remetiam-se às lembranças da juventude, resenhavam o dia a dia do comércio, os preços das mercadorias e contavam piadas.

Eis o cotidiano compartilhado pelos frequentadores da nossa pequena quitanda, também chamada de barraca, cujo nome de batismo – “Olhe Aqui” – era fruto do *insight* publicitário do meu pai, Raimundo Nonato Araújo, conhecido na feira como Raimundo “Cabeça Branca”, devido aos cabelos grisalhos acentuados após os 40 anos.

Nem sempre a feira era barulhenta. Havia os momentos de apatia e os dias modorrentos de pouca movimentação, que coincidiam com os períodos distantes do recebimento dos salários dos servidores estaduais e municipais, quando o comércio desacelerava e o mercado sentia o impacto. Quando os fregueses escasseavam, o rádio era a companhia nas quitandas.

Aos 17 anos de idade, o meu hábito de ouvir rádio mudou quando engajei-me na Pastoral da Juventude e as nossas reuniões aconteciam na sede da Arquidiocese de São Luís, onde também funcionava a rádio Educadora AM, católica, mas com forte programação jornalística. Me encantava olhar pelo vidro o estúdio e as pessoas que procuravam a rádio para enviar recados aos parentes no interior do Maranhão e também o burburinho dos repórteres e apresentadores. Assim, fui despertando para outras emissoras que veiculavam notícias. Nesse período, passei a trabalhar diariamente na feira com meu pai e ingressei no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Após a conclusão do curso de Jornalismo, em 1993, de imediato fiz seleção e fui contratado para trabalhar na Assessoria de Comunicação do Sindicato dos Bancários, onde era obrigatório o monitoramento dos programas jornalísticos de rádio AM. À época, o movimento sindical bancário tinha sido conquistado pela chapa de oposição liderada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e havia um especial interesse na montagem de uma estratégia de comunicação na entidade, valorizando os profissionais veteranos e os recém-egressos dos cursos de Jornalismo.

O Sindicato dos Bancários era a maior entidade no conjunto das organizações de trabalhadores urbanos no Maranhão. Nos anos de 1990, profissionalizava sua Assessoria de Comunicação, destacando a mídia interna e o relacionamento com os meios de comunicação comerciais. Na divisão de tarefas, fiquei responsável, entre outras atividades, pela escuta e monitoramento dos programas jornalísticos de rádio AM. Nesse contexto, o exercício da atividade sindical estava diretamente condicionado à estratégia de comunicação, focada nos

produtos jornalísticos, publicitários e de propaganda direcionados especificamente aos bancários, bem como na visibilidade midiática da entidade junto à mídia convencional.

Os dirigentes sindicais tinham interesse em todos os assuntos que diziam respeito aos atos e decisões dos poderes públicos de impacto na categoria bancária. Despertavam também para acompanhar o cotidiano político do Maranhão, amplamente veiculado nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM. A partir desse momento, comecei a perceber a relevância dos referidos programas e ouvi-los de maneira totalmente diferenciada do período da feira. Minha escuta modificou-se, passou a ser focada, crítica, vigilante, detalhada, sistemática e registrada.

Escutava e relatava os temas de interesse da entidade que tivessem sido objeto de qualquer notícia, nota, entrevista, comentário ou reportagem ao longo da programação. Era necessário, também, agendar a inserção do sindicato nos programas, sempre que houvesse algum fato previsível, situações imprevisíveis ou a necessidade de participação ao vivo diante de um ocorrido importante em alguma agência bancária ou em desdobramentos das campanhas salariais, como os anúncios de greve, por exemplo.

Os programas jornalísticos das emissoras de rádio AM, portanto, cumpriam um papel fundamental no processo de agendamento e visibilidade das entidades de trabalhadores naquele momento em que a oposição vinculada à CUT, no início dos anos 1990, passava a controlar o maior sindicato urbano do Maranhão, em um período também configurado pelo processo de redemocratização do país, na efervescência da eleição presidencial de 1989, quando houve o reagrupamento das forças políticas que haviam resistido à ditadura militar.

Na minha atividade diária de monitoramento dos programas jornalísticos percebia também a frequência com que os ouvintes participavam cotidianamente, em todas as emissoras. Essa minha segunda condição de escuta tornou-se mais atenta na sistemática percepção da audiência na vida política, social e cultural da cidade.

No trabalho diário da Assessoria de Comunicação, precisava acionar a participação dos dirigentes da entidade sempre que houvesse algum fato de interesse público envolvendo os bancários e os usuários dos serviços. Quando havia reclamações de algum ouvinte pelo excesso de filas nos bancos ou por mau atendimento nas agências, por exemplo, agendávamos a participação de algum dirigente para levantar o argumento de que as filas eram fruto das

demissões, do enxugamento de quadros nos bancos, do adoecimento funcional dos trabalhadores pelo excesso de trabalho.

A retórica dos sindicalistas no rádio era sempre de crítica aos banqueiros, aos seus lucros exorbitantes obtidos à custa da exploração dos bancários. Fruto desse contraste, os usuários eram penalizados. Na fala do dirigente sindical, fazendo o contraponto à reclamação dos ouvintes e/ou apresentadores, era necessário realizar novos concursos nos bancos públicos e ampliar o quadro de funcionários no segmento privado. Esse era o mote publicitário de uma das campanhas lançadas pelo sindicato: “mais bancários, menos filas”.

O trabalho de escuta focada continuou na Assessoria de Comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão (SINDSEP-MA), meu segundo emprego depois da graduação, onde continuei monitorando os programas das rádios AM. Trabalhando durante uma década nesse sindicato, engajei-me em outra dimensão do rádio e participei ativamente da criação da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias no Estado do Maranhão (ABRAÇO-MA), em 1998. A militância na organização das emissoras comunitárias visava construir uma plataforma de comunicação popular e sindical. O SINDSEP-MA, onde eu atuava como chefe da Assessoria de Comunicação, teve um papel fundamental no apoio à organização da ABRAÇO-MA e no entendimento das rádios comunitárias como um movimento social. Essa vivência empírica me fez ingressar na primeira pós-graduação.

No mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), concluído em 2004, pesquisei sobre o nascedouro e a organização do movimento de rádios comunitárias no Maranhão, fruto da intensa militância que tive no surgimento das emissoras, na concepção e implantação de um programa de formação para os comunicadores populares, através de oficinas de comunicação comunitária que eu ministrei durante vários anos em diversos municípios maranhenses.

Nessa primeira pós-graduação, optei por um diálogo mais demorado com as formulações de Gramsci sobre hegemonia, cultura e intelectual orgânico, essenciais para interpretar o tema “rádios comunitárias” na perspectiva de uma nova hegemonia frente ao monopólio dos meios de comunicação. A sintonia com os pressupostos teóricos gramscianos decorreu também de um longo período de militância nos movimentos sociais, culminando com todo o processo organizativo da ABRAÇO-MA, cujo olhar teórico resultou na

dissertação, publicada em livro no plano editorial do Centro de Ciências Sociais (CCSo) da UFMA, sob o título: “Rádios comunitárias no Maranhão: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação.”

Embora eu fosse engajado na ABRAÇO-MA, trabalhava diariamente na comunicação sindical e seguia ouvindo os programas jornalísticos no rádio AM. Durante 13 anos, desenvolvi um processo mais apurado de entendimento sobre o papel do rádio AM na dinâmica das relações de poder midiático em São Luís. Costumava também escrever artigos e reportagens para os principais jornais impressos da cidade, geralmente abordando temas de política, cultura e meio ambiente. Mesmo fora das redações, exercia a prática de texto jornalístico na condição de colaborador e posteriormente editando meu próprio *blog*².

No doutorado em Comunicação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), segui pesquisando rádio, mas com ênfase na audiência dos programas jornalísticos, sob a lente dos Estudos Culturais, buscando entender as circunstâncias, os mecanismos e as formas da participação dos ouvintes. Da feira do João Paulo à pós-graduação, desenvolvendo o hábito de acompanhar os programas jornalísticos, experimentei várias formas de escuta e modos distintos de me relacionar com o rádio. Essa vivência do cotidiano foi essencial para a ruptura epistemológica, quando o senso comum deu lugar à construção do objeto científico. Entre os autores dos Estudos Culturais, as leituras de Martín-Barbero me fizeram ver teoricamente a feira e o rádio na dimensão pujante da cultura nos processos de comunicação. Capturar essas pulsações e devolvê-las à sociedade é a principal razão de ser desta pesquisa.

Além das justificativas apresentadas relacionadas à minha vivência de ouvinte e do uso do rádio como plataforma de debate sobre a cidade de São Luís, outra motivação para a pesquisa aqui proposta foi a escassez de publicações científicas brasileiras e maranhenses sobre produção e recepção dos programas jornalísticos de rádio AM³. Apenas dois trabalhos científicos se dedicaram a estudar rádio AM no Maranhão. O mais recente deles, do Programa

² <http://blogdoedwilson.blogspot.com.br/>

³ Nessa perspectiva, quando realizei a busca em Teses CAPES, em julho de 2015, com a palavra-chave rádio, encontrei 493 publicações. Quando recortei para rádios AM, restaram 15 trabalhos. Utilizei também as palavras-chave ou expressões ouvinte(s), audiência, recepção e radiojornalismo. No portal Periódicos CAPES, 26 trabalhos tiveram relação com a expressão recepção em rádio AM, 20 para ouvinte e 35 para radiojornalismo. Ao final da busca, examinando mais de 500 títulos e 200 resumos, encontrei quatro teses/dissertações relacionados ao objeto de estudo desta tese e cinco trabalhos no Periódicos CAPES. Selecionei dez trabalhos de um total de 51 apresentados no GP Rádio e Mídia Sonora do INTERCOM 2014. Em buscas menos formais, foram encontrados outros dez trabalhos.

de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, teve interesse sobre divulgação científica e educação não formal nas ondas da Rádio Educadora Rural do Maranhão. Em 2011, foi estudada a diferença de programação desenvolvida pelo rádio AM e pela radiodifusão comunitária. Nenhum deles relacionados com o objeto desta tese.

1.1. DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Às nove e meia da manhã de terça feira, 22 de fevereiro de 2010, acompanhei a participação de uma senhora, residente no bairro Bequimão, do município de São Luís (Maranhão/Brasil), durante um telefonema para um programa jornalístico. O apresentador atendeu e a ouvinte apelou: “Espero que a sua voz seja mais ouvida que a minha, porque eu já fiz essa reclamação para a Secretaria de Obras da Prefeitura e nada foi resolvido.” Ela reclamava de um buraco na rua onde morava, em frente à garagem da casa, evidenciando os riscos decorrentes do problema. Afirmou também que a via é de mão dupla e o trânsito intenso, podendo agravar a situação com o peso dos veículos e causar mais transtornos aos motoristas, pedestres e moradores do local.

Na minha vivência de ouvinte, percebia que as rádios AM de São Luís veiculavam prioritariamente programas jornalísticos, frequentemente oportunizando a intervenção da audiência falando ao vivo por telefone ou enviando mensagens de texto⁴.

As demandas, sugestões e críticas da audiência versavam sobre os mais variados temas em um mesmo programa: funcionamento dos serviços públicos, atuação dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, observações sobre a situação das ruas da cidade, abastecimento de água, iluminação pública, problemas com orelhões e telefonia celular, coleta de lixo, desenhos da conjuntura política, resultados do futebol, atendimento nos hospitais públicos, valor das tarifas e serviços, comentários sobre decisões políticas e judiciais de grande abrangência, transporte coletivo e valor das passagens, atuação dos políticos em temas de impacto na cidade e tantos outros que dizem respeito ao cotidiano pessoal e aos interesses coletivos.

Os programas com essas características ocupavam boa parte da grade das seis emissoras de rádio AM instaladas em São Luís: Educadora (560 Khz), Mirante (600 Khz), Difusora (680 Khz), Capital (1180 Khz), Timbira (1290 Khz) e São Luís (1340 Khz). A

⁴ Após a disseminação dos *smartphones* e dos aplicativos, as formas de participação evoluíram para o envio de mensagens de texto e de voz, fotografias e vídeos.

maioria dos programas jornalísticos dessas emissoras funcionava com apresentadores, repórteres, operadores de áudio e telefonistas para receber as ligações dos ouvintes e repassar ao estúdio. De qualquer ponto da cidade, os repórteres interferiam na programação, narrando notícias de acontecimentos variados.

Esses programas eram constantemente monitorados pelas assessorias de comunicação da maioria dos gabinetes parlamentares, secretarias municipais e estaduais, órgãos públicos, empresas privadas e entidades dos movimentos sociais. Alguns gestores chegavam a participar dos programas, sempre que eram demandados logo após uma reclamação da audiência ou de comentários dos apresentadores.

No diálogo entre apresentadores, repórteres, fontes e ouvintes, os programas jornalísticos atuavam como caixa de ressonância da cidade, captando as pulsações, os movimentos, anseios, as vontades e frustrações dos diferentes atores sociais. Gerava-se, portanto, uma teia comunicativa que ia do estúdio às ruas, passando pela participação dos ouvintes, e retornava ao apresentador, tecendo uma rede dialógica por meio das ondas do rádio.

Os programas com essas características começaram a ser veiculados nas emissoras AM de São Luís a partir da década de 1990. Com o tempo, a audiência que comumente participava ao vivo da programação passou a formar uma rede mais consistente e organizada, instituída através da Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR), uma entidade sem fins lucrativos. Criada em 9 de dezembro de 2000, congregava pessoas de variadas classes sociais e diferentes profissões, com o hábito comum de ouvir rádio, especialmente os programas jornalísticos de AM (GOMES, 2013). A entidade remetia à ideia de uma comunidade de ouvintes interessada em debater, dialogar e apresentar proposições sobre a cidade, versando também sobre os monumentos, terrenos baldios, a situação do transporte e do trânsito, o funcionamento dos hospitais e escolas, das casas legislativas, as decisões, conflitos e resultados acerca da vida pública.

No âmbito das questões epistemológicas que perpassam a Comunicação, ganha força a necessidade de legitimação desse campo de conhecimento fundado em discursos e saberes onde são construídos os espaços de produção de sentido da sociedade. A Comunicação ocupa um lugar estratégico para pensar a contemporaneidade, caracterizado pela busca de autonomia e diferenciação interna, disputado pelo capital científico de forças hegemônicas e subalternas

no ambiente de tensão entre o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido. A produção de conhecimento se dá no contexto da autoridade atribuída ao capital científico, intrinsecamente dotado de caráter político.

Em busca de autonomia, o campo da Comunicação convive com o desafio de simultaneamente perseguir o alvo da disciplinarização no universo amplo da interdisciplinaridade. É um campo transbordante. Necessita de diálogo permanente além das suas fronteiras. Esse campo dispersa e conecta-se, constituindo um novo saber, transdisciplinar, fruto das mediações com os outros campos do conhecimento (LOPES, 2003).

Percorrendo a trilha para situar a historicamente a formatação do campo da Comunicação, França (2010, p. 46) retoma a autonomia do sujeito portador da palavra.

Quando a modernidade (rompendo com o mundo da tradição e com a legitimidade prévia de uns poucos locutores autorizados) traz o homem ao centro do palco – o homem dotado de razão, capacidade de ação autônoma e ser de vontade -, esse novo sujeito de poder, nessa nova etapa de sua experiência no mundo, se vê às voltas com seu instrumento primordial, que é a palavra. A palavra a ser dita, a palavra a ser escutada, a palavra em busca de sua legitimação, a palavra que se prolifera [...] A modernidade transformou a comunicação em problema; levantou questões em torno de uma prática até então natural, naturalizada – prática esta que desde então se impôs aos homens como algo a ser melhor conhecido.

Seguindo o percurso das teorias da Comunicação, há o momento de ruptura com os paradigmas funcionalistas concentrados no poder único do emissor diante de um receptor passivo. Este passo é de fundamental importância para compreender o deslocamento e a alteridade dos atores nos ambientes midiáticos, evidenciando a atividade do receptor no processo de comunicação.

Nas emissoras de rádio AM de São Luís, a palavra em movimento, transitando alternada entre os apresentadores, repórteres, fontes e ouvintes, provocou uma desordem no discurso linear e unidirecional que caracterizava o meio radiofônico no seu nascedouro. Quando a palavra se liberta da exclusividade do emissor e é tomada pelo receptor, a produção de conteúdo constrói-se no tecido sonoro formado por várias vozes.

Nessa forma de pensar, apresentadores e repórteres dos programas jornalísticos de rádio AM são locutores autorizados pela estrutura organizativa da empresa. Por sua vez, os ouvintes deixam de ser receptores passivos para se tornarem sujeitos de poder, quando

ingressam na rede dos oradores oficiais. A palavra, então, é tomada por outros locutores não oficiais (os ouvintes), que compartilham enunciados no ambiente radiofônico.

Refletindo sobre a participação da audiência nos programas de rádio, Prata (2002, p. 1) contribui, ao afirmar: “Durante décadas, o emissor, principalmente, foi o foco das atenções mas, agora, há uma intensa procura sobre o que pensa, o que quer, o que deseja e como age o receptor e, mais do que isto, entender o receptor como sujeito do processo de comunicação.”

Na perspectiva da discussão apresentada, a fala dos ouvintes compõe uma prática social no contexto da cultura participativa emanada da mídia ou por ela influenciada, enfatizando ainda as apropriações individuais ou grupais das manifestações culturais:

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. Nem todos os participantes são criados iguais. Corporações – e mesmo indivíduos dentro das corporações de mídia – ainda exercem maior poder do que qualquer consumidor individual, ou mesmo um conjunto de consumidores. E alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros (JENKINS, 2009, p. 30).

Estendida ao rádio informativo (MEDITSCH, 2007), a cultura participativa desvenda uma forma de vivência entre o emissor e o receptor, mediados pelos aparatos tecnológicos, em constante processo de justaposições e tensões acerca dos temas disponibilizados ao longo dos programas jornalísticos. No diálogo com os apresentadores, os ouvintes acordavam ou discordavam do que era dito pela voz oficial dos programas, mas também propunham, chamavam à atenção, questionavam, desabafavam, cobravam, buscavam orientação, pediam um “alô”, solicitavam felicitações por ocasião de aniversário, contavam casos, descreviam situações, argumentavam, suplicavam, informavam, construíam e desconstruíam discursos e narrativas; enfim, constituíam uma parte considerável dos enunciados proferidos nos programas jornalísticos.

Os locutores também divulgavam providências que estavam sendo tomadas pelos órgãos reclamados, por meio de notas enviadas pelas assessorias de comunicação. Alguns gestores públicos chegavam a telefonar e participar ao vivo de programas, dialogando com os ouvintes sobre temas postos em debate. Os problemas apontados pelos ouvintes podiam até resultar em desdobramentos: as emissoras pautavam os assuntos sugeridos e enviavam equipe para entrevistar as fontes envolvidas e produzir notícias ou reportagens.

Nesse tipo de experiência radiofônica, o cotidiano inventado e reinventado era a tônica da palavra dita e ouvida. O exercício da oralidade, a fala ao vivo como principal recurso participativo, remetia necessariamente à retórica como exercício de poder e saber da vida prática. Se na Grécia os debates sobre a cidade davam-se na praça pública, na contemporaneidade ludovicense⁵ o rádio AM era o espaço-tempo onde as pulsações do cotidiano faziam eco no campo midiático, funcionando como portador de um discurso coletivo sobre a cidade, feito não somente pela fala oficial dos apresentadores, das fontes e repórteres, como também dos outros falantes - os ouvintes - no contexto dos programas jornalísticos.

Essas considerações foram apresentadas para mostrar o objeto de estudo a ser investigado: **a participação dos ouvintes na programação jornalística das rádios AM, no município de São Luís**. Parto do pressuposto de que a fala dos ouvintes estava inserida no exercício de uma prática retórica que tensionava ou encaixava-se na fala dos apresentadores, sendo este diálogo uma forma de construção de sentidos sobre a realidade.

Todavia, esta prática da audiência no rádio AM não era desprovida de controle. No Maranhão, marcado pelo monopólio⁶ dos meios de comunicação, o exercício da fala nos programas jornalísticos era permeado de filtros e mecanismos de restrição à participação da audiência, provenientes da propriedade das emissoras e de interesses políticos e comerciais, além da influência da Prefeitura de São Luís e do Governo do Estado como detentores da maior cota de verbas publicitárias distribuídas nos meios de comunicação.

São Luís, por ser a capital do Maranhão, onde estão sediadas as principais emissoras de rádio, televisão, sites e os jornais impressos de maior abrangência, bem como as representações institucionais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, reflete com mais intensidade o controle sobre os meios de comunicação.

Para a realidade ludovicense, importa entender a ação da audiência nos referidos programas, com ênfase na intervenção dos ouvintes, mediada pelos apresentadores, repórteres e interesses das emissoras, focando as especificidades do jornalismo e o exercício da cultura

⁵ Nome gentílico para designar a pessoa nascida na cidade de São Luís.

⁶ O conceito de monopólio é adotado tomando como referência o alinhamento de interesses políticos, empresariais e midiáticos entre os dois maiores grupos empresariais: Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade da família liderada por José Sarney; e Sistema Difusora de Comunicação, pertencente à família do senador Edison Lobão. Ambos são políticos do PMDB e convergiram no poder oligárquico no Maranhão.

participativa de um público específico, que utiliza o telefone para interferir no discurso produzido no ambiente radiofônico.

Os ouvintes, nas circunstâncias expostas, estabeleciam uma rede fomentadora de debates e proposições no âmbito do interesse público, notadamente nas discussões sobre problemas e soluções para a cidade, através da captação e ressignificação das informações produzidas no meio radiofônico, interferindo assim nas diversas formas de se perceber e narrar um evento.

Os apresentadores, sob a orientação editorial das emissoras, conduziam os programas produzindo conteúdos através da organização das informações, demandas, sugestões e críticas disponibilizadas ao longo da programação.

Tendo como foco a participação da audiência nos programas jornalísticos, através da fala ao vivo por telefone, procuro analisar a relação entre a produção e a recepção no processo de geração de conteúdo para entender a atividade dos ouvintes como uma prática cultural no rádio AM. Nessa abordagem, utilizo como principal eixo teórico-metodológico os Estudos Culturais latino-americanos, com ênfase no mapa noturno (MARTÍN-BARBERO, 2009). No plano teórico, os conceitos de oralidade (ONG, 1998) e retórica (ARISTÓTELES, 1959) dialogam com os Estudos Culturais na perspectiva de explicar a ação da audiência na dinâmica dos programas jornalísticos, fundamentados em uma cultura participativa (JENKINS, 2009).

Todas essas considerações trouxeram questionamentos sobre o processo de produção e recepção dos programas jornalísticos das rádios AM, em São Luís. Em quais contextos e especificidades os ouvintes participavam? Com essa pergunta, desdobrada em subquestões, busco entender a prática cultural na qual estão articulados os apresentadores e os ouvintes na produção e na recepção. No rádio atravessado por interesses econômicos e políticos, até que ponto a fala dos ouvintes constituía uma participação efetiva na programação? Como a audiência e os apresentadores entendiam e reagem diante de filtros editoriais e ideológicos? Os ouvintes interferiam na pauta das emissoras ou apenas debatiam os assuntos disponibilizados pelos apresentadores?

No bojo dessas discussões, a tese teve como objetivo geral analisar o circuito da produção e da recepção dos programas jornalísticos nas emissoras de rádio AM, em São Luís.

E especificamente, pretendeu: a) caracterizar uma audiência específica, instituída na SOMAR (Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio), e suas formas de participação nos programas jornalísticos; b) descrever o processo produtivo de conteúdo jornalístico no âmbito das emissoras; c) detectar as possibilidades participativas da fala dos ouvintes na relação com os apresentadores, entrevistados e repórteres; d) analisar como a produção e a recepção dialogavam nos programas jornalísticos; e) identificar os mecanismos de controle da participação dos ouvintes, as restrições explícitas ou implícitas decorrentes das relações políticas e econômicas com as emissoras.

Na pesquisa empírica foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: entrevistas com 15 ouvintes e dois apresentadores, além do diário de escuta – acompanhamento e monitoramento sistemático dos programas “Ponto Final”, na Mirante AM, das 8h às 11h, apresentado por Roberto Fernandes; e “Manhã Difusora”, na Difusora AM, das 8h às 10h, ancorado por Silvan Alves.

Visando a uma organização em partes, a tese contempla uma totalidade estruturada em sete capítulos, a seguir resenhados:

No capítulo 2, intitulado *O legado da rádio Nacional: matrizes culturais do Brasil sonoro*, apresento uma abordagem sobre a dimensão cultural que atravessa a sociabilidade midiática brasileira a partir do meio radiofônico e dos seus enraizamentos na economia, na política e na formação cultural do país. Nesta seção, extraio o radiojornalismo como a principal matriz de interesse da pesquisa.

O capítulo 3, *Panorama das rádios AM de São Luís*, é uma exposição sobre o histórico e a propriedade das emissoras, suas vinculações com grupos político-empresariais e comentários sobre a grade de programação. Organizei esse item nas subseções 3.1. As emissoras de rádio AM no município de São Luís; 3.2. Os programas jornalísticos das rádios AM em São Luís e a participação dos ouvintes; 3.3. Os programas “Ponto Final” e “Manhã Difusora”; 3.4. A Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR). Respectivamente, esta disposição tem o objetivo de descrever e caracterizar os formatos jornalísticos e discorrer sobre a audiência.

A palavra falada em pulsação, título do capítulo 4, corresponde ao corpo teórico da pesquisa. No item 4.1 *A sintonia dos Estudos Culturais*, apresento um panorama das ideias e

conceitos dos autores culturalistas, destacando a emergência dos estudos de recepção. A seção 4.2 *Oralidade, rádio e retórica* condensa os fundamentos da relação entre o orador e o auditório, tendo como principais referências os conceitos formulados por Aristóteles (1959) e Vieira (2013). O item 4.3 *Ouvintes falantes: a prática retórica da audiência* sistematiza os conceitos aristotélicos aplicados à ação dos ouvintes nos programas jornalísticos, fechando o ciclo na utopia de Bertolt Brecht sobre o rádio em uma perspectiva de diálogo.

No capítulo 5, *A estratégia metodológica*, discorro sobre o “mapa noturno” (Martín-Barbero, 2009) através de uma exposição sobre Estado, mercado e comunicação, alinhando Gramsci e os Estudos Culturais latino-americanos na perspectiva do tensionamento da recepção diante da força dos meios. Nesse contexto, faço a exposição sobre os momentos e as mediações do “mapa noturno” e, em seguida, descrevo o cenário da coleta de dados, São Luís, bem como as técnicas de pesquisa.

O capítulo 6 *Produção e recepção dos programas jornalísticos* corresponde aos resultados da pesquisa e suas discussões. Confronto os achados empíricos com a fundamentação teórica. O capítulo 7 *Ágora eletrônica: a audiência em movimento* contorna a proposta metodológica, na perspectiva espiral do “mapa noturno”, interpretando o ativismo da audiência à luz das mediações complementares: tecnicidade e ritualidade; e das mediações em diálogo: socialidade e institucionalidade.

2. O LEGADO DA RÁDIO NACIONAL: MATRIZES CULTURAIS DO BRASIL SONORO

Nesse capítulo apresento um recorte sobre as matrizes culturais do rádio brasileiro para evidenciar o processo de mutação no conteúdo e na forma das emissoras, extraindo as transformações que configuraram o rádio informativo e os seus reflexos no Maranhão, especialmente nos programas jornalísticos marcados pela participação da audiência, em São Luís.

Para evitar longas narrativas sobre a história do rádio no Brasil, defino a etapa pertinente ao enquadramento do objeto de estudo nesta pesquisa. Se a proposta é estudar o rádio à luz da cultura, tive de demarcá-lo no movimento mais geral da conjuntura política e econômica onde floresceram e consolidaram-se o nacionalismo, o populismo e o desenvolvimentismo, três orientações político-ideológicas significativas no arco temporal que se estendeu da ascensão de Getúlio Vargas, a partir de 1930, até o governo de Juscelino Kubistcheck (1956-1961). Nesse período, interessou, sobretudo, o papel da rádio Nacional do Rio de Janeiro como prática cultural (GOLDFEDER, 1980) marcante nos primeiros passos da comunicação eletrônica de massa no Brasil.

A partir dos anos 1930, na ascensão de Getúlio Vargas, o Brasil adotou um caminho de desenvolvimento baseado na substituição das importações e ingressou em uma perspectiva de industrialização. Nesse cenário, a transição do modelo agrário-exportador para o industrial provocou a demanda por um mercado consumidor e a necessidade de investimentos na infraestrutura urbana, forçando o deslocamento populacional do campo para as cidades, onde concentravam-se as fábricas incipientes e começava a ganhar forma o Brasil moderno.

Conjugavam-se, portanto, três características fundamentais na formatação do período iniciado por Getúlio Vargas: o crescimento das cidades, a institucionalização das relações contratuais trabalhistas (exigência da industrialização) e a busca da construção de uma identidade nacional. Esse contexto foi fundamental para o incremento de novas bases econômicas e culturais do Brasil, encaixando-se nessa perspectiva a necessidade de anunciar esse país aos brasileiros, através do rádio. A primeira etapa da Era Vargas, de 1930 a 1940, demarcou a gênese da comunicação eletrônica de massa, conectando o núcleo geográfico do poder – o Rio de Janeiro – aos mais longínquos recantos do país.

No país já consolidado pela expressiva participação dos jornais impressos na conjuntura econômica, política e social, em meados da década de 1930 é criada a rádio Nacional do Rio de Janeiro, emissora de maior abrangência em todo o país, no topo da audiência, atuando como dispositivo de controle social e focada nas classes média e operária. A hegemonia da rádio Nacional ocorria em função de vários fatores: tinha a maior potência nos transmissores e qualidade superior nos demais equipamentos, contratou os melhores profissionais (roteiristas, produtores, grupos musicais, técnicos e artistas) e, conseqüentemente, capturava as verbas publicitárias das maiores empresas multinacionais atuantes no país (CALABRE, 2004).

Segundo Haussen (1997), a rádio Nacional foi beneficiária de uma série de medidas jurídicas e administrativas que possibilitaram seu crescimento diante das concorrentes. Sob a proteção do governo Getúlio Vargas, a emissora pode captar receita publicitária e operava como empresa privada, mesmo tendo sido encampada pela União, em 1940. A contratação de profissionais selecionados, melhoria nos equipamentos de estúdio e transmissão, bem como a diversificação da programação, colocaram a emissora em condições de produção e difusão bem mais vantajosas que as demais. “Aos poucos, ampliou sua potência e seu elenco, introduziu novas formas de fazer rádio e acabou cobrindo todo o território brasileiro através de ondas curtas e médias” (HAUSSEN, 1997, p. 42).

Cobrindo as mais longínquas regiões do território nacional, a emissora penetrou nos lares brasileiros e transbordou para os bares, quitandas, armazéns, barbearias e outros estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, consolidando o hábito de ouvir e conversar sobre os programas. Os comentários nas reuniões de família e entre os vizinhos que se juntavam para ouvir as transmissões foram institucionalizados no Brasil pelas ondas da rádio Nacional, cuja programação ia das aulas de ginástica à apresentação de orquestras.

As transmissões radiofônicas, associadas ao cinema, levam a moda da capital ao interior. A forma de falar é alterada, as gírias presentes nas músicas e nos programas vão sendo incorporadas ao cotidiano dos ouvintes. As propagandas (muitas vezes locais) revelam o que é consumido nos centros urbanos, despertando a curiosidade do morador do interior para os hábitos da cidade, criando uma sensação de proximidade e de identidade entre as regiões. (CALABRE, 2006, p. 30)

O ingresso desta emissora na vida nacional teve pelo menos quatro desdobramentos. O primeiro diz respeito à sociabilidade proporcionada pelo rádio aos grandes contingentes populacionais do Brasil urbano, caracterizado pela nascente industrialização e as conseqüentes demandas de entretenimento para os trabalhadores das fábricas e suas famílias,

agregados em novos conglomerados humanos. O foco do rádio, até então, era o entretenimento. Caudatário destas duas características, o rádio serviu também para agregar valor aos produtos industriais, através da publicidade, fomentando uma atividade econômica em efervescência na dinâmica de um crescente mercado produtor, gerado na indústria; e consumidor, motivado pelos apelos da publicidade (FERRARETTO, 2009).

O segundo caracteriza-se pela capacidade mobilizadora do rádio, quando o meio atinge o apogeu, nos anos 1940 e 1950, deflagrando a incitação e o agrupamento da audiência nos programas de auditório e a conseqüente rivalidade entre ídolos, estrelas e fãs. É o tempo das radionovelas, do radioteatro, do humor, dos programas musicais e informativos. (GOLDFEDER, 1980)

A rádio Nacional, em uma perspectiva de integração nacional por meio dos bens simbólicos culturais veiculados na sua vasta programação, consegue dar unidade à diversidade do Brasil, deixando repercutir nos seus microfones as multiformas culturais presentes no repertório musical, nos estilos de apresentadores, atores, *performers*, cantores e cantoras, fã clubes e aguerridas disputas entre artistas (elevados à condição de mito) e seus seguidores.

O entretenimento era, portanto, uma característica lúdica também ancorada no aspecto econômico, pelo viés da publicidade. A lógica do consumo estava presente no rádio através da imersão nas subjetividades dos artistas, proporcionada pelas revistas especializadas, mas sobretudo na rádio Nacional. As cantoras Marlene e Emilinha Borba, mitificadas, inseriam-se no sonho de consumo dos alegres fãs pobres:

Com isso queremos salientar a função basicamente projetiva ocupada pela cantora no mundo das expectativas e ansiedades destas camadas sociais. Para que se mantivesse, portanto, a ilusão de que ‘as oportunidades estão abertas para todos’ era preciso que se acenasse com algumas válvulas de escape e realização ainda que no plano meramente simbólico. O mundo das mercadorias, espaço prometido pela política desenvolvimentista, deveria encontrar uma fórmula de participação, no cotidiano das classes dele excluídas através dos mecanismos acionados pelos meios de comunicação de massa. O acesso a este universo do consumo como realização concreta do mito da mobilidade social, vai ser desenhado pela imagem da cantora e acompanhado no plano do imaginário pela legião de seus ‘seguidores’. (GOLDFEDER, 1980, p. 57)

O aspecto informativo é o terceiro desdobramento a considerar na configuração do rádio em interface com a economia, a política e a cultura no Brasil industrial. As novas massas urbanas carecem não só de entretenimento, mas de informação. A notícia passa a ser

um produto fundamental no espectro radiofônico, moldada nos padrões do Repórter Esso, cujo modelo serviu de inspiração para guiar uma nova forma de narrar os fatos na perspectiva da oralidade eletrônica. O texto para ser falado, o desenvolvimento de uma técnica específica de produção de notícias para o rádio e o grande universo de ouvintes dispostos a consumir notícias instituiu uma nova dinâmica nas relações entre os produtores e os consumidores de conteúdo radiofônico. O Repórter Esso, mitificado como portador da verdade, ganhou o *status* de ícone da credibilidade (KLÖCKNER, 2011a).

Percorrendo os outros três desdobramentos (político-econômico, entretenimento e informativo), o rádio afirmou-se como artefato cultural que, aos poucos, foi aperfeiçoando seu viés industrial voltado para a comunicação de massa. O rádio dos anos 1950, quando atingiu o auge, representava um símbolo de unidade nacional, pelas suas características de popularidade, abrangência, penetração, agilidade, sensorialidade, proximidade, fidelização, instantaneidade (ZUCULOTO, 2004). O viés cultural do rádio englobava o advento da oralidade eletrônica, a celebração de uma técnica que permitia falar para milhões de pessoas, a capacidade de entretenimento do meio, o potencial difusor de mercadorias (através da publicidade), o elemento do entretenimento e, sobretudo, o esteio da sociabilidade da massa urbana pulsante no Brasil industrial.

Todo o arcabouço cultural do rádio manifestava-se na dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas que o meio estabeleceu. Instalado nos centros urbanos, sintonizava o Brasil rural. Através dos seus múltiplos gêneros, costurava a diversidade brasileira na profusão de vozes, sons, estilos e criava um tipo específico de audiência, aquela que ia aos programas de auditório, ao vivo, consumir face a face. Assim, as distintas formas de ouvir refletem a dimensão sensorial provocada pelo som. “Foi assim com o rádio, que permitiu acrescentar novas vozes às nossas referências pessoais cotidianas e redimensionou o ouvir, encurtando distâncias e interferindo em nossos sentidos de identidade e pertencimento.” (KASEKER, 2012, p. 33)

Nesse contexto, mobilizava o universo lúdico, movimentava a mola propulsora do consumo e difundia a informação como produto cultural simbólico essencial à sociabilidade. Essas camadas instituem o rádio como elemento produtor e mobilizador de sentidos. A conexão possível entre rádio e cultura é sugerida por Grisa (2003), no estudo sobre uma rádio de audiência popular, explorando os sentidos da escuta junto a um grupo de mulheres ouvintes:

Caso se partisse para uma periodização do rádio no Brasil, levando em conta o processo histórico do próprio meio, de como se desenvolveu enquanto meio, verificar-se-ia que é um fenômeno popular por excelência. Logo após sua introdução no país, em que se mantinha através de clubes e associações de restrito acesso à população em geral, tomou o caminho das massas [...]. (GRISA, 2003, p. 25-26)

Alinhado a Ortriwano (1985) e Haussen (1997), na perspectiva do rádio como primeiro veículo de massa do Brasil, Grisa (2003) evidencia a penetrabilidade desse meio de comunicação no espaço doméstico e do suporte político ao populismo. Concomitante a uma nova dinâmica econômica nacional, fruto de uma guinada política, o rádio constituiu um tonificante cultural de fundamental importância na formação social do Brasil. A rádio Nacional estruturou-se nos moldes de uma empresa de comunicação moderna, articulada às transformações econômico-culturais do Brasil na década de 1930.

Nesta época, portanto, o rádio vive uma dupla situação: possui um esboço de mercadoria que é, então, a sua programação e, ao mesmo tempo, serve de suporte para a divulgação de anúncios de outros setores da atividade econômica. O ouvinte, ao receber o produto básico do veículo, seus programas, consome também mensagens publicitárias e, adquirindo o anunciado, acaba por, de forma indireta, sustentar a emissora, dependente da verba publicitária, sua fonte de recursos, única em tese. Em tese, porque na situação brasileira o Estado aparece, não raro, como financiador de empreendimentos. (FERRARETTO, 2009, p. 100)

Segundo este autor, a interferência do governo federal, ao encampar a rádio Nacional do Rio de Janeiro, “espécie de emissora estatal com publicidade privada” (Ferraretto, 2009, p. 100), proporcionou as condições para que ela se transformasse em um vigoroso fenômeno de audiência no Brasil. Do ponto de vista tecnológico, o rádio inaugurava a oralidade na fase eletrônica, acentuada com a chegada da televisão, nos anos 1950. Porém, o choque tecnológico do audiovisual provocou uma crise. A posição soberana até então ocupada pelo meio radiofônico cede lugar à sedução da imagem. A televisão levou do rádio os atores, cantores, roteiristas, produtores, criadores e grande parte da publicidade, provocando uma crise econômica e, conseqüentemente, quebra da audiência.

Nesse período, o rádio se refez. Quando perdeu o teatro, a novela e os programas de auditório, viu-se diante de um vazio na grade de programação, que passou a ser preenchido pelo incremento do jornalismo, reinventado, aperfeiçoado a partir da experiência acumulada no Repórter Esso, paradigma do radiojornalismo no Brasil. A profissionalização das empresas, o aperfeiçoamento da técnica de redação do texto falado, as coberturas ao vivo e os repórteres na rua fizeram do jornalismo uma nova camada no processo de construção da realidade brasileira. Saindo das redações, o rádio partiu para as transmissões ao vivo, colocado os repórteres diretamente na cobertura dos acontecimentos. O rádio ganhou

agilidade (Ortriwano,1985) e instantaneidade a partir da utilização de novos dispositivos tecnológicos capazes de acelerar o processo de produção e circulação do noticiário.

Na ausência da novela, do teatro e do humor, sequestrados pela televisão, o rádio se refez com notícias, reportagens, entrevistas e acompanhamento dos fatos nos locais de eclosão. Além disso, o ganho tecnológico deu ao rádio um salto de qualidade. Com o transístor, o aparelho se libertou das válvulas e das tomadas, ficou menor, portátil, leve. A caixa sonora saiu da sala e passou a ser facilmente transportada dentro e fora de casa, na roça e na cidade. Em uma perspectiva cultural, o meio radiofônico agregava as camadas política, lúdica, econômica e informativa.

A dinâmica do surgimento dos novos meios provocou modificações na audiência, na forma de consumir os produtos audiovisuais. Diante do crescimento e consolidação da televisão, o rádio perdeu a força dos programas de auditório ao vivo. O auditório da televisão é a sala de estar, coletiva. A audiência do rádio tornou-se individualizada, difusa, fora do antigo auditório acalorado e barulhento. O aparelho portátil criou o ouvinte solitário, com a caixa sonora posta em qualquer canto da casa ou colada no ouvido.

Porém, o declínio da audiência ativa nos programas de auditório aos poucos foi superado com a introdução e a popularização do telefone, possibilitando um novo tipo de aproximação entre os apresentadores e os ouvintes. A mediação tecnológica, mais uma vez, colocou a audiência em condições de exercer um certo protagonismo diante da voz autorizada do locutor. Assim, o rádio voltou a ter condições de atender às demandas dos ouvintes.

Programas de auditório analisados por Goldfeder (1980) traziam as marcas de um tipo especial de participação dos ouvintes em plataformas de acesso que permitiam o contato direto com apresentadores e artistas, sedimentando os principais elementos mobilizadores do público e fidelizadores da relação com a emissora. Os fã clubes e os programas de auditório eram as principais referências do rádio participativo já nas décadas de 1940 e 1950. O rádio como tambor tribal (MCLUHAN, 1969) nunca esteve tão atual.

Das leituras da rádio Nacional, Goldfeder (1980) e Calabre (2006) convergem para caracterizar a emissora com um perfil notadamente popular, abrindo os horizontes do rádio no Brasil, que nascera elitizado, acessado apenas pelos clubes de ouvintes e focado em música

clássica e ópera, em que pesem as intenções de Roquette Pinto de fazer do espectro radiofônico uma plataforma eminentemente educativa.

Como prática cultural (GOLDFEDER, 1980), a rádio Nacional mirava um público específico, oriundo das camadas populares, empregados do comércio e operários da indústria nascente no Brasil, com forte presença feminina nos programas ao vivo. Criada como empresa privada, foi estatizada por Getúlio Vargas, em 1941, tornando-se a emissora oficial do governo brasileiro.

Sob a égide do nacional-desenvolvimentismo e dos bordões “50 anos em 5” e “governar é construir estradas”, o governo Juscelino Kubistcheck (JK) radicalizou o processo de industrialização do Brasil e o ingresso do capital internacional na indústria automobilística e de eletrodomésticos, a partir da segunda metade da década de 1950. Visando integrar e modernizar o país, acelerou o endividamento externo da economia nacional com altos investimentos em infra-estrutura, energia e estradas. Assim, os anos JK criaram as bases para uma nova lógica de consumo decorrentes da expansão industrial e da migração de grandes contingentes populacionais para as cidades.

A urbanização do país teve reflexos na comunicação, porque o crescimento da indústria necessitava de apelos ao consumo. Neste período, a profissionalização das agências de publicidade e o ingresso de empresas estrangeiras especializadas em técnicas de propaganda e marketing encontraram um vasto mercado consumidor que se expandiu até os anos 1970, quando o rádio FM ganhou força no Brasil e demarcou um novo modelo no *dial*, com melhor qualidade de som (estéreo), voltado para um público jovem, consumidor de música e publicidade. O rádio AM voltou-se para o jornalismo e a prestação de serviços, as coberturas ao vivo e a participação da audiência. “As emissoras AM estão mais vocacionadas ao “rádio que fala”, isto é, ao jornalismo e à prestação de serviços, enquanto o FM se destina mais à música” (MARANINI, 2001, p. 65). Esse fenômeno encontrou sustentação no desenvolvimento da indústria fonográfica e na disseminação dos aparelhos eletrodomésticos, os toca-discos, gravadores e rádios portáteis cada vez mais sofisticados.

As bases industriais plantadas por Juscelino Kubistcheck nos anos 1950 tiveram repercussão na década de 70, quando as multinacionais que monopolizavam a produção e a distribuição de discos tiveram dois afluentes: a expansão dos aparatos tecnológicos para escutar música e um amplo mercado consumidor buscando entretenimento nas ondas do rádio

FM, contando também com a pressão do *lobby* das companhias fonográficas junto às emissoras (MORELLI, 2009). Porém, o crescimento das FM não decretou a morte das AM. Elas se recompuseram no rádio voltado para o jornalismo, incrementando os formatos dos programas e a participação da audiência.

Assim, o legado da rádio Nacional desdobrou-se em diferentes peculiaridades por todo o Brasil. No Maranhão, o rádio AM sedimentou os programas jornalísticos cuja marca é a forte participação da audiência, característica das emissoras sediadas em São Luís.

3. PANORAMA DAS RÁDIOS AM DE SÃO LUÍS

Neste tópico apresento no item 3.1 uma breve exposição sobre as seis emissoras de rádio AM sediadas em São Luís, destacando dados históricos, controle acionário, eventuais vinculações com grupos políticos e o registro dos programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, desde os anos 1990. Algumas informações contidas nesse capítulo são provenientes do meu cotidiano de ouvinte durante pelo menos 20 anos, sendo mais de uma década de monitoramento constante dos programas, em trabalho de assessoria de comunicação. A partir do segundo semestre de 2013, esse trabalho se tornou sistemático, organizado, metódico e planejado, com o início da pesquisa empírica.

Percorrendo o dial da esquerda para a direita, o texto segue a ordem de frequência: de 560 Khz até a 1340 Khz. No item 3.2 exponho a origem e o perfil dos programas jornalísticos, as suas principais características e alguns tópicos sobre a participação dos ouvintes. No 3.3 disponibilizo uma explanação dos programas “Ponto Final” (Mirante AM, apresentado por Roberto Fernandes) e “Manhã Difusora” (Difusora AM, apresentado por Silvan Alves). O surgimento e as características da Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR) estão no item 3.4.

3.1. AS EMISSORAS DE RÁDIO AM NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

A rádio Educadora AM (560 Khz) pertence à Igreja Católica. Segundo o histórico disponibilizado no site da emissora, a primeira transmissão ocorreu em 12 de junho de 1966, “com o sonho de levar a cultura popular e a educação de forma mais rápida às mais distantes localidades do Maranhão, principalmente à zona rural”⁷. A rádio não estava atrelada a nenhum grupo político-midiático ou partidário. Nos anos 1990, foi pioneira na veiculação dos programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, sendo o programa “Roda Viva” a principal referência. Nesse período, a Educadora tinha programas identificados com as pastorais sociais influenciadas pela chamada ala progressista católica, que seguia orientação da Teologia da Libertação.

A programação esportiva e o jornalismo alavancaram a audiência da emissora. Em 1999, a Educadora AM notabilizou-se pela transmissão ao vivo das sessões integrais das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Crime Organizado e do Narcotráfico,

⁷ educadora560.com.br

realizadas na Assembleia Legislativa, repercutindo as investigações que resultaram em prisões de políticos, empresários e delegados do Maranhão. A cobertura das CPIs rendeu à Educadora AM uma das maiores audiências no rádio do Maranhão.

A partir de 2014 houve uma redução dos programas jornalísticos e ampliação da temática religiosa. A emissora integra a RCR (Rede Católica de Rádio) e tem diversos programas locais de cunho católico: oração de terços e rosários, transmissão de missa e retransmissão de programas da RCR ancorados pelos padres Marcelo Rossi e Reginaldo Manzotti. Os programas com a participação dos ouvintes, de segunda-feira a sexta-feira, eram: 08h00 às 10h00: “Roda Viva”; e 16h00 às 17h30: “Conexão 560”.

A rádio Mirante AM (600 Khz) integra o Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade da família liderada por José Sarney, ex-governador do Maranhão, ex-presidente da República (1985-1990) e do Senado. A primeira transmissão ocorreu em 10 de maio de 1988, segundo informações no site da emissora:

Naquele período, a música era o forte da programação, feita com os hits mais marcantes da época. Com o passar dos anos, o ouvinte tornou-se mais exigente e a Mirante AM passa então a adotar uma programação diversificada com muito mais informação, prestação de serviços, esporte, música e interatividade⁸

O *site* acrescenta que a programação é retransmitida pela Rede Mirante SAT de Rádios, através de 20 emissoras filiadas e chega a abranger 200 cidades do total de 217 municípios do Maranhão. A emissora tem a maior infraestrutura, equipe técnica, quadro de profissionais e audiência. Nos anos 1990, o “Primeira Edição”, apresentado por Geraldo Castro, inaugurou nessa emissora a programação jornalística com a participação dos ouvintes.

O Sistema Mirante de Comunicação é a maior organização midiática do Maranhão. Os principais meios são a TV Mirante, afiliada à Rede Globo; o jornal O Estado do Maranhão; o portal imirante.com; as rádios Mirante AM e Mirante FM (96,1 Mhz). Todos são sediados em São Luís, mas o Sistema Mirante tem outras emissoras de rádio e retransmissoras de TV em diversos municípios maranhenses (COUTO, 2009).

Em 1995, a rádio Mirante AM adotou o padrão *all news* da CBN⁹. Nesse período, extinguiu-se a participação dos ouvintes, visto que o padrão *all news* é um formato

⁸ <http://imirante.com/miranteam/quem-somos/>

⁹ A CBN (Central Brasileira de Notícias) pertence ao Sistema Globo de Rádio. É uma rede formada por várias emissoras no país.

jornalístico totalmente voltado para a veiculação de notícias e reportagens. Com o bordão “a rádio que toca notícias”, inspirado no padrão nacional da CBN, a Mirante AM cessou temporariamente a participação da audiência.

Durante o período em que a família José Sarney esteve no Governo do Maranhão, o Sistema Mirante de Comunicação (SMC) foi o principal braço midiático da engenharia política de dominação local, misturando a administração pública com os negócios privados. Na condição de governadora por quatro mandatos (1995-1998, 1999-2002, 2009-2010 e 2011-2014), Roseana Sarney privilegiou as empresas familiares na distribuição das verbas publicitárias para veiculação de propaganda governamental¹⁰, concentradas no SMC, presidido pelo irmão dela, Fernando Sarney, e sua esposa Teresa Murad Sarney. Os estudos de Douglas (2011) e Couto (2009) dissecam as relações entre mídia, controle social, poder econômico e oligarquia no Maranhão.

Os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, de segunda-feira a sexta-feira, eram: 05h00 às 07h30: “Acorda Maranhão”; 08h00 às 11h00: “Ponto Final”¹¹; 14h00 às 17h00: “Abrindo o Verbo”; 17h00 às 19h: “Panorama”. Aos domingos, de 09h00 às 12h00: Domingo Mirante.

A rádio Difusora AM (680 Khz), terceira emissora AM instalada em São Luís, foi inaugurada em 29 de outubro de 1955, de propriedade do fazendeiro Raimundo Bacelar, ex-diretor da Timbira¹². Por ser uma das primeiras emissoras do Maranhão, a Difusora AM sempre teve programação jornalística e musical, além de grande audiência, cumprindo um papel importante na conexão entre os ouvintes de São Luís e dos municípios do continente. Desde o seu batismo e ainda hoje tem como principal bordão publicitário o codinome “a poderosa!” A rádio AM faz parte do Sistema Difusora de Comunicação (SDC), formado também pela TV Difusora, rádio Difusora FM, portal idifusora.com, além de outros meios eletrônicos em diversas cidades maranhenses sob o domínio do senador Edison Lobão (PMDB), ex-ministro das Minas e Energia no governo Dilma Roussef (2011-2014) e ex-governador do Maranhão (1991-1994).

¹⁰ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/maranhao247/182411/Sem-dinheiro-do-governo-Sistema-Mirante-amarga-problemas-financeiros.htm>. Acesso: em 15 de dezembro de 2015

¹¹ Aos sábados o programa “Ponto Final” era transmitido das 08h00 às 10h00.

¹² Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Radio_Difusora_AM_\(S%C3%A3o_Lu%C3%ADs\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Radio_Difusora_AM_(S%C3%A3o_Lu%C3%ADs)). Acesso: 10 de setembro 2015

As empresas do SDC são presididas por Edinho Lobão, suplente do próprio pai, Edison Lobão, no Senado. Edinho foi candidato a governador do Maranhão pelo PMDB, em 2014, mas perdeu a eleição para Flávio Dino (PCdoB). A família Lobão foi um importante tentáculo político durante o domínio de José Sarney, patrono dos principais cargos exercidos por Edison Lobão, tais como o de governador do Maranhão e o de ministro das Minas e Energia (2008-2010 e 2011-2014).

A emissora notabilizou-se no cenário radiofônico maranhense em 1971, quando veiculou uma adaptação do programa “A guerra dos mundos”, de Orson Welles. À época, diante do impacto causado na cidade, a rádio teve os transmissores lacrados por três dias. Segundo os idealizadores da versão maranhense de Welles, o programa foi ao ar por dois motivos principais: o aniversário da Difusora AM e um teste informal para mensurar a força do rádio em São Luís, no início da década de 1970, quando a televisão começava a tomar a audiência do meio radiofônico (ARAUJO, 2003).

Nos últimos 20 anos a emissora passou por significativas mudanças na grade de programação, chegando a ser totalmente arrendada pela Igreja Universal do Reino de Deus, no período de 1997 a 2011, quando os programas musicais e jornalísticos foram extintos e, conseqüentemente, a audiência ficou muda. A rádio só voltou a ter programas jornalísticos em 2013, na aproximação das eleições de 2014. Durante o período eleitoral, quando Edinho Lobão foi candidato a governador, a forma de participação nos programas jornalísticos sofreu restrições. Em vez das entradas ao vivo por telefone, os ouvintes eram interceptados por uma central de atendimento na emissora que solicitava o nome completo da pessoa que pretendia falar, o endereço e o assunto que seria tratado no programa. Após fornecerem esses dados, os ouvintes eram informados de que os pedidos de participação seriam analisados pela produção e posteriormente a emissora poderia entrar em contato para colocá-los no ar e participar da programação. Após o resultado das eleições, em 5 outubro de 2014, confirmada a derrota de Edinho Lobão logo no primeiro turno, a Difusora AM foi tirada do ar, em outubro de 2014, com previsão de retorno em 14 dias, segundo a direção da empresa, para fazer serviços de manutenção, conforme nota publicada no portal idifusora.com e no perfil da emissora em uma rede social¹³.

¹³ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/difusora680am/photos/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2015

Todavia, a emissora só voltou a funcionar em fevereiro de 2015, com uma novidade: a transmissão das sessões da Câmara dos Vereadores de São Luís, dentro do programa “Câmara em Destaque”, de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 13h, ancorado por três apresentadores e um repórter fazendo a cobertura do plenário. O programa acrescentava entrevistas com os vereadores, às sextas-feiras, após o encerramento da sessão. Os ouvintes podiam participar durante toda a semana, sem as solicitações de nome, endereço e tema a ser tratado pelos pretensos participantes, como era feito no período eleitoral descrito anteriormente. No site do SDC¹⁴, a notícia sobre o programa “Câmara em Destaque” evidenciou a transparência:

As sessões da Câmara de Vereadores de São Luís estão sendo transmitidas ao vivo pela Rádio Difusora AM 680 kHz. O trabalho começou a ser feito desde ontem (02) entre as 10 e 13 horas de segunda-feira à sexta-feira. "Com a transmissão ao vivo das sessões, o cidadão agora tem como acompanhar diretamente o que cada representante de São Luís faz em seu mandato", afirmou Astro de Ogum, presidente da Casa. A transmissão é feita em parceria com o Poder Legislativo e, segundo Ogum, a iniciativa tem por finalidade deixar mais transparente o trabalho dos vereadores.

Embora o programa “Câmara em Destaque” tenha sido classificado como iniciativa de acompanhamento dos mandatos parlamentares, o valor pago pela Câmara dos Vereadores à rádio Difusora AM nunca foi revelado, gerando questionamentos sobre a existência de um contrato entre as partes, o valor e a forma de pagamento. Segundo o presidente Astro de Ogum, conforme a citação acima, a transmissão é fruto de uma “parceria com o Poder Legislativo”. Uma das cobranças sobre o valor da transmissão do programa foi feita no *blog* do jornalista Jeisael Marx¹⁵, observando que o contrato estaria sob o interesse de investigação do Ministério Público. Os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, de segunda-feira a sexta-feira, eram: 07h00 às 08h00: “Repórter Difusora”¹⁶; 08h00 às 10h00: “Manhã Difusora”. Aos sábados: 08h00 às 10h00: “Espaço Público”. Aos domingos: 09h00 às 12h00: “Hora Extra”.

A rádio Capital (1180 Khz) é controlada pelo senador Roberto Rocha (PSB), herdeiro do ex-governador do Maranhão Luiz Alves Coelho Rocha (1983-1986), eleito com o apoio de José Sarney. A Capital é o segundo batismo da rádio Ribamar AM, fundada em 13

¹⁴ Disponível em: <http://www.idifusora.com.br/2015/02/03/radio-am-transmite-sessao-da-camara-de-sao-luis/>. Acesso em: 28 de julho 2015.

¹⁵ Disponível em: <http://www.jeisael.com/promotor-esta-de-olho-em-contrato-da-camara-de-sao-luis-com-a-difusora-am/>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

¹⁶ O programa Repórter Difusora é veiculado simultaneamente nas rádios AM e FM do Sistema Difusora de Comunicação, das 07h00 às 08h00. Na FM o mesmo programa estende-se até 09h00.

de junho de 1947 pelo comerciante Gerson Tavares e o jornalista Ribamar Pinheiro, ex-diretor da rádio Timbira AM. Segundo informações disponibilizadas no site da emissora, a rádio Ribamar “foi vendida no fim dos anos 70 para Raimundo Vieira da Silva. Em 1995, após assumir o controle da emissora, Luiz Rocha, que já era sócio de Vieira da Silva desde 1985, muda o nome da emissora para rádio Capital”¹⁷.

Além da rádio Capital AM, a família Rocha é proprietária da rádio Paranoá AM, em Presidente Dutra (MA); Capital do Maranhão, em Pindaré-Mirim (MA); acionista em 50% da TV Cidade e detentora da autorização para o funcionamento de uma rádio comunitária em São Luís. Possui ainda retransmissoras de rádio nos municípios de Vitória do Mearim, Carolina e Tuntum e de televisão em Balsas (TV Açucena) e Bacabal (TV Nova Esperança)¹⁸. Na vida político-partidária, o senador Roberto Rocha tem dois parentes com cargos eletivos: o prefeito de Balsas, Luiz Rocha Filho; e o vereador de São Luís, Roberto Rocha Junior.

No dia 22 de setembro de 2015 a emissora ficou fora do ar, sem informar os motivos aos ouvintes e anunciantes. Nos bastidores do meio radiofônico e jornalístico corria a versão de que havia um débito da emissora junto à Companhia Energética do Maranhão (CEMAR). A rádio só voltou a funcionar no dia 10 de novembro de 2015, retomando a programação normal. Em 1º de fevereiro de 2016 os programas jornalísticos foram suspensos, a emissora tocava apenas música e foi tirada do ar no dia 5 de fevereiro, sem informar os ouvintes e anunciantes os motivos do desligamento. A emissora voltou a funcionar novamente em 12 de fevereiro, somente com música, sem locução. Nesses episódios de 2016, segundo noticiado no blog Diego Emir¹⁹, os funcionários da emissora estariam em greve, motivados pelo atraso no pagamento dos salários desde novembro de 2015, incluindo o décimo terceiro, depósito do FGTS e recolhimento de contribuição previdenciária, motivando uma representação dos empregados junto ao Ministério Público do Trabalho contra a direção da rádio Capital AM por não cumprimento das obrigações trabalhistas. A gerente da emissora é Amanda Rocha, filha do senador Roberto Rocha (PSB). Na segunda quinzena de fevereiro de 2016 a programação jornalística retornou parcialmente, com a participação dos ouvintes, sendo que em alguns horários a emissora manteve apenas música, sem locução.

¹⁷ Disponível em: <http://radio.capital1180.com.br/index.php>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015

¹⁸ Disponível em: <http://donosdamidia.com.br/pessoa/15746>. Acesso em: 18 de agosto de 2015

¹⁹ Disponível em: <http://diegoemir.com/index.php/2016/02/radio-capital-am-e-denunciada-no-ministerio-publico-do-trabalho/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

As constantes oscilações no funcionamento e na programação da emissora respingaram em comentários no meio político sobre as pretensões do senador de ser candidato ao governo do Maranhão, em 2018, conforme ele próprio indicou em uma entrevista ao jornal *O Imparcial*²⁰. Os adversários desse projeto interpelavam Roberto Rocha, criticando a gestão da sua família na Capital AM: se o senador não consegue gerenciar uma rádio, como iria administrar o Governo do Maranhão?

Quando a emissora funcionava regularmente, os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, de segunda-feira a sexta-feira, eram: 06h30 às 07h30: “Palavra Capital”; 08h00 às 10h00: “Balanço Informativo”; 10h00 às 12h00: “Bastidores da Capital”; 14h30 às 15h00: “Alerta Capital”; 17h30 às 19h00: “Notícias da Capital”. Aos domingos, de 09h00 às 11h00: “Panorama da Capital”.

A rádio Timbira (1290 Khz) é a mais antiga emissora do Maranhão. Fundada em 15 de julho de 1941, transmitia em ondas curtas, alcançando a capital São Luís e o interior. À época, o Maranhão era governado pelo interventor Paulo Ramos, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo. Segundo informações disponibilizadas no site²¹ da emissora, seu primeiro batismo foi rádio Difusora:

Em 1944, os Diários Associados assinaram contrato de comodato com o governo do Estado e rebatizou a emissora com seu nome definitivo. A justificativa para essa mudança é que todas as emissoras, pertencentes à cadeia de associados, rádios, jornais e TV como: Tupi, Tamoio, Baré, Timbira, Tabajara etc., recebiam o nome de grupos indígenas, que historicamente houvessem habitado as regiões onde se localizavam as emissoras. A partir daí, a PRJ-9 passou a ser chamada de Rádio Timbira, devido os povos indígenas que habitavam o país.

Durante o período de 1958 a 1963 a emissora não funcionou, devido à falta de investimentos do governo. Nos anos 80, houve a transferência de endereço, somada a uma drástica redução de recursos para a manutenção. Em 3 de outubro de 1995 a governadora Roseana Sarney enviou a mensagem (nº 49/95) à Assembleia Legislativa oficializando a extinção da rádio Timbira AM. A ideia do governo, expressa no projeto de lei, era privatizar a emissora, mas isso não pôde ser feito. De acordo com o texto da mensagem, a emissora foi excluída do programa de privatização devido ao impedimento para licitar a concessão do canal, conforme determinava a legislação federal e o Ministério das Comunicações.

²⁰ Disponível em: http://www.oimparcial.com.br/_conteudo/2016/02/ultimas_noticias/politica/186568-senador-roberto-rocha-analisa-o-panorama-politico-local-e-nacional.html. Acesso em: 8 de fevereiro de 2016.

²¹ Disponível em: <http://www.radiotimbira.ma.gov.br/historia/>. Acesso em: 21 de novembro de 2015.

Única rádio pública entre as AM sediadas em São Luís, a Timbira teve momentos de glória, decadência e uso político pelos governadores. Dois episódios marcantes e necessários de registro confirmam essas circunstâncias. Na disputa eleitoral de 2006, liderando uma coligação muito heterogênea, Jackson Lago (PDT) elegeu-se governador, derrotando Roseana Sarney (PMDB). Os primeiros anos do governo Lago foram marcados por uma forte oposição e fiscalização da oligarquia liderada por José Sarney, utilizando todo o aparato político e midiático do Sistema Mirante de Comunicação contra Lago. O radialista Gilberto Lima, destacado ativista midiático durante a campanha eleitoral, foi nomeado para dirigir a Timbira, onde também apresentava um programa e contrapunha os ataques ao governador.

Porém, Gilberto Lima queixava-se da falta de apoio da Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM). O diretor da Timbira reclamava que o governo, sob ataque cerrado da mídia sarneísta, deveria investir na rádio pública e não alimentar o SMC com as verbas publicitárias. As críticas do diretor da Timbira, antes feitas nos bastidores, passaram a ser locutadas ao vivo, chegando a citar diretamente o nome do governador Jackson Lago, alertando-o para a condição de abandono da rádio e reivindicando melhorias.

No dia 28 de abril de 2008, em um dos programas, Gilberto Lima reiterava as críticas à postura da SECOM em desprezar a Timbira AM, enquanto engordava os cofres do SMC com as verbas publicitárias. Ato contínuo, o governador telefonou para a rádio e anunciou a demissão do diretor. Pego de surpresa com a determinação de deixar o cargo, Gilberto Lima permaneceu no prédio da rádio. O governador Jackson Lago ordenou que a Polícia Militar fechasse a emissora e retirasse o diretor das instalações. Lima ainda resistiu, mas a ordem foi cumprida. O episódio demarcou um caso raro em que a rádio pública foi fechada por determinação do próprio governador. Em 29 de abril de 2008 o diretor demitido Gilberto Lima gravou um vídeo de despedida da emissora, postado no seu próprio *blog*²², no qual fazia um balanço da sua gestão na Timbira AM.

As denúncias contra Jackson Lago, amplamente divulgadas no SMC, foram fundamentais para desgastar a imagem do governador, cassado em 2009 no Supremo Tribunal Federal (STF). Roseana Sarney, a segunda colocada na eleição de 2006, assumia pela terceira vez o Governo do Maranhão. Logo no início a sua gestão, Roseana mandou transferir a rádio de local. Antes sediada no bairro de Fátima, mudou-se para o Palácio dos Leões, sede do

²² Disponível em: <http://gilbertolimajornalista.blogspot.com.br/2014/12/radio-timbira-necessidade-de.html>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

governo. Outra providência da governadora foi a exclusão de todas as formas de participação dos ouvintes na programação da rádio. O jornalismo foi dominado pela versão oficial e a programação musical totalmente voltada para a veiculação dos cantores e compositores maranhenses.

Depois de cumprir o restante do mandato, obtido com a cassação de Jackson Lago, Roseana Sarney foi eleita em 2010 e pela quarta vez governou o Maranhão. Em 2014 o candidato das oposições, Flávio Dino (PCdoB), ganhou a eleição. Logo nos primeiros meses de gestão, ele determinou a revitalização da rádio Timbira AM, que ganhou uma nova grade de programação e retomou a participação dos ouvintes.

Os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, de segunda-feira a sexta-feira, eram: 06h às 08h00: “Primeira Hora”; 08h00 às 11h00: “A Voz da Manhã”; 11h00 às 12h00: “Timbira Debate”; 14h00 às 17h00: “Comunidade Interativa”; 21h00 a 00h00: “Comando na Noite”.

Pertencente ao grupo empresarial Zildêni Falcão, a Rádio São Luís AM tem os seguintes dados históricos, registrados no site da emissora:

Fundada em 29 de Junho de 1981, a Rádio TV do Maranhão Ltda, inicialmente com a Rádio São Luís AM, emissora adquirida dos Diários Associados, nasce com o propósito de entreter, prestar serviços, informar os ouvintes, e colaborar com as instituições²³.

A rádio São Luís AM é filiada à Rede Jovem Pan Sat e retransmite vários programas jornalísticos e esportivos da emissora paulista. O grupo Zildêni Falcão é proprietário também da TV São Luís, afiliada à Rede TV, e da principal distribuidora de revistas do Maranhão, a Distribuidora Maranhão/Piauí. Zildeni Falcão nunca foi candidato a cargo eletivo e não tem ligações explícitas e orgânicas com os núcleos de poder que disputam as estruturas da administração na Prefeitura de São Luís e no Governo do Maranhão, embora a emissora veicule propaganda de ambos os poderes – municipal e estadual.

Em 24 de maio de 1996 a emissora foi alvo de uma ação violenta²⁴. Dois homens armados e encapuzados mataram a tiros o segurança José Nascimento Carvalho e feriram o operador de áudio, José Ederaldo Menezes, que ficou paraplégico. Segundo a investigação da

²³ Disponível em: <http://www.grupoZildenifalcao.com.br/o-grupo-zildenifalcao/conheca-o-grupo-gzf.html>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

²⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/25/cotidiano/29.html>. Acesso em: 13 de novembro de 2015.

Secretaria de Segurança, o alvo principal era o radialista Toni Duarte, apresentador do programa “Bom Dia São Luís”. No momento do atentado ele estava no estúdio, mas escapou ileso porque apagou as luzes e escondeu-se embaixo da mesa de som, segundo relato dos investigadores. O locutor era candidato a vereador e no seu programa fazia denúncias sobre o crime organizado no Maranhão. Investigando o caso, o delegado Stênio Mendonça levantou a suspeita de que o atentado fora promovido por ex-policiais supostamente envolvidos em quadrilhas. Mendonça posteriormente avançou em outras investigações relacionadas a roubo de cargas no Maranhão e foi assassinado em 26 de maio de 1997. O radialista Toni Duarte mudou-se para Brasília e passou a trabalhar no Congresso Nacional. Nunca mais voltou ao Maranhão.

A morte do delegado foi o estopim para desencadear as CPIs do Crime Organizado e do Narcotráfico, instauradas na Assembleia Legislativa em meados de 1999, que levaram à prisão parlamentares, delegados e bandidos. As sessões das CPIs foram transmitidas a princípio pela rádio Educadora e posteriormente por outras emissoras AM, no período em que os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes provocaram uma ampla mobilização popular em São Luís. Alguns apresentadores chegavam a convocar a população para acompanhar as sessões, gerando uma grande concentração de pessoas na sede da Assembleia Legislativa. Os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, de segunda-feira a sexta-feira, eram: das 07h00 às 10h00: “São Luís Agora”; e 15h00 às 18h00: “Ligou é Notícia”. Mas, a partir do dia 4 de janeiro de 2016 todos os programas jornalísticos da rádio São Luís AM suspenderam a participação dos ouvintes, ficando apenas a locução dos apresentadores. A modificação ocorreu porque o grupo Jovem Pan extinguiu a chamada “Rede AM”, sob a liderança Jovem Pan AM 620 de São Paulo²⁵. Situação semelhante ocorreu também com a rádio Mirante AM, quando aderiu ao padrão CBN, e a participação da audiência foi suspensa em todos os programas jornalísticos locais.

Esse é o panorama das emissoras AM em São Luís, com seus respectivos dados históricos, episódios relevantes, alterações nas grades de programação e no formato dos programas, realizadas em decorrência de arranjos administrativos e/ou fruto de interferências políticas diretas ou indiretas.

²⁵ Disponível em: <http://tudoradio.com/noticias/ver/14606-exclusivo-grupo-jovem-pan-anuncia-o-fim-da-rede-jovem-pan-am-jovem-pan-news-e-a-substituta>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

3.2. OS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS DAS RÁDIOS AM EM SÃO LUÍS E A PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES

O noticiário nas rádios AM de São Luís esteve presente ao longo da existência das emissoras, no formato radiojornal ou com notícias esparsas em meio à programação musical, geralmente lidas a partir dos jornais que circulavam na cidade. Essa forma de noticiar recebia o nome de “gilete-press” (AZEVEDO, 2002) porque consistia no recorte das matérias dos impressos e a sua locução ao longo da programação. As emissoras também eram abertas à participação dos ouvintes para pedidos de música, recados e avisos. Antes da popularização do telefone, as rádios recebiam cartas, bilhetes e mensagens com as mais diversas finalidades. Esses registros escritos eram lidos pelos apresentadores e cumpriam uma função importante no fluxo de informações. Predominava em todas as rádios os avisos dos ouvintes entre a capital e o continente. Assim, o rádio cumpria um papel fundamental na comunicação entre familiares e amigos que se distanciaram das suas cidades de origem para morar em São Luís.

Havia uma rede especial de avisos e recados entre as pessoas que viajavam para as cidades do continente. Diante da precariedade da malha viária do Maranhão, a população deslocava-se nos poucos ônibus convencionais para as cidades mais urbanizadas. Os transportes para a zona rural ainda existem até hoje: caminhões paus-de-arara, caminhonetes, Kombi, vans ou carros de passeio improvisados como lotações. Para os lugares longínquos recorria-se aos lombos dos cavalos e jumentos. O mesmo acontecia nos transportes aquáticos. Viajava-se de lancha e depois nas embarcações menores: canoas e assemelhados.

Nessas circunstâncias de deslocamento, sem telefone, o rádio era o principal meio de comunicação e integração das populações urbanas e rurais, principalmente com os avisos e recados para os viajantes, parentes e amigos. O rádio também avisava os moradores dos municípios sobre os festejos religiosos e profanos, dando destaque para as aparelhagens de som ou conjuntos musicais que animavam os terreiros, barracões e salões de festa nos grotões do Maranhão.

Na minha vivência de ouvinte, em conversas informais, consultas e entrevistas com veteranos apresentadores, ouvintes e repórteres, foi possível reconstituir algumas memórias do rádio AM no Maranhão. Em todas as emissoras havia sempre os avisos e recados para os familiares aguardarem uma comitiva de parentes viajantes, com os detalhes do tipo: “levem dois jumentos e preparem a galinha do almoço, pois vamos chegar com fome”. Esses

comunicados eram deixados por escrito nas emissoras, mediante pagamento do anúncio, ou gratuitamente. Consistiam, portanto, em uma forma de participação dos ouvintes, que também faziam pedidos de música²⁶.

O formato típico de programa jornalístico com a participação dos ouvintes, veiculado nos moldes atuais, teve início na década de 1990, na rádio Educadora AM, estendendo-se às outras emissoras. Dois fatores concorreram para desencadear o ativismo da audiência de rádio AM, em São Luís: a repercussão do processo de redemocratização nos anos 1980 e a implantação das emissoras FM na capital maranhense, consolidando-se na década de 1990 (PELLEGRINI, 2015).

No recorte político, as mobilizações populares em defesa das eleições diretas para presidente da República, no início dos anos de 1980, revitalizaram a cultura democrática no Brasil, buscando a superação da ditadura militar e da censura. Ainda no período da transição para a fase democrática, a Assembleia Nacional Constituinte e a Carta Magna de 1988 produziram alguns avanços nos aspectos relacionados à liberdade de expressão e manifestação do pensamento. Entre outros dispositivos, o artigo 220 do capítulo V da Constituição Federal²⁷ (“A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”) contemplou anseios e reivindicações das mobilizações populares no quesito mais delicado de superação da fase ditatorial – a liberdade. Em 1989, a disputa eleitoral em torno das candidaturas de Lula (PT) e Collor (PRN) impulsionou os temas motivadores dos direitos civis deflagrados na campanha pelas Diretas Já.

Embora a Constituição de 1988 tenha registrado avanços nas formulações gerais sobre liberdade de expressão e manifestação do pensamento, deixou em aberto o marco regulatório das comunicações e acentuou a concentração das emissoras de rádio e televisão sob a propriedade de grupos político-empresariais (LIMA, 2004).

Este cenário nacional refletiu-se em todo o país. No Maranhão, os anos 90 consolidaram um campo político formado por vários segmentos partidários, entidades

²⁶ No carnaval de 2016, o bloco organizado “Turma do Saco” apresentou o samba-tema “Nas ondas do rádio AM”. A letra e a música fazem referência ao papel do rádio AM no processo de integração entre São Luís e o continente, através dos recados e avisos entre as populações do interior e da ilha, bem como aos viajantes em trânsito. O samba também homenageia programas e apresentadores marcantes na radiofonia maranhense.

²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 de junho de 2015.

sindicais e dos movimentos sociais identificados com as causas democráticas e populares, em oposição à força hegemônica do grupo liderado por José Sarney, personagem local influente na política brasileira e fundamental para o entendimento da configuração contemporânea dos meios de comunicação no Brasil. José Sarney foi protagonista da distribuição de concessões para ampliar o seu mandato presidencial para cinco anos, tornando-se o exemplo mais significativo da prática do monopólio midiático e do coronelismo eletrônico (MOTTER, 1994).

No contexto de redemocratização motivado pelo processo eleitoral de 1989, as pulsações por direitos, liberdade e cidadania tonificaram a pauta política e transbordaram para os meios de comunicação. A nucleação de um campo político de inspiração democrática e popular no Maranhão teve vinculação direta ou indireta com os segmentos da chamada ala progressista da Igreja Católica, cujos pressupostos aglutinavam a simpatia de pessoas e legendas identificados com a posição ideológica de esquerda.

Essas pulsações das ruas foram capturadas pela rádio Educadora AM (560 KHz), sob administração da Arquidiocese de São Luís, emissora pioneira na formatação de programas jornalísticos abertos à participação dos ouvintes. Embalados pela reconfiguração do espectro político que recuperava as bandeiras democráticas e participativas, um grupo de profissionais dessa rádio iniciou a cobertura das casas legislativas, colocou um repórter fazendo transmissões de vários pontos da cidade e abriu a emissora à participação dos ouvintes. Esse programa, inaugurado em 1990, denominado “Roda Viva”, tinha como principais marcas a reportagem e a participação dos ouvintes. Segundo um dos seus criadores:

Iniciamos com um repórter na Assembleia Legislativa, outro na Câmara Municipal e um repórter cheio de fichas de orelhão, que era o Betinho, girando pelo centro da cidade, ligando do orelhão e dando notícia como se fosse uma unidade móvel. Era uma emissora católica, com poucos recursos. Foi assim que a gente começou. Daí pra frente, com o debate político, a participação dos ouvintes debatendo os assuntos não nos permitiu mais colocar música. Então, iniciou esse modelo de programa que nós estamos vendo até hoje. Depois veio a rádio Mirante AM, também pela manhã, com Geraldo Castro, e assim as outras emissoras seguiram. (SILVA, 2015a)

A participação dos ouvintes foi motivada ainda pela oportunidade de dialogar com os gestores e parlamentares convidados para entrevistas no programa. Um dos atrativos utilizados pela produção do “Roda Viva” para estimular a participação da audiência foi o recurso da enquete. Os apresentadores disponibilizavam um tema polêmico e a audiência telefonava para se posicionar sobre o assunto colocado em pauta. Havia também enquetes para mensurar a tendência da audiência sobre candidaturas aos cargos eletivos.

Passamos um tempo enorme sem poder falar, sem dar opinião. Então você tem uma emissora de rádio que abre para você discutir política, falar, contestar esse ou aquele governo, dizer isso ou aquilo outro, sem medo. É claro que no começo tinha muita gente que de alguma forma dava o nome que não era o dele. Fizemos de tal forma que a gente não tinha medo da opinião que estava sendo colocada ali porque eram opiniões responsáveis e não deixávamos que as agressões pessoais acontecessem. E foram poucos os momentos em que a gente teve um deslize da participação do ouvinte. No mais foram participações interessantes e daí o próprio momento político ajudou esse crescimento da participação do ouvinte e do rádio na busca dessa nova audiência. (SILVA, 2015a)

O padrão criado pela Educadora AM passou a ser referência para as outras emissoras que adotaram a participação dos ouvintes nos programas jornalísticos. Assim, o impulso e a motivação da audiência participativa foram resultado da convergência de dois fatores: o ambiente de reabertura política no país e a busca da sobrevivência no rádio AM.

As inovações no rádio AM, introduzindo os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, tiveram outras influências além do contexto político que motivou a formação de uma cultura participativa. Os anos 1990 no Maranhão representaram a consolidação das emissoras FM. Estas, dotadas de melhor qualidade de som, tornaram-se atrativas à audiência, aos anunciantes e proprietários, ficando mais rentáveis e viáveis do ponto de vista empresarial (PELLEGRINI, 2015).

O panorama local era reflexo do nacional. Nesse contexto de disparidade tecnológica, as rádios AM foram perdendo o interesse comercial e o apetite gerencial dos seus proprietários. Tiveram drásticas reduções no quadro de pessoal, a programação ficou restrita à música, sem apresentadores ou qualquer tipo de locução. As emissoras foram mantidas apenas para assegurar as concessões, mas relegadas à inexpressiva condição de vitrolão, termo utilizado para caracterizar as rádios que não têm programas, apenas executam música. (ORTRIWANO, 1985)

Diante desse cenário de esvaziamento, a programação das AM buscou o jornalismo e a participação dos ouvintes como novas plataformas de revitalização e competitividade no cenário do rádio. A superação da crise passou pela realização de um seminário, organizado pelo curso de Comunicação Social da UFMA, com a participação de radialistas egressos e já atuantes no mercado. Estes profissionais tomaram a iniciativa de dialogar com a Universidade, visando encontrar caminhos para o rádio, refletindo sobre a longa crise das emissoras AM que percorreu os anos 1980. O evento, realizado em fevereiro de 1990, serviu para fazer um diagnóstico e apontar diretrizes diante do novo panorama radiofônico.

Por conta de um seminário puxado pelo Departamento de Comunicação da UFMA iniciamos, através da rádio Educadora, o chamado jornalismo comunitário, que é o que se vê hoje em praticamente todas as emissoras de rádio daqui. [...] o Robson Junior articulou tudo isso e o próprio departamento chamou o debate com vários radialistas antigos e os novos que estavam surgindo, discutindo o FM, o AM e foi defendida por mim como alternativa na época para o rádio AM o jornalismo comunitário. (SILVA, 2015a)

A denominação jornalismo comunitário contemplava necessariamente a participação da audiência como elemento fundamental para entender a produção de conteúdo a partir da inserção dos ouvintes ao longo dos programas. Assim, a participação da audiência passou a compor o leque de interesses da produção e ingressou na concepção dos programas de rádio AM, em São Luís. Esse entendimento foi incorporado pelos dois profissionais que conceberam o “Roda Viva” juntamente com Roberto Fernandes e compuseram a equipe da rádio Educadora: o diretor de Jornalismo Zeca Soares e o diretor de Arte Robson Junior. O sentido de comunitário sustentava-se na prática da audiência de repercutir no rádio o cotidiano da cidade.

Em uma linha evolutiva do processo de criação e consolidação dos programas jornalísticos com a participação dos ouvintes nas AM sediadas em São Luís, eles foram concebidos na crise dos anos 80, quando as emissoras estavam reduzidas ao “vitrolão”; afirmaram-se no início dos anos 90, a partir da experiência pioneira do “Roda Viva”, e diversificaram-se ao longo dos anos 2000, com o ingresso de novas ferramentas tecnológicas que possibilitaram ampliar a participação da audiência. Diariamente, nas seis emissoras AM, os programas jornalísticos eram abertos à participação dos ouvintes, através da fala ao vivo por telefone ou utilizando os aplicativos de aparelho celular para o envio de mensagens de texto e de voz, fotografias e até pequenos vídeos.

Os temas abordados pelos ouvintes eram variados, mas no geral evidenciavam o funcionamento dos serviços públicos e aquilo que estava diretamente relacionado ao dia a dia dos bairros: as condições do transporte público e a mobilidade urbana, as constantes reclamações sobre a pavimentação precária das ruas e avenidas da cidade, o transbordamento de esgotos, a falta de iluminação pública, a violência, a estrutura dos prédios das escolas, a coleta de lixo, a situação dos hospitais e postos de saúde. Os ouvintes também telefonam para falar sobre a vida política da cidade, as decisões tomadas na Câmara dos Vereadores ou na Assembleia Legislativa, a atuação do prefeito e do governador, do secretariado municipal ou estadual e da gestão dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Os desdobramentos da conjuntura nacional também entravam na pauta dos ouvintes.

As grades de programação das emissoras AM em São Luís tinham predominância do gênero jornalístico. Distinguiam-se basicamente dois formatos: o radiojornal e os programas jornalísticos com a participação da audiência. O primeiro é rigorosamente caracterizado pela apresentação do noticiário por um ou dois locutores e a entrada dos repórteres, sem a inclusão dos ouvintes.

Nos demais programas, eram comuns os formatos notícia, reportagem, entrevista e comentário, sendo este último o carro-chefe na condução dos apresentadores, entrecortados pela participação dos ouvintes. Os comentários eram a tônica dos programas, construindo a narrativa a partir de múltiplas vozes. Produção e recepção encontravam-se para acrescentar suas impressões, avaliações e críticas sobre as notícias e reportagens disponibilizadas durante os programas. Os comentários sobre um determinado assunto abordado no noticiário iniciavam com os apresentadores e ampliavam-se nos ouvintes, podendo ocorrer o inverso.

Em algumas situações, quando havia um entrevistado convidado no estúdio, a palavra também era franqueada aos ouvintes para inquirir a fonte. Mas, no geral, as entrevistas eram conduzidas apenas pelos apresentadores. Em outras circunstâncias, as fontes, quando citadas nos comentários, telefonam às emissoras para prestar esclarecimentos sobre alguma demanda gerada ao vivo no programa, seja pela produção ou pela recepção. Programas com essas características eram distribuídos nos três turnos²⁸ das emissoras, variando os horários: das 05h00 às 07h00, das 07h00 às 08h00, das 08h00 às 11h00, das 08h00 às 10h00, das 14h00 às 17h00, das 14h00 às 16h00, das 17h00 às 19h00, das 20h00 às 22h00 e 21h00 a meia noite.

O período das 12h00 às 14h00 geralmente era reservado aos programas esportivos e policiais. Nestes, também ocorria a participação dos ouvintes. Todas as emissoras retransmitiam a Voz do Brasil, das 19h00 às 20h00.

Nem todos os programas com a participação dos ouvintes tinham repórteres percorrendo a cidade nas unidades móveis ou fazendo a cobertura das casas legislativas e atos solenes dos poderes públicos ou nas entrevistas coletivas. Alguns eram feitos apenas pelo apresentador e uma pessoa (geralmente o operador de áudio) para atender às ligações,

²⁸ A partir do ano de 2015 houve uma drástica redução dos programas jornalísticos com a participação dos ouvintes no horário noturno, em todas as emissoras. Apenas a rádio Timbira manteve o programa “Comando da Noite”, das 21h00 até 00h00.

identificar os ouvintes e repassar ao estúdio. As emissoras com maior estrutura tinham apresentadores, produtores e repórteres revezando-se nos programas.

Havia um acordo informal seguido por todos os programas jornalísticos: os ouvintes na quase totalidade eram anunciados pelo primeiro nome, seguido da identificação do bairro ou cidade onde moravam²⁹. Quando o ouvinte era pessoa pública, facilmente reconhecido pelo nome, era dispensado de citar a localização. As participações de moradores de São Luís predominavam, bem como as vozes masculinas. Poucas mulheres telefonavam para as emissoras.

São Luís tinha cerca de 400 bairros³⁰, quase todos com problemas de infra-estrutura e saneamento ambiental. Os mais comuns eram: ausência ou precária pavimentação asfáltica, esgotos a céu aberto e falta de água encanada. A mobilidade urbana também era objeto de constantes reclamações da população: ruas e avenidas esburacadas, sistema de transporte público caótico, engarrafamentos constantes, sinalização horizontal e vertical carentes de manutenção, ausência de calçadas ou excesso de obstáculos para os pedestres e ciclovia apenas em uma avenida – a Via Expressa – inaugurada em dezembro de 2014. Não havia ciclofaixas em nenhuma rua ou avenida de São Luís.

O formato construído pela Educadora AM serviu de referência às outras emissoras, com algumas variações decorrentes das diferenças de estrutura, equipamentos, unidades móveis e equipe de profissionais em cada rádio. No geral, como dito anteriormente, havia dois tipos de programas jornalísticos com a participação dos ouvintes: 1) constituídos pelo apresentador e repórter(es) nas unidades móveis; 2) conduzidos apenas pelo apresentador e operador de som ou telefonista. Em ambos, a participação da audiência era constante. No geral, são esses os formatos que perduram e constituem o foco dessa tese.

3.3. OS PROGRAMAS “PONTO FINAL” E “MANHÃ DIFUSORA”

Como ouvinte, acompanhando sistematicamente as emissoras de rádio AM, foi possível traçar um panorama dos programas jornalísticos com a participação dos ouvintes e

²⁹ Exemplos fictícios: José Maria do Parque Alvorada, Antônio Marcos da Vila Palmeira, Pedro Paulo da Cohab, Francisco da Cidade Operária, Vicente de Pinheiro, Magno de Cajari, Clovis de Viana.

³⁰ Incluídas as áreas de ocupação.

selecionar os dois mais representativos³¹ de interesse da tese: “Ponto Final”, apresentado por Roberto Fernandes na rádio Mirante AM; e “Manhã Difusora”, ancorado por Silvan Alves, na rádio Difusora AM. Estes programas foram selecionados porque eram veiculados nas emissoras dos dois maiores grupos de mídia do Maranhão, respectivamente, Sistema Mirante de Comunicação (afiliado às Organizações Globo) e Sistema Difusora de Comunicação (afiliado ao SBT), controlados pelas famílias lideradas por José Sarney e Edison Lobão (DOUGLAS, 2011). Esses “sistemas” são o braço midiático dos complexos empresariais das duas famílias, ramificados em vários negócios.

Os referidos programas tinham apresentadores emblemáticos, maior estrutura, mais recursos humanos e melhores condições de obter e processar informações sobre o dia-a-dia da cidade, visto que as emissoras Mirante AM e Difusora AM integravam-se aos respectivos departamentos de jornalismo nos seus grupos midiáticos, formados ainda por outros meios impressos e eletrônicos. Esse nível de organização dotava as rádios de condições mais favoráveis para atrair a atenção dos ouvintes. O conjunto de qualificativos atribuídos às emissoras e aos apresentadores justificou a opção metodológica na medida em que as características das referidas rádios davam-lhes mais condições de atrair os ouvintes, estimular a participação, agregar interesse da audiência, disseminar informações e, sobretudo, garantir melhores condições de participação da audiência - o foco da pesquisa. Os apresentadores tinham larga experiência e atuação no radiojornalismo do Maranhão, sendo reconhecidos na comunidade profissional dos comunicadores de rádio. A escolha dos programas obedeceu também ao critério do turno matutino, considerado o “horário nobre” do rádio.

Os dois apresentadores também atuavam na televisão, nas mesmas emissoras já mencionadas. Roberto Fernandes era comentarista no programa “Bom Dia Mirante”; e Silvan Alves apresentava o programa “Bandeira 2”, especializado em ocorrências policiais. Ambos eram veiculados pela manhã, das 06h00 às 07h00. Além de atuar no Sistema Mirante de Comunicação, Roberto Fernandes era comentarista no programa “Repórter Maranhão”, na TV Educativa, filiada à EBC (Empresa Brasil de Comunicação). Na rádio Difusora AM, Silvan Alves apresentava ainda o programa policial “Blitz Difusora”, das 13h00 às 14h00.

³¹ Utilizo o termo “representativos” independente dos índices de audiência dos referidos programas e suas respectivas emissoras, mas fundamentado nos critérios relevantes para a realização da presente pesquisa, apresentados na sequência do item 3.3

No rádio AM, os programas ancorados pelos apresentadores citados encaixam-se no enquadramento teórico de Barbosa Filho (2003) para caracterizar gênero jornalístico, formatado em: nota, notícia, boletim, reportagem, entrevista, comentário, editorial, crônica, radiojornal, documentário, mesas redondas, debate, policial, esportivo e divulgação técnico-científica. Ele fundamenta gênero como unidade de informação, estruturada de modo característico, que determina as formas de expressão de seus conteúdos. As afinidades e a constituição estética são suas marcas, aquilo que caracteriza um determinado produto cultural. No cinema, por exemplo, existem gêneros policial, de terror, ação, comédia, ficção científica etc.

Gênero é, portanto, a forma de expressão de um determinado produto cultural que se associa por características semelhantes, com base em convenções estéticas. Segundo Bakhtin (2003), é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, temas e recursos expressivos. Nessa forma de pensar, a comunicabilidade dos produtos culturais é garantida pelo gênero, a partir de uma combinação entre os produtores e o desejo do público. Para Martín-Barbero (2009), gênero é uma mediação cultural fundamental e ocupa o lugar central entre as práticas da produção e da audiência, captando os sentidos fabricados e re(configurados) pelos meios de comunicação. No entendimento do autor, “entre a lógica do sistema produtivo e as lógicas dos usos, medeiam os gêneros. São suas regras que configuram basicamente os formatos, e nestes se ancora o reconhecimento cultural dos grupos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 303). O gênero facilita a codificação, a partir do engenho estético criado pelo sujeito da enunciação para produzir uma comunicação eficaz.

O rádio informativo como instituição social (MEDITSCH, 2007) contribui para a expansão da base teórica do radiojornalismo, propondo um mergulho profundo nos relatos e narrativas sobre a realidade, para além do noticiário tradicional.

O rádio informativo fala de coisas que, anteriormente, não eram notícia (a hora certa, por exemplo) e revoluciona a ideia da reportagem com as transmissões ao vivo. Aprofunda e contrapõe ideias e opiniões com facilidade e orienta as massas urbanas como o cão de um cego. Põe em contato os mais remotos pontos do interior e concede espaço para o receptor se manifestar como nenhum outro meio. É um serviço quase sempre gratuito que não toma o tempo nem monopoliza a atenção do público. E é assim: mesmo sem a palavra escrita e sem as imagens, suportes que, para muitos, parecem esgotar todo o mundo da informação de nosso tempo. Por isso, requer uma nova conceitualização que dê conta de sua amplitude e especificidade. (MEDITSCH, 2007, p. 31)

Essa interpretação decorre do processo de transição no rádio, iniciado nos anos 1950, quando o jornalismo passou a ocupar mais espaço na programação, em decorrência da migração dos programas de auditório, humorísticos, novela e teatro para a televisão. Tais modificações alicerçaram as bases do rádio informativo, superando a adaptação do jornalismo impresso para o radiofônico. Assim, a perspectiva adotada por Meditsch (2007, p. 48), para além da técnica, busca situar o rádio informativo “enquanto forma de produção de conhecimento sobre a realidade.” Ao repercutir o embasamento de Meditsch (2007), buscando depurar das características do rádio informativo, Klöckner (2011b, p. 55) explica:

Para o autor, o Rádio Informativo compõe-se de algumas características: 1) A especificidade do Rádio Informativo deve ser percebida no seu conjunto: construção, discurso e objetivação; 2) Reflete e refrata a realidade de maneira específica; 3) A oralidade aparente do rádio diferencia-se da oralidade imediata, por ser o ponto de chegada de um processo de construção; 4) A forma do discurso – auditiva, invisível, em tempo real – é diversa de outros meios eletrônicos, como o audiovisual e o fonográfico, representando um meio de expressão próprio; 5) A informação radiofônica é objetivada, na realidade, de maneira diversa de outros meios; 6) O jornalismo em geral e o radiojornalismo em particular não transmitem simplesmente a realidade, mas antes criam uma representação sobre ela, havendo uma mediação dos produtores desta informação; 7) Através do discurso e na interação social que possibilita, isto é, o conteúdo da mensagem e a repercussão do auditório, entre outros aspectos, influem na produção e no sentido das mensagens.

Seguindo o enquadramento teórico dos autores, o programa “Ponto Final” (Mirante AM) era mais rigoroso quanto à sedimentação dos formatos exigidos pelo gênero jornalístico. O programa iniciava com a hora certa e as vinhetas de identificação. Em seguida, o apresentador anunciava os nomes dos componentes da direção da emissora e da equipe do programa: direção geral, direção de jornalismo, operador de áudio e a equipe dos transmissores, secretaria e telefonista. Na sequência, a vinheta “mensagem do dia” anunciava a leitura de um texto, geralmente uma parábola, interpretada pelo apresentador. Em seguida, uma vinheta cortava o tom reflexivo e dramático da mensagem e o apresentador retomava a locução original, divulgava os telefones fixos para a participação dos ouvintes, os números com aplicativos de aparelho celular e os endereços das redes sociais, todas ferramentas de interação com a audiência, que era convidada e estimulada pelo apresentador a participar do programa. Havia duas vinhetas específicas de convite à participação da audiência.

Em seguida, o apresentador chamava a entrada dos repórteres, no bloco “Girando com a notícia”. Sucessivamente, os repórteres entravam ao vivo anunciando informações sobre dois segmentos: 1) plantão policial, apresentando o resumo das ocorrências da madrugada; 2) informações atualizadas sobre o trânsito e a previsão de acontecimentos anunciados para o cotidiano da cidade (atos solenes e agenda de atividades dos poderes

públicos, presença de alguma autoridade do governo federal no Maranhão, protestos etc)³². Após essa primeira participação, os repórteres eram acionados em outros momentos ao longo do programa, fazendo a cobertura ao vivo dos fatos.

Terminado o bloco “Girando com a notícia”, o apresentador retomava a locução e fazia comentários sobre as principais pautas anunciadas pelos repórteres. No decorrer da programação, os ouvintes telefonavam para falar ao vivo sobre algum tema destacado pelos repórteres ou comentado pelo apresentador. A audiência também introduzia outros assuntos, que podiam ou não ser replicados pelo apresentador ou incorporados pelos repórteres nas suas participações subsequentes ao longo do programa. A atividade da audiência, apresentando demandas, sugestões ou críticas sobre as situações do cotidiano da cidade podia acionar a participação de gestores públicos ou privados para responder ao tema pautado. Além das entradas ao vivo, a audiência participava constantemente através dos aplicativos de celular, enviando mensagens de texto, fotos ou pequenos vídeos. As mensagens de texto eram lidas pelo apresentador ao longo de todo o programa.

Havia também momentos de descontração no diálogo entre apresentador e ouvintes, principalmente quando o assunto era futebol. Em falas pontuais, parte da audiência comentava ironicamente vitórias ou derrotas dos seus times preferidos, provocando os torcedores adversários. O programa “Ponto Final” contemplava os comentários futebolísticos porque o apresentador, Roberto Fernandes, era também comentarista nas transmissões de jogos e muito engajado na vida esportiva da cidade, chegando a dirigir um dos mais tradicionais times de futebol do Maranhão: o Moto Club. O programa tinha ainda as entrevistas em estúdio, com algum convidado previamente agendado. Os entrevistados também eram acionados por telefone pela audiência, que fazia perguntas sobre o tema em pauta. Na maioria das vezes, apenas o apresentador conduzia as entrevistas.

O perfil dos apresentadores ajuda a entender as características de cada programa. Ambos – Roberto Fernandes e Silvan Alves – migraram da rádio Educadora AM, onde passaram longas temporadas, mas em momentos distintos, apresentando o “Roda Viva”, ícone dos programas jornalísticos com a participação da audiência. Na minha condição de ouvinte, percebi que Roberto Fernandes era bastante identificado com a Educadora AM, onde

³² O programa chegou a ter resenha da cobertura das duas casas parlamentares – Câmara dos Vereadores e Assembleia Legislativa – com a síntese dos assuntos abordados no dia anterior pelos políticos e as pautas em destaque no dia corrente. A resenha era feita por dois repórteres de Política.

trabalhou por cerca de uma década. Em março do ano 2000, a saída dele para a rádio Mirante AM, de propriedade do grupo de comunicação da família do senador José Sarney, foi muito comentada pelos ouvintes. Eles telefonavam para lamentar e criticar, porque viam na mudança de prefixo uma suposta perda de liberdade e autonomia do apresentador, visto que na Educadora AM, rádio católica, alinhada ao campo das oposições no Maranhão, o programa “Roda Vida” e seu primeiro apresentador eram tidos como referência de acolhida e repercussão das demandas da população e um fórum de debates no rádio local. Com a saída de Roberto Fernandes para a rádio Mirante AM, o programa “Roda Viva” foi assumido por Gilberto Lima, seguido de Tony Castro e posteriormente Silvan Alves, comunicadores de referência na radiofonia maranhense. Silvan Alves deixou o programa “Roda Viva” e mudou de emissora, contratado para apresentar um formato similar (“Manhã Difusora”), no mesmo horário, na rádio Difusora AM.

Existiam variações de forma e conteúdo entre os programas “Ponto Final” e “Manhã Difusora”, bem como no desempenho dos apresentadores e na quantidade de integrantes nas equipes de profissionais. O primeiro tinha apresentador e três repórteres. O segundo variava na composição da equipe: em determinados períodos tinha repórter, em outras ocasiões o programa era conduzido apenas pelo apresentador, com a participação da audiência. Quanto à atuação dos âncoras, percebi mais rigor e formalidade no desempenho de Roberto Fernandes na condução do programa. Silvan Alves frequentemente dispensava formalidades, mostrava-se mais descontraído, caricato, permissivo a galhofas, ironias e tiradas sarcásticas sobre o cotidiano da cidade. As zombarias eram feitas a ele próprio. Era possível notar que as dosagens do estilo jocoso no “Manhã Difusora” carregavam alguns tons do mesmo apresentador no programa policial “Blitz Difusora”. Esse seu comportamento informal não interferia em sua credibilidade junto aos ouvintes, que comumente telefonavam para elogiá-lo e dizer que acreditavam nas informações veiculadas nos dois programas.

“Manhã Difusora” abria com a hora certa e a saudação do apresentador, seguindo-se as informações sobre a administração da emissora: presidência, direção geral, direção de jornalismo e toda a equipe profissional e de apoio. Ele também anunciava as plataformas de participação da audiência, divulgando os números dos telefones, aplicativos de celular, redes sociais, email etc. Em seguida, iniciava os seus comentários sobre os assuntos do dia, recortando um tema para destaque. Ao longo do programa ocorriam as participações dos

ouvintes, dialogando com o apresentador, dentro ou fora do enquadramento dos assuntos tomados como preferidos pelo âncora.

Como dito anteriormente, as rádios AM eram parte dos sistemas Mirante e Difusora. O primeiro congregava a emissora de televisão afiliada à Rede Globo, o jornal O Estado do Maranhão, o portal imirante.com e várias de repetidoras de TV espalhadas em todas as regiões do estado, além de rádios FM localizadas em cidades estratégicas na geopolítica estadual. O segundo detinha a televisão afiliada ao SBT, o portal idifusora.com.br, rádio Difusora FM e emissoras em algumas regiões do Maranhão.

Portanto, os fluxos informativos migravam entre todas as plataformas de conteúdos jornalísticos das duas empresas. No programa “Manhã Difusora”, diariamente, a editora do principal programa de telejornalismo, o Jornal da Difusora, dialogava com Silvan Alves sobre como estava sendo preparado o telejornal, antecipando as notícias e reportagens que teriam destaque às 12h00 na TV³³. Os fluxos informativos transitavam também dos portais de notícias na internet, respectivamente, imirante.com e idifusora.com.br.

Havia, portanto, um permanente diálogo entre todas as plataformas de produção de notícias em ambas as empresas, de maneira que os programas de rádio AM alimentavam e eram subsidiados de conteúdo pelos portais (incluindo os *blogs* neles hospedados), programas jornalísticos de TV e jornal impresso (O Estado do Maranhão), este último apenas no sistema Mirante. Importante sublinhar que, nesse processo de produção de conteúdo, a participação dos ouvintes nos programas jornalísticos era aproveitada nas redações, sempre que o tema colocado pela audiência despertasse interesse nos critérios de noticiabilidade assumidos pelos veículos.

Assim, os departamentos de jornalismo dos dois sistemas sincronizavam a produção e o fluxo de notícias e reportagens, bem como monitoravam a participação da audiência, em várias circunstâncias aproveitada para a geração de pautas no jornal impresso, programas de rádio ou de televisão. Em que pese o diálogo entre as plataformas, convém registrar a relativa autonomia dos programas de rádio AM, permanentemente atualizados pela participação da audiência e em constante sintonia com as demais mídias dessas empresas de comunicação.

³³ Esse relato foi construído com base no acompanhamento dos programas “Ponto Final” e “Manhã Difusora”, na segunda e terceira semanas do mês de março de 2015.

Sobre a participação da audiência, apenas a título de ilustração, o Sistema Difusora de Comunicação veiculava³⁴ de segunda-feira a sexta-feira, pela manhã, o programa “Repórter Difusora”, apresentado por Robson Junior e Ricarto Baty, com reportagem de Bial Mendes. Das 07h00 às 08h00 o programa era transmitido simultaneamente nas emissoras AM e FM e tinha como principal característica a participação dos ORDs (Ouvintes Repórter Difusora), codinome criado por um dos ouvintes e adotado por toda a audiência, transformada em uma espécie de comunidade ORD. Às sextas-feiras um ORD era convidado a participar ao vivo da programação, no estúdio, após uma votação (espécie de concurso) em que vários ORDs se candidatavam e recebiam moções de apoio através da plataforma na internet e comentários dos apresentadores.

No início, o “Repórter Difusora” tinha como principal ferramenta de interatividade o perfil em uma rede social, mas esta plataforma foi desativada devido ao excesso de informações disponibilizadas pelos ORDs, sem que os apresentadores pudessem ler e comentar todos os conteúdos, gerando frustração na audiência. O perfil foi desativado e a participação passou a ocorrer apenas através de aplicativo de telefone celular. Os ORDs não falavam ao vivo. A participação ocorria apenas por envio de mensagens de texto, fotos e vídeos sobre os acontecimentos cotidianos. O “Repórter Difusora” tinha transmissão simultânea na AM e na FM das 7h às 8h e seguia apenas na FM das 08h00 às 09h00. Neste período, a AM veiculava o “Manhã Difusora”, apresentado por Silvan Alves³⁵.

Esta descrição consolida o panorama dos programas observados no segundo semestre de 2013 e nos dois primeiros meses de 2014, quando fiz o acompanhamento sistemático das duas emissoras, no turno matutino, com o objetivo de caracterizar as duas principais referências do radiojornalismo nas AM de São Luís com a participação dos ouvintes. Com essa exposição, contornei as características dos referidos programas e dos seus apresentadores, traçando um roteiro sintético do encadeamento dos blocos durante as transmissões, as especificidades dos âncoras e o trânsito de conteúdo jornalístico entre o estúdio das AM e os outros meios de comunicação dos sistemas Mirante e Difusora: televisão, portais de internet e mídia impressa. No tópico seguinte, discorro sobre o surgimento e a constituição estatutária da entidade dos ouvintes.

³⁴ Observação pertinente ao período de acompanhamento das emissoras, do segundo semestre de 2013 até o segundo semestre de 2015.

³⁵ Em 21 de dezembro de 2015 estreou na rádio Difusora AM o programa “Repórter 680”, das 18h00 às 19h00, em formato semelhante ao “Repórter Difusora”.

3.4. A SOCIEDADE DOS OUVINTES MARANHENSES DE RÁDIO (SOMAR)

A vontade de conhecer as pessoas que comumente telefonavam às emissoras foi o ponto de convergência para unir a audiência dos programas jornalísticos em uma rede mais consistente e organizada. Assim, os ouvintes até então dispersos, mas conectados pelas ondas do rádio, despertaram para a criação de uma associação. A proposta de criar uma entidade representativa da audiência de rádio AM está registrada na ata de fundação da SOA (Sociedade dos Ouvintes da AM), em 9 de dezembro de 2000, fruto da iniciativa de um grupo de pessoas de variadas classes sociais e diferentes profissões, cujo hábito comum era ouvir rádio, especialmente os programas jornalísticos de AM.

Os primeiros contatos que levaram à criação da entidade surgiram ao vivo³⁶, após uma sequência de participações que acabaram convergindo para o interesse comum de estabelecer contato pessoal entre os ouvintes. Um deles divulgou o seu telefone para que outros integrantes da audiência entrassem em contato. A sugestão instigou o ouvinte João Carlos Silva Gomes, já bastante motivado para conhecer pessoalmente as pessoas que participavam constantemente dos programas.

Eu anotei o telefone [...] e bati o papo com ele sobre esta ideia, esta proposta da gente criar uma organização pra gente se conhecer. Ele achou interessante, inclusive deu o nome que foi SOA (Sociedade dos Ouvintes AM) e daí no mês de dezembro de 2000 nós fizemos a primeira reunião ali no colégio Seleção. Tivemos inclusive a participação ilustre do radialista Carlos Alberto Lima Coelho. A gente considera ele como patrono que também foi um dos fundadores que começou esta arrancada dos ouvintes. Então, basicamente é isto, a necessidade da gente se conhecer e daí pensar o que poderia fazer para que o rádio pudesse ser aquilo que a gente espera que ele seja. (GOMES, 2013)

A proposta de estatuto, por sua vez, designa Sociedade dos Ouvintes de Rádio AM (SOAM). Posteriormente, segundo João Carlos Silva Gomes, houve consenso para denominá-la com o nome de fantasia SOMAR (Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio). Conforme o Artigo 2º da proposta de estatuto, a entidade tem por finalidades: a) estabelecer o entrelaçamento entre os ouvintes da Rádio AM; b) estimular os mesmos a apontar problemas de ordem sócio-cultural, políticos e econômicos da sociedade em geral; c) incentivar a comunidade a participar dos programas por telefone ou pessoalmente, debatendo e propondo soluções junto às autoridades competentes, visando assim, o exercício pleno da cidadania. Outro registro diz respeito ao posicionamento da entidade no contexto político e religioso. De

³⁶ No programa “Abrindo o Verbo”, apresentado por Geraldo Castro, na rádio Mirante AM, das 14h00 às 18h00, dia 11 de setembro de 2000.

acordo com a proposição estatutária, no Artigo 3º, a sociedade dos ouvintes da AM é desvinculada das seguintes questões: 1. político-partidária; 2. questões pessoais; 3. políticas assistencialistas; 3.1. auxílios e subvenções; 3.2. patrocínio de qualquer tipo de programa e/ou eventos; 4. questões religiosas.

Embora esteja sistematizada em ata e no esboço do estatuto, a entidade não foi oficializada em cartório; ou seja, não está formalmente legalizada. Também não há sede própria. Esses procedimentos burocráticos não efetivados punham a SOMAR na informalidade, do ponto de vista do registro cartorial. O seu funcionamento diário e prático ocorria na dinâmica do cotidiano da audiência dos programas, através da expressiva participação em todas as emissoras e na comunicação em *off* entre os ouvintes mais vinculados à entidade, para dialogar sobre os programas, o desempenho dos apresentadores, os temas relevantes e as intervenções da audiência em geral. Frágil do ponto de vista burocrático-administrativo, a organização se constituía na perspectiva de uma rede ativa de mobilização nas ondas do rádio. Os objetivos da criação foram percebidos de forma distinta pelos seus idealizadores:

A gente só se conhecia de voz. E na minha opinião essa seria a maior motivação: conhecer os ouvintes pessoalmente e principalmente terem uma integração, se encontrarem, saírem para comer um churrasquinho, participar de um aniversário, ter aquele encontro. Só que o João Carlos tinha um pensamento mais profundo em relação a isso, tanto que ele faz de vez em quando esses encontros, trazendo pessoas de fora para palestrarem. O meu sentido foi mais no sentido social. E no caso dele foi mais no sentido político, mas um político na melhor acepção do termo, não em termos de politicagem [...] mostrando até para os próprios locutores da importância do ouvinte, porque eu repito, realmente os ouvintes fazem, muitas vezes fazem a pauta. Os ouvintes têm uma participação imensa. Por isso a importância dessa coisa inédita chamada SOMAR. (OLIVEIRA, 2013)

Mesmo sem a institucionalidade oficializada, a entidade articulou junto à Assembleia Legislativa a criação do Dia Estadual do Ouvinte de Rádio, instituído em 21 de setembro, mediante o Projeto de Lei nº 193/08, de autoria do deputado Pavão Filho (PDT), conforme registro no Diário da Assembleia³⁷. Segundo o projeto, o Dia Estadual do Ouvinte de Rádio deve ser celebrado pelo poder público, através da Secretaria de Estado de Comunicação Social, em parceria com entidades representativas da categoria, promovendo debates, fóruns, seminários, entre outras atividades, visando evidenciar o trabalho dos atores que fazem o rádio no Maranhão.

³⁷ Disponível em: <http://www.al.ma.leg.br/arquivo/diario/diario28-10-08.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2015.

Além de uma data celebrativa, os integrantes da entidade vivenciaram a experiência de apresentar o programa “De ouvinte para ouvinte”, na rádio Timbira AM, no período de 23 de dezembro de 2007 a 22 de fevereiro de 2008, aos domingos, das 20h00 às 21h00. O nome foi sugestão do ouvinte Augusto da Camboa. Segundo o presidente da SOMAR, João Carlos Silva Gomes, que era um dos apresentadores, juntamente com o radialista Adilson Sousa, durante a transmissão o programa chegava a ter entre dez e quinze pessoas no estúdio, ao vivo, além dos entrevistados.

Nós pensamos o projeto da seguinte forma [...] No primeiro momento a gente quis dar espaço aos ouvintes fundadores, chamar para entrevistar e ele contar um pouco da sua história. Na época inclusive fizemos uma homenagem com Araújo do Coroadinho, porque tava a questão da Cemar nos medidores digitais e parabenizamos na época o Araujo por ter puxado essa luta. E em segundo momento a gente ia criar as pautas que seriam de interesse social. Porque dentro da SOMAR o que a gente imaginar de palestrante, seja de qual segmento for (saúde, educação, acessibilidade), nós temos o próprio palestrante dentro do próprio movimento. Então e gente queria criar esses espaços para se desenvolver temas objetivando projetos de solução. (GOMES, 201)

Ele atribuiu a curta duração do programa às dificuldades estruturais na emissora e defasagem nas condições de produção. “De ouvinte para ouvinte” foi veiculado durante o governo Jackson Lago (PDT), que havia derrotado Roseana Sarney na eleição de 2006, gerando uma grande expectativa de mudança no Maranhão. Para Gomes (2015), além do espaço para a produção e veiculação do programa “De ouvinte para ouvinte”, a SOMAR pretendia dialogar com o governador para reivindicar a participação da entidade na gestão da rádio Timbira AM, a mudança de endereço da emissora (até então funcionando no bairro de Fátima) e a criação do Conselho Estadual de Comunicação. Das três reivindicações, apenas a mudança de endereço efetivou-se. Depois de obter a cassação do mandato de Jackson Lago, em 2009, e retomar o governo do Maranhão, Roseana Sarney transferiu a emissora para o Palácio dos Leões e, conseqüentemente, cancelou a participação dos ouvintes naquilo que restou da programação jornalística.

Em alguns aspectos, a SOMAR funcionava segundo princípios do ativismo das redes sociais nas plataformas digitais. O registro sobre a mobilização puxada pelo ouvinte Araújo do Coroadinho contra a implantação dos medidores digitais da Cemar ganhou repercussão nos programas jornalísticos e até a adesão de alguns apresentadores, desembocando em ação judicial com o objetivo de suspender a troca dos aparelhos.³⁸ Apesar de ter uma pessoa de

³⁸ No ano de 2007, o ouvinte Araújo do Coroadinho pautou no rádio AM uma mobilização no seu bairro, o Coroadinho, contra a implantação dos medidores digitais da CEMAR, obtendo uma ampla adesão dos moradores, na maior parte de baixa renda, afetados com o aumento da conta de luz.

referência, o presidente, a organização dos ouvintes não obedecia a uma hierarquia ou quaisquer decisões de fóruns deliberativos. As reuniões da entidade eram esporádicas e não tinham encaminhamentos práticos para uma ação conjunta no cotidiano. A horizontalidade era uma característica materializada na ação direta e autônoma dos ouvintes, sem interferência da direção. No entendimento do presidente da SOMAR:

A entidade não é a base de sustentação para argumentação de qualquer pessoa, até porque dentro do movimento da SOMAR a gente prima pela liberdade de expressão. Cada ouvinte é livre para expressar aquilo que ele acha conveniente. (GOMES, 2013)

Ele descartou a utilização de ações combinadas entre os ouvintes para direcionar a audiência a um programa e pautá-lo com um objetivo pré-definido; mas, ao mesmo tempo, evidenciou a comunicação paralela entre os ouvintes, em *off* (por telefone), para orientar a participação nos programas. “Então não há uma combinação, há troca de informações. A gente liga pra um ouvinte e diz: ‘olha tão falando isto de ti, fulano de tal falou isto, acho que é bom tu voltar lá’, isto é uma preocupação” (GOMES, 2013).

Os temas das reuniões da SOMAR eram variados. Geralmente a entidade convidava um palestrante para expor sobre o assunto escolhido e em seguida os participantes intervinham. João Carlos Silva Gomes citou como relevante a mobilização dos ouvintes no rádio para motivar a audiência a apoiar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular de Combate à Corrupção Eleitoral e Administrativa, o “Ficha Limpa”.

Embora os programas jornalísticos de rádio AM fossem demarcados por uma forte agenda político-partidária, visto que diariamente a audiência comentava e opinava sobre a atuação dos gestores e detentores de mandatos parlamentares, a SOMAR não se manifestava oficialmente nos períodos eleitorais sobre candidaturas, não publicava notas de apoio, nem de solidariedade ou moções de repúdio quando havia fatos polêmicos envolvendo as gestões e atos públicos dos prefeitos ou governadores. Porém, os integrantes da entidade, individualmente, manifestavam as suas opiniões diariamente nos programas de rádio, aderindo ou refutando posições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou dos temas gerais pautados nas emissoras.

Alguns integrantes costumavam frequentar eventos relacionados aos meios de comunicação: audiências públicas, palestras com a participação de ministros e outras autoridades do governo federal, solenidades realizadas pelo Governo do Estado do Maranhão,

debates sobre a atividade profissional dos jornalistas e radialistas, encontros e congressos de entidades dos movimentos sociais engajados em lutas pela democratização da comunicação, entre outras atividades.

Em 21 de setembro de 2015, a SOMAR realizou um encontro de confraternização para celebrar o Dia do Ouvinte. Neste evento ficou definido que a entidade teria reuniões periódicas (uma vez por mês), às 19 horas, na galeria Trapiche Santo Ângelo, no Centro Histórico de São Luís, sendo a primeira realizada dia 5 de outubro, quando foram tratados assuntos relacionados à atualização e aprovação do estatuto, bem como outras providências burocráticas para efetivar o registro da entidade. Em 3 de novembro de 2015 foi eleita a nova diretoria, tomando-se também como deliberação o registro da entidade através do cumprimento das formalizações junto ao cartório (estatuto).

O registro sobre a criação da entidade, das suas principais ações e atividades desempenhadas, principalmente no cotidiano dos programas jornalísticos, evidenciam a permanência de uma prática ativa da audiência. Até o fim da coleta de dados da presente tese, a entidade continuava exercendo seu papel de congregar os ouvintes e participar dos programas, buscando manter a fidelidade aos princípios estabelecidos no momento de sua formação.

4. A PALAVRA FALADA EM PULSAÇÃO

Visando capturar o objeto de estudo na sua totalidade, observando as suas singularidades e particularidades, é necessário fazer uma abordagem que percorra tanto o ciclo da produção (o ponto de partida da emissora) quanto a fase do consumo (a audiência ativa do ouvinte participativo da SOMAR).

Interessa, sobretudo, a fronteira discursiva produzida entre a fala oficial dos apresentadores/repórteres e a pulsação dos outros falantes – os ouvintes vinculados à SOMAR. Considerando a complexidade do objeto, desenvolvi o corpo teórico envolvendo: 1) o circuito produção/recepção, no eixo teórico dos Estudos Culturais (ritualidade); 2) o contexto participativo nos programas jornalísticos, com ênfase na tensão entre o ativismo da audiência e o controle das emissoras (institucionalidade e socialidade); 3) as especificidades das ações participativas, marcadas pela ressignificação da oralidade e da retórica no rádio (tecnicidade).

Em suas intervenções propositivas, informativas, sugestivas, afirmativas ou divergentes em relação ao apresentador, os ouvintes acionavam dispositivos de conhecimento do mundo que passavam, necessariamente, pela linguagem. No rádio, a palavra falada, somando-se aos efeitos sonoros, às vinhetas de identificação dos programas e seus apresentadores, às trilhas para a chamada dos repórteres e aos intervalos de silêncio compõem os elementos da linguagem radiofônica sobre os quais erguem-se os discursos.

Este capítulo apresenta as ideias básicas de autores dos Estudos Culturais, acopladas aos conceitos de oralidade e retórica, na relação com o rádio. Nessa abordagem, busco as principais referências em Aristóteles (1959) e Vieira (2013), fundamentais para entender o papel do auditório no processo de persuasão. Pretendo demonstrar, nessa perspectiva, a relevância da recepção na feitura dos discursos, embasamento necessário para fundamentar a ação dos ouvintes nos programas jornalísticos.

4.1. A SINTONIA DOS ESTUDOS CULTURAIS

O mapeamento dos Estudos Culturais (Escosteguy, 2010) permite visualizar os pontos de conexão para entender as formulações dos seus principais autores na perspectiva de um movimento teórico-político, surgido na Inglaterra em fins dos anos 1950, na sua gênese constituído pelos textos-fonte de Richard Hoggart: *The Uses of Literacy* (1957), Raymond

Williams: *Culture and Society* (1958) e E. P. Thompson: *The Making of the English Working-class* (1963), referenciados no pólo de pesquisa *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS). A origem britânica dos Estudos Culturais destoa de uma explicação da cultura atrelada às determinações exclusivamente econômicas. Para além da base material, existem diversas forças de ordem política e cultural em conflito na complexa constituição da sociedade. Outras características da fundação britânica, anotadas por Escosteguy (2010), merecem destaque na busca de delimitar os Estudos Culturais: 1) contêm uma “dupla agenda”, sistematizada no projeto teórico e político; 2) dizem respeito a uma área ou campo onde interatuam diferentes disciplinas buscando compreender os aspectos culturais da sociedade.

A produção teórica dos culturalistas britânicos ganha o mundo e passa por adaptações. Na perspectiva latino-americana, construída a partir dos anos 1970, os Estudos Culturais manifestam interesse pelo popular como categoria relevante. Discorrendo sobre o papel do Romantismo no processo de emergência do povo na cultura, Martín-Barbero (2009) levanta as contradições. Se por um lado os românticos proporcionaram o resgate da atuação do povo na cultura, provocando o reconhecimento desse fazer cultural outrora atribuído apenas à oficialidade hegemônica, por outro o Romantismo deformou a emergência da cultura popular ao configurar-lhe o *status* de autonomia, sequestrando-a da mistura com a cultura hegemônica. Sem a circulação cultural não vigora o processo histórico de formação do popular e as diferenças culturais são negadas.

E, ao ficar sem sentido histórico, o que se resgata acaba sendo uma cultura que não pode olhar senão para o passado, cultura-patrimônio, folclore de arquivo ou de museu nos quais conservar a pureza original de um povo-menino, primitivo. Os românticos acabam assim encontrando-se com seus adversários, os ilustrados: culturalmente falando, o povo é o passado! (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 40)

Algumas marcas da ideia de povo no Romantismo são recuperadas em certos traços das práticas revolucionárias anarquistas (Martín-Barbero, 2009), enquanto os marxistas optam por envernizar o povo com a insígnia de proletariado, sob a égide da luta de classes. Românticos e anarquistas convergem em determinados pontos. A subjetividade dos primeiros é ressignificada na luta política dos segundos, de tal forma que o conceito de povo como sujeito social visa enfrentar todas as formas de opressão. “A verdade e a beleza naturais que os românticos descobriram no povo se transformam agora nas virtudes naturais que são seu instinto de justiça, sua fé na Revolução como único modo de conquistar “sua dignidade” (Martín-Barbero, 2009, p. 42).

O autor critica o estreitamento da visão marxista ao enxergar as diferenças culturais somente pelo olhar do desnível de classe, implicando em uma “dificuldade profunda do marxismo para pensar a questão da pluralidade de matrizes culturais, a alteridade cultural” (Martín-Barbero, 2009, p. 49).

Nesta análise, os Estudos Culturais latino-americanos comungam da mesma crítica dos britânicos à ortodoxia marxista que, segundo os culturalistas, reduziu a análise do capitalismo forçosamente apenas ao aspecto econômico, à luta de classes e às relações de produção. A crítica a alguns pressupostos clássicos, especialmente sobre a relação infraestrutura/super-estrutura, abriu uma fronteira teórica e delineou novas formas de pensar as relações entre as condições materiais e a ideologia, descolando-se de uma concepção de cultura associada à reprodução do capital. “Assim, os estudos culturais iriam desenvolver uma relação constante e conflituosa com o marxismo, tão próxima que seria possível, na descrição divertida de Stuart Hall, *gritar com ele*” (CEVASCO, 2003, p. 96). Desse tensionamento aflorou uma posição “humanista socialista” e a formulação de uma perspectiva teórica fundamentada no materialismo cultural. Foi esta, portanto, a substância conceitual surgida do refinamento do marxismo ortodoxo no plano teórico. E, no plano político, da crítica ao centralismo democrático do stalinismo na União Soviética, do autoritarismo dos líderes comunistas, da burocracia partidária e das outras deformações ocorridas na gestão dos países que deflagraram revoluções socialistas.

O caminho adotado por Hall (2003) decorre dos aportes teóricos egressos da virada linguística e do estruturalismo. Portanto, os Estudos Culturais “chamam a atenção para o potencial estruturante que cada meio, incluindo a linguagem, possui. E examinam, sob influência direta de Barthes, Eco e Bakhtin, o sistema de signos mediante os quais o sentido dos meios de massa alcançam a audiência.” (GOMES, 2004, p. 105). Ao rejeitar a ideia de sentido transparente dos textos midiáticos, os intelectuais do CCCS (*Centre for Contemporary Cultural Studies*) aprofundam-se nos estudos que despertam o potencial da audiência ativa, buscando explicá-la pelo viés da pluralidade de sentidos; da assimetria entre os códigos; da interferência do contexto (político e social diferenciado) na decodificação; e do processo de negociação entre a emissão e a recepção.

O circuito produção/consumo foi uma das fontes inspiradoras do ensaio de Hall (2003), “*Encoding and decoding on television discourse*”, no qual aponta três formas de decodificação dos produtos culturais: hegemônica, negociada e de oposição. Um dos objetivos

do texto sobre codificação e decodificação era combater a escola funcionalista nos estudos de recepção. “O artigo se posiciona contra uma certa unilinearidade implícita nesse último modelo, seu fluxo unidirecional, isto é, o emissor origina a mensagem, a mensagem é, ela própria, bastante unidimensional, e o receptor a recebe.” (HALL, 2003, p. 354). No aspecto político, reitera o combate ao modelo de comunicação “demasiado determinista”, conformando a influência do estruturalismo e da semiótica nos Estudos Culturais; ou seja, a negação da ideia de um público passivo e indiferenciado e o fortalecimento dos pressupostos sobre a percepção variada das mensagens na decodificação. Essa é a base sobre a qual os estudos de recepção passam a erguer um novo viés teórico, cujo ápice, nos Estudos Culturais, está no ensaio sobre codificação/decodificação.

Na abordagem sobre a origem, o trânsito e a recepção da mensagem, Hall (2003) busca na economia política (MARX, 1977) as relações entre produção, circulação e consumo no processo de formação e reprodução do capital. Nesse diálogo, o arcabouço teórico marxista fornece consistência à proposição do circuito de Hall para interpretar a cadeia produtiva nos meios de comunicação de massa.

As estruturas institucionais de radiodifusão, com suas práticas e redes de produção, suas relações organizadas e infra-estruturas técnicas, são necessárias para produzir um programa. Aproveitando a analogia de *O capital*, esse é um “processo de trabalho” no modo discursivo. A produção, nesse caso, constrói a mensagem. Em um sentido, então, o circuito começa aqui. É claro que o processo de produção não é isento de seu aspecto “discursivo”: ele também se constitui dentro de um referencial de sentidos e ideias: conhecimento útil sobre rotinas de produção, habilidades técnicas historicamente definidas, ideologias profissionais, conhecimento institucional, definições e pressupostos, suposições sobre a audiência e assim por diante delimitam a constituição do programa através da tal estrutura de produção. (HALL, 2003, p. 389)

Estão claros, pois, os requisitos da produção. Eles são os dispositivos materiais (meios), acionados no conjunto de relações sociais (produção), a partir da organização e combinação de práticas dentro dos aparatos de comunicação. A produção envolve, portanto, aparatos, relações e práticas. Hall (2003) refere-se ainda às estruturas de produção discursiva da televisão como um sistema aberto, sujeito às interferências das diversas agendas que perpassam o espectro sócio-cultural e político. A seleção dos assuntos, bem como o tratamento dos mesmos, abraça um amplo arcabouço nas rotinas de produção. Ao acionar os dispositivos do circuito, hierarquizando e disponibilizando temas, enquadramentos e construções discursivas, os meios de comunicação operam mecanismos ideológicos.

Os *media* produzem mercadorias simbólicas e sua produção não pode ser alcançada sem passar pelo crivo da linguagem, pois é necessário traduzir o evento real numa forma simbólica. Esse é o processo de codificação em que a seleção dos códigos preferenciais parece corporificar uma explicação “natural”, mostrando-se como a única forma inteligível e disponível do evento. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 69)

Para formular as três posições hipotéticas ou ideais-típicas na abordagem sobre codificação/decodificação, Hall retoma os argumentos de Marx sobre a produção e o consumo. Os dois estão relacionados e mutuamente influenciados, mas, simultaneamente, operados por um movimento mediador entre ambos. Segundo Hall, circulação e recepção constituem “momentos” do processo de produção televisiva. Assim, a recepção ou o consumo é considerado também um “momento” da produção, momento este - da produção - predominante porque constitui o ponto de partida para que a mensagem seja concretizada. “Produção e recepção da mensagem televisiva não são, portanto, idênticas, mas estão relacionadas: são momentos diferenciados dentro da totalidade formada pelas relações sociais do processo comunicativo como um todo.” (HALL, 2003, p. 390).

Convém ainda reforçar que as posições hipotéticas na abordagem de Hall (2003) incorporam contribuições da semiologia, essenciais para compreender as relações entre comunicação e cultura. De Bakhtin (2009), os conceitos de dialogismo aplicados à comunicação; o ambiente do uso do signo (observado tanto o contexto lingüístico quanto o extralingüístico); bem como o caráter polissêmico (ou multiacidentalidade) da linguagem; e, sobretudo o papel ativo dos receptores, passam a compor o repertório teórico dos estudos de recepção. De Barthes (2004), destaca-se a aplicação do método interpretativo originário da lingüística para a leitura da moda, do cinema, da fotografia, das matérias jornalísticas e da publicidade, que “abriu novas possibilidades para os Estudos Culturais, constituindo-se mesmo como o texto fundador da sua prática crítico-ideológica” (GOMES, 2004, p. 157-158).

A partir do grande arco teórico marxista e das questões pertinentes à linguagem, Hall monta a matriz conceitual da abordagem sobre codificação/decodificação, destacando que “é nessa forma discursiva que a circulação do ‘produto’ se realiza, bem como sua distribuição para diferentes audiências.” (HALL, 2003, p. 388). Para que o circuito seja completado e produza efeitos, é necessário que o discurso (concluído) passe por um processo de tradução, quando é transformado novamente em práticas sociais, decorrendo três posições na codificação/decodificação: hegemônica-dominante, negociada e de oposição (HALL, 2003).

Desta formulação desdobram-se algumas observações. A primeira é a mobilidade da audiência nas três posições. A decodificação não ocorre isolada e fixa em uma só posição. Ela é deslizante. A segunda refere-se à posição negociada, na qual chamam atenção as contradições que atravessam a ideologia dominante. “Os códigos negociados operam através do que podemos chamar de lógicas específicas ou localizadas: essas lógicas são sustentadas por sua relação diferencial e desigual com os discursos e as lógicas do poder” (HALL, 2003, p. 402). A terceira observação aborda a posição mais extrema da decodificação - aquela que proporciona uma “leitura contestatária”, onde se trava a “política da significação” – a luta no discurso (HALL, 2003, p. 402). Esta síntese coloca a recepção em uma posição privilegiada no campo teórico, estimulando outras investigações no mesmo recorte. A obra “Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil” (JACKS; MENEZES; PIEDRAS, 2008) traça um mapeamento das pesquisas acerca das abordagens e enfoques sobre as relações entre a produção e a recepção. No tópico sobre gêneros e temas, afirma que:

Esse balanço dos estudos sobre o papel das identidades como mediadoras dos processos de recepção, por um lado, e sobre o papel dos meios na construção das identidades contemporâneas, por outro lado, mostra que essa é uma relação intrínseca e complexa, na qual os receptores têm presença ativa, embora ainda subordinada à agenda dos meios. Como cidadãos, entretanto, têm outros espaços institucionais – escola, partido, associações e família, entre outros – onde exerce sua autonomia e participação (JACKS; MENEZES; PIEDRAS, 2008, p. 265-266)

A audiência opera em trânsito na rede de circulação de conhecimentos gerados na arena de luta dos significados. Escrito em 1973, o ensaio “*Encoding and decoding on television discourse*” atualiza-se nas formulações do autor sobre a construção da identidade cultural na pós-modernidade e a percepção de Hall (2002) acerca do indivíduo fragmentado e descentrado, diluído nos múltiplos espaços institucionais e informais do cotidiano e do mundo globalizado, simultaneamente. Esse indivíduo plural é um componente importante para entender a formação da audiência e dos processos de recepção e das mediações no contexto da diversidade cultural e das distintas formas de consumo, apropriação e ressignificação da produção massiva.

Características desse indivíduo plural podiam ser observadas nos ouvintes dos programas jornalísticos de rádio AM e nos modos como eles tomavam posse da palavra e empoderavam-se no processo da recepção. A produção de conteúdo nas emissoras ocorria em um fluxo contínuo de acomodações e tensões entre a lógica profissional das empresas/rádios e a prática cultural da audiência, mediando os conteúdos a partir da vivência cotidiana nos bairros, nas vias de deslocamento de casa para o trabalho, nos ambientes laborais, escolares,

associativos e também dos outros meios de comunicação. O diálogo entre o comunitário e o massivo encontrava nos programas jornalísticos de rádio o ouvinte orador, falante, consumidor e produtor de conteúdo. Segundo Felippi (2006, p. 138):

Os estudos culturais, a partir dos anos 1980, interessaram-se em saber como os grupos - geralmente os não hegemônicos - desenvolviam as leituras dos produtos culturais, e suas pesquisas permitiram a abertura de horizontes na compreensão dessa instância, procurando entender como e porque se dá o consumo de bens simbólicos produzidos pela mídia, como e quais os sentidos elaborados pelo receptor e os usos feitos desses bens. A recepção passa a ser entendida como uma forma de incorporação dos indivíduos na sociedade contemporânea, de produção de sentidos e, portanto, de cultura.

Assim, a pergunta central - como a recepção modifica o âmbito da produção (?) - busca nos Estudos Culturais o aporte teórico para entender o processo de ação dos ouvintes nos programas jornalísticos, marcados por uma intensa participação por telefone, caracterizando uma audiência ativa no processo de comunicação. Tomando os Estudos Culturais como eixo principal, o quadro teórico agrega outros conceitos necessários à captura do objeto de estudo - oralidade e retórica - para discutir dois aportes fundamentais no processo de participação da audiência, remetendo necessariamente às imbricações entre o rádio e a cidade.

4.2. ORALIDADE, RÁDIO E RETÓRICA

Nesta seção, discorro sobre as relações entre a cultura oral e o rádio, tomando como foco a recepção. Das primeiras manifestações da oralidade até o estágio contemporâneo - a oralidade eletrônica - houve diferentes estratégias dos locutores para mobilizar a audiência. Esta, por sua vez, configurou-se em distintos auditórios, coletivos ou individualizados. Nesse contexto, a constante busca pela conquista e mobilização da audiência teve na retórica a elaboração de uma disciplina para persuadir os auditórios.

Para desenvolver o encadeamento desses conceitos, tomei como ponto de partida a lírica e a performance, presentes na poesia de Lesbos (2011), caracterizada pela ausência da escrita. As contribuições de Ong (1998) fundamentam a transição e o diálogo entre a cultura oral primária e secundária, bem como as suas reconfigurações no telefone e no rádio. Com estudos focados na Era Medieval, Zumthor (1993) trata do resíduo cultural da oralidade em diálogo com a escrita - a oralidade mista. Essa característica pode ser observada também no processo de afirmação da esfera pública burguesa, tema abordado por Habermas (1984). As

relações entre a voz, o corpo e a cidade são explorados nas formulações de Nunes (1993) e Sennet (2003).

Em síntese, tracei o longo caminho da resignificação da oralidade, até o momento em que os aditivos da eletrônica – o rádio em especial – transformaram a relação entre os locutores e os ouvintes, possibilitando a individualização da audiência e, simultaneamente, desenvolveram mecanismos de participação, destacando-se a utilização do telefone pela audiência nos programas jornalísticos. Para o interesse especial da tese, evidencio as manifestações argumentativas da recepção, em diálogo com a produção. Nesse encaminhamento, o auditório é o tema relevante nas elaborações sobre retórica, segundo Aristóteles (1959) e Vieira (2013). Ambos sistematizam o conjunto argumentativo do orador para mobilizar as paixões da audiência.

Nos programas jornalísticos de rádio AM, os ouvintes recorriam aos fundamentos da retórica para comentar sobre os assuntos de interesse da cidade. A argumentação, núcleo central da retórica, era uma prática constante na elaboração participativa da audiência radiofônica. Assim, as mutações da oralidade e a construção de um conjunto de habilidades persuasivas também compunham matrizes culturais de central importância para compreender a prática da audiência participativa.

Na Grécia arcaica e posteriormente no período clássico (c. 480-323 a. C.), a poesia formatada em canção era representada principalmente por Safo de Lesbos³⁹, no estilo da *performance*, que consistia na recitação de poemas, geralmente acompanhada pelo instrumento musical – a lira. Cantado ou recitado, esse gênero poético, denominado mélica ou lírica, era predominantemente oral. Segundo Giuliana Ragusa, ao fazer a introdução da obra de Lesbos (2011, p. 11):

A oralidade, portanto, marca profundamente a circulação dessa poesia em *performances* e *reperformances* profissionais e/ou amadoras a uma determinada audiência, de certo modo, em dada ocasião, colocada assim em ligação estreita com a vida cotidiana da comunidade em que se fazia e pela qual passava, ligação esta que lhe confere um caráter fundamentalmente pragmático.

³⁹ Safo de Lesbos nasceu de família aristocrática em Éresos, na costa ocidental da ilha de Lesbos (mar Egeu), em torno de 630 a.C. Passou a maior parte da vida na costa oriental, em Mitilene, onde teria morrido por volta de 580 a.C. É um dos expoentes da poesia grega, sendo a única mulher no conjunto de poetas da Grécia arcaica.

Na gênese literária da mélica, o canto apresenta-se como forma de expressão verbal. A canção popular, vinculada às manifestações sonoras e festivas das sociedades tradicionais eram presentes no culto aos deuses, na celebração das colheitas, nos casamentos, na recepção da chuva ou na passagem de estações, relativas aos momentos fúnebres ou comemorativos, no acompanhamento do trabalho e nos hinos de guerras. Esses cantos compunham o mosaico cultural que atravessava o ritmo da vida cotidiana daquele período grego. De alguma forma, a mélica tem suas raízes mais profundas no canto das tradições populares, onde improvisava-se a performance nos ritos de trabalho e nas celebrações. A oralidade, portanto, estava presente não apenas em uma dimensão estética da mélica, mas na vida comum que foi atravessando várias eras, até a oralidade eletrônica do rádio, adicionada pelo telefone.

No processo evolutivo de constituição humana, houve eras em que a oralidade predominava, sem qualquer indício de uma cultura escrita ou da impressão. Esse período corresponde ao que Ong (1998) denomina oralidade primária. A palavra falada como ação e poder na dinâmica das culturas orais remete a uma etapa no desenvolvimento das habilidades humanas ainda não tocada pela escrita.

Sem a escrita, as palavras em si não possuem uma presença visual, mesmo que os objetos que elas representam sejam visuais. Elas são sons. Poder-se-ia “evocá-las” – “reevocá-las”. Porém não estão em lugar algum onde poderiam ser “procuradas”. Não têm sede, nem rastro (uma metáfora visual, que mostra a subordinação à escrita), nem mesmo uma trajetória. São ocorrências, eventos. (ONG, 1998, p. 42)

Assim, para entender as especificidades da oralidade, torna-se necessário confrontá-la com a emergência da escrita, observando os aspectos que refletem as aproximações e distanciamentos entre as duas formas. A primeira demarcação é temporal. Ao defender o primado da oralidade, Ong (1998, p. 10) chama atenção para o tempo de predominância e destaca a longevidade da cultura oral primária em comparação com os primeiros registros escritos.

O Homo sapiens existe há cerca de 30.000-50.000 anos. O mais antigo registro escrito data de apenas 6.000 anos atrás. O estudo diacrônico da oralidade e da cultura escrita e dos vários estágios na evolução de uma para outra estabelece um quadro de referência no qual é possível entender melhor não apenas a primitiva cultura oral e a subsequente cultura escrita, mas também a cultura impressa, que leva a escrita a um novo patamar, e a cultura eletrônica, que se apoia tanto na escrita como na impressão. Nesse quadro diacrônico, passado e presente, Homero e televisão podem se esclarecer mutuamente.

O ser humano totalmente imerso na oralidade primária está preponderantemente relacionado com o som, que proporciona uma linguagem para ser falada e ouvida, apesar de haver outras formas de comunicação por sinais e gestuais. No entanto, é a oralidade que assume função capital ao disponibilizar os mecanismos de articulação do som, presentes nos fonemas. As primeiras manifestações da oralidade, segundo Nunes (1993), estão presentes no choro da criança, no ato de nascimento, posteriormente aperfeiçoadas nos ruídos e gritos da comunicação estabelecida com a voz dos pais. As formulações de Ong (1998), segundo Nunes (1993, p. 101), servem para constatar “o valor mágico outorgado à palavra pelas culturas orais primárias, aquelas que desconhecem a escrita, pois a palavra falada é animada por um poder e confere poder sobre as coisas. A palavra é manifestação e apreensão da realidade.”

A palavra falada e ouvida durante o período de predominância da oralidade primária ganha uma nova formatação e dinâmica a partir do momento em que os sons são “traduzidos” em sinais sonoros e disponibilizados em suportes como pedra, couro, papiro e papel. A escrita, por sua vez, configura um processo de tecnologização da palavra, ao adequá-la a novos suportes, quando a palavra passa por um processo de espacialização (ONG, 1998). Cabe observar, no entanto, que o surgimento da escrita não anula a oralidade ou estabelece entre elas uma fronteira intransponível. Os textos escritos mantêm vínculos com o mundo sonoro. Há, portanto, uma imbricação entre ambas as formas. Situadas no tempo, oralidade e escrita são comparadas no modo sincrônico porque habitam conjuntamente determinada etapa histórica.

O conceito adicional introduzido por Ong (1998) refere-se à oralidade secundária. Esta ganha força na era eletrônica, com a aplicação dos dispositivos tecnológicos que permitem novas dinâmicas à fala - a oralidade dos telefones, do rádio e da televisão. O autor concentra-se nas evidências de que a escrita e outros dispositivos não restringiram ou eliminaram a oralidade, advogando a natureza do som como requisito essencial para entender a importância da cultura oral primária: o som como movimento, ação, poder e dinâmica. “Numa cultura oral, a redução das palavras a sons determina não apenas os modos de expressão, mas também os processos mentais.” (Ong, 1998, p. 44.) No campo das diferenças, pode-se ressaltar que a oralidade está imersa na emoção, na vida coletiva, integrando o processo de coesão social da tribo. A fala produz acontecimento. A conversação é agregadora e cria uma identidade social. As narrativas orais favorecem a memória e fortalecem a figura do ancião como donatário da verdade. Ong (1998, p. 19) caracteriza a oralidade primária em

distinção à secundária. Enquanto aquela firma-se pela total ausência da escrita, esta constitui-se mesclada pelos dois suportes – a voz e os registros quirográficos.

É “primária” por oposição à “oralidade secundária” da atual cultura de alta tecnologia, na qual uma nova oralidade é alimentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão ou por outros dispositivos eletrônicos, cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão. Atualmente, a cultura oral primária, no sentido restrito, praticamente não existe, uma vez que todas as culturas têm conhecimento da escrita e sofreram alguns de seus efeitos. Contudo, em diferentes graus, muitas culturas e subculturas, até mesmo num meio de alta tecnologia, preservam muito da estrutura mental da oralidade primária.

Portanto, pensar a oralidade requer remissões à proximidade com a escrita. Diversas práticas cotidianas apontam nesse sentido, inclusive na atividade profissional no rádio. Em ambientes altamente letrados, escrita e oralidade complementam-se. Tomo como ilustração um concurso para professores universitários. Na prova escrita, os candidatos esmeram-se em produzir um texto para, em seguida, ser lido em voz alta diante da banca de avaliação. Nos antigos programas de rádio, as cartas dos ouvintes também eram lidas, ao vivo. Os formatos contemporâneos de programas jornalísticos preservam a leitura das manchetes dos jornais impressos. Nas revistas radiofônicas ou nos programas comunitários, os apresentadores costumavam repercutir textos de *blogs* e *sites*, assim como a leitura de mensagens de texto enviadas por telefone celular. Nos programas de literatura, era usual a recitação de poemas, a partir de textos impressos; e os atores das radionovelas passavam antes por um processo de leitura e interpretação dos roteiros escritos. O mesmo parâmetro serve para o radioteatro. No gênero propagandístico, os *spots* são gravados a partir de textos publicitários. Ong (1998, p. 16) reconhece a força expressiva da escrita, mas pondera a pulsação da oralidade.

Todos os textos escritos devem, de algum modo, estar direta ou indiretamente relacionados ao mundo sonoro, habitat natural da linguagem, para comunicar seus significados. “Ler” um texto significa convertê-lo em som, em voz alta ou na imaginação, sílaba por sílaba na leitura lenta ou de modo superficial na leitura rápida, comum a culturas de alta tecnologia. A escrita nunca pode prescindir da oralidade.

No rádio, a produção de conteúdo ocorre de duas formas: pela oralidade primária ou pela vocalização de um texto escrito. Portanto, a oralidade e a escrita estão situadas em uma fronteira, são camadas. Na escalada do desenvolvimento tecnológico, a descoberta da impressão como estágio posterior à escrita demarcou um efeito de comparação distinto do processo desencadeado com o advento dos meios eletrônicos de comunicação. Diferente do manuscrito e da tipografia, o salto tecnológico do rádio e da televisão colocaram a oralidade em outro patamar. No entendimento de Ong (1998, p. 11):

Nossa compreensão das diferenças entre oralidade e cultura escrita não pôde se desenvolver antes da era eletrônica. Os contrastes entre a mídia eletrônica e a impressão aguçaram nossa percepção do contraste anterior entre escrita e oralidade. A era eletrônica é também uma era de “oralidade secundária”, a oralidade dos telefones, do rádio e da televisão, cuja existência depende da escrita e da impressão.

Zumthor (1993, p. 18), por sua vez, apresenta diferentes tipos de oralidade, “correspondentes a três situações de cultura”. Além da primária e da secundária, acrescenta a oralidade mista. A primária é caracterizada por nenhum contato com a escritura, presente nas sociedades sem qualquer domínio de registros gráficos ou vivendo em grupos isolados e sem alfabetos.

Não há dúvida, entretanto, de que a quase totalidade da poesia medieval realça outros dois tipos de oralidade, cujo traço comum é coexistirem com a escritura, no seio de um grupo social. Denominei-os respectivamente oralidade *mista*, quando a influência do escrito permanece externa, parcial e atrasada; e oralidade *segunda*, quando se recompõe com base na escritura num meio onde esta tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário.

As reflexões de Zumthor (1993) subsidiam a formulação de Cunha (2001, p. 40) sobre oralidade, cultura e radiofonia:

No campo da cultura, da linguagem e da narrativa estão leitor, oralidade e escrita. Nesse espaço, rádio e literatura buscam seus meios de transmissão da palavra. O rádio encontra no áudio o seu suporte e a literatura no livro. São objetos diferentes, que encontram semelhanças pelo ato de narrar, pela dependência de uma linguagem e pela existência na cultura.

O diálogo entre oralidade e escrita, do ponto de vista diacrônico, encontra em Habermas (1984) novos argumentos que corroboram a coexistência da expressão oral e dos registros gráficos, desta feita em uma fase de consolidação e afirmação da cultura impressa, após o advento da tipografia. No processo de afirmação da esfera pública burguesa, na dinâmica de uma sociedade já marcada pela presença dos jornais e de outros formatos impressos, a oralidade adiciona-se aos textos escritos, amalgamando duas camadas no processo de difusão de ideias, caracterizado fundamentalmente pelo ativismo dos auditórios. A palavra falada nos cafés, nos salões de leitura, nas associações de comensais e nas ruas repercute a intensa mobilização da audiência no século XVIII.

4.2.1 Cultura oral e imprensa no palco da conversação

Na montagem do eixo argumentativo da obra “Mudança estrutural da esfera pública”, Habermas (1984, p. 24) percorre as formas de organização social desde o período grego, passa pela Idade Média e o Renascimento, até chegar a um momento fronteiro:

A última configuração da representatividade pública, ao mesmo tempo reunida e tornada mais nítida na corte dos monarcas, já é uma espécie de reservado, em meio a uma sociedade que ia se separando do Estado. Só então é que, num sentido especificamente moderno, separam-se esfera pública e esfera privada.

Mas, a gênese da esfera pública burguesa só será melhor delimitada no movimento mais denso das transformações econômicas que demarcam o salto entre o primitivo capitalismo financeiro e o mercantilismo, momento em que o Estado passa a controlar a administração dos negócios, através dos impostos, do domínio sobre as transações comerciais (troca de mercadorias e informações) e do poder dos exércitos (Habermas, 1984). As cidades transformam-se em centros produtores e difusores de informações. Paralelamente à troca de mercadorias e ampliação do comércio, desenvolvem-se os sistemas de correspondências, os primeiros correios e a imprensa, mas sob forte comando centralizado. “Para os comerciantes basta, no entanto, um sistema de informações reservado às corporações profissionais e às chancelarias urbanas e da corte, um sistema de informações interno. Não lhes interessa a publicidade da informação” (HABERMAS, 1984 p. 31). A retenção e o filtro das informações desenvolvem-se com dois objetivos: garantir o privilégio das correspondências privadas às corporações comerciais e assegurar um *status* de mercadoria à notícia. Nesse contexto, o gerenciamento das informações sobre o comércio era de fundamental importância às regras impostas pela administração. A notícia passa a ser uma mercadoria que movimenta outras mercadorias.

Segundo Habermas (1984), esse cenário começou a mudar com o surgimento de uma nova camada de burgueses, formada por “homens cultos”: médicos, pastores, oficiais, professores, juristas e funcionários da administração, excetuando-se aqueles originários das antigas corporações de artesãos e pequenos comerciantes, que entraram em declínio. A ascensão dos “homens cultos” está intrinsecamente ligada à camada burguesa que dominava a leitura. Esta característica é essencial para entender o antagonismo de interesses que fluiu posteriormente, com o aperfeiçoamento da imprensa, não mais sob o controle absoluto das corporações mercantis. Importante registrar também que a complexificação do capitalismo mercantil, em determinadas circunstâncias, provocava medidas impositivas sobre taxas e impostos que influenciavam na economia doméstica (privada). Desse conflito estimulou-se a crítica de um público pensante, mas ainda não autônomo o suficiente. Habermas (1984) relata que no final do século XVII os jornais e as revistas passam a incorporar nos seus conteúdos, além das notícias, instruções pedagógicas, críticas e resenhas. Mas os artigos eruditos produzidos pelos homens cultos ainda estão sob controle e regulamentação.

Todos os professores dos quadros das Faculdades de Direito, Medicina e Filosofia deveriam sucessivamente “enviar em tempo e no máximo até quinta-feira uma nota especial, escrita de modo claro e inteligível, ao *directorio* de publicações”. Sobretudo os intelectuais deveriam transmitir “ao público descobertas que pudessem ser aplicadas”. Os burgueses, aqui ainda sob encomenda dos senhores feudais, formulam as ideias que logo viriam a ser as suas próprias ideias e dirigidas contra aqueles que antes as encomendavam. (HABERMAS, 1984, p. 40)

Seria demasiado longo e extrapolaria os interesses da tese uma incursão mais profunda sobre as consequências da consolidação da esfera pública burguesa. Cabe, porém, uma síntese. Privada do poder político, mas com força na atividade econômica, a burguesia, na medida em que foi impondo seu domínio às outras classes sociais, ofuscou a dimensão emancipatória da razão, colocando-a a serviço da racionalidade técnica. Aos contornos desse trabalho interessa recortar os momentos que proporcionaram à burguesia a constituição de um pensamento crítico, difundido nos salões e cafés, bem como o papel das publicações e da conversação na difusão de opiniões e na consolidação do projeto político burguês. Com a publicação dos artigos dos “homens cultos” nos jornais e revistas, esboçava-se, portanto, o primeiro passo na caminhada que levaria a burguesia a uma aliança com a nobreza, articulando interesses fundiários e financeiros. A burguesia, excluída do poder político sedimentado no Estado e na Igreja, passava a assumir posições centrais na economia.

Outro fator importante a considerar foi a disseminação dos espaços de encontros no ambiente da cidade – lugar de convergência econômica, política e cultural. Os locais de reunião materializam-se como instituições que assumem funções sociais, a exemplo dos cafés e dos salões de leitura, onde se garantia a “paridade” dos frequentadores e fluíam a conversação e os debates: “aí a nobreza e a grande-burguesia dos banqueiros e dos burocratas que assimilava a ela se encontravam com a ‘intelectualidade’ como que em pé de igualdade” (HABERMAS, 1984, p. 49). A princípio fechados, esses ambientes foram abrindo as portas para uma comunidade maior de leitores, ouvintes e espectadores. Ganha para isso vital importância o processo de transformação dos bens culturais em mercadoria, tornando a obra de arte acessível a um número expressivo de pessoas, mas sem atingir a plebe analfabeta. Os ambientes de encontro ampliam-se no teatro e nos concertos, fazendo com que a música se libertasse dos templos sacralizados da religiosidade e das festividades da corte. A pintura, antes restrita aos colecionadores da nobreza, também atravessa as fronteiras e passa a ser acessível a um maior número de consumidores. Com o advento da tipografia, as revistas, antes manuscritas, incorporam comentários sobre crítica de arte e, posteriormente, as cartas dos leitores.

Os artigos de jornais não só são transformados pelo público dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles; isto se mostra no dilúvio de cartas, das quais os editores semanalmente publicavam uma seleção. As cartas dos leitores, quando o *Spectator* se separa do *Guardian* recebem uma instituição própria: na parte Oeste do café *Button's* é colocada uma cabeça de leão, por cuja garganta o leitor podia jogar as cartas. Também a forma de diálogo, que muitos artigos mantêm, testemunha a proximidade da palavra falada. Transporta para um outro meio de comunicação, continua-se a mesma discussão para, mediante a leitura, reingressar no meio anterior, que era a conversação. (HABERMAS, 1984, p. 59)

Neste aspecto, Habermas (1984) vai ao encontro de Benjamin (1987). Este, ao comentar a ampliação da imprensa, registra a disponibilidade cada vez mais ampla de publicações com viés político, religioso, científico e artístico, despertando nos leitores o exercício da escrita. A princípio as correspondências dos consumidores de jornais e revistas eram publicadas na seção Cartas dos Leitores, crescendo rapidamente.

Com isso a diferença essencial entre autor e público está a ponto de desaparecer. Ela se transforma numa diferença funcional e contingente. A cada instante, o leitor está pronto a converter-se num escritor. Num processo de trabalho cada vez mais especializado, cada indivíduo se torna bem ou mal um perito em algum setor, mesmo que seja num pequeno comércio, e como tal pode ter acesso à condição de autor. (BENJAMIN, 1987, p. 184)

As anotações de Habermas (1984) e Benjamin (1987) sobre o ativismo dos leitores e o processo de conversação nos cafés e salões, gerado a partir das publicações, constituem um ponto central na relação entre produtores e consumidores de bens culturais, evidenciando o princípio da conversação, o diálogo e o papel ativo do receptor no processo de constituição da esfera pública burguesa. Habermas (1984) assinala que a pauta das conversações e das cartas dos leitores dizia respeito à própria vida dos consumidores dos jornais e revistas, bem como dos demais envolvidos nos diálogos gerados pelas publicações. “O público que lê e comenta tudo isso tem aí a si mesmo como tema.” (HABERMAS, 1984, p. 59)

Retomando Ong (1998), a força da palavra falada está presente no novo contexto dominado pela escrita e imprensa, enfatizando que os textos registrados em papel ou em outros suportes mantêm vínculos com o mundo sonoro. Há, portanto, uma imbricação entre as duas técnicas: falar e escrever. Em ambos os casos, evidencia-se aquilo que pode ser traduzido em uma das máximas habermasianas, ao analisar o exercício da crítica literária nos jornais europeus: “o público se olha no espelho” (HABERMAS, 1984, 59).

Nos desdobramentos conceituais da esfera pública burguesa, Reese-Schäfer (2012) explora o processo de decadência gerado pela submissão à lógica do poder econômico e da burocracia. Assim, a democracia de massa pautada na propaganda política minimizou a

discussão racional entre iguais, presente nas associações de comensais, nos cafés e salões literários.

A sociabilidade enfraquece a presença comunitária, a discussão aberta é substituída pelas campanhas de propaganda e pela *publicity*. Ao invés do indivíduo privado, organizações de massa dominam o debate. A autonomia não se origina mais da própria força do cidadão, mas precisa sempre primeiro ser conquistada através da garantia política dos direitos sociais. As organizações de massa criam um *status* privado sociojuridicamente garantido através da representação de interesses coletivos. Na visão de Habermas, por meio disso ocorre uma “re-feudalização” da esfera pública política – em termos clássicos, falar-se-ia de uma clientelização. (REESE-SCHÄFER: 2012, p. 41-42)

Sobre o declínio da esfera pública burguesa, Habermas (1984) enumera os seguintes argumentos: o caráter intervencionista do Estado; a perda de importância dos salões e dos cafés; a transformação da imprensa periódica em instituições de mídia com interesses comerciais; o desaparecimento ou transformação radical das instituições que constituíam um fórum de debates; a ascensão do consumo cultural face ao debate crítico-racional. Esses fatores desembocaram na refeudalização da esfera pública. Seguindo nesse raciocínio, o teórico alemão vê a política transformada em espetáculo, administrada pelos políticos e partidos através do emprego de novas técnicas originárias da propaganda (HABERMAS, 1984).

Thompson (2001), por sua vez, enxerga “alguma plausibilidade razoável” nos argumentos de Habermas (1984) e aponta questionamentos na formulação sobre a refeudalização da esfera pública, notadamente no que diz respeito ao papel da recepção.

Em primeiro lugar, a argumentação de Habermas tende a presumir, de um modo muito questionável, que os receptores dos produtos da mídia são consumidores relativamente passivos que se deixam encantar pelo espetáculo e facilmente manipular pelas técnicas da mídia. Nesta presunção, Habermas afirmou sua dívida para com a obra de Horkheimer e Adorno, cuja teoria da cultura de massa forneceu parte da inspiração para sua própria explicação. Hoje está claro, todavia, que este argumento exagera a passividade dos indivíduos e aceita muito facilmente tal passividade no processo de recepção. Suposições deste tipo devem ser recolocadas dentro de explicações mais contextualizadas e hermeneuticamente sensíveis à recepção individualizada dos produtos da mídia: como eles as recebem, usam e incorporam em suas vidas. (THOMPSON, 2001, p. 72)

Em diversas passagens, Thompson (2001, p. 42-45) argumenta a força da recepção no contexto da apropriação da vida cotidiana, refutando a passividade dos auditórios. Ele observa a pujança da recepção no contexto das relações de poder que possibilitam acessos diferenciados aos bens culturais.

Finalmente, a recepção dos produtos da mídia é fundamentalmente *um processo hermenêutico*. Os indivíduos que recebem os produtos da mídia são geralmente envolvidos num processo de interpretação através do qual esses produtos adquirem sentido. (THOMPSON, 2001, p. 44)

Os ouvintes dos programas jornalísticos estavam situados nessa configuração: não apenas como objeto de uma informação, mas sujeitos capazes tanto de re(produzir) quanto de ressignificar as informações disponibilizadas na cadeia de produção de sentido e de construção da realidade no rádio informativo. Assim, a recepção compunha uma fala relativamente articulada, agregando elementos presentes nas operações retóricas.

4.2.2 O auditório na arena da palavra

Neste tópico exponho os fundamentos da retórica, associada a um processo de argumentação sobre a cidade. Desse modo, pretendo aproximar o corpo teórico no que diz respeito à ação dos ouvintes, cujo foco da participação nos programas jornalísticos de rádio AM é a temática urbana, o cotidiano dos moradores refletido na fala da audiência sobre a administração pública. Pretendo, dessa forma, construir o diálogo entre retórica e mídia, à luz do rádio informativo.

Segundo Reboul (1998), a retórica tem duas origens: judiciária e literária. Quando não havia advogados, as defesas das partes tinham como referência uma coletânea de orientações práticas denominada “arte oratória” (*tekhné rhetoriké*), publicada por Tísias e Córax. Este, por sua vez, seguidor do filósofo Empédocles. Já nesse período estava presente a ideia de persuasão associada à retórica. No campo judiciário, o nome do criador batizou um preceito da persuasão: “Córax é considerado o inventor do argumento que leva seu nome, o córax, e que deve ajudar os defensores das piores causas.” (REBOUL, 1998, p. 3). Da origem literária, a retórica colheu os frutos da estética, associada ao encantamento pela beleza e eloquência dos discursos. Nesse campo, tem como principal referência o filósofo Górgias. A partir dessas duas nascentes, judiciária e literária, a retórica ganhou contornos mais definidos. Na introdução à obra capital de Aristóteles (1959, p. 7), *Arte retórica e arte poética*, Voilquin e Capelle advertem que retórica é uma disciplina e não uma ciência, demarcando suas origens:

Desde os tempos homéricos, heróis e guerreiros se compraziam em ouvir discursos veementes ou capciosos. De há muito, igualmente, o Pnix e os tribunais haviam sido teatro de muitas manifestações oratórias naquela Grécia, onde o povo gostava das reuniões da ágora, das conversações sobre negócios, das discussões relativas a assuntos de interesse da cidade.

Portanto, a retórica está intrinsecamente associada à conversação e às discussões de interesse da cidade, visando à argumentação e ao convencimento dos interlocutores nos debates travados em público ou nos tribunais. Nesse contexto, há uma constante preocupação dos oradores em “captar o ânimo do ouvinte” (Aristóteles, 1959, p. 21). No capítulo II da obra *Arte retórica e arte poética*, Aristóteles (1959, p. 24-25) vai direto ao assunto:

Assentemos que a Retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão. Esta passa necessariamente pela disposição de provas ao longo do discurso e atendem à interlocução dos atores envolvidos. Entre as provas fornecidas pelo discurso, distinguem-se três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, nas disposições que se criaram no ouvinte; outras, no próprio discurso, pelo que êle demonstra ou parece demonstrar.

O caráter necessariamente argumentativo da retórica apresenta a persuasão do auditório como questão central. Assim, cabe aos oradores despertar, manter a atenção, adquirir a confiança e convencer os ouvintes, mediante um conjunto de técnicas discursivas combinando a razão e as subjetividades dos interlocutores. As tendências, desejos e emoções do auditório são acionadas através da performance do orador. Reboul (1998) afirma que cabe à retórica instruir, através da ênfase argumentativa do discurso; comover, impressionando a audiência; e agradar, naquilo que diz respeito ao tom irônico por vezes necessário ao desempenho dos oradores. Alinhado nesse entendimento, diz Klöckner (2011b, p. 31):

A civilização grega está permeada por obras lastreadas na retórica. A *Ilíada* e a *Odisseia* contêm lições mostrando que falar bem era tão ou mais importante para um herói e/ou para um rei quanto combater bem. Poemas, discursos, conselhos, documentos históricos, entre outras peças daquela época, apresentam-se impregnados de estruturas discursivas de inspiração retórica e intenção persuasivas.

No processo de interlocução com a audiência, o orador aspira a obter a conversão do auditório, sendo este portador de outros discursos possíveis, inclusive o silêncio dos ouvintes, constituindo uma forma de aprovar ou reprovar aquilo que foi dito. Os discursos locutados e implícitos configuram o panorama do tratado retórico e formam a teia discursiva pela qual transitam os sentidos dos oradores e dos ouvintes. Nesse âmbito, o orador sempre fala em concordância ou dissonância com outros atores, também portadores de discursos. A prática retórica inclui o contraditório. Eis uma das justificativas para o nascedouro da retórica ser a democracia grega:

Donde resulta ser a Retórica como que um rebento da Dialética e da ciência dos costumes que podemos, com justiça, denominar Política. Pelo que a Retórica chega ao ponto de se cobrir com a máscara da Política. Assim procedem os que tem a pretensão de a praticar, levados por ignorância, por impostura ou por outros motivos inerentes à natureza humana. (ARISTÓTELES, 1959, p. 25)

O estandarte da retórica é a persuasão e seu pano de fundo o argumento. Com base nessa compreensão, é necessário que o orador capte as pulsações do auditório para obter a adesão dos ouvintes. Há um movimento de mão dupla entre o locutor e o auditório. De acordo com as categorias de ouvintes são classificados os gêneros retóricos, evidenciando a importância do auditório no processamento dos discursos. Segundo Aristóteles (1959, p. 32):

São três os gêneros da Retórica, do mesmo modo que três são as categorias de ouvintes dos discursos. Com efeito, um discurso comporta três elementos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala; e o fim do discurso refere-se a esta última, que eu chamo de o ouvinte. O ouvinte é, necessariamente, espectador ou juiz; se exerce as funções de juiz, terá de se pronunciar ou sobre o passado ou sobre o futuro. Aquele que tem de decidir sobre o futuro é, por exemplo, o membro da assembléia; o que tem de se pronunciar sobre o passado é, por exemplo, o juiz propriamente dito. Aquele que só tem que se pronunciar sobre a faculdade oratória é o espectador. Donde, resultam necessariamente três gêneros de discursos oratórios: o gênero deliberativo, o gênero judiciário e o gênero demonstrativo (ou epidíctico).

A eficácia da retórica se justifica na adequação do discurso ao auditório, ou seja, a audiência recebe sempre uma atenção especial do orador. Nesse sentido, para cada público corresponde um gênero de discurso, sempre associado às espécies de auditório, segundo Aristóteles (1959). Há uma necessidade de adaptação aos auditórios, originando-se então os gêneros. Na justificativa de Reboul (1998, p. 44-45):

[...] o discurso judiciário tem como auditório o tribunal; o deliberativo, a Assembléia (Senado); o epidíctico, espectadores, todos os que assistem a discursos de aparato, como panegíricos, orações fúnebres e outras. O discurso judiciário opera acusação ou defesa; o deliberativo trata das questões relacionadas à cidade: leis, tributos, comércio, receitas e despesas relacionadas ao orçamento, declaração de guerra ou acordos de paz. O epidíctico censura e, na maioria das vezes, louva ora um homem ou uma categoria de homens, como os mortos na guerra, ora uma cidade, ora seres lendários, como Helena [...]

No ordenamento e organização do discurso, visando à persuasão, a retórica é formatada por cinco partes. Para Klöckner (2011b), segundo a classificação de Cícero, são cinco os cânones retóricos: 1) invenção: corresponde à origem dos argumentos: *ethos*, a credibilidade do autor; *phatos*, o apelo à emoção; *logos*, a lógica dos argumentos; 2) disposição: refere-se à organização do discurso; 3) estilo: o modo próprio de apresentar o discurso, através do uso de metáfora e analogia; e metonímia e sinédoque; 4) memória: diz respeito ao acesso do locutor ao conteúdo da fala; 5) apresentação: explora a relação entre a propagação de um trabalho e o seu conteúdo. No entendimento sintético de Reboul (1998, p. 44), as partes da retórica visam “[...] compreender um assunto e reunir todos os argumentos que possam servir (invenção); pô-los em ordem (disposição); redigir o discurso o melhor possível (elocução); finalmente, exercitar-se proferindo-o (ação).”.

Em cada discurso, os tipos de argumentação também variam de acordo com a audiência; ou seja, dependendo do auditório, a estratégia retórica mobiliza determinados recursos de persuasão. O discurso judiciário, por se tratar de legislação e ter um auditório especializado, exige mais força dos raciocínios silogísticos (entimemas)⁴⁰. O deliberativo tem preferência de argumentar pelo exemplo, porque tem um público mais amplo e os assuntos tratados não exigem um conhecimento aprofundado de leis, a exemplo do auditório do discurso judiciário. O epidíctico usa o recurso da amplificação, visto que aborda elogios ou louvações a pessoas e/ou fatos, exaltando seus feitos e méritos já conhecidos pelo auditório (REBOUL, 1998).

O discurso deliberativo é aquele propriamente adequado ao cotidiano da cidade, mediante o qual os oradores argumentam acerca dos assuntos pertinentes à vida dos cidadãos e à administração pública. Vê-se, portanto, que a retórica, a democracia e a política estão imbricadas naquilo que diz respeito ao dia a dia da cidade.

As matérias mais importantes sôbre que todos deliberam e que são o objeto, em público, do discurso deliberativos são, podemos dizer, em número de cinco; referem-se aos recursos financeiros, à guerra e à paz e também à defesa do território, às importações e exportações, e enfim à legislação. Aquêles que quiser falar sôbre finanças deverá conhecer os rendimentos da cidade, sua natureza e seu montante; de sorte que, se algum dêesses rendimentos for omitido, acrescentá-lo-ão aos outros, e, se for insuficiente, o aumentem. É preciso, além disso, estar ao corrente de tôdas as despesas da cidade; se as houver supérfluas, serão suprimidas; se as houver em excesso, serão reduzidas. (ARISTÓTELES, 1959, p. 36)

Na fundamentação sobre o surgimento da retórica na Grécia, Klöckner (2011b) destaca as relações de poder naquela sociedade, na qual a democracia possibilitava uma condição paritária entre os participantes da vida pública que debatiam e tomavam decisões sobre a cidade, com base na dinâmica argumentativa.

Não é por acaso que, historicamente, o termo retórica aparece pela primeira vez nos gregos, na democracia ateniense. [...] Deste modo, a retórica só mesmo podia ter lugar entre sujeitos de uma cidadania, isto é, ser cidadão é poder persuadir e ser persuadido [...]. (KLÖCKNER, 2011b, p. 34-35)

Guardadas as devidas proporções e distanciamento temporal, a transposição do cenário grego para o rádio, configurado nos programas jornalísticos das emissoras AM,

⁴⁰ O entimema é um silogismo feito a partir de premissas prováveis gerais das quais se extrai uma conclusão particular, sendo, portanto, uma forma lógica dedutiva. Exemplo: “Todos os pássaros cantam. O rouxinol é um pássaro. O rouxinol canta.”

constitui um enquadramento que possibilita o diálogo entre retórica e mídia, à luz do rádio informativo.

Por se constituir em um veículo de opinião pública, o jornalismo apresenta o debate oratório das câmaras legislativas, tendo em vista que nelas se votam as leis e se decide a vida dos cidadãos. Esta retórica da persuasão e do convencimento, lastreada em argumentos e em recursos oratórios, transfere-se também para os media. (KLÖCKNER, 2011b, p. 48)

Klöckner (2011b), Reboul (1998) e Alexandre Junior (2004) alinham-se no entendimento de que a retórica e a democracia imbricam-se no nascedouro - a Grécia - onde as condições objetivas da sociabilidade permitiam o diálogo, o debate e a tomada de decisões com base na argumentação e no incitamento das paixões. Portanto, retórica e democracia são indissociáveis.

A arte oratória desenvolvera-se na sociedade em que era indispensável, qual seja, a democracia. Quando todas as decisões eram submetidas a debates públicos, o futuro orador formava-se naturalmente no fórum, ouvindo as discussões e depois tomando parte delas: descobria assim as técnicas dos diversos oradores e, principalmente, as reações do público. (REBOUL, 1998, p. 75)

No entendimento de Alexandre Junior (2004), a retórica surgiu e cresceu junto à democracia, como ensinamento e prática disponibilizada para defender interesses individuais ou coletivos, baseados nos princípios e valores de liberdade, justiça e direito. Segundo Chauí (2000), o mecanismo da democracia direta, sem a interposição do representante eleito, assegurava a participação de todos os cidadãos nos debates e na tomada de decisões sobre os assuntos de interesse da cidade. A figura política do cidadão⁴¹ constituía-se no direito de falar em público, expressar seu pensamento, debater e defender suas posições e efetivamente tomar parte nas deliberações sobre a coletividade.

Visando manter a unidade do texto e a conexão dos conceitos, a defesa de Ong (1998) sobre a força da oralidade articula-se ao uso da palavra falada com finalidades persuasivas, justificando a contribuição da cultura oral no processo de engendramento da retórica. Nesse sentido: “A oralidade foi, de facto, indispensável ao nascimento da retórica, pois foi nela que germinaram e se configuraram os padrões de construção, expressão e expressividade oratória que vieram a marcar a diferença nas convenções da retórica clássica”. (ALEXANDRE JÚNIOR, 2004, p. 2)

⁴¹ Eram excluídos da cidadania os chamados dependentes: mulheres, crianças, velhos, escravos e estrangeiros.

Nos programas jornalísticos, a produção e a recepção mobilizavam vários recursos retóricos, visto que a dinâmica dos temas abordados pelos apresentadores e ouvintes permitia argumentações com base em fundamentos do silogismo, referências às ocorrências cotidianas e também elogios e críticas às pessoas públicas. Na interpretação de Reboul (1998, p. 47), uma das principais contribuições de Aristóteles no tratado retórico foi mostrar que os discursos são classificados segundo o auditório e a finalidade.

Meyer (1994) propôs a complementaridade entre os três elementos componentes da persuasão: *ethos*, *páthos* e *logos*. A articulação dessa tríade compõe a totalidade do movimento argumentativo, mediante a aquisição de confiança do auditório; a mobilização das paixões nos ouvintes; e do recurso à base lógica propriamente dita – a argumentação.

O orador é simbolizado pelo *ethos*: na sua “virtude”, em suma, na confiança que nele se deposita. O auditório é representado pelo *páthos*: para o convencer é preciso impressioná-lo, seduzi-lo, e mesmo os argumentos fundamentados na razão devem apoiar-se nas paixões do auditório para poderem passar e suscitar adesão. Resta, enfim, a terceira componente, sem dúvida a mais objectiva: o *lógos*, o discurso, que pode ser ornamental, literário, ou então directamente literal e argumentativo. (MEYER, 1994, p. 43)

Portanto, o *ethos* está relacionado ao caráter do orador diante dos ouvintes, inspirando a confiança e a credibilidade no auditório. Os argumentos lógicos ganham mais consistência no auditório se forem proferidos por um orador reconhecidamente de bom caráter. Sinceridade, simpatia e sensatez são condições mínimas de credibilidade do orador, segundo Aristóteles (1959).

Em relação aos programas jornalísticos, o *ethos* diz respeito à credibilidade do apresentador e também dos repórteres, gerando uma rede de circulação de confiança na audiência. A credibilidade do orador, portanto, é fundamental. Os ouvintes, ao sintonizarem uma rádio AM, buscavam informações para guiá-los no cotidiano da cidade, seja para um deslocamento no trânsito ou para tomar conhecimento dos fatos. Eles buscavam também ouvir a opinião do apresentador, sua análise e interpretação acerca dos acontecimentos. Nesse sentido, o apresentador era uma referência, uma figura pública dotada de capacidade de análise da realidade à luz dos conteúdos jornalísticos. Mediante esse conhecimento, ele esclarecia, orientava e instruía a audiência. Esta, no entanto, acordava ou discordava do apresentador, estabelecendo com ele um jogo de forças no qual a argumentação e a tentativa de persuasão ocorria de ambos os lados.

O *páthos* corresponde ao manancial de sentimentos, emoções e paixões suscitadas no auditório pelo orador. As paixões, segundo Aristóteles (1959), são da ordem dos afetos: cólera, amor, ódio, piedade, ira, vingança. Ao formular e defender um conjunto de argumentos com vistas a conquistar e persuadir o auditório, o orador precisa necessariamente associar o campo racional ao emotivo, mobilizando as paixões dos ouvintes, com o objetivo de persuadi-los. Nesse sentido, o *pathos* diz respeito à perspicácia do orador para perceber as paixões presentes no auditório e utilizá-las a seu favor no processo de persuasão.

No discurso, o orador deve suscitar os sentimentos do auditório. Essa é uma importante dimensão da retórica, presente no *pathos*. O segundo capítulo da Arte Retórica (Aristóteles, 1959) apresenta uma detalhada exposição sobre as paixões, componente necessariamente ativado no auditório pelas habilidades do orador. Já o *logos* é a argumentação propriamente dita e depende quase que exclusivamente do orador.

Entre as partes do discurso – invenção, disposição, elocução, memória e apresentação – cabe destacar os elementos componentes da disposição, quais sejam: exórdio, narração, confirmação e peroração. Para a construção persuasiva do discurso, estas partes formam uma totalidade fundamental no tecido argumentativo, com o objetivo de sensibilizar, conquistar e obter a adesão da audiência. De acordo com Reboul (1998, p. 55), o “exórdio é a parte que inicia o discurso, e sua função é essencialmente fática: tornar o auditório dócil, atento e benevolente.” O exórdio exige objetividade para expor o tema que será tratado no discurso e reivindica a força do *ethos* para assegurar a credibilidade do orador. Por ser o começo do discurso, o exórdio tem o devido registro de importância nas considerações de Aristóteles (1959, p. 232), pois requer do orador habilidade para prender a atenção e despertar a curiosidade do auditório: “Nos discursos como nos poemas épicos, os exórdios dão uma indicação do assunto, para que o ouvinte seja informado da questão tratada e para que seu pensamento não fique em suspenso, visto que o que é indeterminado faz vaguear o espírito.” No discurso judiciário, a narração corresponde à exposição dos fatos relacionados à causa, vislumbrando os movimentos de força da acusação e da defesa. Para Reboul (1998, p. 56), a narração “deve ter três qualidades: clareza, brevidade e credibilidade”

A confirmação é a parte mais longa porque deve reunir o conjunto de provas do discurso, dispondo também a refutação, com o objetivo de contrapor e atacar os argumentos dos adversários. A confirmação é um momento de forte presença do *logos*, mas também

recorre ao *pathos*, porque suscita as paixões no auditório, principalmente piedade ou revolta. Sobre a confirmação, cabe ainda observar a alternância na posição dos argumentos:

Existe uma outra questão no que se refere à confirmação: é a da ordem dos argumentos. Deve-se começar pelos mais fracos e acabar pelos mais fortes? Nesse caso, há o risco de cansar o auditório. Optar pela ordem inversa? Mas o auditório não entenderá bem, achará que estão sendo queimados cartuchos à toa, esquecerá a força dos primeiros argumentos. Cícero, em *Do orador* (II, § 313), preconiza a ordem “homérica”, que consiste em começar pelos argumentos fortes, continuar com os mais fracos e terminar com outros argumentos fortes. Mas esse plano supõe que o orador tem um número suficiente de argumentos fortes para reparti-los assim. (REBOUL, 1998, p. 58)

No amplo espectro da retórica, o gênero do discurso judiciário permite a utilização da digressão, que tem por objetivo distrair ou indignar o auditório. A digressão pode ser interposta a qualquer momento do discurso, mas é recomendável situá-la entre a confirmação e a peroração.

Narrativa ou descrição viva (*ekphrasis*), a digressão tem como função distrair o auditório, mas também apiedá-lo ou indigná-lo; pode até servir de prova indireta quando feita como evocação histórica do passado longínquo. Hoje em dia, esse termo tornou-se pejorativo. Os professores, em particular, estigmatizam a digressão, ainda que a utilizem à vontade em suas aulas, aliás em pleno direito. (REBOUL, 1998, p. 59-60)

O fim do discurso é a peroração. Nessa fase, a argumentação junta-se à afetividade, mobilizando as paixões do auditório. Na estratégia de condução do auditório para atingir as suas finalidades, o orador lança mão de uma série de recursos para guiar, conduzir e dirigir os ouvintes, visando persuadi-los, organizando o discurso em diversas etapas, previamente montadas, podendo, em algumas situações, utilizar a digressão (desvio de rumo).

A elocução é a redação do discurso, quando a retórica utiliza vários fundamentos da literatura, especialmente os recursos de estilo. Importante observar que o discurso é escrito para ser lido em voz alta, novamente reforçando o sentido da oralidade. Segundo a regra da conveniência, Reboul (1998, p. 62) orienta:

O melhor estilo, ou seja, o mais eficaz, é aquele que se adapta ao assunto. Isso significa que ele será diferente conforme o assunto. Os latinos distinguiram três gêneros de estilo: o nobre (*grave*), o simples (*tenuis*) e o ameno (*medius*), que dá lugar à anedota e ao humor. O orador eficaz adota o estilo que convém a seu assunto: o nobre para comover (*movere*), sobretudo na peroração; o simples para informar e explicar (*docere*), sobretudo na narração e na confirmação; o ameno para agradar (*delectare*), sobretudo no exórdio e na digressão. A primeira regra é, portanto, a da conveniência [...].

A segunda regra, a clareza, implica na adaptação do estilo do orador ao auditório. A terceira regra é o desempenho do orador. Cabe nesse trecho o desenvolvimento de um conjunto de habilidades do orador no sentido de escolher as palavras adequadas, evitando preciosismos; dar ritmia ao texto; e lançar mão da brevidade, podendo recorrer às máximas e aos bordões que sintetizam muitas laudas de texto escrito. Para atender às exigências do *ethos*, é fundamental que o discurso seja agradável e cativo a audiência, tornando-se marcante no processo de persuasão, conferindo autenticidade ao orador.

Após sistematizado na elocução, quando o texto ganha forma e estilo, chega o momento da ação, ou seja, a expressão vocal do discurso:

O conteúdo da ação hoje é mais simples e flexível. Mas a ação continua sendo indispensável, aliás mais que nunca, numa época em que o discurso oral, graças aos meios de comunicação de massa, readquiriu importância capital. Certas regras antigas permanecem, como a imitação de voz, o domínio da respiração, a variedade do tom e da elocução, regras sem as quais o discurso não passa. (REBOUL, 1998, p. 67-68)

Conforme dito anteriormente, auditório é a questão central e mais importante da retórica. Para quem se fala? Segundo Reboul (1998, p. 142), “essa pergunta não é feita apenas pelo intérprete, mas por certo também pelo orador. Pois a regra de ouro da retórica é levar em conta o auditório.” A diversificação dos auditórios implica fundamentalmente na multiplicidade dos gêneros do discurso retórico. Para cada tipo de audiência formata-se uma maneira de organizar o texto. O auditório pode ser individual ou universal, reunindo diferentes idades, profissões, localizações na cidade, níveis de educação formal e informal, poder aquisitivo etc. Nesse leque de variedades, é fundamental ao orador desenvolver a perspicácia para persuadir a audiência. Segundo Klöckner (2011b, p. 30), para além dos gêneros descritos na classificação aristotélica, outras formas de utilização da retórica surgiram na Idade Média, denominados gêneros originais.

A *Doutrina Cristã de Santo Agostinho* (354-430) constitui um momento essencial no desenvolvimento da pregação cristã. São as primeiras obras técnicas, conhecidas sob o nome de *artes praedicandi*, que apareceram mais tarde, no século XIII. O sermão comenta e explica uma passagem tirada da Bíblia ou dos Evangelhos com o auxílio de procedimentos retóricos de divisão e de amplificação, enriquecido de exemplos e de apelos às autoridades escolhidas em função de tipos distintos de auditórios (mulheres, estudantes, comerciantes...)

À imagem e semelhança do sistema retórico de Aristóteles (1959), o Sermão da Sexagésima (Vieira, 2013) ilustra com riqueza de detalhes os procedimentos que devem ser adotados pelo orador para persuadir os ouvintes. Jesuíta e diplomata no Reino de Portugal, o

padre Antônio Vieira⁴² fora professor de Retórica, conselheiro de reis e uma figura pública essencialmente polêmica, rendendo-lhe denúncias formais do Santo Ofício, instância responsável pela Inquisição na hierarquia da Igreja Católica. Escrito em 1655, durante a sua passagem pelo Maranhão, de 1652 a 1661, o Sermão da Sexagésima⁴³ é um ensinamento sobre a arte de pregar.

O texto é conduzido pela parábola da sementeira do trigo. Nessa ilustração, a semente é a palavra de Deus e o pregador é o semeador da palavra divina, propagador da fé através do Evangelho. O texto argumenta sobre a perseverança do pregador, aquele que é capaz de semear a palavra de Deus e dessa lavra colher bons resultados. Vieira (2013) faz referência ao trigo que, semeado ao longo de um terreno, nem sempre é aproveitado inteiramente. As sementes espalhadas não frutificam totalmente devido às intempéries do solo pedregoso, dos espinhos, das pisadas dos homens ou da fome das aves. Por isso, a missão do semeador estava incorporada à perseverança, impregnada de persistência e essa deveria ser uma característica fundamental do semeador. Nessa perspectiva, a pergunta central é: se a palavra de Deus é tão eficaz e tão poderosa, como vemos tão pouco fruto na palavra de Deus? Deus não mudou, nem o poder da palavra divina. Mas, com tantos pregadores, por quê há tão poucos frutos? A parte introdutória do sermão consiste em perguntar sobre as falhas na pregação da palavra de Deus no trabalho de conversão das almas.

Vieira (2013, p. 24) insiste nessa dúvida e refaz a pergunta, dizendo ser essa a matéria da sua pregação. Nesse momento, ele já destaca a importância da audiência, no fechamento da introdução do sermão. Para construir a resposta à pergunta central ele pauta a relação entre os interlocutores (pregador e ouvinte) com Deus.

Fazer pouco fruto a palavra de Deus no Mundo, pode proceder de um de três princípios: ou da parte do pregador, ou da parte do ouvinte, ou da parte de Deus. Para uma alma se converter por meio de um sermão, há de haver três concursos: há de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo; há de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo; há de concorrer Deus com a graça, alumando.

O sermão prossegue analisando cada um dos atores – o pregador, o ouvinte e Deus – buscando encontrar resposta à pergunta sobre o tema central da pregação. Vieira (2013) exime Deus de culpa, justificando que a semente infértil é sempre responsabilidade dos fatores

⁴² Padre Antônio Vieira (1608 – 1697) ainda criança veio para o Brasil. Pregou na Bahia e no Maranhão, onde escreveu o Sermão da Sexagésima, em 1655. Aos 18 anos de idade, era professor de Retórica no Colégio dos Jesuítas.

⁴³ Sexagésima é o domingo antes do Carnaval.

terrenos: o solo pedregoso, os espinhos, as aves e as pisadas dos homens. Aquilo que vem do céu – o sol e a chuva – sequer são citados na parábola. Excluída a culpa de Deus, Vieira (2013) discorre sobre os pregadores e os ouvintes. Estes, recebem duas denominações: ouvintes de entendimentos agudos e ouvintes de vontades endurecidas. Para justificar essa qualificação da audiência, o autor recorre à parábola da sementeira do trigo, explicando que as sementes dispersadas nos espinhos, nas pedras e na má terra chegaram a nascer, mas foram afogadas ou secaram. Porém, o trigo brotou e frutificou na terra boa, mas a sementeira da palavra de Deus pode encontrar resistências na audiência, embora o autor seja perseverante na força do verbo divino.

[...] Os piores ouvintes que há na Igreja de Deus, são as pedras e os espinhos. E por quê? – Os espinhos por agudos, as pedras por duras. Ouvintes de entendimentos agudos e ouvintes de vontades endurecidas. Os ouvintes de entendimentos agudos são maus ouvintes, porque vêm só a ouvir sutilezas, a esperar galantarias, a avaliar pensamentos [...]. Mas os de vontades endurecidas ainda são piores, porque um entendimento agudo pode ferir pelos mesmos fios, e vencer-se uma agudeza com outra maior; mas contra vontades endurecidas nenhuma coisa aproveita a agudeza, antes dana mais, porque quando as setas são mais agudas, tanto mais facilmente se despontam na pedra. [...] E com os ouvintes de entendimentos agudos e os ouvintes de vontades endurecidas serem os mais rebeldes, é tanta a força divina da palavra, que, apesar da agudeza, nasce nos espinhos, e, apesar da dureza, nasce nas pedras. (Vieira, 2013, p. 27-28)

O autor costura novamente o argumento da força da palavra de Deus no espectro das circunstâncias adversas, especialmente os corações pedregosos e espinhentos dos ouvintes, aos quais ele faz um apelo para que atentem à pregação e ao Evangelho, depositando nestes a sua confiança. Seguindo a linha estrutural do sermão, no qual busca verificar onde está a falha de comunicação entre o pregador, Deus e os ouvintes, Vieira (2013) também isenta de culpa o auditório. A responsabilidade é atribuída, portanto, ao pregador. “E assim é. Sabeis, cristãos, por que não faz fruto a palavra de Deus? Por culpa dos pregadores. Sabeis, pregadores, por que não faz fruto a palavra de Deus? Por culpa nossa.”. (VIEIRA, 2013, p. 29)

Identificada a culpa do pregador, o autor sustenta que o efeito do sermão é fundamental para quebrar as resistências dos ouvintes de entendimentos agudos e dos ouvintes de vontades endurecidas, devido à força da palavra divina, possuída de verdade, persuasão, argumentação, crença, perseverança e fé, atributos essenciais do pregador na sua tarefa de convencer a audiência e converter as almas. Para isso, ele recorre à parábola de Moisés, ao bater na pedra duas vezes e então obter água. Assim, o orador é o lavrador do evangelho.

O fio condutor do sermão estende-se ao que Vieira (2013, p. 29) denomina “as cinco circunstâncias do pregador: pessoa, ciência, matéria, estilo e voz”. Destaca, em primeiro lugar, a pessoa. Esta diz respeito à credibilidade do pregador junto à audiência. O portador da palavra de Deus deve ser um exemplo de vida, manifestado nas suas ações, característica relevante para obter a respeitabilidade da audiência.

Ter o nome de pregador, ou ser pregador de nome, não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras são as que convertem o mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? O conceito que de sua vida têm os ouvintes. (VIEIRA, 2013, p. 29-30)

A palavra de Deus e a pregação do semeador só têm efeito de conversão do auditório se forem acompanhadas de obras e ações. Esse conjunto formado por palavra e obra é o esteio de vida e exemplo da figura do pregador, condição fundamental para dar a ele a autoridade do semeador da palavra de Deus. Sintetiza-se então a primeira circunstância do pregador – a pessoa. Para sustentar esse argumento, Vieira recorre à narrativa bíblica sobre o envio do filho de Deus para converter o mundo. Jesus é palavra e obra de Deus, simultaneamente. Dessa unidade “consistiu a eficácia da salvação do mundo” (Vieira, 2013, p. 31). O autor incorpora a esse trecho do sermão os dois sentidos mobilizados para as palavras e as obras: ouvidos e olhos.

O conceito do pregador perante os ouvintes ganha também especial interesse no pensamento de Aristóteles (1959). Para o filósofo grego, entre os elementos necessários à persuasão dos ouvintes, a credibilidade do orador é fundamental, materializada em três qualidades: prudência, virtude e benevolência.

Os oradores, quando falham ou aconselham, atraíam a verdade por falta destas três qualidades ou de uma delas. Com efeito, por falta de prudência, suas opiniões são desprovidas de justeza; ou então, com opiniões justas, a maldade os impede de exprimir o que se lhes afigura bom; ou então, sendo prudentes e honestos, falta-lhes a benevolência. Neste último caso, o orador, apesar de conhecer a melhor determinação, não a exprime. Não existe outra causa além destas. Portanto, o orador que parece dotado de todas estas qualidades inspira necessariamente confiança a seus ouvintes. (ARISTÓTELES, 1959, p. 102)

A segunda circunstância do pregador na sua relação com os ouvintes, o estilo, tem na abordagem de Vieira uma crítica à forma pesada, difícil e hermética dos pregadores. No texto introdutório dos Sermões, Romero Araújo já advertia sobre o furioso “ataque desferido contra os excessos barrocos que viciavam a retórica de seu tempo com demasiadas metáforas e contorcionismo sintático” (VIEIRA, 2013, p. 13-14).

Para situar a crítica aos sermões pesados e herméticos, Vieira (2013) retoma a parábola da sementeira do trigo e a comparação entre o pregar e o semear, recomendando as qualidades do estilo: deve ser fácil e natural. O autor manifesta ainda o cuidado com o vocabulário do orador, ensejando a preocupação com o repertório objetivo e claro para se fazer entender pela audiência.

O autor lança mão de duas ilustrações para referir-se às habilidades de estilo do pregador. No plano terreno, traz a comparação entre o pregar e o semear, invocando a clareza e a objetividade dos oradores em sincronia com o repertório dos ouvintes. Remete, também, ao plano celestial. O padre associa o estilo do sermão à composição harmônica e contrastante do céu, feita de claros e escuros: “As palavras são as estrelas, os sermões são a composição, a ordem, a harmonia e o curso delas.” (Vieira, 2013, p. 35). Assim, o estilo da pregação deve ser claro como as estrelas, mas também carregado de contradições internas próprias da lógica discursiva da construção do sermão, como um tabuleiro de xadrez.

Ao criticar os sermões sofisticados, que pouco efeito têm junto à audiência, Vieira (2013, p. 34-35) recomenda clareza e objetividade na retórica dos pregadores: “Assim há de ser o pregar. Hão de cair as coisas e hão de nascer; tão naturais que vão caindo, tão próprias que venham nascendo. Que diferente é o estilo violento e tirânico que hoje se usa!”. O verbo cair encontra o sentido de encaixar e cadenciar as palavras ao longo da exposição dos pregadores no púlpito.

O modo natural de falar contrapõe a violência e a tirania dos discursos recheados de contorcionismos, que ele classifica como martírios, estilos acarretados, arrastados, estirados, torcidos e despedaçados. Nesse contexto, a lição da retórica aristotélica é chamada à prova para justificar a clareza do estilo e a construção do discurso com base em um repertório que seja acessível aos ouvintes. “O estilo pode ser muito claro e muito alto; tão claro que o entendam os que não sabem e tão alto que tenham muito que entender os que sabem.” (VIEIRA, 2013, p. 36). O autor utiliza ainda o recurso da comparação entre os diferentes tipos de aprendizado com os mapas celestes. Os agricultores preparam a terra para o plantio com base nos ensinamentos do céu. Buscam os dias ideais para cultivar a lavoura e tomam como ensinamento as tradições que recomendam lavrar e plantar de acordo com a confluência dos astros. Os pescadores e navegadores também utilizam os rústicos mapas celestes e a orientação das estrelas para guiar suas embarcações. Porém, os pescadores e agricultores não

sabem ler nem escrever, mas entendem as estrelas. O terceiro elemento de comparação é o homem instruído, que domina a escrita e a leitura, mas não consegue contar as estrelas.

Entre as qualidades do estilo, Aristóteles (1958, p. 192) destaca:

[...] consiste na clareza. Sinal disso é que, se o discurso não tornar manifesto o seu objeto, não cumpre sua missão. Além disso, o estilo não deve ser rasteiro nem empolado, mas convir ao assunto. O estilo poético não peca talvez por ser rasteiro, mas não convém ao discurso. Entre os nomes e os verbos, os que comunicam clareza ao estilo são os termos próprios.

No ensinamento sobre a arte de pregar, Vieira (2013, p. 40) recomenda ainda que o objeto da pregação deve ter foco em um só assunto durante o sermão, criticando os pregadores que entremeiam muitos temas e acabam confundindo a audiência.

Há de tomar o pregador uma só matéria; há de defini-la, para que se conheça; há de dividi-la, para que se distinga; há de prová-la com a Escritura; há de declará-la com a razão; há de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar; há de responder às dúvidas, há de satisfazer às dificuldades [...]

Sem perder de vista que o foco do sermão é a eficácia do pregador junto à audiência, o autor prescreve na receita do bom discurso a consistência e o foco em um só assunto durante a pregação, refutando os oradores que misturam vários temas. Assim, o autor recomenda uma sequência de procedimentos para abordar um só assunto e obter resultados: a divisão do tema, argumentação, o levantamento de provas, a exemplificação, a demonstração de causas e efeitos, as circunstâncias, o descarte das inconveniências e a eliminação das dúvidas. Além disso, recomenda o ataque ao oposto. O bom sermão é também aquele que contradiz os argumentos adversários.

A articulação das partes do discurso em uma totalidade tem o ápice na peroração, equivalente ao epílogo, no qual o orador concentra esforços para a conquista do ouvinte. Em sintonia com Vieira (2013), a arte retórica de Aristóteles (1959, p. 251) ensina que

A peroração compõe-se de quatro partes: a primeira consiste em dispor bem o ouvinte em nosso favor e em dispô-lo mal para com o adversário; a segunda tem por fim amplificar ou atenuar o que se disse; a terceira, exercitar as paixões no ouvinte; a quarta, proceder a uma recapitulação. É natural que, depois de ter demonstrado a verdade de suas afirmações e a falsidade das do adversário, o orador passe a louvar e a censurar, e a dar o último retoque a sua obra. Sobre o primeiro ponto, deve empenhar-se em alcançar um dos dois fins seguintes: mostrar-se bom ou do ponto de vista do ouvinte ou de modo absoluto; fazer passar o adversário por mau aos olhos do ouvinte ou de maneira absoluta.

A audiência é uma constante preocupação nos ensinamentos acerca da arte de pregar, ou seja, sobre a forma e o conteúdo dispostos na ação do pregador com o objetivo de convencer o auditório. Vieira (2013) utiliza a parábola dos pescadores de homens, segundo a qual Cristo atribuiu aos apóstolos a missão de convencer as pessoas e convertê-las à religião e à fé cristã, ordenando-os pregadores. No processo de construção da trama do discurso, o autor toma de empréstimo o trabalho e os materiais utilizados pelos pescadores na feitura e no conserto das redes para discorrer sobre os movimentos retóricos no contexto da pregação. O entrelaçamento dos fios e a formação da malha dos pescadores colocam-se no patamar da qualidade dos discursos:

A razão disto é porque nesta pesca de entendimentos só quem sabe fazer a rede sabe fazer o lanço. Como se faz uma rede? Do fio e do nó se compõe a malha; quem não enfia nem ata, como há de fazer a rede? E quem não sabe enfiar nem sabe atar, como há de pescar homens. A rede tem chumbada que vai ao fundo, e tem cortiça que nada em cima da água. A pregação tem umas coisas de mais peso e de mais fundo, e tem outras mais superficiais e mais leves; e governar o leve e o pesado, só o sabe fazer quem faz a rede. Na boca de que não faz a pregação até o chumbo é cortiça. (VIEIRA, 2013, p. 43)

Retomando o fio condutor do sermão, após expor as diversas circunstâncias da relação entre o pregador, a palavra divina e os ouvintes, Vieira (2013, p.24) caminha para responder à pergunta inicial da pregação, já referida anteriormente: “se a palavra de Deus é tão eficaz e tão poderosa, como vemos tão pouco fruto na palavra de Deus?” Ao longo da exposição, ele já havia descartado as culpas de Deus e do ouvinte, restando uma anatomia do pregador para encontrar a falha na comunicação com o auditório. Para construir a resposta, recorre novamente aos dispositivos do sistema retórico, neste momento chamando atenção à elocução, especialmente ao desempenho durante a apresentação do discurso, etapa fundamental no processo de conquista do ouvinte, quando entra em jogo a força da voz, em diálogo com a razão (argumento). O autor refuta a ideia de que o orador tem de ganhar a audiência de forma exaltada no falar, exagerando nos recursos vocais.

Embora recomende a brandura na vocalização do discurso, ele também adverte os locutores sobre a necessidade de exaltação em alguns momentos. Para justificar a bravura no falar dos pregadores, busca fundamento em várias passagens bíblicas. Uma delas faz referência aos estilos diversificados dos apóstolos: a facilidade de Mateus, o ar de mistério em João, o tom grave de Pedro, a fortaleza de Jacó e o sublime Tadeu. Todos, porém, tinham “valentia no dizer, que cada palavra era um trovão, cada cláusula um raio e cada razão um triunfo” (Vieira, 2013, p. 45). Recorre também à voz de João Batista que bradava no deserto.

Assim, o autor põe em confronto duas possibilidades de convencimento: a razão e o tom do discurso, a eloquência. Por fim, justifica essa oposição na passagem bíblica em que Pilatos lavas as mãos na condenação de Cristo, enquanto a multidão, aos gritos, pedia a crucificação. O brado venceu a razão:

E como os brados no mundo podem tanto, bem é que bradem alguma vez os pregadores, bem é que gritem. Por isso Isaías chamou aos pregadores *nuvens*: *Qui sunt isti, qui ut nubes volant?* (Quem são esses que voam como nuvens?) (Is: 60:8). A nuvem tem relâmpago, tem trovão e tem raio: relâmpago para os olhos, trovão para os ouvidos, raio para o coração; com o relâmpago alumia, com o trovão assombra, com o raio mata. Mas o raio fere a um, o relâmpago a muitos, o trovão a todos. Assim há de ser a voz do pregador, um trovão do Céu, que assombre e faça tremer o mundo. (VIEIRA, 2013, p. 48)

Eis a dica do sermão. Para cada circunstância, dependendo da audiência, pode-se intercalar momentos de vigor e calma durante a fala diante do auditório. A alternância de força vocal no tecido interno do discurso recebe de Aristóteles (1959) especial atenção. Na concepção do filósofo grego, não basta ter um bom tema do discurso. É necessária uma expressão conveniente, capaz de construir uma “aparência satisfatória”. No percurso da disposição e da ordenação do assunto, reunindo os argumentos necessários à persuasão da audiência, a “ação oratória” é fundamental e recebe influência dos dramaturgos nas tragédias gregas e na poesia. Diz Aristóteles (1959, p. 189-190):

Esta ação ocupa-se da voz, das diferentes maneiras de a empregar para expressar cada paixão: ora forte, ora fraca, ora média; estuda igualmente os diferentes tons que a voz pode assumir, alternadamente aguda ou grave ou média, já que se ocupa do ritmo a ser empregado em cada circunstância. Estas três coisas constituem o objeto da atenção dos oradores: a força da voz, a harmonia, o ritmo. Quem as possui, obtém geralmente o prêmio nos concursos públicos e, assim como no teatro os atores presentemente levam a palma aos poetas, assim nas lutas políticas a ação oratória se reveste de maior importância que o próprio assunto, por causa da imperfeição das constituições.

Porém, segundo Vieira (2013), os recursos vocais na apresentação do discurso não constituem a tarefa mais importante na missão de persuadir a audiência. Em resposta à questão central do sermão, ele afirma que a culpa do insucesso dos pregadores não está na pessoa, nem no estilo, menos ainda na matéria, na ciência ou na voz. Ele cita vários pregadores que tinham voz fraca, estilo grosseiro, não focavam em um só assunto, não constituíam exemplo de vida, mas que eram capazes de convencer e persuadir. O autor responde à pergunta central do sermão afirmando que as palavras dos pregadores não dão fruto porque eles pregam palavras de Deus, mas não pregam *a palavra*⁴⁴ de Deus. Combinado a esse elemento de fé e dogmatismo, o padre argumenta sobre a relação entre o pregador e o

⁴⁴ Grifo nosso.

ouvinte. Na sua forma de pensar, a eficácia da palavra de Deus no auditório é resultado do tensionamento com a audiência. Nesse tópico, retoma novamente o ensinamento aristotélico acerca da mobilização das paixões dos ouvintes. De acordo com Vieira (2013, p. 57), a eficácia do sermão está na capacidade de comover os ouvintes, levando-os à reflexão, mobilizando suas paixões para convertê-los. Esse é o sentido da persuasão:

De maneira que o frutificar não se ajunta com o gostar, senão com o padecer; frutifiquemos nós, e tenham eles paciência. A pregação que frutifica, a pregação que aproveita, não é aquela que dá gosto ao ouvinte, é aquela que lhe dá pena. Quando o ouvinte a cada palavra do pregador treme; quando cada palavra do pregador é um torcedor para o coração do ouvinte; quando o ouvinte vai do sermão para casa confuso e atônito, sem saber parte de si, então é a preparação qual convém, então se pode esperar que faça fruto [...].

O tema das paixões é presente na obra *Arte retórica e arte poética*, onde Aristóteles (1959) expõe sobre os conceitos de bem supremo, mal, virtude e vício, as coisas agradáveis, justiça e injustiça, a cólera e a calma, amor e ódio, temor e confiança, vergonha, compaixão, indignação, inveja, emulação (sinônimo de rivalidade, competição, ciúme e antagonismo), caráter dos velhos, dos adultos e dos ricos. As paixões, portanto, são essenciais na mobilização do auditório e devem ser percebidas pelo orador no conjunto dos procedimentos necessários ao convencimento dos ouvintes:

Obtém-se a persuasão nos ouvintes quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam, consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio. Como atrás dissemos, é mesmo este o único fim a que visam os esforços dos autores atuais de artes oratórias. [...] Enfim, é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser a verdade, de acôrdo com o que, sôbre cada assunto, é suscetível persuadir. Uma vez que as provas são obtidas por êstes três meios, é manifesto que delas pode lançar mão todo aquêle que seja capaz de deduzir por meio do silogismo, de encarar teòricamente os costumes e as virtudes, e, em terceiro lugar, de conhecer as paixões, a natureza e a qualidade de cada uma delas, sua origem e desenvolvimento no indivíduo. (ARISTÓTELES, 1959, p. 25)

Incorporando uma nova ilustração ao sermão, (Vieira, 2013, p. 58) narra a parábola da pregação de dois famosos oradores, em Coimbra, despertando a curiosidade e atenção do auditório, bem como a aferição dos intelectuais da Universidade sobre qual dos pregadores era mais brilhante. Um dos professores, considerado o de maior autoridade entre seus pares, emitiu assim sua conclusão sobre a disputa: “Entre dois sujeitos tão grandes não me atrevo a interpor juízos; só direi uma diferença, que sempre experimento: quando ouço um, saio do sermão muito contente do pregador; quando ouço outro, saio muito descontente de mim”.

O sermão, ao final, sintetiza a essência da frutificação da palavra de Deus nos ouvintes, qual seja: instigar o sentimento de culpa, a inquietação, a comoção e a tortura, a

ponto de levá-los a refletir sobre a sua subjetividade, provocando mudanças de atitude visando à conversão e à negação dos vícios e do pecado: soberba, ódio, ambição, inveja, cobiça e sensualidade. Isso significa, para Aristóteles (1959), o ápice do processo de persuasão da audiência, quando os ouvintes são instigados a julgar o pregador, aderindo ou não à sua tese. Justifica-se, novamente, a função persuasiva da retórica, passando necessariamente por todos os momentos e etapas anteriormente apresentados: invenção, disposição, estilo, memória e apresentação. No processo de conquista do ouvinte, na etapa da peroração, recomenda Aristóteles (1959, p. 251-252): “Depois de estabelecida claramente a natureza e importância dos fatos, é mister levar o ouvinte a sentir paixões; estas paixões são: a compaixão, a indignação, a cólera, o ódio, a inveja, a cobiça e o espírito de contestação”.

O diálogo entre os dois autores permite demarcar a preponderância do auditório na classificação dos discursos e na montagem da estratégia retórica, visando à persuasão dos ouvintes, enquadramento necessário à importância da cultura oral, refinada pelos qualificativos retóricos. Com essa exposição, sedimenta a base teórica na qual pretendo abordar a participação dos ouvintes nos programas jornalísticos. Os subsídios de Aristóteles (1959) e Vieira (2013) vão encontrar as emanções oriundas do trabalho de campo e possibilitar a tipificação dos ouvintes. A composição do quadro teórico da retórica reforça a importância da audiência no processo de construção e apresentação dos discursos, mas estes são oriundos, sobretudo, da percepção do orador sobre o auditório, no qual identifica potencialidades, fragilidades e fertilidade para a construção das suas operações argumentativas. Nesse sentido, compreender os ouvintes nas dimensões objetiva e subjetiva constitui um passo fundamental para a eficácia do processo de convencimento.

4.3. OUVINTES FALANTES: A PRÁTICA RETÓRICA DA AUDIÊNCIA DOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS

Da oralidade primária à retórica, busquei os principais sustentáculos teóricos que fundamentam as relações entre a produção e a recepção, mediados pela palavra falada. Esse recorte dá substância ao entendimento da prática cultural dos ouvintes nos programas jornalísticos. Cabe ainda um recorte mais apropriado para entender a ação da audiência nos referidos programas à luz da cultura. Visando seguir o fio condutor das relações entre oralidade, rádio e retórica, retomo o conceito de *performance*, já referenciado em Lesbos (2011), evidenciando os conectivos entre o intérprete e o auditório. Segundo Zumthor (1993, p. 219):

Para ouvir a voz que pronunciou nossos textos, basta que nos situemos no lugar em que seu eco possa talvez ainda vibrar: captar uma performance, no instante e na perspectiva em que ela importa, mais como ação do que pelo que ela possibilita comunicar. Trata-se de tentar perceber o texto concretamente realizado por ela, numa produção sonora: expressão e fala juntas, no bojo de uma situação transitória e única.

A *performance* é uma ação oral-auditiva dotada de complexidade, por meio da qual as mensagens poéticas são transmitidas e recebidas em ação simultânea, confrontando locutor e destinatário no aqui e agora. “A transmissão de boca a ouvido *opera* o texto, mas é o todo da *performance* que constitui o *locus* emocional em que o texto vocalizado se torna arte e donde procede e se mantém a totalidade das energias que constituem a obra viva” (Zumthor, 1993, p. 222). Na poesia oral analisada pelo autor, as relações entre poeta, texto e público passam necessariamente pelo contato, a sociabilidade e o afeto. O diálogo está presente, segundo Zumthor (1993), mesmo no momento em que apenas o intérprete detém a palavra, porque não há comunicação oral em regime de monólogo puro. O silêncio também fala, podendo indicar cumplicidade. Nas circunstâncias da performance, “o ouvinte-espectador é, de algum modo, co-autor da obra [...]” (ZUMTHOR, 1993, p. 222).

Para além da *performance*, o autor enumera um amplo leque de formas expressivas da oralidade mista presentes na Era Medieval. A música e a poesia dramatizada, principais marcas da *performance*, compõem o vasto panorama das diversas maneiras de traduzir a voz e o corpo em arte, protesto, sátira e pregação. Nos espaços privados e públicos, as narrativas em verso e prosa ganharam vida na canção de gesta e nos jograis. A lírica e a poesia apresentada em voz alta, através das recitações nos ambientes fechados, disputavam com as sátiras, o teatro e a mímica as criações dos contadores de histórias, o canto, a música e a leitura de textos literários. O uso de técnicas vocais e textuais, bem como a expressão corporal, tiveram papel importante no medievo, demonstrando a riqueza rítmica, melódica e a mímica em apresentações das narrativas dos trovadores e cantadores.

A fruição e o entretenimento eram formas de conquistar diversos tipos de ouvintes, seja em ambientes fechados, nos pequenos auditórios dos lugares privados para as apresentações reservadas à corte; ou nas declamações públicas, feitas nas recitações em voz alta nos lugares abertos à apreciação dos transeuntes das cidades. Portanto, a palavra teatralizada extrapolava os cercos da corte e ganhava as ruas. Características da *performance*, a voz estilizada no jogo dos sentidos e o movimento dos corpos interpelavam o auditório. Este, por sua vez, nunca foi passivo. Ao esmiuçar o conjunto diverso das experiências de recepção na Idade Média, buscando compreender a função da interpelação dos auditórios na

ação performática, Zumthor (1993, p. 227) assegura: “Uma arte, tomando forma e vida social por meio da voz humana, só tem eficácia caso se estabeleça uma relação bastante estreita entre intérprete e auditório: aí está um dado fundamental [...]”. Assim, as expressões orais estudadas e relatadas na obra *A letra e a voz*, registram situações de transferência de papéis entre intérpretes e ouvintes, como relata Zumthor (1993, p. 228): “Aqui, o auditório não apenas é promovido a intérprete mas, pela escolha que lhe é deixada, participa plenamente da criação da obra.”

Os diversos recursos e estilos de persuasão chegaram inclusive aos sermões, que incorporaram formas dramatizadas de liturgia. Os pregadores inseriram versos e estrofes de canções como forma de arregimentar recursos vocais e corporais nas igrejas. As inovações ampliavam o repertório de atrações com o objetivo de sensibilizar e conquistar o auditório, admitindo o grotesco em alternância com a pregação sisuda, visando salvar e converter almas em um ambiente de diversão e entretenimento. O sermão deveria impressionar não apenas pelo desempenho do orador e da sua capacidade de reunir argumentos no processo de persuasão do auditório. O corpo também “falava” aos ouvintes, assim como a música e o jogral introduzidos nos sermões. Em algumas regiões da Inglaterra, até o século XVII, os sermões chegavam a ser cantarolados. Segundo Zumthor (1993, p. 237):

Nos séculos XIV e XV, o sermão integra às vezes uma ação dramática complexa: o pregador interrompe-se, atores intervêm, uma máquina faz surgir um anjo ou um demônio. Lecoy de la Marche, antigamente, comparou, para o século XIII, testemunhos referentes ao desenrolar dos sermões: ele evocava as reações barulhentas do público, as interrupções, os aplausos, as coqueteiras de gente mundana acompanhada de pajens portadores de almofadas, não menos que as flutuações do favor popular: vão distrair-se ouvindo um, enquanto fogem de um enfadonho.

As diversas formas de oralidade em um período histórico marcado pelo analfabetismo traduzem, de certa forma, o império dos sentidos da palavra falada em voz alta, os corpos reverberantes da “mídia” no meio da rua: as recitações, a declamação de poesia ou da prosa e as interpretações dramatizadas alternando o cômico e o trágico. Assim, há pontos em comum que possibilitam um alinhamento teórico entre Zumthor (1993) e Martín-Barbero (2009). Ambos fazem referência à longa caminhada na qual as manifestações da cultura popular criam as condições para a emergência de uma cultura massiva. Na sua defesa da oralidade, considerando as suas relações com o texto, Zumthor (1993, p. 271) reforça o argumento de que a recepção cumpre um papel fundamental na produção. Na sua forma de entender, “Quaisquer que tenham sido os cuidados dos doutos, os efeitos da obra, para o

praticante, continuam até o século XV, e mais tarde ainda em vários meios, a depender de sua recepção por um auditório.”

Nesse contexto, os palcos privados e públicos, percorridos pelos trovadores, menestrelis, jograis e recitadores em geral eram constantemente atiçados pela audiência inserida na dinâmica da palavra falada em pulsação. Assim, o popular adubava o terreno onde posteriormente iria frutificar o massivo.

Recapitulando a construção teórica até aqui elaborada, oralidade e retórica estão imbricadas em uma prática cultural que atravessou uma jornada de mudanças ao longo de pelo menos três etapas históricas demarcadas na presente tese. Da antiguidade grega, passando pelo medievo até a modernidade, a relação entre a produção e a recepção é marcada pela ação junto à audiência – a interpelação do auditório. Nas diversas modalidades expostas nesse tópico, há sempre um traço comum: a busca de sensibilizar, conquistar e/ou persuadir os ouvintes.

No conjunto dos meios eletrônicos informativos, o rádio possibilita um tipo de relação com a audiência marcado pela rapidez no fluxo dos conteúdos jornalísticos e também pelo contato direto e às vezes instantâneo com os ouvintes. Dessa síntese, interessa o recorte sobre a participação da audiência na construção de um discurso coletivo sobre a cidade. Nesse viés, a mobilização dos recursos da retórica é fundamental para explicar a participação dos ouvintes nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM, em São Luís, onde estão presentes as características dos três gêneros definidos por Aristóteles (1959): judiciário, deliberativo e epidíctico. Nos comentários, debates e polêmicas sobre os temas de interesse da cidade, a audiência constrói suas narrativas recorrendo às interfaces produzidas pela credibilidade dos oradores, no apelo à emoção ou na racionalidade do argumento. Esses três elementos da invenção recebem diferentes dosagens nas intervenções dos ouvintes.

Klöckner (2011b, p. 66-67), no estudo comparativo sobre as programações das emissoras de rádio TSF, de Portugal; e CBN, do Brasil, apontou três fases da retoricidade no rádio:

A retoricidade pode ocorrer em três fases: 1) No contexto; 2) No gênero do discurso persuasivo (forense ou judicial, deliberativo e epidíctico); 3) No conteúdo da mensagem, expresso pelos cânones retóricos: a) Invenção: origem dos argumentos: ethos, que é a credibilidade do autor; phatos, o apelo à emoção e o logos, a lógica dos argumentos-relevância; b) Disposição: organização dos argumentos, do discurso; c) Estilo/elocução: modo próprio de apresentar o discurso; adequação de

linguagem própria para a argumentação, incluindo o uso de figuras de retórica e considerando os seguintes critérios: *Aptum* – adequação, aptidão; *Puritas* – Correção; *Perspicuitas* – Clareza; *Ornatus* – adorno deliberado como metáfora e analogia; e metonímia e sinédoque; d) *Memória*: acesso do locutor ao conteúdo da fala e firme compreensão e segurança do material a ser apresentado; e) *Apresentação*: explora a relação entre a propagação de um trabalho e o seu conteúdo, assim como o controle da voz e do corpo na apresentação dos argumentos.

A ideia do rádio traduzido em plataforma de diálogo, debate e decisões sobre os interesses da cidade está presente nos textos escritos pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht, no período de 1927 a 1932, reunidos posteriormente com o título “Teoria do Rádio” (Zuculoto, 2005). O conceito brechtiano inspirou Dantas (2002) a projetar a possibilidade de ser instaurada uma esfera pública cidadã, mediada pelo rádio, tendo a preponderante intervenção dos cidadãos como “produtores diretos e autônomos de cultura. Seria o alargamento e a consumação do ideal iluminista da esfera pública burguesa, agora expandida para toda a sociedade democrática. Seria, pois, a radicalização da democracia.” (2002, p. 103.) Produção e recepção, operando alternadamente nos programas jornalísticos, em torno dos temas de interesse da cidade, ilustram o rádio com o desenho da praça pública, ambiente de trânsito, conversação e, no sentido grego, lugar de exercício da retórica e da política. Para melhor entendimento sobre o sentido da *ágora*, Sennett (2003, p. 47) explica como eram organizados o fluxo das pessoas e os espaços de diálogo na cidade grega.

Atenas agrupava os corpos em dois tipos de espaços, cada qual conferindo à multidão uma experiência distinta da linguagem falada. Na *ágora*, múltiplas atividades transcorriam simultaneamente, enquanto as pessoas se movimentavam, conversando em pequenos grupos sobre diferentes assuntos ao mesmo tempo. Não havia nenhuma voz dominante. [...] No teatro, a voz singular assumia forma artística, através das técnicas da retórica. Os locais reservados aos espectadores eram tão organizados que amiúde a eloquência os vitimava, paralisando-os e humilhando-os com seu fluxo.

O corpo falante em movimento está presente nas formulações de Nunes (1993, p. 73). No jogo de forças entre os locutores nos vasos comunicantes da cidade, a palavra falada é ação: “O som está simultaneamente dentro e fora. A voz abandona nosso corpo, percorre a matéria aérea e invade o outro na mesma medida em que não precisamos ver para ouvir. O som manifesta corpos”.

Os ouvintes dos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM identificavam-se por uma demarcação espacial na cidade, remetendo à localização do participante, através de uma convenção firmada no contrato informal entre os apresentadores e a audiência. Ao telefonar para uma emissora, o ouvinte anunciava o nome e o bairro de onde falava. A localização geográfica dimensionava a pulverização dos ouvintes espalhados em diversas

regiões da cidade, formando a teia que conectava as pessoas por meio da alternância dos locutores no processo de produção do conteúdo informativo. O locutor oficial, apresentador do programa, permitia ao ouvinte acrescentar camadas informativas sobre situações do cotidiano, refletindo os principais ambientes da cidade: ruas, praças, avenidas, áreas verdes, praias, terminais de ônibus, calçadas, terrenos baldios, espaços públicos e privados em geral. Tomando por base os estudos de Zumthor (1993) sobre poesia oral, nos quais ele destaca a simultaneidade da ação vocal transmitida e recebida, Nunes (1993, p. 89) reflete sobre a voz do apresentador e o conceito de *performance*:

Nossos textos vocalizados não são mensagens poéticas; contudo, envolvem circunstâncias de produção, transmissão e recepção semelhantes às descritas por Zumthor, ao tratar da manifestação da poesia pela voz. Diante disso, faremos valer a apropriação terminológica e conceitual para apontarmos um problema que se faz instância: o rádio como comunicação ritualizada e ao mesmo tempo mediatizada.

Nesse contexto, o rádio era uma espécie de tribuna, onde vários locutores (apresentadores, repórteres, fontes e ouvintes) revezavam-se para falar sobre a cidade. O princípio da ágora, incorporado ao rádio, tem raízes mais profundas na organização do fluxo dos corpos no espaço urbano grego, onde só predominava a palavra falada.

A evolução da democracia ateniense deu forma às superfícies e às proporções da ágora, pois o movimento possível em espaços simultâneos favorecia uma participação mais intensa. Transitando entre diversos grupos, podia-se tomar conhecimento do que acontecia na cidade e trocar ideias sobre os mais variados assuntos. O espaço aberto era um convite, inclusive, a que se tomasse parte, mesmo eventualmente, em questões jurídicas. (SENNETT, 2003, p. 48)

Os textos compilados na Teoria do Rádio manifestam a crítica do artista alemão sobre a preponderância do emissor e propõem mudanças na concepção do ambiente radiofônico, passando necessariamente pela inclusão da audiência no processo produtivo:

E para ser agora positivo, quer dizer, para descobrir o positivo da radiodifusão, uma proposta para mudar o funcionamento do rádio: é preciso transformar o rádio, convertê-lo de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação. O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, conseqüentemente, afastar-se dos que a abastecem e constituir os radioouvintes em abastecedores. Portanto, todos os esforços da radiodifusão em realmente conferir, aos assuntos públicos, o caráter de coisa pública são realmente positivos. (BRECHT, 2005, p. 42)

Para o autor, a função do rádio implica uma dimensão da cidadania, ao conceber os ouvintes como parte integrante da produção, interferindo nos temas de interesse público. Nas sugestões aos diretores de rádio, Brecht (2005) indica a aproximação com os acontecimentos

reais, em vez de as emissoras limitarem-se à reprodução de informações. Coberturas ao vivo, debates, entrevistas em estúdio também compunham as indicações do poeta para incrementar a grade de programação das emissoras, além de uma rigorosa prestação de contas das empresas. Suas formulações sobre o rádio contemplam pelo menos três dimensões: informativa, pedagógica e artística. Havia, como pano de fundo, a preocupação central de transformar o rádio em um aparato de educação e construção da cidadania, sempre em uma perspectiva de diálogo entre a produção e a recepção:

A radiodifusão tem que tornar possível o intercâmbio. Apenas ela pode organizar, em conjunto, as falas entre os ramos do comércio e os consumidores sobre a normalização dos artigos de consumo, os debates sobre altas de preço do pão, as disputas municipais. Se consideram que isso é utópico, eu lhes peço que reflitam sobre o porquê de ser utópico. (BRECHT, 2005, p. 42)

Suas ideias refletiam, em parte, o momento conjuntural vivido na Alemanha do início do século XX. A efervescência política e estética alemã e a deflagração da revolução russa inspiraram Brecht nas elaborações teóricas sobre o rádio e o teatro, tendo como fio condutor o protagonismo da participação popular nos palcos, nos estúdios, na vida cotidiana. Havia uma dimensão cultural na percepção brechtiana em uma perspectiva de transformação da realidade, segundo Frederico (2007, p. 216):

O novo teatro e o novo meio de comunicação caminham juntos para realizar o imperativo de interatividade, deixando para trás o antigo conceito que via a cultura como uma forma que “já está constituída” e, portanto, “não carece de qualquer esforço criativo continuado”.

Nesse período pulsava uma atmosfera de ativismo político e cultural, através da participação dos trabalhadores em corais e um forte desenvolvimento da imprensa operária, bem como do teatro engajado de Brecht. Na imprensa, estimulava-se o envolvimento do leitor na produção de conteúdo para os jornais, estimulando o envio de cartas com artigos e outras informações. O cinema em efervescência era também marcado pelos filmes políticos documentais sobre a realidade dos trabalhadores. No alicerce dessa nova construção cultural, disseminava-se a ideia de um novo público, importante na produção e no consumo emanados da prática operária e popular, destacando-se o rádio no papel de mobilização política. Nas palavras de Frederico (2007, p. 220-221):

À semelhança da Revolução Russa, o movimento operário alemão organizou-se em soviets. Durante essa breve experiência revolucionária, o rádio faz sua estréia, servindo como meio para coordenar o movimento nas várias regiões do país e manter o contato com o regime revolucionário da Rússia. O rádio surge, pois, como instrumento de mobilização política, e, só depois de cinco anos, com a revolução derrotada, é que se estabeleceu a “radiodifusão pública da diversão”, ou seja, passou

a ter uma função comercial e a monopolizar o “comércio acústico”, segundo a feliz expressão de Brecht.

Paralelamente às emissoras comerciais, disseminavam-se outras, vinculadas ao movimento operário. Os trabalhadores apropriam-se das técnicas de fabricação dos aparelhos de rádio visando divulgar informações de conteúdo político. Surgiam também as “comunidades de ouvintes” que utilizavam amplificadores instalados nas ruas para acompanhar as notícias veiculadas nas emissoras e debater os assuntos locais e nacionais. Comunicação e política transitavam em conjunto. Segundo Ortriwano (2004), as ideias de Brecht sobre rádio fluem na evolução do quadro histórico e político da Alemanha, quando se instala a República de Weimar, após a queda do Império, em 1919, levando ao poder uma coalizão social-centro-democrata. A novidade tecnológica do rádio proporcionou aos trabalhadores a montagem dos seus próprios aparelhos e a organização da audiência para contestar as emissoras controladas pelo Estado. Surgia, assim, o embrião dos radioclubes operários e as comunidades de ouvintes:

Os trabalhadores trocavam entre si esquemas técnicos de montagem (publicados em revistas especializadas que começaram a circular já no início dos anos 20), peças de reposição e desfrutavam em grupo dos aparelhos que construíam. A preocupação básica era poder ouvir o novo meio uma vez que o preço do receptor era elevado: construí-lo era uma forma de satisfazer a esta aspiração. A partir deste envolvimento inicial, foram sendo criadas as condições para uma participação explicitamente política. Com os aparelhos que montavam, era possível ouvir inclusive programas do exterior, principalmente as emissões operárias da União Soviética. (ORTRIWANO, 2004, p. 16)

Em 1924, segundo a autora, foram instituídos um decreto-lei e outros instrumentos legais contra os ouvintes clandestinos, buscando inviabilizar o efeito multiplicador das emissoras ligadas ao movimento operário. Este período marca o crescimento do nazismo, atento à força do rádio no processo de difusão da liderança de Adolf Hitler e da persuasão do povo alemão. Antes da chegada de Hitler ao poder, em 1933, a percepção do rádio como meio fundamental na tomada do poder já estava nos planos do homem-chave e futuro ministro da Propaganda: Joseph Goebbels. A retórica de Hitler encontra, no rádio, o palco ideal, distinto da perspectiva emancipatória baseada no diálogo, na argumentação e no contraditório presentes nos gregos. Ao contrário da utopia brechtiana, o rádio na perspectiva nazista só permitia uma direção (ORTRIWANO, 2004).

O quadro teórico exposto acima sistematiza os conceitos de oralidade e retórica em convergência com a prática cultural dos ouvintes dos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM, em São Luís. A cultura oral primária (Ong, 1998) presente na *performance* de

Lesbos (2011) atualiza-se nos estudos de Zumthor (1993) e Nunes (1993) sobre as ressignificações da oralidade e o conceito de performance mediatizada, respectivamente. Esses autores conectam-se aos fundamentos da retórica, principalmente no diálogo entre Vieira (2013) e Aristóteles (1959). Nestes é predominante a perspectiva do auditório para a montagem de toda a engrenagem da persuasão. A audiência é, portanto, o ponto de partida para o desempenho do orador, levando em conta todos os elementos acima descritos no processo de convencimento do auditório. Assim, a recepção é parte constitutiva, essencial e indispensável da produção.

5. A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Neste capítulo apresento o plano metodológico que possibilita conhecer como a produção e a recepção dialogavam nos programas jornalísticos das rádios AM do município de São Luís (Maranhão/Brasil), nos anos de 2014 e 2015.

Para discorrer sobre a metodologia, exponho inicialmente, no item 5.1, os conceitos de estratégia e tática no processo de planejamento da pesquisa, articulados ao eixo teórico dos Estudos Culturais. Em seguida, no tópico 5.2, discuto as interfaces entre Estado e mercado como instâncias de sociabilidade e as suas relações com os meios de comunicação. No 5.3 faço uma abordagem sobre o protagonismo da recepção frente ao poder dos meios de comunicação. O item 5.4 é uma exposição sobre os momentos e as mediações no “mapa noturno” (Martín-Barbero, 2009). No item 5.5 discorro sobre o cenário da coleta de dados – a cidade de São Luís, capital do Maranhão, onde estão sediadas as seis emissoras já referenciadas. O item 5.6 refere-se à entrada no campo e os procedimentos adotados para a coleta de dados, detalhando as técnicas de pesquisa.

O percurso metodológico tem como ponto de partida o “mapa noturno”, abordando a proposta inicial das mediações e sua reformulação. O local de chegada é a construção de um aporte teórico que chama ao diálogo a relação entre Estado, mercado, cultura e meios de comunicação. Faço esta opção para capturar as instâncias demarcadas por Hobbes (1998) e Marx (1977), espriando seus conceitos a uma leitura sobre hegemonia (Gramsci, 2002) e às proposições dos Estudos Culturais latino-americanos (Martín-Barbero, 2009) acerca da condição do sujeito no processo de recepção, nas quais enquadro a audiência dos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM.

5.1. OS CONCEITOS DE ESTRATÉGIA E TÁTICA

Os conceitos de estratégia e tática têm como principal referência o tratado *Da guerra*, de Clausewitz (1996), considerada uma obra relevante no pensamento militar e político do século XIX. A sua teoria sobre a atividade bélica demarca a interpenetração dos territórios militar e político na fundamentação sobre a guerra. Nesse entendimento, os objetivos políticos estão acima dos militares. Estes são apenas os meios para alcançar a finalidade política. Da mesma forma, a violência da guerra é definida como meio para atingir os objetivos políticos.

A guerra é, portanto, um instrumento da política no contexto da luta pelo poder. Assim sendo, a estratégia e a tática devem ser dirigidas para a finalidade da vitória. Na organização das forças militares para a guerra, Clausewitz (1996) dispõe sobre conceitos que corroboram para entender, na filosofia da guerra, a centralidade do aspecto político. O gênio, a virtude e o espírito guerreiro, os movimentos e o ordenamento das tropas, o posicionamento das fortificações, as posições de ataque e defesa formam o eixo teórico onde a estratégia e a tática se encaixam. Ambas estão direcionadas para a vitória, fixadas na finalidade da guerra, qual seja: impor a vontade ao inimigo. “A guerra é um ato de violência para obrigar o adversário a executar a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 7). Ganhar a guerra passa necessariamente pelo desarme do inimigo, ou seja, a destruição da capacidade de combate do oponente. Posicionadas no local onde se travam as batalhas ou “teatro das operações”, as forças militares movimentam-se de acordo com operações estratégicas e táticas, assim definidas:

A condução da guerra é pois a ordem e a condução do combate. Se o combate consistisse numa só ação, qualquer divisão suplementar não teria nenhum sentido. Mas o combate consiste num maior número de ações distintas que formam um todo e a que se chamam recontros [...], e que constituem novas unidades. Foi isso que deu origem a essa atividade completamente diferente que consiste em *ordenar e dirigir* esses recontros distintos, em seguida a *coordená-los* entre si e com vista à guerra. A uma chamou-se *tática*, à outra *estratégia*. [...] Segundo a nossa classificação, a tática é pois a *teoria relativa à utilização das forças armadas no recontro*. A estratégia, é a *teoria relativa à utilização dos recontros a serviço da guerra*. (CLAUSEWITZ, 1996, p. 92-93)

Tática e estratégia referem-se, respectivamente, ao direcionamento dos recontros no curso de uma guerra e à coordenação dos diferentes conflitos bélicos. Em síntese, o primeiro diz respeito à movimentação das forças armadas na batalha; o segundo, coordena as batalhas a serviço da guerra. Em Maquiavel (1998), as formulações sobre a guerra eram mais voltadas para os contornos da filosofia política, focadas nos aspectos da retórica e da liderança do aristocrata em combate, no caráter, nas motivações e nas artimanhas do *príncipe*. No período das guerras napoleônicas, algumas modificações nos embates proporcionaram novos olhares sobre a atividade bélica, decorrentes do aumento expressivo na quantidade dos componentes nos exércitos e da diversificação das munições e das armas (artilharia, cavalaria, infantaria, marinha), assim como dos interesses econômicos que perpassavam os conflitos entre as nações. Assim, tática e estratégia foram incorporadas aos estudos sobre a guerra de maneira mais sistemática.

A estratégia é a utilização do recontra para atingir a finalidade da guerra. Ela tem pois de fixar uma finalidade para o conjunto do ato de guerra que corresponda ao objetivo da guerra. Quer dizer: estabelece o plano de guerra e determina em função do objetivo em questão uma série de ações que a ele conduzem; elabora portanto os planos das diferentes campanhas e organiza os diferentes recontros destas ações. Dado que todas essas decisões em grande parte só poderão assentar em suposições que nem sempre se realizam, e que um grande número de outras disposições mais detalhadas não podem ser tomadas antecipadamente, resulta que a estratégia tem de acompanhar o exército no campo de batalha para que, no próprio local, se tomem as disposições de detalhe necessárias e se proceda às modificações gerais que se impõem incessantemente. De modo que a estratégia não pode em nenhum momento retirar-se do combate. (CLAUSEWITZ, 1996, p. 171)

A princípio relacionados ao campo militar, os conceitos de tática e estratégia passam a percorrer outras áreas de conhecimento e ressignificam-se no campo da política. No contexto das revoluções burguesas, com o advento da luta de classes, a complexificação das disputas de poder introduz novos atores sociais e objetivos que ganham expressão na arena e na linguagem da política. Para Clausewitz (1996, p. 26): “A guerra de uma comunidade - de nações inteira e particularmente das nações civilizadas - surge sempre de uma situação política e só resulta de um motivo político”.

Desde o lançamento do Manifesto Comunista (Marx; Engels, 1998), os teóricos do socialismo já esboçam as terminologias que futuramente iriam sedimentar, com mais consistência, os conceitos de estratégia e tática associados ao terreno da política e à tomada do poder pelo proletariado. Os ensinamentos da guerra desencadeiam um processo de assimilação dos conceitos de estratégia e tática para o território da política, influenciando as questões relacionadas à geopolítica e aos movimentos de inspiração socialista. No processo da Revolução Russa, deflagrada em 1917, as cartilhas e os manuais de formação dos militantes comunistas já continham os conceitos de estratégia e tática associados à organização dos trabalhadores para a tomada do poder, na dinâmica da luta de classes, no que diz respeito à orientação e aos métodos da ação política.

A ilustração de um campeonato de futebol também ajuda refletir sobre o tema abordado neste tópico. Assim como o jogo da política, o futebol incorpora o sentido das batalhas e da guerra. Jogadores e times movimentam-se em avanços e recuos, jogadas rápidas ou lentas, reforços no meio campo ou nas laterais e nas pontas. Para cada jogo há um esquema tático, que pode ser modificado em função dos movimentos do adversário. No território das táticas, as ofensivas e defensivas vão alternando-se no decorrer de uma partida e ao longo de todo o campeonato, visando consolidar uma estratégia de vitória (vencer a guerra). Convém

ressaltar que o estudo e o conhecimento da tática e da estratégia do adversário são fundamentais para posicionar um exército no campo de batalha (SUN TZU, 1998).

Na perspectiva do poder, o conceito de estratégia foi assimilado em outros campos do conhecimento, além do militar e do político. Nesse sentido, afirmou Certeau (1998, p.9):

Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar.

Para Certeau (1998), a estratégia diz respeito ao lugar, ao espaço, enquanto a tática está mais apropriada ao tempo. Essa diferenciação justifica os argumentos do autor sobre as relações entre estratégia, saber e poder. Os lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) são elaborados a partir de um lugar de poder. Nessas relações espaciais ocorre a distribuição das forças em disputa, visando à dominação. No campo científico, as definições de estratégia e tática compõem as ações e os procedimentos pertinentes ao poder pela via do conhecimento.

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de duração e ritmos heterogêneos etc. Sob esse aspecto, a diferença entre umas e outras remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança (opções que respondem aliás mais a coerções que a possibilidades): as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar e no tempo distinguem as maneiras de agir. (CERTEAU, 1998, p. 102)

Feito este preâmbulo⁴⁵, situo a estratégia metodológica como um passo fundamental na feitura de uma pesquisa científica. No momento em que um pesquisador aciona o processo investigativo, ele entra em uma espiral do conhecimento e movimenta-se nas linhas conectadas pelas teorias, categorias, conceitos, autores e no trabalho de campo. O pesquisador arma-se com as ferramentas da tática para a construção de uma estratégia metodológica que

⁴⁵ O conceito de tática (CERTEAU, 1998) será retomado no capítulo 7 *Ágora eletrônica: a audiência em movimento* para designar a movimentação dos ouvintes nos programas jornalísticos, na dimensão do consumo dos bens simbólicos.

dê conta de atingir seus objetivos. Ao lançar mão de uma estratégia metodológica, o pesquisador está permanentemente diante de escolhas, opções e seleções que melhor vão conduzir o andamento da investigação, visando alcançar os objetivos planejados.

O planejamento da pesquisa, com a definição de etapas no processo de construção metodológica, vinculada a um cronograma de trabalho, requer do pesquisador a montagem do percurso a ser feito. Nesse sentido, o pesquisador é um estrategista e, tal qual o artífice da guerra, orienta-se por movimentos táticos intercalados no processo de captura do objeto pesquisado. Portanto, a construção de uma estratégia metodológica depende do conhecimento abrangente do conjunto de relações que perpassam o objeto de pesquisa, do grau de desenvolvimento do objeto em relação à realidade concreta e das suas relações com o contexto e as variáveis.

As formulações sobre estratégia e tática crescem nas ideias de orientação socialista a partir da introdução do materialismo histórico-dialético nos estudos sobre a realidade brasileira. O método dialético ganha a adesão dos pensadores alinhados à crítica do capitalismo, herdeiros da interpretação marxista e afinados aos movimentos de esquerda que haviam assimilado as diretrizes da formação política inspiradas nos manuais da Revolução Russa e nas suas adaptações à realidade latino-americana, onde os partidos moldados nas ideias socialistas repercutiam as noções de tática e estratégia na luta política. Os intelectuais direta ou indiretamente influenciados pela tradição marxista viam a Universidade vinculada ao processo de inserção na realidade concreta, na rediscussão sobre a relação entre sujeito e objeto na pesquisa científica e na rejeição do positivismo.

Na academia ganha força a negação da pesquisa de cunho positivista, enquanto única modalidade válida de pesquisa científica. Há todo um debate sobre os limites dos estudos baseados em variáveis verificáveis matematicamente e sobre a não neutralidade da ciência. Portanto, há enormes controvérsias sobre os paradigmas positivistas que buscam a objetividade científica como único parâmetro para qualificar o conhecimento como científico. (PERUZZO, 2003, p. 4)

O aporte teórico-metodológico de inspiração marxista enquadra o funcionamento da sociedade capitalista a partir da combinação entre infra-estrutura econômica e super-estrutura, enfatizando a conexão destes dois componentes no processo de produção e reprodução do capital. Trazido ao campo da Comunicação, o composto infra-estrutura/super-estrutura evidencia o processo de organização dos complexos industriais midiáticos localizados na base econômica (os meios impressos e audiovisuais como empresas capitalistas) e suas projeções na super-estrutura. Cabe à Economia Política da Comunicação estudar o processo de

complexificação midiática à luz do impacto global que os meios de comunicação impõem à lógica de concentração de capital nas áreas de telecomunicações e informática, no controle das infovias, na produção e na distribuição dos bens culturais nos jornais, rádio, televisão e internet em escala global.

Ianni (1999), por sua vez, elabora o conceito de príncipe eletrônico para designar um ator central no mundo contemporâneo, formado pelo emaranhado de interesses econômicos, políticos e culturais vinculados aos meios de comunicação. Com base na ideia do “príncipe”, em Maquiavel (1998); e do “moderno príncipe”, em Gramsci (1980), este referindo-se ao partido político, Ianni (1999, p. 6) situa o século XX profundamente influenciado pelas tecnologias de comunicação e informática na esteira da globalização.

O Príncipe Eletrônico, no entanto, não é nem *condottiero* nem partido político, mas realiza e ultrapassa os descortínios e as atividades dessas duas figuras clássicas da política. O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos sócio-culturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo.

Os conceitos introduzidos por Gramsci (2001) deslocam o eixo dos estudos focados na dominação estritamente econômica e inserem outras possibilidades teóricas para entender as lógicas de produção, distribuição e consumo dos bens simbólicos elaborados e postos em circulação pelos meios de comunicação. O autor italiano amplia o horizonte desta formulação no conceito de hegemonia, referindo-se ao processo de dominação no âmbito das relações de força em conflito na sociedade civil, abrindo uma janela teórica relevante para os pensadores dos Estudos Culturais.

“*Americanismo e fordismo*” é um texto seminal de Gramsci (2001) sobre a questão cultural, elevada à posição de um novo modo de organização da vida, materializada no controle sobre o cotidiano dos trabalhadores nas fábricas, a repressão ao álcool e ao sexo, eixos do “puritanismo” e do “proibicionismo”, duas formas morais de fiscalização da vida privada dos operários para além do cumprimento de suas relações contratuais no ambiente de trabalho. A disseminação de um tipo comportamental pregada pela nova ordem administrativa do trabalho constitui, fundamentalmente, uma questão cultural, traduzida como a “etiqueta americana” onde são costuradas a “nova cultura” e o “novo modo de vida”. Assim, a cultura passa a ser um componente fundante no mundo da produção:

Revela-se claramente que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de “orgias” não é um bom trabalhador; a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos. Este conjunto de constrangimentos e coerções diretos e indiretos exercidos sobre a massa produzirá certamente resultados; e surgirá assim uma nova forma de união sexual, cujo traço característico e fundamental parece dever ser a monogamia e a estabilidade relativa. (GRAMSCI, 2001, p. 269)

Gramsci (2001) vê a dominação de classe para além do determinismo econômico. Alinhados a esta perspectiva, os Estudos Culturais revisam a ideia de que a infra-estrutura determina a superestrutura e consideram limitada a concepção de que a cultura é um mero reflexo das condições materiais (CEVASCO, 2003). À proporção que revisam os tópicos do economicismo, os intelectuais do CCCS (*Centre for Contemporary Cultural Studies*) aproximam-se da formulação gramsciana sobre hegemonia, cuja inspiração é considerada fundamental para descolar o pensamento do ponto fixo – econômico – e perceber a complexa disputa das forças políticas, culturais e ideológicas no contexto histórico. A ideia outrora predominante do fator econômico como espelho para as outras dimensões da sociabilidade começa a perder força com a introdução dos aportes culturais trazidos à luz por Gramsci (2001) e ativados pelos Estudos Culturais.

Ao incorporar esses conceitos, os culturalistas destoam da concepção da cultura de massa que somente enxerga nos meios de comunicação as representações ideológicas dominantes. Em outra perspectiva, a cultura é situada no campo de batalha onde operam a dominação e a resistência, sempre na perspectiva de uma alteridade e nunca de total submissão/dominação.

Feito esse panorama inicial, exponho o encaminhamento da estratégia metodológica. O percurso será feito tomando os Estudos Culturais como espinha dorsal do aporte teórico-metodológico, a partir da teoria das mediações e da sua revisão (Martín-Barbero, 2009), adotando o segundo mapa metodológico das mediações, apresentado em 1998. Assim, proponho cercar o objeto na perspectiva das matrizes culturais às lógicas de produção, passando pelos formatos industriais e as competências de recepção, atentando para as mediações: institucionalidade, tecnicidade, ritualidade e socialidade. Para apresentar o “mapa noturno” detalhadamente, faço antes uma abordagem sobre as relações entre Estado e mercado, com o objetivo de discutir as formulações dos autores culturalistas no terreno teórico adubado por alguns elementos da economia política.

5.2. INTERFACES ENTRE ESTADO E MERCADO

Os conceitos de Estado e mercado são balizadores para indicar as principais referências da constituição humana em sociedade, ou seja, como o indivíduo relaciona-se às instâncias política e econômica e organiza os modos de ser e viver. Segundo Pereira (1995, p. 9), “sem dúvida, num sistema capitalista, Estado e mercado, direta ou indiretamente, são as duas instituições centrais que operam na coordenação dos sistemas econômicos.”

Tomo Hobbes (1998) e Marx (1977), respectivamente, como principais autores nessa exposição, embora eles percorram caminhos teóricos diferenciados, mas na presente tese suficientes para dar conta do objeto e das suas imbricações com a economia e a política. A partir dessas duas instâncias – Estado e mercado - articulo os Estudos Culturais e suas respectivas construções teóricas relacionadas aos processos de produção, circulação e consumo, no âmbito da comunicação.

Embora “O leviatã” seja a obra mais conhecida de Thomas Hobbes (1588 - 1679), o autor discorre apropriadamente sobre a criação do Estado civil em “Do cidadão”, escrito em latim e publicado na França, em 1642, atento a um leitor europeu mais qualificado, capaz de repercuti-lo na elite intelectual. As duas obras dialogam e recorrem ao conceito de “estado de natureza” para caracterizar uma situação na qual o homem está dominado pelas suas paixões (ganância, medo, ódio, amor, liberdade exacerbada, inveja, força), submetido à vontade arbitrária e irracional e guiado pela conduta instintiva e animal. Nessa condição, o homem busca a satisfação imediata das suas necessidades, de maneira egoísta e individual.

No “estado de natureza” vigora a desagregação. Todas as pessoas são livres para agir sem regras nem controle. Em tradução mais direta, o “estado de natureza” é a “guerra de todos contra todos” (Hobbes, 1998). O autor utiliza a máxima do escritor latino Tito Plauto - “o homem é o lobo do homem” - para caracterizar o instinto predador, no qual todos têm direito a tudo. O estado de natureza é, portanto, um estágio anterior à entrada do homem na comunidade política. Vivendo sob o predomínio da insegurança e da angústia, regidos pela força, todos os homens são iguais no estado de natureza. Mas, essa igualdade é perigosa e provoca medo. Imerso no território das paixões, o homem exacerbadamente livre vê-se diante da ausência de laços políticos, de estabilidade e segurança. Segundo Hobbes (1998), o estado de natureza é autodestrutivo e inviável para a vivência em sociedade. Diante do medo e da

insegurança, o homem manifesta o desejo de superar essa condição. Para isso, abdica do direito a todas as coisas, atenua as paixões desenfreadas e controla a liberdade exacerbada.

A superação do estado de natureza ocorre através do pacto, pelo qual o homem renuncia à liberdade individual em função de segurança e estabilidade no convívio em sociedade. Para assegurar a paz e a segurança, cada homem renuncia ao direito absoluto sobre todas as coisas em favor do soberano, senhor absoluto e doravante donatário dos poderes individuais. O processo de transição do estado de natureza para o Estado civil dá-se pela transmissão de poderes ao soberano, por meio do pacto, instituindo a comunidade política, as leis, a garantia de direitos e deveres. A razão passa a guiar o processo através do qual, no pacto, o homem renuncia à sua liberdade individual para submeter-se ao soberano. Eis o nascimento da autoridade política.

Para Hobbes (1998), a figura do soberano é central no processo de instituição da comunidade política. Donatário da administração dos conflitos, o Estado civil é construído mediante a promessa de garantir segurança e estabilidade aos súditos, que renunciam à sua liberdade individual e transferem seus poderes ao mandatário. A proteção dos súditos e a instituição do direito são dois argumentos centrais no pensamento de Hobbes (1998) para a formação da comunidade política, sob o monopólio da força pertencente ao soberano. São essas, em linhas gerais, as bases do pacto que garante a superação do estado de natureza e o estabelecimento do Estado civil⁴⁶.

Aos Estudos Culturais importa entender como a constituição do Estado impactou na opressão e nas lutas de resistência das classes subalternas. Segundo Martín-Barbero (2009), o impacto da formação do Estado moderno e a afirmação do Estado-Nação ocorrem no desenrolar dos séculos XVII e XVIII, caracterizando-se pela centralização do poder, sufocando a diversidade cultural de comunidades e regiões, bem como a pluralidade de mediações. Nesse contexto:

O Estado se erige em instituição-providência que religa cada cidadão com a autoridade central do soberano e vela pelo bem-estar e segurança de todos. A dinâmica própria das culturas populares se verá entravada primeiro e paralisada depois por essa nova organização da vida social. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 106).

⁴⁶ Os conceitos de poder e dominação e as relações entre os soberanos e os súditos são tratados também na abordagem de Max Weber, no texto “Os três tipos puros de dominação legítima”, in: COHN, Gabriel. Weber. São Paulo: Ática, 2003.

Como resultado da sobreposição do Estado, asfixiando as efervescentes dinâmicas culturais, emerge uma cultura supra ou transnacional, manifesta na literatura de cordel, na divulgação iconográfica e na transmutação dos espetáculos populares. O autor retoma a abordagem sobre as transformações operadas em decorrência da consolidação do Estado para discorrer sobre o processo de resistência das classes subalternas. Em resposta à pergunta por ele próprio formulada – “De onde parte e sobre que se apoia a repressão das culturas populares na Europa moderna?” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 133) – enumera os fatores: 1) a formação do Estado moderno e a sua consolidação definitiva no Estado-Nação; 2) a fusão dos interesses do Estado e do mercado no longo processo de conversão do mercantilismo ao capitalismo industrial; 3) os conflitos religiosos (cristianismo e Reforma protestante), levando ao fortalecimento do sentido de nacional; 4) os interesses da burguesia integrando reivindicações de língua e religião; 5) a demarcação de fronteiras e a centralização do poder político.

A centralização política e a unificação cultural articulam-se em dois eixos: o da integração horizontal, na qual o Estado se apresenta incompatível com a sociedade plural, multissegmentada, pulverizada em diversas formas de organização e redes sociais (profissional, religiosa, geográfica, de faixa etária etc); e a integração vertical, que diz respeito ao desligamento do indivíduo dos seus laços primários (família, igreja, corporação, comunidade etc) e um conseqüente religamento à autoridade central:

E o Estado, frente à complexa rede de associações de que era tecida a vida dos indivíduos, às quais estava sujeito, e das quais recebia segurança, se erguerá mais à frente, bem como a lei do soberano, enquanto uma instituição-providência que garante a segurança de todos. O Estado será o único aparato jurídico de coesão social (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 134)

Porém, essa posição autoritária do Estado não será permanente e fixa. Na base da sociedade, mutações e movimentos horizontais geram desdobramentos vitais para a retomada dos processos de ativação da diversidade cultural. O empoderamento pela via do Estado não configura a imagem estanque dos súditos aos pés do soberano.

Avançando no primeiro ciclo de exposição acerca das interfaces entre as instâncias normatizadoras e seus reflexos na questão cultural, convido a ingressar nesse percurso a formulação sobre mercado. Na “Contribuição à crítica da economia política”, Marx (1977) parte do conceito de mercadoria para analisar o processo de constituição do capital. Assim, emergem várias categorias analisadas no contexto do circuito produção/circulação/consumo,

em parte apropriado pelos Estudos Culturais (Hall, 2003). Se a contribuição de Hobbes (1998) trouxe à luz a superação do estado de natureza e o estabelecimento do Estado civil, mediante a figura do soberano, Marx (1977) evidencia o progresso das forças produtivas e das relações de produção para situar os indivíduos em outra forma de interação social – o mercado.

Em suas ações para dominar a natureza e apropriar-se do mundo, o homem desenvolve diversas habilidades necessárias à sobrevivência. Entre elas, destacam-se a produção e a troca de mercadorias. O ambiente da troca é a teia constitutiva da circulação, onde os indivíduos integram-se na condição de proprietários de mercadorias, dotadas de valor de uso (meio de subsistência) e valor de troca: “[...] assim expresso como equivalência geral e ao mesmo tempo como grau desta equivalência em relação a uma mercadoria específica, ou expresso ainda numa só equação ligando as mercadorias a uma mercadoria específica, é o *preço*” (MARX, 1977, p. 73). Ou seja, no interior do processo de circulação, o preço é a “forma metamorfoseada” do valor de troca. Este, por sua vez, é determinado, também, pelo tempo de trabalho contido na produção das mercadorias.

Os indivíduos encontram-se no contexto da circulação, onde ocorre a troca de mercadorias, não mais tomadas isoladamente como valor de uso, mas em relação, existindo umas para as outras. As mutações entre mercadoria, preço e valor são ilustradas por Marx (1977) na descrição sobre as vitrines nas animadas ruas de Londres, onde as pessoas amontoam-se e os olhos deslizam diante da exuberância e fartura das riquezas do mundo: os xales hindus, os revólveres dos Estados Unidos, as porcelanas chinesas, os espartilhos franceses, as peles da Rússia e as especiarias tropicais. Essa profusão de mercadorias encontra, no ambiente da circulação, sua forma material imediata, um modo de existência adequado ao valor de troca, cristalizado no dinheiro, visível nas etiquetas. Eis a imagem que melhor reflete os indivíduos cambiantes:

A troca de mercadorias, processo de troca social de substâncias ou permuta de produtos particulares de indivíduos privados, é a criação de relações sociais determinadas de produção nas quais, e no decurso dessa troca de substâncias, entram os indivíduos. As relações em vias de formação que as mercadorias estabelecem entre si cristalizam-se sob a forma de determinações distintas do equivalente geral, e o processo de troca é assim, simultaneamente, o processo de formação da moeda. Todo esse processo, que se apresenta como o desenrolar de processos diferentes, é a *circulação*. (MARX, 1977, p. 54)

A potencialização da troca ganha dimensões em quantidade e qualidade. No desenvolvimento da intensa atividade na circulação, o mundo de mercadorias pressupõe um

movimento contínuo de permuta, renovando-se permanentemente. Além disso, coloca as mercadorias entre si “com uma dupla forma de existência: reais, enquanto valores de uso, e ideais - no preço – enquanto valores de troca” (MARX, 1977, p. 89). Assim, as mercadorias metamorfoseiam-se em ininterruptas cadeias entrelaçadas no processo de circulação. Retomando a ilustração das vitrines de Londres, onde os produtos originários dos mais longínquos lugares do mundo são postos à compra/venda, Marx caracteriza o proprietário de mercadorias como indivíduo cosmopolita, cuja língua universal é o preço, estimulando o desenvolvimento de formas universais para regular a troca. Nesse contexto, a moeda torna-se universal e a mercadoria paira acima das barreiras: religiosa, política, nacional etc. O cosmopolitismo desenvolve-se na dinâmica do encadeamento das trocas.

Enquanto que o mesmo ouro que desembarca na Inglaterra sob a forma de *eagles* americanas [moedas de 10 dólares] se transforma em soberanos, circula três dias depois em Paris sob a forma de napoleões, encontra-se algumas semanas mais tarde em Veneza sob a forma de ducados, conservando sempre, no entanto, o mesmo valor, o proprietário de mercadorias apercebe-se de que a nacionalidade *is but guinea's stamp* [não é mais que o cunho do guinéu]. Tem do mundo inteiro uma ideia sublime, a de mercado – de *mercado mundial*. (MARX, 1977, p. 145)

Assim, a circulação articula-se ao consumo, momento de satisfação da necessidade. O consumo é, pois, o momento onde o produto tem o seu acabamento final e remete a uma nova produção, para atender ao ciclo, de tal forma que o consumo multiplica a necessidade.

O processo primeiro da circulação é, a bem dizer, um processo teórico, preliminar da circulação real. As mercadorias, que existem como valores de uso, criam a sua própria forma sob a qual *aparecem* idealmente umas às outras como valores de troca, como quantidades determinadas de trabalho *geral* materializado. (MARX, 1977, p. 71)

Em constante movimento, o processo de formação e reprodução do capital exige uma articulação entre produção, circulação e consumo, implicadas nesse contexto as categorias do trabalho excedente, mais-valia, alienação, fetiche etc. Essencial, portanto, na formulação de Marx (1977) e adaptada por Hall (2003) é a síntese dialética entre a produção e o consumo na constituição do capital como momentos distintos de um mesmo processo. O consumo está posto na produção. Nesse contexto, o arcabouço teórico marxista dá consistência à proposição do circuito de Hall (2003) para interpretar a cadeia produção-recepção nos meios de comunicação.

Se por um lado fundamenta as bases do mercado, por outro Marx (1998) considera o Estado uma organização voltada para assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe. Em síntese, o Estado é o birô administrativo da classe dominante, conforme dito no

Manifesto Comunista: “o executivo do Estado Moderno nada mais é do que um comitê para a administração dos assuntos comuns de toda a burguesia.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 39).

Estado e mercado, são, portanto, mediações constitutivas do homem no processo de organização da vida em sociedade, sedimentada em regras, burocracia, imposições e consumo. As interfaces do homem com essas instâncias vêm sendo formatadas de maneira acentuada na emergência da modernidade, mas já apresentavam sinais desde a revolução tipográfica. No mundo atual, os meios de comunicação constituem-se regulados pela instância jurídica e administrativa do Estado e pela forma-mercadoria dos bens simbólicos produzidos, distribuídos e consumidos em plataformas impressas e audiovisuais.

Frente à posição determinista, os culturalistas flexibilizam a sobreposição da economia nas instâncias jurídica e política, embora não abandonem a regulação imposta por tais instâncias. A ponte teórica entre economia política e Estudos Culturais é pertinente, embora se apresente mais como reivindicação do que propriamente em ação no plano da pesquisa. Adiante revisito essa questão via a recuperação das posições de Martín-Barbero (2009).

5.3. OS MEIOS TENSIONADOS PELA RECEPÇÃO: O CONTRAPONTO AO REPRODUTIVISMO

Feita a exposição inicial sobre o processo de constituição do Estado e do mercado, acrescento uma articulação desses conceitos com a emergência e consolidação dos meios de comunicação no Brasil e, posteriormente, de que maneira as contribuições de Gramsci conectam-se aos Estudos Culturais.

O papel de regulador e normatizador dá ao Estado a prerrogativa de interferir em diversos campos de legitimação social, especialmente nos meios de comunicação. Retomando o fio condutor da matriz cultural radiofônica, anoto a força do Estado no processo de consolidação da rádio Nacional. Fundada em 1936 e incorporada ao Patrimônio da União em 1940, no governo Getúlio Vargas (CALABRE, 2006), a emissora era ajustada por uma legislação e um ordenamento administrativo impositivo, a critério do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), aparelho de controle e censura no período varguista.

Presente na fase gloriosa e de consolidação da rádio Nacional, no momento marcante dos primórdios da comunicação eletrônica no Brasil, o Estado tem expressiva intervenção no

panorama midiático nacional, inclusive por um viés autoritário, como a imposição da censura durante a ditadura militar e doravante, no período da redemocratização, a partir de 1985. No rádio, a regulação se manifesta a partir do Estado Novo, com o advento do populismo, segundo Lopes (1983, p. 110-111):

Implantado no Brasil em 1923, o rádio logo se configurou como o primeiro meio de comunicação verdadeiramente de massa. Já na sua primeira década de existência o seu funcionamento foi regulamentado pelo Estado (1931) e liberado para exploração comercial. Estabeleceu-se assim uma relação incisiva entre o veículo, o Estado e a empresa privada que fez do rádio a primeira indústria cultural do país. [...] O discurso populista como prática ideológica do sistema de dominação é veiculado com intensidade pelo rádio, não se restringindo ao discurso propriamente político da recém-criada “A Hora do Brasil” ou das emissões do governo. A ideologia populista insere-se na comunicação radiofônica como um todo porque se trata de um elemento constitutivo da realidade social.

Visando melhor compreender as interfaces entre Estado e mercado, articuladas aos meios de comunicação, é necessário identificar na origem e amplificação dos conglomerados multinacionais a tomada de decisões fundamentais à aquisição e fusão das empresas no setor de telecomunicações. Isso foi possível, em parte, pela flexibilização do aparato jurídico-administrativo, possibilitando às grandes empresas a formação de conglomerados transnacionais. Enfatiza-se, portanto, a ação do Estado favorecendo a expansão do capital. Essa troca de interesses havia sido identificada no Manifesto Comunista (MARX; ENGELS, 1998) acerca do Estado como birô dos interesses da classe dominante.

O direcionamento político-ideológico de inspiração neoliberal fomenta as políticas do Estado mínimo e, conseqüentemente, a escalada de privatizações e desregulamentações. Por sua vez, o acelerado processo de globalização, a partir dos anos 1970, facilita a penetração do capital em setores outrora controlados pelo Estado, reduzido frente à interferência do mercado, cujas marcas evidentes são identificadas na cooperação dos interesses do capital financeiro, empreiteiras, das empresas transnacionais de telecomunicações e dos conglomerados de mídia, atuantes em dupla operação: consorciam-se aos interesses do capital financeiro e das empresas de telecomunicações para formar oligopólios e, simultaneamente, integram as plataformas de transmissão de dados por onde transita o capital em tempo real na escala global. Em síntese, o arranjo institucional do Estado viabiliza a expansão do capital na lógica do mercado, tendo como ponto de convergência as tecnologias de informação e comunicação.

No Brasil, a concentração de capital no setor de tecnologia de comunicações decorreu de vários fatores, destacando-se o impacto da reforma do Estado nas privatizações de empresas estatais. Dantas (2002, p. 73) destaca o “papel absolutamente central que as telecomunicações – na verdade, as comunicações em seu conjunto – passaram a ter para a acumulação de capital, nas últimas décadas do século XX.” Segundo o autor, o desmonte e a privatização do Sistema Telebras constitui um exemplo marcante da ingerência e controle dos interesses do mercado internacional em um segmento nacional estratégico. Em decorrência das privatizações, acentua-se a penetração do capital estrangeiro como acionista das empresas nacionais e a flexibilização legal necessária à formação de oligopólios. Assim, a concentração dos meios de comunicação (já presente desde os anos 1960 com o surgimento das Organizações Globo) ganhou novos contornos no acúmulo da propriedade no Brasil.

Na dimensão internacional, Lima (2004, p. 91) utiliza a expressão *global players* para caracterizar os conglomerados empresariais atuantes nesse segmento de negócios altamente lucrativos e cumulativos.

No cenário da globalização contemporânea, a consequência mais evidente da convergência tecnológica no setor de comunicações é a enorme e sem precedentes concentração da propriedade, que provoca a consolidação e a emergência de um reduzido número de megaempresas mundiais. Ademais, a onda internacional liberalizante de privatizações e desregulamentação, acelerada depois da aprovação do Telecommunications Act americano, em fevereiro de 1996, provocou uma avalanche de aquisições, fusões e joint ventures envolvendo Estados nacionais, bancos, grandes empreiteiras e empresas transnacionais privadas, estatais e mistas.

De forma detalhada, Lima (2004) expõe os quatro tipos de centralização da propriedade dos meios de comunicação: a) concentração horizontal, referindo-se à oligopolização intrínseca a uma área, a exemplo da televisão (paga ou aberta); b) concentração vertical, integrando diversas etapas da cadeia, quando um só grupo empresarial controla a produção, veiculação, comercialização e distribuição dos bens simbólicos, característica típica da televisão brasileira; c) propriedade cruzada, quando a mesma organização controla diferentes tipos de mídia (impressa, eletrônica, telefonia, internet, transmissão de dados etc); d) monopólio em cruz, efetivado pela reprodução local e regional dos oligopólios característicos da propriedade cruzada, ou seja, quando os sistemas de comunicação regionais são afiliados às grandes redes, tendo como exemplo emblemático a pulverização das Organizações Globo em quase todo o país.

Visando manter a ordem lógica do texto, propus a definição de Estado e mercado como balizadores do diálogo entre as instâncias política e econômica, articuladas aos

conglomerados de telecomunicações. A seguir, amplio o entendimento sobre esses conceitos à luz das reconfigurações no modo de produção capitalista, analisando como as interfaces entre Estado e mercado estão relacionadas ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, à reprodução do capital, acumulação de riqueza e concentração de poder. Para a efetivação dessas transformações, Castells (2008) aponta reformas no âmbito institucional e empresarial, focadas em quatro objetivos: radicalizar a ordem capitalista, visando otimizar o lucro nas relações capital/trabalho; alargar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais. Observa-se nos objetivos elencados um duplo movimento, ou seja, tanto as instituições vinculadas ao Estado quanto o ímpeto do mercado convergem nas ações visando associar interesses no contexto da reestruturação e expansão do modelo econômico vigente.

Castells (2008) fundamenta a emergência de uma sociedade informacional, pautada necessariamente na relação entre a sociedade e a tecnologia, na qual a ação do Estado é decisiva, porque organiza e articula as forças dominantes no espaço-tempo do capitalismo global. Concomitante ao desenvolvimento das forças produtivas, variados dispositivos tecnológicos vão sendo criados nas sucessivas transformações desencadeadas no mundo da produção e do trabalho. Entre as características da revolução tecnológica, a máquina a vapor e os motores de combustão, seguidos da eletricidade, do telégrafo e do telefone, incrementam e modificam a escalada capitalista na indústria, na agricultura e no desenvolvimento das cidades, adaptando-as à lógica de alimentação do circuito produção/circulação/consumo. Todo esse conjunto de inovações tecnológicas aspirava a uma descoberta auspiciosa – a transmissão de sinais sonoros sem fio e, posteriormente, o rádio, que iria melhorar e remodelar duas grandes invenções anteriores – o telégrafo e o telefone.

A invenção do rádio, no fim do século XIX, configura um patamar para novas descobertas. Mesmo tendo como principal forma de difusão as ondas hertzianas, o rádio ainda estava restrito aos aparelhos à base de válvula a vácuo, desenvolvida em 1906. O grande salto tecnológico que retira o rádio da sala de estar é o transistor, criado em 1947, inspirador do circuito integrado. A partir do início da década de 1970, ocorre uma aceleração nas pesquisas científicas, altamente estimuladas pelas empresas atuantes nas áreas de telecomunicações e informática. Ao transistor seguiu-se o circuito integrado (*chip*) e uma série de novos dispositivos no segmento de microeletrônica, impulsionando o desenvolvimento de

computadores com microprocessador e todo o aparato de telecomunicações: cabos, satélites, redes e internet. O cenário contemporâneo, fundamentado na convergência e ubiquidade, caracteriza o estágio de difusão tecnológica acoplada ao desenvolvimento econômico, mas também, por um direcionamento político, de orientação do Estado. Para Castells (2008), a revolução tecnológica ocorreu e está em curso no processo histórico de reestruturação global do capitalismo, daí emergindo uma sociedade informacional, fundamentada em redes de empresas, ferramentas tecnológicas e concorrência global.

Gigantescas redes de conglomerados multimidiáticos expandem suas áreas de atuação e mesclam os capitais em outros setores da economia, principalmente nas áreas de *e-commerce* e tecnologias da informação. Sob a égide das rápidas e profundas transformações no processo de reestruturação capitalista, Castells (2008) analisa a transição do industrialismo ao informacionalismo, este caracterizado pela adoção de alta tecnologia da informação articulada à atuação e organização das empresas em rede. Nesse processo, o tripé formado pelos interesses do Estado, do mercado e dos conglomerados de telecomunicações opera em consonância:

Embora o modo capitalista de produção seja caracterizado por sua expansão contínua, sempre tentando superar limites temporais e espaciais, foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infra-estrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e com a ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da liberalização postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais. (CASTELLS, 2008, p. 142)

O novo tipo de capitalismo, cuja base é a sociedade em rede, tem duas características fundamentais: o crescimento da produtividade e a globalização, ambos cristalizados no setor de tecnologia da informação “cada vez mais organizado ao redor da Internet, como fonte de novas tecnologias e know-how administrativo para toda a economia” (CASTELLS, 2008).

De volta ao diálogo, o princípio da circulação em Marx (1977) encontra-se no informacionalismo de Castells (2008). Na contemporaneidade, os grupos empresariais organizados em rede controlam mercados em escala global. Nessa nova forma de organizar o capitalismo, a geração e a transmissão de dados facilitam o trânsito de mercadorias na forma de capital volátil, transitando nas infovias, pelas plataformas de comunicação conectadas no mundo inteiro, controladas pelos oligopólios. A administração do fluxo de informações e riqueza na sociedade em rede condensa o espaço e o tempo:

O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados, funcionando em tempo real pela primeira vez na história: transações no valor de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta. As novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para o outro entre economias em curtíssimo prazo, de forma que o capital e, portanto, poupança e investimentos, estão interconectados em todo o mundo, de bancos a fundos de pensão, bolsa de valores e câmbio. Os fluxos financeiros, portanto, tiveram um crescimento impressionante em volume, velocidade, complexidade e conectividade (CASTELLS, 2008, p. 143)

Assim, o complexo formado por diversas plataformas de telecomunicações ocupa um posicionamento central na contemporaneidade, mobiliza e integra os contingentes populacionais e dá aos conglomerados empresariais com esse perfil o *status* de gestores ou administradores da vida social. No plano econômico, as organizações de mídia consorciam-se às redes de telecomunicações e informática erguendo complexos industriais responsáveis pela produção e distribuição de bens culturais formatados em sons, textos e imagens veiculadas em infovias altamente conectadas, controladas e cada vez mais influentes nos poderes político e econômico.

Associados aos negócios impulsionadores das corporações similares no mercado, os meios de comunicação projetam os valores e as concepções da classe à qual estão vinculados. Nessa forma de ver, o Estado e o mercado convergem visando à manutenção dos interesses do capital e da classe dominante. Os meios de comunicação, materializados em corporações capitalistas, funcionam como produtores e reprodutores da ideologia dominante, atuando de forma articulada no jogo de interesses entre as instâncias política (Estado) e econômica (mercado).

Essa configuração, no entanto, não pode ser tomada com rigidez, a ponto de desconsiderar contradições na estrutura dominante, pulsações de resistência e a própria narrativa de alteridade no processo histórico.

Não devemos esquecer que as ideologias podem se converter tanto em instrumentos de dominação quanto de promoção das classes subalternas, visto que exercem uma função de conscientização, aglutinação e coesão. Assim sendo, meios de comunicação também podem ser lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social. Sem deixar de reconhecer a sistemática e poderosa reverberação dos discursos dominantes, contradiscursos eventualmente se manifestam no campo informativo. A intensidade depende de circunstâncias históricas e fatores sociopolíticos e culturais, que se alteram conforme contextos específicos. (MORAES, 2008, p. 24.)

Feita essa exposição sobre as relações entre Estado, mercado e os meios de comunicação, cabe reiterar meu ponto de vista distanciado do determinismo econômico e da mirada frankfurtiana segundo a inspiração pessimista de Adorno, para o qual a indústria

cultural é sinônimo de manipulação das massas. Minha incisão teórica é outra, distinta da perspectiva acerca da força absoluta e dominante dos emissores. Porém, visando manter a clareza e a objetividade na construção do texto, dentro da estratégia adotada, torna-se necessário mapear o quadro histórico dos autores focados em compreender a constituição econômica dos meios de comunicação e seus entrelaçamentos ao capital para apontar, em seguida, minha abordagem na pesquisa.

Opto pelo caminho dos Estudos Culturais, cuja passagem pelo território teórico de Gramsci é fundamental para entender os conceitos de Estado e mercado para além de estruturas autoritárias, absolutas e tutelares da sociedade.

Gramsci resgata a tradição iluminista e hegeliana dos séculos XVIII e XIX e a renova, elaborando uma abordagem teórica política dedicada a entender as importantes transformações consolidadas nas sociedades capitalistas daquele período. Percebe que existem modificações nos padrões de produção, os quais são identificados pela expansão da classe operária e pelo crescimento das associações de trabalhadores. Ele compreende as sociedades ocidentais da segunda metade do século XX como ambientes de formações econômico-sociais complexificadas que criam novos moldes. (BRITTOS; NAZÁRIO, 2008, p. 35)

Estudioso dos temas gramscianos, Coutinho (1981) captura o conceito de hegemonia para caracterizar a “direção intelectual e moral” de uma classe sobre as demais. Assim, a hegemonia opera as dimensões econômica e ético-política, as forças materiais e ideológicas, incluindo a dimensão cultural como um aspecto fundamental no processo de dominação e resistência. O senso comum, os valores simbólicos, as ideologias, as crenças, as questões morais e os códigos de conduta passam a ter relevância teórica no espectro conceitual até então notadamente marcado pela preponderância da explicação da realidade pela lente do fator econômico. A questão cultural entra na pauta do horizonte revolucionário gramsciano.

Para se tornar classe dirigente, o proletariado deve também dar resposta às questões ideológicas vividas pelos seus aliados potenciais: se os camponeses italianos encontraram uma explicação para o mundo na religião católica, se vivem o catolicismo como problema efetivo e real, então é preciso que a capacidade de direção se manifeste também na luta para compreender as raízes profundas dessa escolha cultural, para encontrar nela os elementos capazes de ser orientados no sentido dos objetivos centrais da transformação social e cultural proposta pela classe que se candidata à hegemonia. A batalha das ideias – o diálogo e o confronto cultural – assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia. A antiga preocupação de Gramsci com as questões de renovação cultural encontra agora uma dimensão mais concreta. (COUTINHO, 1981, p. 60)

O ativista italiano enxerga na sociedade civil o território de disputa entre as classes no contexto da complexa dinâmica capitalista. Os “aparelhos privados de hegemonia” são organizações coletivas onde atuam as forças dominantes e dominadas, estas, aspirantes a uma

nova ordem hegemônica. A sociedade civil é, portanto, um campo de conflito onde tensionam os projetos de classe e as estratégias de manutenção e/ou alteridade do poder.

Entre as instituições componentes da sociedade civil, Gramsci (2001) dedica especial atenção aos jornais e aparatos afins à comunicação. Impactado com o que chamava a “arte da imprensa” e seus reflexos no mundo cultural e educacional, bem como o alcance das inovações técnicas a um grande número de pessoas (extensão de massa), evidencia novamente a cultura no entendimento da realidade. A disseminação de bens simbólicos através dos aparatos de comunicação – localizados nos escaninhos da sociedade civil – é uma das questões relevantes para pensar a oralidade e a escrita:

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural). (GRAMSCI, 2001, p. 67)

Na mesma direção, Gramsci (1999) manifesta interesse na potência do setor editorial formado por jornais com afinidades e interesses políticos, revistas de diversas modalidades e perfis (científicas, literárias, filosóficas) e outras formas impressas de divulgação periódica, inclusive os boletins paroquiais. Observa-se, então, uma visada gramsciana além do papel dos jornais. Ele já esboça os contornos de um complexo de comunicação com perfis organizativos, comerciais e seu alto poder de difusão de ideias, conceitos e interesses. O autor adiciona a essa lista as academias ou institutos culturais, entidades científicas e a atividade editorial, considerados instituições protagonistas e difusores da cultura.

Segundo Coutinho (1981) o tema cultura já estava presente na obra “A questão meridional”, na qual Gramsci expressa inquietações teóricas sobre a forma de vida do proletariado e suas preferências religiosas e afinidades morais. Na sua perspectiva de transformação, prega a “reforma intelectual e moral”, sob a liderança do partido político, passando necessariamente pela renovação cultural como fundamento da batalha das ideias. Tão importante quanto a reforma político-econômica, a cultura deve estar na posição de centro-avante na estratégia de luta das classes dominadas visando alcançar a condição de núcleo dirigente da sociedade.

Nesse campo de conhecimento, adubado pelo pensamento de gramsciano, os Estudos Culturais semeiam novas dimensões teóricas. A posição economicista encontra críticas nas formulações de Martín-Barbero (2009), que se opõe à ideia do ciclo reprodutivista e provoca

um deslocamento no foco dos estudos de comunicação: dos meios para as mediações. Assim, as elaborações centrais da herança marxista são refutadas na visão barberiana. À valorização excessiva dos meios ele opõe a emergência das mediações, articuladas aos momentos da produção e da recepção, das matrizes culturais e dos formatos industriais. A verticalidade produção/reprodução é abalada pelo surgimento do consumo entendido não como ato imediato de alimentação do lucro capitalista ou de interiorização dos valores das outras classes, mas sim pela lente de uma prática cultural que modifica o âmbito da produção, inclusive. A cotidianidade familiar afasta-se da interpretação marxista que vê na família mero espaço de reprodução ideológica burguesa.

Na percepção popular, o espaço doméstico não se restringe às tarefas da reprodução da força de trabalho. Pelo contrário, e frente a um trabalho marcado pela monotonia e despojado de qualquer atividade criativa, o espaço doméstico representa e possibilita um mínimo de liberdade e iniciativa. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 291).

A própria ideia de classe como corpo homogêneo, compactado na camisa de força do nível econômico, passa por uma nova forma interpretativa nos Estudos Culturais latino-americanos, agregando as múltiplas determinações para esta categoria sociológica que enxerga o trabalhador/operário além da unidade componente da classe e vai capturá-lo na complexidade multicultural de ser humano descentrado, dotado de identidades e paixões, articulado aos contextos da produção e do consumo. Ao pregar o abandono do midiacentrismo, Martín-Barbero (2009) situa a comunicação como espaço estratégico de materialidade social e competência cultural, exercida em via de mão dupla: produção e recepção. Deixando o centro, a comunicação espalha-se em espiral, mesclada ao econômico, ao político e, sobretudo, ao cultural.

O determinismo econômico aplicado aos meios de comunicação passa por significativas mudanças, como aprofundarei a seguir, a partir da convergência entre os Estudos Culturais latino-americanos e Grasmci. O movimento de forças na sociedade civil e as possibilidades de construção de outra hegemonia, ou seja, a emergência das classes subalternas à posição dirigente estabelece novos paradigmas cujo desdobramento terá impacto nos estudos sobre os meios de comunicação, questionando o papel absoluto dos emissores sobre a audiência:

O sistema midiático não trabalha todo o tempo para ocultar fatos ou distorcê-los. Seria menosprezar demandas da audiência e desconhecer certas exigências de informação, conhecimento e diversão. Como também subestimar o dinamismo das relações sociais e as mutações dos próprios veículos numa era de inovações

tecnológicas e de economias globalizadas. Enquanto mediadoras auto-assumidas dos desejos, as corporações midiáticas não podem ignorar completamente as sinalizações do cotidiano, alternâncias dos sentimentos e tendências de consumo. (MORAES, 2008, p. 24.)

Os discursos hegemônicos são porosos, atravessados por focos de resistência e recepções heterogêneas, filtradas por distintas singularidades culturais, níveis socioeconômicos, preferências religiosas e modos de vida cotidiana. Nenhuma dominação é total, absoluta e imposta sem resistência. Na profusão de interesses pulsantes nos processos de dominação, a sociedade civil é o campo tensional de várias organizações privadas que disputam poder. É o ambiente do conflito, onde o núcleo de poder dominante processa a hegemonia e, ao mesmo tempo, sofre as pressões das outras forças atuantes no território de disputa.

A redescoberta do popular nos estudos históricos, as investigações sobre cultura e comunicação alternativa permitiram Martín-Barbero (2009) localizar pegadas na transformação da sociologia para observar a vida cotidiana. Assim, o autor entende que “Nesse re-desenho vai desempenhar um papel importante o reencontro com o pensamento de Gramsci, que, acima das modas teóricas e dos ciclos políticos, alcança atualmente uma vigência que tinha sido isolada ou ignorada durante longos anos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 98-99). Mas, em que termos Gramsci e Martín-Barbero dialogam? Este reconhece naquele a releitura decisiva sobre a questão cultural e a sua relevância para entender a dimensão de classe além da exclusiva determinação econômica.

Em complemento à noção de cultura, o conceito de hegemonia abala a concepção que enxergava a dominação como imposição sem resistência e traz ao debate as múltiplas possibilidades interpretativas adquiridas pelas classes subalternas no processo de reconhecimento dos interesses daquela outra classe que se propõe a dominar. A sociedade civil, como campo de disputa, é o território onde a hegemonia se faz/desfaz/refaz em um constante processo de des(construção), no qual a formação do consenso se dá pelo conflito entre os sujeitos. A hegemonia, portanto, não é definida por uma aplicação direta dos interesses dominantes para a reprodução do sistema.

Martín-Barbero (2009, p. 112) vê a questão cultural como “campo estratégico na luta para ser espaço articulador dos conflitos.”. Para Gramsci (2001), a cultura popular está intrinsecamente ligada à subalternidade naquilo que carrega de potencialidades transformadoras. O popular é compreendido no contexto da sua representatividade

sociocultural, na expressão de um modo de vida e pujança das classes subalternas. A hegemonia se processa por uma fina membrana onde os fluxos culturais se integram, des(fazem) e fundem. Afastando-se de uma percepção maniqueísta, Martín-Barbero (2009, p. 114) alerta que “nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não o é de resistência, e que nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que, vindo de lá, respondem a outras lógicas que não são as da dominação”. As afinidades entre Gramsci e os Estudos Culturais de viés latino-americano consolidam um argumento importante para contrapor à visão reprodutivista uma outra interpretação dos processos de hegemonia e suas relações com os meios de comunicação. Feito este percurso, vou à exposição sobre as mediações, observando que:

Quando Martín-Barbero propôs sua teoria das mediações buscava deslocar o olhar dos pesquisadores latino-americanos em relação aos meios – especialmente dos estudos focados na produção e no conteúdo da mídia, orientados pela teoria crítica ou pelo funcionalismo –, e voltá-lo para o entorno dos meios. Incorporar as mediações significou incorporar toda uma dinâmica social, cultural, política e econômica no refletir a mídia e fazê-la com a compreensão processual. Nesta, o simbólico e o concreto se imiscuem e interferem na produção, no gênero, no consumo e nas relações sociais. (ESCOSTEGUY; FELIPPI. 2013, p. 17)

A virada pelo avesso da indumentária economicista e o deslocamento da proposição central dos meios para as mediações constituem os pilares teóricos que sedimentam o alicerce para a construção do pensamento comunicacional no horizonte de possibilidades abertas pela emergência de atores oriundos do popular ao massivo, bem como o desenho de outro cenário na correlação de forças entre a produção e a recepção. As proposições barberianas não repudiam de todo os postulados marxistas, mas acrescentam e avançam no terreno dos estudos de comunicação, descortinando uma possibilidade teórica que deixa entrever tensões no jogo de forças entre o poder normatizador do Estado, a força reprodutiva do mercado e a movimentação do fluxo midiático do centro para as bordas, dialogando com as matrizes culturais, as condições de produção, os formatos industriais e as competências de recepção. A comunicação, outrora sequestrada e mantida refém da determinação econômica, liberta-se e vai ao encontro da política e da cultura.

5.4. O “MAPA NOTURNO”: OS MOMENTOS E AS MEDIAÇÕES

Tomando os Estudos Culturais como aporte teórico-metodológico, a partir da teoria das mediações e da sua revisão (MARTÍN-BARBERO, 2009), capturo o objeto de estudo na perspectiva dos momentos (matrizes culturais, lógicas de produção, formatos industriais e as competências de recepção), atentando para as mediações (institucionalidade, tecnicidade,

ritualidade e socialidade), propostos no “mapa noturno” (ANEXO A), visando dar conta da complexidade do processo de produção e recepção dos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM, em São Luís. Conforme o protocolo de Martín-Barbero (2009) o mapa possui dois eixos: diacrônico, correspondente ao movimento das matrizes culturais para os formatos industriais; e sincrônico, das lógicas de produção às competências de recepção. Na aplicação do mapa importa o foco na recepção (ouvintes), buscando compreender como ela se articula às lógicas de produção (apresentadores).

Refiro-me ao segundo mapa metodológico das mediações, apresentado em 1998, por meio do qual “é possível operacionalizar a análise de qualquer fenômeno social que relaciona comunicação, cultura e política, impondo-se como uma dimensão da articulação entre produtores, mídia, mensagens, receptores e cultura” (LOPES, 2014, p. 71). O segundo mapa metodológico, portanto, é pensado para a totalidade do processo de comunicação, que inclui necessariamente a recepção, merecendo uma abordagem destacada. Nessa perspectiva, o “mapa noturno” é o protocolo mais adequado ao objeto porque desloca o estudo das mediações culturais da comunicação para as mediações comunicativas da cultura, adensando a força da comunicação no diálogo com as emanções da cultura (MARTÍN-BARBERO, 2009).

As conexões entre Estado, mercado e meios de comunicação, problematizados na incursão sobre hegemonia, alargam a perspectiva sobre a redescoberta do popular e a construção do massivo, traduzidos na mudança do lugar das perguntas “para tornar investigáveis os processos de constituição do massivo para além da chantagem culturalista que os converte inevitavelmente em processos de degradação cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 29).

No longo percurso investigativo da história da recepção, o panorama barberiano percorre os processos de gênese e desenvolvimento das diversas maneiras de expressão corporal, oral, escrita, pictórica e mimética das classes subalternas, caracterizando-as como formas de resistência, adaptações e mesclagem na interpelação da chamada cultura oficial. Do melodrama, pinçou a criatividade e a sátira, oriundas das narrativas orais improvisadas na cena das feiras e dos espetáculos populares no meio da rua. Do teatro, capturou a movimentação da plateia ruidosa interferindo na ação do palco. Das páginas dos jornais, evidenciou o folhetim como prenúncio da novela e a gênese da imprensa marrom, bem como a efervescência da história em quadrinhos. Martín-Barbero (2009) relata ainda o surgimento

do massivo como tributário de variados gêneros e práticas culturais das classes subalternas: a literatura de cordel e os cegos pregoeiros, a leitura cantada em voz alta, a ação político-estética dos anarquistas, o circo, as lendas, os gestos, costumes, modos de falar e sentir, os locais de visibilidade das massas nos salões de baile e no teatro.

O autor depura do rádio a ligação entre o camponês e o morador da cidade (mediando a tradição e a modernidade). O cinema (mudo e falado) é emblemático para capturar as sensações da plateia exaltada e assustada com as imagens em movimento. Finalmente, a televisão traduz o ápice da relação entre as pessoas e os meios de comunicação na fotografia mais representativa e crítica do capitalismo: o barraco da favela com antena parabólica.

A redescoberta do popular é analisada ainda no vigor cultural dos bairros, onde pulsa a vida cotidiana e a constituição das identidades. O bairro é o mediador entre a casa e a cidade, o ambiente de exercício da comunicação entre parentes e vizinhos, onde funciona a rede informal de recados, mensagens e burburinhos, terreno das solidariedades e rivalidades, lugar de reconhecimento e conectividade pelos laços interfamiliares nos quais se pratica a criatividade comunitária, o improvisado, a luta pela sobrevivência, o compartilhamento da vida pública e privada, da cozinha e do local de trabalho.

Todo esse traçado visa ressaltar o novo cenário e ação do sujeito político, suas formas de rebeldia e resistência. Dotado de poderes, consumidor reflexivo, artífice de práticas culturais diversas, ele tensiona as macroestruturas que o mantinham passivo. Esse indivíduo plural e descentrado, de identidades multifacetadas, imerso na coletividade, migrante do popular ao massivo, é liberto da âncora teórica que o entendia apenas como unidade econômica (submisso à normatização do Estado e ao ordenamento do mercado). Ele manifesta-se ativamente no consumo, nas práticas culturais, nas modelagens e ressignificações articuladas entre a produção, os gêneros e formatos, a recepção e as matrizes culturais. Transversal a essas instâncias, o núcleo comunicação/cultura/política demarca o centro do mapa noturno formulado por Martín-Barbero (2009, p. 16) para entender as mediações:

O esquema move-se sobre dois eixos: o diacrônico, ou histórico de longa duração – entre Matrizes Culturais (MC) e Formatos Industriais (FI) – e o sincrônico – entre Lógicas de Produção (LP) e Competências de Recepção ou Consumo (CR). Por sua vez, as relações entre MC e LP encontram-se mediadas por diferentes regimes de institucionalidade, enquanto as relações entre MC e CR estão mediadas por diversas

formas de socialidade. Entre as LP e os FI medeiam as tecnicidades e entre os FI e as CR, as ritualidades.

O mapa noturno pode ser lido em espiral, atendendo à inspiração histórica da relação entre suas partes constituintes e a totalidade do processo comunicativo, em uma perspectiva associada que percorre produção, circulação e recepção. A navegação pelo mapa noturno perpassa os momentos (matrizes culturais, lógicas de produção, formatos industriais e competências de recepção) e suas respectivas mediações, conforme exposto anteriormente. Seguindo a cartografia proposta pelo autor, o círculo ou circuito barberiano oferece a bússola da proposta de pesquisa.

Martín-Barbero (2009) captura as matrizes culturais no eixo diacrônico da relação com os formatos industriais. Atravessando o núcleo comunicação/cultura/política, o deslocamento histórico refere-se às mudanças ocorridas nos gêneros a partir das modificações efetuadas no trânsito entre movimentos sociais e discursos públicos. As matrizes são gramáticas gerativas, bacias semânticas onde o arcaico é processado, gerando o novo. E os resíduos, hibridizados, apresentam-se em outras formas e dimensões estéticas, conservando e revolucionando os conteúdos e as formas. O melodrama atravessa todas as fronteiras, em sucessivos processos de mutações e adaptações, adesões e resistências, até transformar-se em radioteatro e telenovela. Nesse percurso, impregnado de memórias, sentidos, imaginários, adaptações, perseguições, censura, resistência e aceitação, as mediações efetivam-se tão fortes quanto a potência dos meios. As matrizes culturais estão situadas, portanto, na sedimentação das narrativas, saberes, hábitos, técnicas e práticas na fronteira bombardeada simultaneamente pelos discursos hegemônicos e subalternos.

Adequado ao objeto, o conceito de matrizes culturais percorre o arco temporal entre a gênese e a consolidação do rádio no Brasil, evidenciando as mutações que resultam na emergência do jornalismo, as coberturas ao vivo e, contemporaneamente, a participação dos ouvintes. A prática cultural da recepção de rádio, que já estava presente nos programas de auditório com a expressiva participação dos fãs clubes, torcidas organizadas e seguidores, hibridiza-se em outras formas de interação; no caso desta pesquisa, através da participação dos ouvintes por telefone.

Dupla mediação atravessa as matrizes culturais. A institucionalidade conecta às lógicas de produção. A socialidade integra às competências de recepção. A institucionalidade está sob influência direta das regras do Estado e do mercado, incidindo sobre a regulação dos

discursos, atravessados pelos grupos de pressão de ordem econômica e política, cujos impactos vão incidir na produção dos conteúdos e no direcionamento dos meios.

A institucionalidade tem sido, desde sempre, uma mediação densa de interesses e poderes contrapostos, que tem afetado, e continua afetando, especialmente a regulação dos discursos que, da parte do Estado, buscam dar estabilidade à ordem constituída e, da parte dos cidadãos – maiorias e minorias, buscam defender seus direitos e fazer-se reconhecer, isto é, re-constituir permanentemente o social (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 17-18).

Na prática cultural dos ouvintes dos programas jornalísticos, a institucionalidade é uma mediação importante para investigar as possíveis formas de interferência dos agentes públicos na gestão das emissoras, através dos dispositivos de controle mediante a repartição de verbas publicitárias e seus consequentes impactos na gestão das informações. A relação entre governo e emissoras de rádio, no eixo do controle social e das políticas públicas de comunicação, bem como as regras e normas pertinentes ao espectro radiofônico, convidam a lente da institucionalidade para trazer à luz os condicionantes políticos e econômicos que interpelam as rádios e podem refletir na relação com a recepção.

As lógicas de produção compreendem o processo de moldagem da matéria-prima que será transformada em bens simbólicos sob a interferência da estrutura empresarial, competência comunicativa e competitividade tecnológica. A produção evidencia também os critérios de decisão, as ideologias profissionais e as estratégias de comercialização. Vinculam-se necessariamente ao momento da produção as rotinas industriais pertinentes à hierarquia, critérios de noticiabilidade, poder de decisão e divisão do trabalho e as interferências internas e externas, de ordem política e comercial, cujas tensões e/ou ajustes à linha editorial da empresa radiofônica podem influenciar nos resultados oferecidos à audiência.

Aplicado a esta pesquisa, o momento LP do mapa noturno diz respeito ao processo de produção do gênero jornalístico nas emissoras de rádio, sob a coordenação dos gestores da informação: pauteiros, redatores, operadores de áudio, telefonistas, secretários, repórteres, apresentadores, diretores, editores e demais recursos humanos envolvidos na apuração, elaboração, circulação e consumo de notícias (principalmente) e comentários. Em que pese o foco da pesquisa estar localizado na recepção/consumo, a produção já contém a prática dos consumidores, visto que os ouvintes interagem constantemente com os programas, que podem incorporar ou não as demandas da recepção. A estrutura da produção, portanto, dialoga com a prática do consumo cultural, na medida em que os usos que a recepção faz dos meios interfere na produção dos conteúdos. Para entender o funcionamento das LP, foram entrevistados os

apresentadores dos dois programas selecionados: “Ponto Final” (Mirante AM) e “Manhã Difusora” (Difusora AM).

As lógicas de produção relacionam-se aos formatos industriais pela tecnicidade. Esta mediação é “menos assunto de aparatos do que de operadores perceptivos e destrezas discursivas” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 18). Tecnicidade é a lente que amplia a percepção, funciona como dispositivo através do qual abrem-se as portas e janelas sensoriais. Posta no cenário da globalização, a tecnicidade refere-se também à conexão do computador com os meios, provocando o aceleração da relação entre discursos públicos e gêneros com os formatos industriais. A retomada do sentido do discurso e da práxis política, o novo estatuto social da técnica e da cultura dimensionam a interpelação da tecnicidade.

Nesta pesquisa, a tecnicidade busca respostas às ressignificações da tecnologia, partindo da oralidade primária – a fala – processada no telefone e no rádio. A técnica de utilização da palavra – a retórica – é um apanhado teórico necessário para o diálogo com a tecnicidade. Implemento essa etapa através de pesquisa bibliográfica. O recorte da abordagem nesta mediação é a relação entre os programas jornalísticos, a cidade e os ouvintes na dimensão espaço-temporal que possibilita a conexão entre as pessoas através da palavra falada e da oralidade, ressignificadas pelos aparatos tecnológicos.

Os discursos, gêneros, programas e grades compõem os formatos industriais - a materialização das lógicas de produção - articulados às competências de recepção/consumo pela ritualidade, mediação que diz respeito aos usos sociais dos meios. A ritualidade “remete-nos ao nexo simbólico que sustenta toda comunicação: à sua ancoragem na memória, aos seus ritmos e formas, seus cenários de interação e repetição” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 19). Os formatos industriais, cerzidos por narrativas disponibilizadas nos palimpsestos (suportes), movimentam-se alimentando e sendo alimentados pelos resíduos e inovações, apresentando no final na linha de produção os gêneros. Por essas características, os formatos são atravessados por um tipo de mediação – a ritualidade – cuja posição configura a relação dos meios com a audiência, ou seja, os usos do olhar, da escuta, da leitura. O nexos entre o arcaico e o contemporâneo é dado pela ritualidade, perpassando todo o processo de comunicação.

O momento das competências de recepção (consumo), principal recorte da pesquisa, é mediado pela ritualidade e socialidade. Esta, por sua vez, materializa-se no cotidiano, naquilo que constrói/forma os sentidos da vida, na teia de relações constitutivas da

subsistência, nos laços familiares, tradições, gostos, lazer, religiosidade, trabalho, sexo e outras vivências. O consumo tem lugar nas práticas cotidianas, território simultâneo da desigualdade social e das possibilidades de superação pela via da mobilidade, da ascensão econômica, do sonho, dos projetos de vida, dos desejos alimentados no dia-a-dia, nas rotinas do trabalho, da família e do espaço doméstico. Visto como “conjunto de processos sociais de apropriação dos produtos”, o consumo é interpelado duplamente pela ritualidade (diferentes usos sociais dos meios) e pela socialidade: “o local de devolução para a sociedade (ou para as culturas vividas) do que vem da mídia, que, por sua vez, já saiu em parte dessas mesmas culturas” (ESCOSTEGUY; FELIPPI, 2013, p. 21).

Remetendo às matrizes culturais, a socialidade completa o circuito do mapa noturno como espaço de afirmação dos sujeitos da recepção, lugar da ação, permeado pela eclosão dos fatos na ruptura e costura do tecido social, onde se faz e desfaz o cotidiano com as múltiplas narrativas. A socialidade é a estrada do cotidiano onde a História pavimenta sua escritura, retornando à espiral das matrizes culturais. Os ouvintes de rádio, participantes dos programas jornalísticos, estão situados nas competências de recepção em dupla dimensão: são consumidores e produtores. Esta etapa é cumprida por meio de entrevistas com os integrantes da Sociedade Maranhense dos Ouvintes de Rádio (SOMAR) e pesquisa bibliográfica.

Compreendendo mediação como relação dos usuários com os meios, a fronteira aberta, plataforma de fluxo, membrana porosa, situação de transformação cultural, busco capturar a atividade dos ouvintes inseridos na relação entre produção e consumo. A partir do mapa noturno, analiso os processos de produção de conteúdo nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM, com ênfase na participação dos ouvintes. No contexto dos momentos e das mediações, todas as etapas são importantes para compreender a dinâmica e as especificidades da geração de conteúdo. As competências de recepção merecem um olhar teórico e empírico mais apurado. Sendo a atividade dos ouvintes o foco desta pesquisa, a recepção exige um tratamento conceitual de superfície e profundidade, confrontada às revelações do campo.

Portanto, a produção e a recepção, vistos de forma articulada, são estudados à luz do “mapa noturno”, dando ênfase às competências de recepção. Assim, fecho o contorno do mapa, eixo da proposta metodológica no traçado da pesquisa. As opções metodológicas, as orientações teóricas e os movimentos internos conectam-se aos objetivos finais no fluxo da

investigação, formando o todo entrelaçado pelas partes, na composição do mosaico de relações pertinentes ao objeto.

Conforme exposto anteriormente, situo os meios de comunicação nas interfaces entre Estado e mercado, agregando a estas instâncias de sociabilidade os aportes necessários ao entendimento do contexto e das variáveis que ajudam a entender o objeto na dinâmica das relações políticas e econômicas. A visada barberiana movimentada a teoria centrada nos meios, deslocando-a para as mediações. Nessa perspectiva, o Estado normatizador, porta-voz da cultura oficial, não consegue conter as pulsações das culturas subalternas. No processo de mutação do popular ao massivo, Martín-Barbero (2009) costura o legado da recepção – do melodrama à telenovela – chegando à formulação do mapa noturno.

Os momentos e as mediações visualizados no mapa noturno permitem a navegação em espiral. Em diacronia, parte das matrizes culturais, atravessando o núcleo político-cultural-comunicativo, até chegar aos formatos industriais. No eixo sincrônico, o movimento segue das lógicas de produção às competências de recepção.

Com o foco nos ouvintes, a estratégia metodológica percorre todo o mapa, tendo um olhar mais apurado nas competências de recepção. Das matrizes culturais sobressaem-se as mutações que atravessam a oralidade e a retórica como técnicas de remodelação do arcaico – a fala. Nas lógicas de produção e nos formatos industriais evidencio os momentos e as mediações pertinentes ao processamento das informações em notícias, reportagens, opiniões e comentários. Nas competências de recepção encontra-se a substância tonificante da pesquisa – a prática cultural da audiência nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM.

Articulado às categorias e conceitos desenvolvidos no marco teórico, o “mapa noturno” equipa a pesquisa ao acionar o ferramental teórico-metodológico capaz de capturar o objeto no movimento da realidade concreta, sujeita ao contexto e às variáveis dos cenários. Assim, materializo o processo de interpretação e análise do material empírico.

5.5. O CENÁRIO DA COLETA DE DADOS: SÃO LUÍS E O RÁDIO AM

Fundada em 1612, São Luís, capital do Maranhão, nasceu sob o signo da polêmica, acirrada no aniversário de 400 anos da cidade, em 2012, quando várias publicações novas e reeditadas alimentaram o debate no meio acadêmico, nos jornais e programas de rádio. O conflito sobre a fundação divide os historiadores em duas correntes. Uns, atribuem aos

franceses; outros, aos portugueses. Assim, a questão do mito fundador de São Luís é objeto de intensos debates. Lacroix (2008) questiona a fundação francesa da cidade, atribuindo o feito aos lusitanos. Ferro (2014) discorda, validando a versão de que os fundadores foram os franceses, sob a liderança do fidalgo Daniel de *La Touche*, senhor de *La Ravardière*. Além da disputa entre franceses e portugueses, São Luís esteve também sob domínio dos holandeses, presentes no Maranhão a partir de 1641 e expulsos em 1644.

A presença estrangeira em São Luís está não só nos textos científicos e nos relatos dos historiadores. Os principais logradouros da cidade recebem os nomes dos seus conquistadores. As avenidas dos Franceses, Holandeses, Portugueses, Daniel de La Touche e Jerônimo de Albuquerque são os maiores eixos rodoviários da capital. A sede do governo municipal fica no Palácio *La Ravardière*.

Ao mito da fundação, somam-se diversas lendas povoando o imaginário da cidade: “Carruagem de Ana Jansen”, “Serpente Encantada”, “Milagre de Guaxenduba”, “Manguda”, “Palácio das Lágrimas” etc. A maior parte das lendas está ambientada no Centro Histórico de São Luís, conjunto arquitetônico formado por um amplo casario colonial e sobrados com fachadas de azulejos portugueses. Em 1997, a Unesco concedeu à cidade o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em reconhecimento à beleza e importância de um dos maiores conjuntos de arquitetura civil de origem europeia no mundo, além de possuir o maior acervo de azulejos portugueses da América Latina.

A diversidade decorrente da mestiçagem entre indígenas, africanos e europeus desdobra-se em várias singularidades, especialmente no aspecto sócio-cultural, traduzido nas expressivas manifestações da cultura popular que marcam as festividades ludovicenses. No Carnaval e no São João, a cidade é tomada pelas danças populares organizadas nos bairros: escolas de samba, blocos tradicionais e organizados, tribos de índio, bumba-meu-boi, tambor de crioula, cacuriá, tambor de mina, dança do côco, quadrilhas e tantas outras.

As marcas culturais também atribuem à cidade vários qualificativos, formais e informais, fruto de traços evidentes em determinados segmentos ou da criatividade e espontaneidade dos atores sociais. Devido à expressiva presença do reggae, nas festas e nos programas de rádio FM, São Luís é batizada de “jamaica brasileira” ou “capital brasileira do reggae”, ambos referentes ao ritmo caribenho. Uma das versões atribui o codinome “ilha do amor” ao poeta Gonçalves Dias, devido aos versos declamados à sua musa Ana Amélia. Em

homenagem às fachadas coloniais dos casarões no Centro Histórico, a capital é denominada “cidade dos azulejos”.

São Luís recebe ainda a denominação de “athenas brasileira”, devido à grande referência aos escritores nativos ou que viveram na cidade⁴⁷. Os bustos de alguns literatos marcaram durante muitos anos a cena da praça do *Pantheon*, o principal logradouro no centro da cidade, mas foram arrancados durante uma reforma e nunca mais repostos. O desprezo com as praças da cidade era assunto fartamente comentado nos programas de rádio AM. Na plêiade dos escritores, o poeta Nauro Machado é reconhecido na comunidade literária como o mais representativo da relação entre a poesia e a cidade. A São Luís antiga, dos sobradões azulejados e pedras de cantaria, perpetua a imagem do poeta caminhando nas ruas e becos do Centro Histórico⁴⁸.

Segundo o IBGE⁴⁹, a capital do Maranhão está localizada na ilha de Upaon-Açu⁵⁰, em uma área de 834,785 Km², onde estão situados mais três municípios (São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) que compõem a região metropolitana, juntamente com a cidade de Alcântara, situada no continente. São Luís possui 1.014.837 habitantes, ocupa uma área de 563,44 km², estando a 24 metros acima do nível do mar. A densidade demográfica é de 1.215,69 hab/km².

A capital tem reflexos dos indicadores sociais do Maranhão, considerado um dos estados mais pobres do Brasil. No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), São Luís ocupava a 249ª posição no ano de 2010, com um incremento de 36,65% nos últimos 20 anos, porém abaixo da média de crescimento nacional (47%) e da média de crescimento estadual (78%) (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

Outros indicadores apontados no “Atlas de desenvolvimento humano do Brasil 2013” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013) ilustram a realidade do município de São Luís. No item mortalidade infantil (morte de

⁴⁷ Versão contestada na obra “Um livro de crítica”, de Frederico José Correa, reeditado e lançado em 2015, pelo escritor Bruno Azevedo. Os textos do livro apontam o contraste entre o deslumbre literário da cidade e o analfabetismo de uma parte expressiva da população.

⁴⁸ Nauro Machado faleceu em 28 de novembro de 2015. No Centro Histórico de São Luís há uma praça com o nome do poeta, onde são realizadas várias atividades culturais.

⁴⁹ Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br. Acessado em: 12 dezembro 2015.

⁵⁰ “Ilha Grande”, na denominação dos índios tupinambás.

crianças com menos de um ano), houve redução de 34%, passando de 27,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 18,1 por mil nascidos vivos em 2010, ainda superior ao recomendado pelas Nações Unidas (a mortalidade infantil para o Brasil deveria estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015). Com relação à renda familiar mostrou o Atlas que a renda per capita média cresceu 116,73% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 371,59, em 1991, para R\$ 805,36 em 2010. Por sua vez, a extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) reduziu em quase quatro vezes, caindo 16,20%, em 199,1 para 4,53%, em 2010.

Embora a renda *per capita* tenha crescido, a desigualdade permaneceu, como apontou o Índice de Gini⁵¹, instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda. Em São Luís, o Índice de Gini passou de 0,61 em 1991 para 0,65 em 2000 e para 0,61 em 2010 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Para além dos indicadores sociais, o caos em São Luís é facilmente perceptível por qualquer morador caminhando nas ruas ou nas conversas entre parentes, amigos e nos pontos de ônibus: falta de água encanada, transporte sucateado, esgotos a céu aberto, infra-estrutura precária nos bairros (principalmente pavimentação asfáltica) etc são fartamente observados e corriqueiros no noticiário de rádio, jornal, TV e internet.

5.6. A PESQUISA DE CAMPO: ENTRADA E COLETA DE DADOS

A entrada no campo é uma etapa da pesquisa que precisa ser feita de forma planejada e cuidadosa, porque pressupõe os primeiros encontros entre sujeitos: pesquisador e entrevistados, com seus hábitos, costumes, crenças e tradições. No processo de entrar em campo, o pesquisador deve ter preocupação de como se apresentará aos entrevistados, de justificar as motivações que o fizeram pesquisar o assunto proposto, expor claramente os objetivos da pesquisa e os caminhos percorridos para a escolha dos participantes (MINAYO, 2010).

Não existe uma única forma de entrar em campo. O contato inicial depende das diferenças existentes entre o pesquisador e os entrevistados. Na forma de pensar da autora,

⁵¹ Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

adentrar em uma casa, na sede de uma organização da sociedade civil, em uma rádio AM, um quilombo, comunidades de periferia, em uma vila de pescadores, escola, tribo indígena, grupo ou movimento de *hip hop* e associação de moradores para coletar dados face a face requer uma série de procedimentos de aproximação que possam resultar em uma relação de confiança entre os sujeitos que pesquisam e são pesquisados.

Para ser aceito, ou seja, adquirir o *status* de confiabilidade junto ao informante, o pesquisador deve passar ao pesquisado a sensação de segurança que vai permear todo o processo de observação, entrevistas, consulta de documentos, gravação em áudio, coleta de material, filmagem ou fotografia do ambiente ou de pessoas, bem como outras técnicas de coleta de dados necessárias à obtenção de informações. Ser aceito no campo significa constituir um contrato informal de cumplicidade, confiabilidade e compartilhamento do espaço ou ambiente comum de troca de informações, onde os sujeitos da pesquisa encontram-se para construir conhecimento. Nesse sentido, não se pode estabelecer uma relação assimétrica entre o pesquisador, supostamente donatário da verdade e do saber; e o informante, mero objeto da investigação do pesquisador (MINAYO, 2010).

Quando a autora afirma que a aproximação do campo deve ser planejada e cuidadosa, refere-se à perspicácia do pesquisador para evitar melindres, desconfiança e a criação de barreiras dos informantes na obtenção dos dados durante o processo de pesquisa. Nesse sentido, a imersão no campo pode não se dar em uma única ocasião e haver necessidade de outros momentos de aproximação, até que pesquisador e entrevistados consolidem uma relação de confiança para os desdobramentos seguintes na aplicação das técnicas de coleta de dados: análise documental (áudios, fotografias, relatórios, desenhos, escrituras e outras formas de registros), entrevistas e observação.

Assim, a entrada no campo pressupõe a construção de uma teia de relações, costurada nos primeiros contatos que possibilitam dar início à ampliação do universo a ser pesquisado, recortado pelos critérios da investigação empírica. Nessa perspectiva, os contatos iniciais podem ser feitos através de lideranças no trabalho de campo, aqueles indivíduos de referência (pessoas-chave) na área a ser pesquisada, que podem funcionar como mediadores ou facilitadores no processo de obtenção de informações junto aos outros atores.

A entrada e a efetivação do trabalho de campo, se bem planejados e cuidadosamente preparados, podem funcionar como exercício permanente de revisão e adaptação das técnicas

adotadas para a pesquisa. Permitem mudanças de rota e adaptações no percurso traçado e otimizam o roteiro do trabalho empírico. Esse processo assegura uma constante reflexão sobre as vantagens e desvantagens das opções metodológicas ao longo do trabalho prático, quando a imersão no campo pode revelar surpresas, necessidade de mudanças, reformulação de pressupostos da pesquisa, novas descobertas ao longo do processo de pesquisa e até mesmo a reelaboração das técnicas e instrumentos utilizados na coleta de dados.

A entrada no campo também pressupõe interferência na dinâmica dos sujeitos pesquisados. É uma atividade em que o pesquisador e os seus informantes se modificam e são modificados pelo constante fluxo informativo gerado no duplo movimento de construção do conhecimento. A imersão do pesquisador no espaço-tempo dos informantes se dá no contexto das rotinas, das regras e dinâmicas organizativas do campo, no cotidiano das pessoas, na hierarquia estabelecida entre elas, nas suas rotinas; enfim, na sua vivência. Nesse sentido, a presença do pesquisador no campo deve ocorrer mediante a adaptação mínima às regras de horários e atividades dos pesquisados, evitando modificações bruscas na rotina que possam gerar alterações no cotidiano do espaço pesquisado/observado.

Isso pode ser feito através de um cronograma de atividades, previamente combinado entre os sujeitos da pesquisa, com agendamento dos dias e horários do trabalho empírico em que os pesquisados sejam acionados para conceder entrevistas, participar de filmagens ou franquear o acesso do pesquisador nas residências, por exemplo. Essas medidas são importantes no processo organizativo de todos os momentos da permanência no campo de pesquisa, demonstrando cuidado e planejamento do pesquisador com a vida cotidiana dos seus informantes (MINAYO, 2010).

Dentro da estratégia metodológica, a entrada no campo foi pensada a partir da identificação de uma liderança entre os ouvintes de rádio AM, uma pessoa de referência entre os informantes, alguém que pudesse me aproximar dos sujeitos da pesquisa e tivesse conhecimento sobre o ambiente a ser pesquisado, com trânsito entre os entrevistados. Não foi difícil chegar ao presidente da Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR), João Carlos Silva Gomes, pessoa pública bastante conhecida no ambiente radiofônico pesquisado. Ele foi identificado primeiramente através da minha condição de ouvinte dos programas jornalísticos, nos quais ele sempre falava e citava a entidade. Pela desenvoltura com que se apresentava nos programas e devido às participações constantes em diversos

horários, fazendo referência à organização e aos ouvintes, o presidente encaixou-se no meu critério de liderança capaz de facilitar o trabalho empírico.

A identificação do líder foi uma das primeiras preocupações no planejamento de entrada no campo. Na condição de presidente da SOMAR e ativo participante dos programas jornalísticos de rádio AM, o líder foi uma peça-chave para abrir o universo do campo, levando-me até os demais ouvintes. Fiz o primeiro contato pessoalmente, durante uma visita ao bar e lanchonete de propriedade da família dele, no bairro Apeadouro, onde eu nasci e morei desde a infância, adolescência e juventude. Após mudar de endereço, eu sempre retornava à minha comunidade de origem para visitar os amigos e familiares.

Manifestei ao presidente a minha intenção de investigar a participação dos ouvintes nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM, em São Luís. Outro facilitador dessa aproximação foi a minha condição de docente e pesquisador da UFMA, ministrando aulas para estudantes do curso de Rádio e Televisão. Essa condição proporcionou-me convidá-lo a fazer palestras nas minhas aulas/turmas, explicando aos alunos a importância do rádio AM no contexto dos meios de comunicação do Maranhão e as oportunidades de trabalho na área de radiojornalismo e, especificamente, sobre a atuação dos ouvintes nos programas das emissoras sediadas em São Luís.

Manifestei minha intenção de fazer um estudo mais aprofundado sobre a recepção dos programas jornalísticos e discorri sobre o meu interesse em fazer contatos com os ouvintes visando entrevistá-los no processo de pesquisa, explicando que uma parte do trabalho teórico estava em andamento e era necessário dialogar com os ouvintes, em formato de entrevista, para avançar na pesquisa. Assim, disse a ele que eu gostaria de ter acesso aos ouvintes que participavam frequentemente dos programas e também daqueles que não telefonavam todos os dias para as emissoras.

Perguntei a João Carlos Silva Gomes qual a melhor forma de acessar os ouvintes, se era possível obter uma lista de contatos telefônicos ou se ele poderia me apresentar pessoalmente os ouvintes para que eu pudesse viabilizar os primeiros diálogos nos quais relatasse todo o processo da pesquisa e fizesse um pedido de entrevista. Ele sugeriu que a melhor forma seria o fornecimento de uma lista de ouvintes, com os respectivos telefones, para que eu pudesse contatar e marcar as entrevistas. Reiterei que era importante dizer aos

ouvintes que obtive os números de telefone através do presidente. Combinamos que eu me apresentaria aos ouvintes a partir de uma indicação do presidente dessa entidade (SOMAR).

Ele me forneceu, a princípio, uma lista com exatos 30 (trinta) nomes e os telefones, consultados em sua agenda pessoal (de papel). Este mapeamento foi feito por ele próprio, em visitas pessoais a cada um dos ouvintes, desde as primeiras articulações no processo organizativo da SOMAR. Dos 30 nomes apresentados, solicitei que ele identificasse pelo menos dois que fossem fundadores. Esta opção tornou-se necessária porque eu precisava conversar com pessoas que despertaram o interesse em criar uma rede social de ouvintes de rádio. Após a observação criteriosa da lista, em comum acordo com João Carlos Silva Gomes, ele identificou dois pioneiros.

Cumprida esta etapa, iniciei os contatos por telefone para agendar as entrevistas, sem definir previamente a quantidade de pessoas que seriam inquiridas. Dos nomes fornecidos pelo presidente, alguns já eram do meu conhecimento, fruto da minha vivência de ouvinte. No primeiro contato por telefone, como forma de ganhar confiança dos ouvintes e fazer a aproximação, informei que o número do telefone e a indicação do nome deles haviam sido obtidos através de João Carlos Silva Gomes.

Adotei um procedimento padrão junto a todos os informantes contatados por telefone para o agendamento das entrevistas, qual seja: detalhei a minha trajetória de ouvinte, a curiosidade por esse tema, a relevância do ativismo da audiência, bem como os objetivos da pesquisa e a necessidade de fazer uma investigação no curso de doutorado, valorizando os participantes dos programas jornalísticos de rádio AM. Registrei que no meu hábito diário de ouvir rádio havia percebido nas falas dos ouvintes algumas referências à SOMAR e que eu havia conversado com o presidente da entidade sobre a obtenção de nomes de ouvintes que pudessem colaborar com a pesquisa, sendo entrevistados. Expliquei também a natureza do trabalho científico, carregado de regras e normas, bem como sobre o período de produção da tese de doutorado, informando que levaria quatro anos até a conclusão do estudo.

Narrei o meu interesse em pesquisar a participação dos ouvintes nos programas jornalísticos de rádio AM e que gostaria de dialogar com eles para buscar informações sobre a relação da audiência com o rádio e o interesse em participar dos programas. Expliquei sobre a minha vivência de ouvinte na adolescência, na juventude e na idade adulta e que agora, na condição de professor universitário e pesquisador, havia amadurecido a ideia de pesquisar a

participação da audiência nos programas jornalísticos de rádio AM. Destaquei o quanto era importante a ação deles nos programas de rádio e como esta prática era interessante de ser estudada em um trabalho de pós-graduação. Feito esse preâmbulo, solicitei a entrevista, deixando com cada um deles a opção de marcar a data, o horário e o local do encontro.

A indicação dos entrevistados pelo presidente da SOMAR facilitou o acesso aos ouvintes, mas a construção de uma relação de confiança entre o pesquisador e o pesquisado passava necessariamente por outros procedimentos e etapas necessários à investigação. Entendo o informante como um parceiro no processo de pesquisa e a parceria se faz mediante uma instância colaborativa, baseada principalmente no diálogo e confiança, pelo qual compartilhamos informações, interesses e propósitos.

Antes de entrar em detalhes sobre os objetivos da pesquisa, expus aos entrevistados um panorama da minha posição de ouvinte, na qual sempre alimentei a curiosidade e admiração por uma atividade importante no cenário radiofônico. Relatei aos entrevistados que era comum ouvir muitas participações, acompanhando os programas durante mais de três décadas, em distintos momentos, destacando as fases em que monitorava os programas em assessorias de comunicação sindical e posteriormente como professor universitário e pesquisador, quando aguicei o interesse em fazer uma pesquisa científica para entender o fenômeno da participação da audiência.

Para alguns ouvintes disse que inclusive já os havia acompanhado em diversas participações em muitos programas. Considerei esse registro importante, como forma de gerar uma aproximação e buscar estabelecer um ambiente de cordialidade, enfatizando que o meu interlocutor era reconhecido pelo seu ativismo no rádio. No processo de aproximação também era comum descontrair o diálogo nas primeiras frases, geralmente comentando algo sobre o tempo e o clima ou acerca do caminho até chegar ao local marcado para a entrevista, tecendo registros sobre o bairro, a localização ou alguma memória da cidade que pudesse estabelecer conexões e criar um diálogo prévio, antes de entrar nas especificidades da pesquisa.

Após essa fase, iniciei o trabalho de campo propriamente dito, realizando entrevistas e diário de escuta para coleta de dados. No processo de aproximação da realidade social, optei por instrumentos do método qualitativo, entendendo que os fenômenos humanos, individuais ou coletivos, são históricos, complexos e dinâmicos (MINAYO, 2010). Nessa forma de

pensar, pesquisadores e entrevistadores, enquanto sujeitos ativos da pesquisa, confrontam valores, hábitos, crenças e representações no trabalho de campo.

A entrevista semi-estruturada foi realizada primeiro, como forma de aprofundamento de questões a serem respondidas na pesquisa. Optei por realizar o diário de escuta depois de entrevistar os ouvintes, com o objetivo de comparar e resolver contradições em relação às informações que haviam sido fornecidas, acrescentar novos elementos, elucidar dúvidas e confirmar como se dava a participação da audiência. Embora o diário de escuta tenha sido uma técnica consecutiva, eu mantinha o hábito de ouvir os programas durante várias horas, em casa, no carro ou com o radinho de pilha em outros ambientes.

A definição prévia da quantidade de informantes, no meu entendimento, poderia ser um fato limitador na coleta de informações. Preferi deixar transcorrer o processo de coleta, quando as emanações do campo nortearam e demarcaram o universo a ser pesquisado. Neste percurso, atingido o ponto de saturação, cheguei a um total de entrevistas com 15 (quinze) ouvintes, do total de 30 (trinta) listados por João Carlos Silva Gomes.

5.6.1 A técnica da entrevista semi-estruturada na coleta de dados

Utilizei como técnica de pesquisa a entrevista semi-estruturada, contendo um roteiro com sugestões de perguntas. Segundo Duarte (2009, p. 63):

Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas.

Queiroz (1983) distingue três tipos de entrevistas: 1) rigorosamente orientada por perguntas do pesquisador; 2) entrevista com roteiro; 3) entrevista livre. Definida também como semi-orientada, na entrevista com roteiro “o pesquisador de tempos em tempos efetua uma intervenção para trazer o informante aos assuntos que pretende investigar; o informante fala mais que o pesquisador” (Queiroz, 1983, p. 47). Fiz esta opção. O roteiro adotado na entrevista funcionou como referência para as questões principais e não como camisa de força que amarrasse o pesquisador e o informante à frieza de uma sequência de perguntas.

Após a concordância de participar da pesquisa, eu informava sobre os protocolos da entrevista: os termos de consentimento (Apêndices C e D) e o roteiros (Apêndice A e B). O

termo de consentimento foi apresentado a cada informante e lido conjuntamente, a fim de dirimir quaisquer dúvidas sobre a participação deles nas entrevistas e solicitar a gravação das entrevistas. Feita a leitura, procedíamos às assinaturas, minha e dele, em duas vias, entregando uma delas ao entrevistado.

Disse ainda que no texto da tese eles não seriam identificados pelo nome e sim por pseudônimo. Tanto o termo de consentimento quanto a solicitação de gravação foram facilmente aceitos por todos os entrevistados, sem interpor qualquer obstáculo. Pelo contrário, alguns chegaram a dizer que gostariam de ter seus nomes completos registrados no trabalho final.

Logo depois eu informava sobre o roteiro, detalhando os eixos de perguntas que seriam feitas, com o registro de que o roteiro não seria uma camisa de força da entrevista, à qual ficaríamos presos em um ato mecânico de pergunta e resposta. A entrevista como diálogo, conversa entre duas pessoas, foi a tônica dos encontros com os ouvintes e os dois apresentadores. Em todas eu disponibilizei dois aparelhos digitais de gravação, a fim de evitar qualquer falha nos registros.

Em uma das entrevistas, ao chegar no local combinado, o ouvinte demorou para abrir a porta e justificou a morosidade porque estava ao telefone, falando com outro ouvinte, que já havia sido entrevistado por mim. Perguntei a ele se era comum os integrantes da SOMAR conversarem por telefone, em *off*, fora dos programas de rádio. Ele disse que sim. Essa informação também foi confirmada pelo presidente, João Carlos Silva Gomes, que disse ser comum a troca de telefonemas entre os ouvintes para conversar sobre a atuação deles nos programas, o desempenho dos apresentadores e as linhas editoriais das emissoras.

Durante as entrevistas, a maioria dos informantes demonstrou desenvoltura para falar sobre suas respectivas relações com o rádio, a partir do roteiro previamente estabelecido, com a cautela de permitir a expansão das narrativas para além do que era especificamente questionado no roteiro. A entrevista semi-estruturada, portanto, foi adequada para acessar as informações, porque sistematizou um conjunto de questões essenciais, permitindo a abertura de horizontes para novas perguntas ou flexibilização nas falas dos entrevistados.

No decorrer das entrevistas, as reações dos ouvintes foram distintas. A maioria, demonstrando muita segurança e já marcada por vasta experiência de falar no rádio, teve um

desempenho natural e o diálogo fluiu sem travas. Um dos ouvintes demonstrou nervosismo no início da entrevista, facilmente identificável quando tomou um aparelho celular nas mãos para desligá-lo assim que iniciamos as questões (seus dedos estavam tremendo). Esse informante passou a ouvir e participar dos programas de rádio depois dos 30 anos de idade, influenciado por um colega de trabalho, e ainda tinha pouco tempo de participação.

As entrevistas tiveram o mínimo de 35 minutos de duração e o máximo de 1 hora e vinte e dois minutos e foram realizadas de outubro/2013 a fevereiro/2014.

Observei, também, que a presença do roteiro e do gravador nas minhas mãos, mesmo sem tomá-los como aparatos principais da entrevista, provocou um certo incômodo inicial em dois ouvintes. Um deles ficava com o olhar fixo no papel em vários momentos do diálogo. Esse episódio ocorreu logo na terceira entrevista e serviu de alerta para que nas outras o roteiro não ficasse tão exposto e pudesse intimidar ou chamar a atenção do entrevistado, a ponto de desviá-lo do objetivo principal no processo de coleta de informações. Na crítica ao questionário formal, Queiroz (1983, p. 50) adverte:

A diferença entre o diálogo (que é um questionário falado, cabendo-lhe portanto as mesmas observações, praticamente), e o monólogo é patente. Os questionários – forma extrema do diálogo – são compostos de séries de questões estandardizadas, efetuadas da mesma maneira a todos os informantes, quaisquer que eles sejam; estão disciplinados segundo temas que correspondem aos problemas que o pesquisador visa esclarecer, de tal maneira que correspondem já ao esquema do que será o relato final do pesquisador. Muitas vezes, o próprio âmbito das respostas é estritamente delimitado por este. Tudo decorre, pois, das preocupações e da formação do pesquisador, nada tendo a ver com os mecanismos de raciocínio próprios do informante; noutras palavras, este é compelido a responder segundo uma ordem que não somente lhe é exterior, mas, e principalmente, estranha. (QUEIROZ, 1983, p. 46)

Em que pesem as observações de Queiroz (1983), durante as entrevistas minha postura foi de máxima permissão para que o entrevistado falasse, fazendo apenas intervenções pontuais, quando o informante colocava uma situação que exigisse maior aprofundamento para buscar um dado precioso, relevante, de alta qualidade. Apenas nestes momentos a minha condição de pesquisador interveio. Durante todo o percurso das entrevistas, deixei-os livres para fazer suas narrativas da maneira que desejassem.

As entrevistas foram realizadas em diversos locais, horários e datas, escolhidos pelos informantes, de acordo com a disponibilidade de tempo e comodidade: residências, praças, lanchonetes, restaurantes, locais de trabalho, biblioteca e bar, este último gerenciado por um dos ouvintes. A prerrogativa do agendamento feito por eles foi uma forma de deixá-los à

vontade e com autonomia para definir as melhores condições de ambiente da entrevista, ou seja, os lugares e horários nos quais se sentiam mais tranquilos e seguros para conversar. Nenhum deles reclamou do tempo de duração da entrevista ou de inadequação do conteúdo. O mesmo processo se deu quer a entrevista fosse realizada com os ouvintes quer com os apresentadores.

No diálogo com o informante, perguntava inicialmente onde nasceu, a cidade, o bairro, como era esse local, se mudou de cidade e como ocorreu a mudança até chegar em São Luís. Nesse itinerário espaço-temporal, dependendo do desdobramento da conversa, indagava como foi o encontro do ouvinte com o rádio, ou seja, em que circunstâncias o informante despertou para ouvir rádio pela primeira vez, se houve influência de algum parente, vizinho etc. Considerei esse mapeamento sobre o encontro do informante com o meio rádio uma etapa necessária para gerar as condições de informalidade e quebra de uma suposta rigidez entre o pesquisador e o informante no processo de pesquisa. Dado o tom coloquial, aos poucos iam sendo introduzidas as perguntas, mas sem apego à regra formal das questões na ordem do roteiro.

Em uma das entrevistas, perguntei se as constantes participações nos programas, denunciando situações sobre a precariedade do bairro onde morava (buracos, esgotos transbordando, falta de iluminação pública etc) teriam levado as emissoras a pautarem os temas, ou seja; se, a partir das denúncias do ouvinte, o assunto provocou uma investigação mais aprofundada por parte do departamento de jornalismo de alguma rádio, gerando uma reportagem sobre os temas postos nos programas.

A palavra “investigação”, pronunciada na pergunta, gerou outro tipo de interpretação do informante. A resposta dele, muito longa, foi na direção de afirmar peremptoriamente que ele não fazia denúncias vazias, que seus pronunciamentos no rádio eram sempre baseados em fatos reais, com provas, documentos, registros de imagens etc. Ele entendeu a palavra “investigação” em uma perspectiva de alto nível de profundidade, como se eu estivesse indagando sobre denúncias muito graves relacionadas a pessoas, autoridades, gestores públicos e/ou fatos com um grau de complexidade que exigiriam uma operação investigativa rigorosa para apurar um assunto colocado em uma participação no rádio.

No momento da resposta, ao perceber que o informante havia entendido a pergunta de maneira distinta da minha formulação, decidi deixá-lo falar, sem fazer interrupções,

inclusive com a intenção de saber até que ponto ele exploraria o sentido metalinguístico da palavra “investigação”. Minha opção de permiti-lo discorrer sobre a pergunta, sem interrupções para consertar o questionamento, teve o objetivo de evitar constrangimentos no processo de conquista da fonte de informação. Esse procedimento era fundamental para estabelecer uma relação simétrica com o informante, colocando-o em uma situação de relativo equilíbrio em relação ao pesquisador/cientista. Em uma circunstância como essa, deixar o informante falar e posteriormente fazer outra pergunta, corrigindo a anterior, sem deixá-lo perceber que houve uma distorção interpretativa, parece ser o melhor caminho para conduzir a tática de obtenção de informação. No processo de observação, parte constitutiva do trabalho de pesquisa, atentar para a seleção de palavras era essencial.

Uma das primeiras qualidades do observador é a atenção às palavras usadas. Deve partir da ideia de que as palavras jamais são “inocentes”; elas carregam consigo não só uma história morta da qual ninguém tem mais consciência, mas são conotações bem presentes, que fazem parte de um repertório, que elas enviam sinais por intermédio das referências que carregam consigo como uma auréola (BEAUD; WEBER, 2007, p. 98)

Do episódio relatado, ficou uma lição: o repertório do pesquisador precisa buscar uma adequação ao repertório do informante. Isso pode ser obtido à medida que a entrevista vai ocorrendo. Mesmo que o pesquisador não tenha dados previamente registrados sobre o sujeito entrevistado, é necessário que antes de entrar propriamente no processo de perguntas e respostas mais objetivas do roteiro, o pesquisador procure levantar, informalmente, um breve relato sobre a vida pregressa do informante, visando traçar um perfil do seu interlocutor. Por isso adotei, nos procedimentos metodológicos, logo no início da entrevista, uma conversa informal sobre a vida do informante, construindo o básico do seu trajeto antropológico, a fim de extrair deste relato um perfil mínimo a partir do qual eu pudesse conduzir a entrevista em uma condição de simetria.

O episódio também revelou a utilização do roteiro como um artefato da técnica de entrevista que podia ser modificado no decorrer do diálogo. O roteiro era um guia, dava pistas, indicava o caminho principal, mas no decorrer do processo de indagação da fonte podia haver situações em que o pesquisador precisasse fazer atalhos, recuar, avançar, ir mais lento ou mais rápido ao anunciar as perguntas e também ter a perspicácia de modificar as questões, caso o entrevistado colocasse no decorrer das respostas anteriores um conteúdo que provocasse, inquietasse e levasse o pesquisador a modificar o curso definido no roteiro para aprofundar a busca de informações mais precisas, todavia sempre atento ao caminho principal traçado previamente e à reta de chegada para alcançar o ponto final.

Sobre a “quebra do gelo” e informalidade, é importante atentar para as situações imprevisíveis nos contatos com as fontes. Um dos informantes, contatado para a entrevista, escolheu uma lanchonete como ponto de encontro, localizada às margens de uma avenida com trânsito intenso. Ao perceber que o lugar era barulhento e improdutivo para a entrevista, esperei que ele se manifestasse sobre a mudança de local. E assim o fizemos, sendo que desta feita ele pediu que eu sugerisse um novo ambiente. Foi uma das raras vezes em que indiquei o local da entrevista. Indo para um local diferente, também deparamos com outro tipo de poluição sonora, provocada por música ao vivo, muito comum nos restaurantes improvisados nas calçadas de São Luís. A informalidade, nestas circunstâncias, permitiu inclusive que fizéssemos um jantar-lanche juntos, até encontrarmos um local sem barulho para proceder a entrevista. O momento do jantar-lanche, sem acionar o gravador, foi produtivo para traçar um perfil e construir um quadro básico de informações sobre o ouvinte, de maneira que a entrevista, quando feita, fluiu sem dificuldades, com a demonstração de muita habilidade do entrevistado para responder às questões.

Nestes casos, a informalidade também servia para evitar a quebra de linhas de pensamento e raciocínio, quando o diálogo estava percorrendo uma intensidade fundamental para a obtenção de conhecimento da fonte. No auge da entrevista, começou a chover e tivemos de sair do local onde estávamos. Para não desligar o gravador e quebrar o ritmo da entrevista, até nos acomodarmos novamente, optei por manter o gravador ligado e narrar a interrupção temporária da entrevista, devido à chuva, relatando que naquele momento estávamos nos deslocando para outro ambiente, nas proximidades do local originário. Na sequência, discorri sobre a interrupção da entrevista com o informante (dizendo o nome dele), a hora certa, o local onde estávamos, o bairro, a intensidade da chuva, o fio da meada da entrevista e retomamos o diálogo, já abrigados dos pingos, sem que a entrevista fosse travada pelo desligamento do gravador. A ideia de continuidade da entrevista, mesmo com a chuva, tentou reproduzir o rádio ao vivo em que o ouvinte se percebia dentro da transmissão, que só era interrompida quando ele sofria censura e lhe cortavam a ligação telefônica.

Reitero que a informalidade não podia ser exagerada. Ela era pertinente apenas em situações especiais, quando o pesquisador precisava lançar mão de algum atalho, desvio, peripécia ou virada de jogo no processo de obtenção de informações. Resultou desta e de outras vivências com os entrevistados que a técnica da entrevista, dentro dos procedimentos metodológicos, requer uma postura de relativa informalidade entre os sujeitos do

conhecimento. No campo, o pesquisador que vai em busca de informações qualitativas opera objetivamente a subjetividade do outro. Este, por sua vez, objetiva a sua subjetividade nas respostas. Deste encontro entre aspectos objetivos e subjetivos, o trabalho empírico, confrontado à teoria, revela o conhecimento sobre a realidade recortada no objeto.

Noutras palavras, a objetividade seria encarada então como um processo a que é submetido um objeto, um fenômeno, uma sucessão de acontecimentos, quer se desenrolem na realidade exterior aos indivíduos, quer sejam por estes interiorizados; descrevendo-os, verificando-os experimentalmente quando possível, reintegrando-os numa nova síntese, trazendo-os do particular ao geral, estará o pesquisador operando para obter novos conhecimentos, dando um novo sentido ao que se conhecia até então somente pelo senso comum. (QUEIROZ, 1983, p. 40)

Portanto, o discurso científico é produto de múltiplas processualidades. A partir do momento em que o pesquisador faz a ruptura epistemológica, formatando o objeto científico, ele ultrapassa a fronteira do senso comum e inicia uma longa jornada de construção do conhecimento, efetuando operações metodológicas nos demais níveis: teórico (explicitação conceitual do objeto), metódico e técnico, este relacionado à observação e seleção (Lopes, 2010). Estes níveis não seguem necessariamente uma ordem a ser cumprida em etapas cronologicamente definidas, cada qual na sua caixa, sem se comunicar com as demais. Os níveis da pesquisa, no âmbito das operações metodológicas, vão do abstrato ao concreto e vice-versa. Quando entra no campo, o pesquisador tem diante de si um vasto terreno adubado pela vivência dos seus informantes, tão relevante para o processo de pesquisa quanto o arcabouço teórico que fundamenta a investigação do objeto. Este movimento de ir e vir, indutivo e dedutivo, faz do diálogo entre a teoria e o trabalho empírico uma instigante construção de conhecimento. A metodologia, portanto, envolve todo o processo de pesquisa (LOPES, 2010)

Sobre a clareza nas perguntas aos entrevistados, uma situação vivenciada no processo de obtenção de informações levou a refletir sobre como fazer as indagações, buscando a melhor forma de inquirir, a fim de evitar interpretações distorcidas por parte do informante. Uma pergunta formulada com imprecisão pode gerar respostas desfocadas ou distorcidas que não colaboram para a obtenção de dados relevantes. A construção de uma frase interrogativa considerada adequada do ponto de vista do pesquisador pode não construir o mesmo sentido no repertório cognitivo do informante. Determinadas expressões comuns no jargão do pesquisador podem ter outros significados para o informante, mesmo que este seja um engajado militante de entidades associativas ou partidárias, como ocorreu no caso relatado

anteriormente, quando uma palavra colocada no meio da pergunta modificou a resposta, a partir de uma compreensão do informante distinta da intenção do pesquisador.

A entrevista precisa ter, portanto, um discreto tom de informalidade. Não pode ser um depoimento típico do inquérito policial e nem uma conversa descontraída entre amigos no coreto da praça, mas requer necessariamente um diálogo de conquista entre os sujeitos comunicantes naquele momento ou em ocasiões vindouras, caso haja necessidade de um retorno do pesquisador para colher mais informações junto àquela fonte. A entrevista invoca sedução, conquista, exige traquejo do pesquisador para penetrar no universo cognitivo do informante, estabelecendo com ele uma regra essencial no contrato do diálogo – a confiança. Qualquer atitude do informante que venha a manifestar uma posição exacerbada de autoridade diante da fonte pode inibir e até afastar o informante. Se uma pergunta foi interpretada de maneira diferente da intenção do pesquisador, o procedimento mais adequado é deixá-lo falar e corrigir o questionamento adiante, discretamente, sem que ele perceba o deslize.

Ao final de cada entrevista, eu solicitava ao informante que ficasse à vontade para acrescentar alguma informação que não havia sido solicitada no roteiro, algo relevante que ele considerasse importante registrar. No geral, todos evidenciavam algum ponto já posto na entrevista ou algo novo, mas nunca deixavam de tecer as considerações finais. Durante o processo das entrevistas, percebi que aos poucos fui conquistando a confiança dos informantes, sendo aceito no campo, identificado como pesquisador interessado na audiência dos programas jornalísticos. Em algumas situações, ouvintes manifestaram envaidecimento e um certo sentimento de valorização por estarem sendo entrevistados para uma pesquisa de doutorado sobre a atividade deles no meio radiofônico.

5.6.2 O diário de escuta dos programas jornalísticos

Iniciei a escuta dos programas no segundo semestre de 2013, as quais foram suspensas durante os meses de permanência em Porto Alegre (em 2014) e retomadas em março de 2015, com a finalidade de registrar a participação dos ouvintes em diálogo com os apresentadores e confrontar o que haviam dito nas entrevistas com o que realizavam na prática.

Em 2013 e 2014, as escutas eram diárias, inclusive quando dirigia ou em casa, no radinho de pilha, que eventualmente eu transportava na mochila durante meus deslocamentos

convencionais no cotidiano (a pé ou de ônibus), utilizando fones de ouvido. Houve ainda outro tipo de audição, durante o dia-a-dia do trabalho frente ao computador, quando sempre zapeava os programas jornalísticos das emissoras AM através dos sites na internet.

Na escuta ao vivo, a riqueza de informações era própria da dinâmica dos programas, quando apresentadores e ouvintes dialogavam naquele momento, sem chances de recuperar trechos. Essa forma de escutar foi a mais sistemática porque utilizei dois recursos de acompanhamento: as anotações em papel e a gravação com um aparelho digital. Este segundo recurso foi necessário para fazer eventuais checagens das anotações, caso houvesse dúvida em algum registro.

Por sua vez, a escuta nos sites das emissoras possibilitava registrar situações em uma página do *word* no momento em que estava ocorrendo a transmissão. Se por um lado a escuta através dos sites facilitava a decupagem simultânea de uma determinada situação em um programa, por outro a navegação na internet dispersava a audição, visto que é praticamente impossível ficar conectado apenas para ouvir programas de rádio e fazer anotações.

Durante a escuta com o radinho de pilha na rua, nos meus deslocamentos cotidianos, os registros funcionavam de duas formas: com pequenas anotações em papel ou utilizando o recurso da memória: gravar mentalmente determinados trechos e anotar depois como ocorreu aquele momento da transmissão, quais foram os principais assuntos abordados entre a produção e a recepção. As anotações das folhas de papel eram depois transcritas para um caderno – o diário de campo.

Todavia, na minha vivência de ouvinte nessa pesquisa, a mais produtiva, no sentido de aproveitamento das falas, foi através dos programas gravados porque permitiam retornar e avançar nos trechos, manejando com facilidade os áudios arquivados. No meu retorno a São Luís, obtive com um técnico de áudio a gravação de uma semana (segunda-feira a sexta-feira) do “Ponto Final” (Mirante AM) e “Manhã Difusora” (Difusora AM), respectivamente apresentados por Roberto Fernandes e Silvan Alves, fazendo uma escuta mais sistemática desses dois programas e mantive o acompanhamento esporádico dos demais, nos turnos vespertino e noturno.

Ouvir os programas gravados permitia retornar o áudio sempre que necessário, para tirar dúvidas ou registrar algum momento de destaque do apresentador ou da audiência. Ao

vivo, não era possível retornar. Devido a essa dificuldade, passei a registrar algumas participações, utilizando o gravador digital colado no aparelho de rádio. Ouvia a intervenção dos ouvintes e em seguida fazia os registros, interpretando o momento da intervenção da audiência. Esse diário de escuta foi importante para fazer o cruzamento entre as entrevistas individuais e a observação da ação dos ouvintes ao vivo durante as transmissões.

Durante duas semanas, acompanhei os programas acima citados. O diário de escuta consistiu em ouvir as transmissões e observar de forma sistemática o desempenho da produção e da recepção. Esse processo permitiu acompanhar, ao longo dos programas, a participação de ouvintes que eu já havia entrevistado. A partir do diário de escuta, eu fazia anotações sobre temas considerados relevantes para a futura análise do material empírico colhido nas entrevistas semi-estruturadas. Alguns trechos foram transcritos na íntegra, sempre que considerava relevante para um confronto com as narrativas dos entrevistados colhidas durante o trabalho de campo. Esses dois procedimentos foram realizados com o objetivo de monitorar os programas e a participação da audiência, comparando a atividade dos ouvintes ao vivo com os relatos feitos nas entrevistas semi-estruturadas.

Desta forma, fiquei com dois tipos de registro: as anotações do diário de campo, fruto da escuta do radinho de pilha e do acompanhamento ao vivo dos programas; e os registros digitados em um arquivo de *word*, sempre que acompanhava os programas pelos sites. Essas formas de registro passaram a materializar o meu diário de escuta, que consistiu no acompanhamento sistemático dos programas. Os dois momentos não foram estanques nem isolados, visto que no meu retorno a São Luís, além de fazer o acompanhamento sistemático dos programas, também dediquei parte do tempo aos aportes teóricos. Portanto, o trabalho empírico nunca esteve desconectado da teoria. Eles mantiveram um constante diálogo na minha produção.

Todas as experiências de escuta em diferentes formatos e plataformas (radinho de pilha, nos sites das emissoras ou gravação em mídia digital - CD), ajudaram a realizar a escuta em várias circunstâncias. Cada forma de escutar teve vantagens e desvantagens.

O registro das escutas me permitiu entender as constantes mudanças nas grades de programação das emissoras. Para efeito de análise, levo em consideração apenas os dois programas selecionados nos seus formatos atuais já descritos: Ponto Final, na Mirante AM; e Manhã Difusora, na Difusora AM.

De volta a São Luís, após a conclusão de módulos teóricos e da qualificação em Porto Alegre, registrei algumas mudanças ocorridas nos programas jornalísticos, identificados ao longo da pesquisa através de entrevistas com os apresentadores e do diário de escuta. Foi possível verificar mudanças nas grades de programação, fato comum na maioria das emissoras. Houve também demissões de funcionários (Mirante AM e Difusora AM), incluso um apresentador. O principal reflexo do enxugamento foi a redução e/ou extinção de programas jornalísticos com a participação da audiência.

A rádio Educadora AM, vinculada à Igreja Católica, alterou radicalmente a grade, preenchendo quase todos os horários com programação religiosa, retransmitindo a Rede Católica de Rádio – a Milícia da Imaculada. Outrora uma das emissoras mais tradicionais no jornalismo, a Educadora só manteve dois programas com estas características, preservando a participação dos ouvintes: “Roda Viva”, das 08h00 às 10h00; e o “Conexão 560”, das 16h00 às 17h30.

Foi excluído o “Comando da Noite”, apresentado das 20h00 às 22h00, ancorado por Gilberto Lima. Esse programa, com o mesmo apresentador, migrou para a rádio Capital, das 21h00 às 23h00, mas foi novamente retirado da grade de programação em 29 de junho de 2015. Segundo Gilberto Lima, em um texto publicado no seu *blog*⁵², o programa teria sido vetado devido a uma entrevista que contrariou os interesses político-partidários do senador Roberto Rocha (PSB), proprietário da emissora. Uma semana após a exclusão da rádio Capital AM, o programa “Comando da Noite”, com o mesmo apresentador, ingressou na rádio Timbira AM, das 21h00 à meia noite, passando a ser o único programa jornalístico no horário noturno, com a participação dos ouvintes.

A Educadora AM também já havia eliminado o programa jornalístico “Resumo do Dia”, presente na grade de 2012, apresentado por Henrique Pereira, das 22h00 à meia noite, com a participação dos ouvintes. Esse horário foi ocupado por conteúdo religioso. Ainda na rádio Educadora AM, na grade de 2012 havia duas edições do Jornal da Educadora (07h30 às 08h00 e 12h30 às 13h00), além da revista radiofônica “Show de rádio”, das 11h00 às 12h00, com informações e entretenimento.

⁵² Disponível em: <http://gilbertolimajornalista.blogspot.com.br/2015/06/mais-um-ciclo-se-encerra-o-programa.html>. Acesso em: 5 de janeiro de 2016.

A rádio Mirante AM tirou do ar o programa “Plano Geral”, apresentado de 20h00 às 22h00, por Mario Carvalho. Ele foi demitido, na onda de enxugamento de quadros do Sistema Mirante de Comunicação, após a eleição de 2014, coincidindo com o declínio do grupo liderado por José Sarney no controle do Governo do Maranhão.

No turno vespertino, a Mirante AM reduziu o tempo do programa “Abrindo o Verbo”, das 14h00 às 18h00 para 14h00 às 17h00, e introduziu o programa “Panorama”, das 17h00 às 19h00, mantendo a participação dos ouvintes e acrescentando música e curiosidades, não se caracterizando como um programa tipicamente jornalístico, como era comum na emissora. A partir de 22 de janeiro de 2016, o “Panorama” voltou ao padrão jornalístico, sem música, assegurada a participação dos ouvintes.

Conforme registrado anteriormente, a rádio Difusora AM ficou fora do ar após as eleições de 2014. Ao retornar, passou a transmitir as sessões da Câmara dos Vereadores, dentro do programa “Câmara em Destaque”, de 10h00 às 13h00, apresentado por Mario Carvalho (demitido da Mirante AM), Adriana Vieira, Ademar Monteiro e reportagem de Jonas Mendes. Após a transmissão das sessões, o programa seguia comentando os fatos do dia-a-dia da cidade, os bastidores da política, repercutia as temáticas postas pelos vereadores e abria à participação da audiência. À noite, a emissora extinguiu os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, a exemplo do “Espaço Livre”, ancorado por Ronald Pimenta, de 20h30 às 22h00. O horário passou a ser ocupado por programas esportivos ou musicais.

A rádio Capital AM, de propriedade da família de Roberto Rocha (eleito senador em 2014, pelo PSB), também ficou fora do ar por alguns meses após a eleição. Segundo informou a emissora, a paralisação nas transmissões teve o objetivo de refazer a grade de programação. Retornou em 2015, preservando os programas jornalísticos com a participação dos ouvintes, mas excluiu o programa “Comando da Noite”, apresentado por Gilberto Lima, das 21h00 às 23h00, conforme explicado acima.

A rádio Timbira AM, até o final de 2014 controlada pela governadora Roseana Sarney (PMDB), quando a participação dos ouvintes era proibida, passou por uma série de reformulações e mudanças. A cerimônia de lançamento da nova grade de programação ocorreu em 9 de fevereiro de 2015, com a presença do governador Flávio Dino (PCdoB), do presidente da Assembleia Legislativa Humberto Coutinho, do secretário de Comunicação

Robson Paz, parlamentares e profissionais de mídia. A nova programação da Timbira AM incluiu a participação dos ouvintes nos seguintes programas jornalísticos: “Primeira Hora”, das 06h00 às 08h00; “A Voz da Manhã”, de 08h00 às 11h00; “Timbira Debate”, das 11h00 às 12h00; “Comunidade Interativa”, das 14h00 às 17h00. A partir do dia 6 de julho de 2015 o programa “Comando da Noite” estreou na emissora, das 21h00 à meia noite, com apresentação de Gilberto Lima, que fora excluído da rádio Capital AM.

O diário de escuta, associado à transcrição das entrevistas, possibilitou analisar as subjetividades afloradas dos ouvintes. Nessa forma de estudo, tive a oportunidade de esclarecer pontos obscuros ou inicialmente não entendidos. No trabalho de coleta de dados, o pesquisador plasma-se aos sujeitos da pesquisa, visando compreendê-los e capturar os sentidos do campo. Após a transcrição das entrevistas e sistematização do material coletado no diário de campo, adotei os seguintes passos: a pré-análise (leitura exaustiva para impregnação do conteúdo, organização do material e construção das categorias), exploração do teor das entrevistas, tratamento dos resultados e interpretação.

À proporção que aprofundava a escuta dos programas, acompanhando as diversas formas de participação dos ouvintes, os dados coletados iam sendo armazenados e pré-analisados. Diferente da pesquisa quantitativa, cujos resultados só podem ser compreendidos na fase de análise, na investigação qualitativa o material coletado passou por um processo de avaliação durante todo o trabalho de campo. No caso da participação dos ouvintes, o diário de escuta serviu para comparar as falas das entrevistas semi-estruturadas com a participação ao vivo da audiência.

Os aspectos importantes foram recortados nos tópicos mais representativos dentro do foco da pesquisa – a recepção. Selecionei os trechos das entrevistas que estão associados a cinco temas relevantes para uma chave de leitura do trabalho empírico. Os temas já estavam previamente indicados no roteiro da entrevista. São eles:

a) Encontro com o rádio: para saber em qual etapa da vida e sob quais influências o informante começou a ouvir rádio;

b) Significado do rádio: busca verificar a relação emotiva, social ou política do ouvinte com o rádio;

c) Motivação para participar dos programas: objetiva mapear as pulsações que levavam o ouvinte a acionar o interesse pela participação;

d) Temas abordados e repercussão: que tipo de situação, problema, reivindicação era levantada pelo ouvinte nos programas;

e) Relação com o apresentador: como se dava o diálogo entre o ouvinte e o apresentador.

6 PRODUÇÃO E RECEPÇÃO DOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS

Nesse capítulo exponho inicialmente as características dos ouvintes e dos apresentadores dos programas “Ponto Final” (Roberto Fernandes) e “Manhã Difusora” (Silvan Alves).

Em seguida apresento as análises das entrevistas e do diário de campo com relação à produção e recepção dos programas jornalísticos de rádios AM do município de São Luís, tomando por base cinco eixos especificados na proposta metodológica, conforme explicitado anteriormente: 1) encontro com o rádio; 2) significado e a importância do rádio; 3) motivação para participar dos programas; 4) temas abordados; e 5) relação com o apresentador. Eles serão delineados em subitens específicos após a identificação e caracterização dos ouvintes e apresentadores entrevistados, conforme o item seguinte 6.1.

6.1. CARACTERÍSTICAS DOS OUVINTES E APRESENTADORES

No Quadro 1 estão as características dos 15 ouvintes indicados pela SOMAR e entrevistados no trabalho de campo. Eles são identificados por pseudônimos, diferentes dos nomes usados para falar nos programas. A utilização de pseudônimos é uma forma de manter o anonimato e preservá-los em suas imagens, embora alguns ouvintes tenham dito que gostariam de ser identificados na tese. Durante a conversa inicial sobre a entrevista, quando apresentei aos ouvintes o termo de consentimento, no qual há um tópico sobre o anonimato, alguns entrevistados disseram que gostariam de assumir seus nomes.

Quando realizei as entrevistas, ao solicitar os nomes de identificação nos programas de rádio, 14 deles se identificaram por um nome ou sobrenome, seguido do local de moradia ou de trabalho. Apenas um deles, figura pública, se identificava pelo nome e sobrenome, sem citar o bairro.

Quadro 1 – Características de ouvintes de rádios AM. São Luís (Brasil), 2013/2014

Informante	Idade	Escolaridade	Profissão	Bairro
Pedro	66 anos	Ensino Médio completo	Aposentado	Cohatrac
André	41 anos	Ensino Fundamental completo	Trabalhos diversos	Liberdade

Francisco	38 anos	Graduando (Universitário)	Servidor público municipal	Apeadouro
João	42 anos	Superior incompleto	Professor de língua estrangeira e guia turístico	Cohab
Felipe	41 anos	Ensino Médio completo	Eletricista	Liberdade
Bartolomeu	61 anos	Superior incompleto	Aposentado (ex-bancário)	Ponta do Farol
Tomé	57 anos	Ensino Médio completo	Restaurador de móveis	Centro
Mateus	59 anos	Ensino Médio completo	Comerciante (proprietário de bar)	Parque Vitória
Tiago	51 anos	Superior completo	Aposentado	Vinhais
Tadeu	55 anos	Ensino Médio completo	Serigrafista	Camboa
Simão	40 anos	Ensino Médio completo	Professor	Vila Cascavel
José	46 anos	Superior completo	Professor do ensino médio	Cidade Operária
Jesus	48 anos	Superior completo	Operador de estação elevatória	São Raimundo
Miguel	58 anos	Superior completo com mestrado	Professor universitário	Cohaserma
Paulo	46 anos	Graduando	Técnico administrativo	Bequimão

No diário de escuta foi possível perceber, como diziam na entrevista, que esses ouvintes, assim como a quase totalidade da audiência, sempre que se identificavam para falar nos programas jornalísticos de rádio AM anunciavam o primeiro e/ou segundo nomes, acrescentando o bairro onde moravam. Quando o ouvinte não tinha o hábito de telefonar para os programas, ele se apresentava apenas com o nome, mas logo era instigado pelo apresentador com a pergunta: “de onde você está falando”? ou apenas “de onde?” Esse traço de ambientação geográfica ratificava um sinal de pertencimento à cidade e uma regra do contrato informal de participação nos programas jornalísticos, celebrado entre a produção e a recepção.

Vários ouvintes, por telefonarem muito aos programas, acabavam sendo facilmente reconhecidos pelos apresentadores quando pronunciavam as primeiras palavras, sem que houvesse necessidade de identificarem o bairro, apenas o primeiro nome. Às vezes nem era necessário que os ouvintes se identificassem, porque quando eles começavam a falar eram logo reconhecidos pelos apresentadores. A frequência dos ouvintes mais participativos criava uma espécie de marca vocal que facilitava a sua identificação e reconhecimento por parte da produção.

Suas idades variavam de 38 a 66 anos, sendo que sete tinham entre 41 e 48 anos. Os dois que estavam na faixa dos 60 anos eram aposentados, assim como um outro com 51 anos. Todos os demais tinham trabalho remunerado, sendo as profissões as mais diversas. Do total de entrevistados, sete cursaram Ensino Médio, um Ensino Fundamental, um tinha Mestrado, três eram graduados, dois afirmaram ter curso superior incompleto e um era graduando.

Quanto à localização de residência, eles estavam distribuídos nos mais diversos bairros da cidade: periferia, nas áreas de classe média e apenas um na região nobre da cidade. Três entrevistados tinham vinculações diretas com partidos políticos e um deles já foi candidato a vários cargos eletivos do Legislativo e do Executivo, sendo uma figura pública na cidade.

Um dos entrevistados era vinculado a associações e entidades comunitárias. Esse perfil de ativista desdobrou-se no seu envolvimento com diversos órgãos governamentais e não governamentais, levando-o a interagir com gestores, parlamentares, integrantes do Ministério Público e lideranças populares. Nesse ambiente de convivência ele passou a fazer vários cursos de capacitação e sentindo-se mais à vontade para debater sobre legislação,

direitos e deveres etc. O conhecimento adquirido na sua múltipla militância, somado à intensa participação nos programas jornalísticos de rádio AM, permitiu iniciar a produção de um jornal de bairro, feito por ele mesmo, elaborando pautas, redação de matérias e todo o processo de produção.

A maioria dos entrevistados era proveniente das cidades do continente e migrou para São Luís em busca de melhores condições de educação e trabalho, ou para acompanhar outros familiares que já estavam fixados na capital. Um dos ouvintes oriundo da Baixada chegou em São Luís motivado para conhecer uma rádio, porque pretendia ser locutor esportivo. Ele tinha poucos parentes na capital e acabou se hospedando em um compartimento no prédio da rádio, onde fazia trabalhos de marcenaria. Aos poucos, integrou-se na emissora e chegou a fazer transmissão de alguns jogos, mas não prosseguiu na carreira de locutor esportivo. Dois entrevistados eram cegos, um deles professor de braile. O outro, aposentado, foi um dos fundadores da SOMAR.

Um professor de língua espanhola também atuava como guia turístico e comentou que era reconhecido pelos visitantes dos países hispânicos devido à qualidade da sua pronúncia. Ele atribuía o aperfeiçoamento à escuta de rádios estrangeiras, através de captura das emissoras de outros países que transmitiam em ondas curtas.

6.2. ENCONTRO COM O RÁDIO

Nessa seção descrevo como ocorreu o primeiro contato entre os entrevistados e o rádio, de que forma eles foram influenciados para se tornarem ouvintes e quais as circunstâncias e pessoas que mais fomentaram o hábito da audiência.

Comunicação sempre fascinou Pedro, especialmente o rádio. Desde criança, brincava com os colegas do bairro. Eles faziam “telefones” utilizando duas latas, furadas ao fundo, esticadas por um fio. O vazio das latas funcionava como caixa de som, por onde um falava, enquanto o outro ouvia, alternadamente. Na infância de Pedro, no final dos anos 1950, em São Luís, rádio era artigo de luxo. Ele só conseguiu ter acesso aos aparelhos já adolescente, na casa dos vizinhos.

Audiência coletiva era comum em São Luís. O rádio não era acessível a qualquer pessoa e quando havia um aparelho em uma das casas os moradores reuniam-se para ouvir os programas e comentar os assuntos falados. O futebol também era um atrativo. Pedro

costumava ouvir as transmissões com os colegas, na esquina do bairro onde morava. Ele tem muita lembrança dos programas marcantes de narrações esportivas e foi influenciado também por uma tia, frequentadora dos programas de auditório muito comuns nas rádios da cidade, onde os calouros se apresentavam.

O avô e o pai foram decisivos para inspirar André a ser um ouvinte de rádio. Quando era adolescente, tomou gosto pela audiência dos programas esportivos e policiais, estimulado pelos mais velhos. Aos finais de tarde, recorda também de um programa que sempre ouvia na rádio católica Educadora AM, chamado “Para onde vais”, apresentado por Juarez Medeiros e Anisete Souza.

As influências de Pedro e André foram distintas das motivações de Francisco. Ele só passou a ouvir rádio em 2010, aos 35 anos, estimulado por um colega sindicalista. Nas assembleias e greves, um dos líderes do sindicato sempre motivava os colegas a ouvir e participar dos programas jornalísticos. Ele recorda que falou pela primeira vez em um programa sobre a falta de água na cidade.

Já o encontro de João com o rádio ocorreu ao final da adolescência. Interessado em línguas estrangeiras, ele começou a ouvir emissoras internacionais de ondas curtas, nos aparelhos do pai. Ele via no rádio a oportunidade para aprender e aperfeiçoar idiomas. Curioso por eletrônica, João descobriu que o aparelho sintonizava emissoras estrangeiras. Ele passou a ouvir rádio AM tempos depois, a partir de 1995, interessado em programas policiais, jornalísticos e de política.

O rádio atravessando gerações era assim. Filho de um marceneiro, Felipe trabalhava na oficina do pai, onde sempre havia um rádio ligado. Desde criança ouvia, aos 11 anos. A Hora do Brasil era programa obrigatório, sintonizando a rádio Nacional da Amazônia. Passou a acompanhar os programas jornalísticos há cerca de 20 anos, quando mudou de Bacabal para São Luís. Costumava escutar todos os programas, especialmente “Rádio Patrulha”, “Plano Geral” e “Comando da Noite”.

O bancário aposentado Bartolomeu tinha paixão por música. Rádio, para ele, só FM. Era ouvinte assíduo de um programa que marcou época, chamado “Acorde Recorde”, apresentado pelo radialista Robson Junior, com músicas de *flash back* e uma locução reflexiva que marcou uma geração de ouvintes. Bartolomeu só migrou para o rádio AM por volta de

2002, esporadicamente, mas foi tomando gosto pelo conteúdo dos programas e começou também a telefonar para as emissoras. Ele admirava muito a postura do apresentador Roberto Fernandes, na Educadora AM.

Diferente de Bartolomeu, Tomé tinha um sonho: ser narrador de futebol. Ainda criança, na Baixada Maranhense, ouvia as transmissões esportivas na rádio Educadora AM e decidiu morar na capital, onde via a chance de ser um profissional do rádio. Quando era criança, em Matinha, o dono do comércio tinha um rádio e reunia “multidão” para ouvir.

Tomé chegou em São Luís aos 15 anos de idade, em 1970. A capital tinha cerca de 270 mil habitantes (em 2010 ultrapassou a faixa de 1 milhão)⁵³. Sem emprego fixo, morando em casa de parentes, foi conhecer o jornalista Oliveira Ramos, na rádio Educadora AM, e acabou trabalhando na emissora, não como sonhava – narração esportiva – mas de marceneiro. “Fiquei consertando os móveis e cheguei a morar um tempo no prédio da rádio. A irmã Inocência Maria, gerente da emissora, comprou uma cama e fiquei dormindo lá”, contou.

Morando e trabalhando na rádio, começou a manusear a mesa de som, onde aprendeu os primeiros passos. Foi ficando e aprendendo com os operadores, mediante a promessa de um emprego. Dormia no prédio da rádio, na rua do Sol, 535, colocava a emissora no ar pela manhã e tirava à noite. Depois surgiu a chance de concretizar o sonho de ser narrador de futebol, primeiro como repórter de pista e depois chegou a narrar várias partidas, mas o sonho resultou frustrado, segundo Tomé, porque o rádio não dava condições financeiras para sobreviver. O sonho não realizado levou Tomé a abandonar o rádio por uma longa temporada, ingressando no teatro, onde chegou a encenar peças no palco do Arthur Azevedo, mas acabou retornando ao rádio, desta vez como um dos ouvintes mais assíduos dos programas jornalísticos.

O rádio entrou na vida de Mateus através da televisão. Ele veio da Bahia em 1984 para trabalhar em São Luís. Tinha 34 anos. Durante muito tempo foi proprietário de um *trailer* na praça Deodoro, no centro da capital, onde era bastante conhecido. Sempre que alguma emissora de televisão chegava à praça para fazer matérias, Mateus era procurado para dar informações ou conceder entrevista, caso a pauta tratasse de algum tema ligado às condições do logradouro, movimentação do comércio etc. Nos anos 1990 ele começou a ouvir rádio AM, já morando em um bairro novo, recém-ocupado e necessitando de infra-estrutura.

⁵³ Segundo o Censo Demográfico do IBGE/2010, a população de São Luís é de 1.014.837 habitantes.

Mateus envolveu-se nas organizações comunitárias e começou a ouvir os programas jornalísticos de rádio, nos quais percebeu a oportunidade de dar vazão às reivindicações dos moradores.

Tiago cresceu no centro de São Luís, entre as ruas do Passeio e 7 de Setembro. Desde os nove anos de idade ouvia rádio, motivado pelo futebol, mas teve a vida abalada por um deslocamento de retina, que o deixou cego aos 25 anos de idade.

Quando teve o deslocamento de retina fez tratamento no Rio de Janeiro, mas não obteve sucesso. A volta ao Maranhão, já sem a visão, coincidiu com a inauguração da rádio Mirante AM, em 11 de maio de 1988. A partir de então, começou a fazer do rádio um companheiro cotidiano, além de gravar (em fita K-7) e arquivar as suas participações. “Até 1989 não existia programa comunitário nos moldes de hoje, com participação do ouvinte, sobre política e reivindicações”, registrou.

A cegueira também marcou a vida de Simão, que desde criança ouvia rádio no interior do Maranhão. “A TV não era para muita gente. Ouvia Voz do Brasil e Projeto Minerva. Meus avós ouviam a rádio Educadora AM, mas eu sempre ouvia também as emissoras de ondas curtas”, lembrou, registrando ainda sua preferência pelas radionovelas. Simão ficou cego aos 10 anos de idade, quando ainda morava em Santa Inês, no interior do Maranhão. Perdeu a visão, mas não a esperança. Sua meta era estudar, “para não ficar mendigando nas ruas”, justificou. Em 1968, aos 13 anos, mudou-se para São Luís, onde havia uma escola de cegos. Era sua chance de progredir nos estudos. Foi estudando até concluir o segundo grau, equivalente ao Ensino Médio. O rádio está na vida de Simão “desde que se entendeu por gente”, ou seja, ainda criança, em Santa Inês, em parte influenciado pelos avós muito religiosos, que ouviam sempre a Educadora AM, católica.

A influência do pai e o fascínio pelos aparelhos da marca “transglobo” levaram Tadeu ao encontro do rádio desde a infância, ouvindo música, programas comunitários, pedidos e recados. Segundo ele, havia pouca opinião na programação. Morando no bairro Camboa, nas proximidades da rádio e televisão Difusora, Tadeu era criança quando soube do programa que simulava a invasão dos marcianos em São Luís, à semelhança da famosa transmissão de Orson Welles. A versão ludovicense, transmitida em 1971, gerou burburinho na cidade e muita agitação na porta da emissora, que chegou a ser fechada pelo Exército.

Morador das cercanias da Difusora AM, Tadeu lembrou da sua infância, quando a relação entre a emissora e a comunidade era afinada. As pessoas dos bairros próximos costumavam frequentar a sede da rádio para receber os prêmios sorteados nos programas ou participar dos *shows* de calouros. Desde criança ele gostava de rádio, principalmente as programações comunitárias, música, a divulgação dos eventos (festas), os pedidos que as pessoas faziam e alguns pequenos comentários. “Não podia falar muito porque era a época do regime militar”, registrou. O fato de morar perto de uma empresa de comunicação de certa forma influenciou um pouco o gosto pelo rádio, embora ele tenha registrado que a preferência pelo meio radiofônico teve grande influência do pai, que gostava de ouvir e comprava os aparelhos “transglobo”, “motoradio” e “ABC”. O rádio era uma referência da família.

Disse ainda que na sua infância os vizinhos e muitas pessoas de outros bairros acompanhavam “o movimento da rádio”. Os *shows* de calouros e sorteios de brindes mobilizavam a audiência. Esse hábito de frequentar a emissora ganhou contornos mais expressivos quando ocorreu a transmissão do programa sobre a invasão dos alienígenas.

Na juventude, militante partidário, das manifestações culturais e associações de bairro, Tadeu começou a participar dos programas de rádio, primeiro como entrevistado, porque sempre estava à frente da organização de festas juninas e era solicitado a falar sobre a programação dos arraiais; depois, o rádio teve para ele outras finalidades, como extensão da militância, denunciando as injustiças sociais, fazendo reivindicações. Tadeu afastou-se bastante da vida partidária, à proporção que acentuava o ativismo no rádio, participando intensamente dos programas.

Fascinado por eletrônica, José despertou o interesse pelo funcionamento do aparelho de rádio desde criança, em Codó, na região dos Cocais, no leste do Maranhão. Sempre ouviu as rádios Nacional de Brasília, Sociedade da Bahia, Globo e o “Programa do Jairzinho”, na rádio Difusora AM, de São Luís. Os pais e avós de José foram ouvintes habituais de rádio. Ele só despertou para os programas comunitários depois de formado, morando em São Luís, onde é professor e sempre motivou os alunos a despertar interesse por notícia.

Aos quatro anos de idade, Jesus ganhou de presente do pai um rádio da marca “motorola”. Suas principais recordações da infância são dos programas do Ludugero e o futebol: a Copa de 1970, a narração das jogadas de Pelé, Garrincha e Tostão. Jesus relatou que às vezes acordava na madrugada e ouvia rádio até o amanhecer. Mas, com a separação dos

pais, ele interrompeu o hábito de ouvinte assíduo. “O rádio era uma relação familiar”, justificou. Ele retomou a audiência aos 15 anos, com programas esportivos; e aos 20 anos ficou atento aos programas comunitários, de debate político e que levantavam as questões sociais. Tinha como referência o apresentador Juarez Medeiros, da rádio Educadora AM. “O rádio é um conjunto de emissoras e a gente vai tentando procurar aquela que está abordando um assunto que você tem interesse e vai se ligando de uma forma muito dinâmica”, ilustrou.

Natural de São João Batista, na Baixada maranhense, Miguel chegou aos 13 anos em São Luís, em 1971, para estudar. Filho de lavradores, contou que o rádio cumpria um importante papel no interior do Maranhão. “Até os anos 1960 havia imobilismo entre os povoados, os municípios e a capital São Luís. O rádio conectava as pessoas”, desenhóu. A influência dos pais, o cenário da casa e as memórias da cidade fizeram parte da memória e da cultura oral do ouvinte Miguel.

No relato de Miguel, era comum a conversação sobre os programas das rádios de São Luís e da Voz do Brasil. Algumas notícias eram debatidas, até com uma certa veemência, sobre ações noticiadas. O pai de Miguel levava o rádio para a roça e quando tinha algum assunto que ele necessitava ter uma informação mais correta, costumava dizer: “vai falar no programa de Fulano de Tal”. A memória receptiva de Miguel ficou marcada pelo programa “Difusora Opina”, transmitido ao meio dia. O registro da qualidade do “Difusora Opina”, segundo este ouvinte, decorria de três características: era rápido, sintético e com editorial, tomando posição sobre um tema:

Era uma espécie de Jornal Nacional, um programa referencial e meu pai não perdia. Eu ia na mesma trilha, de modo que quando eu saí de casa para vir para São Luís eu não perdi o hábito, particularmente por conta de eu gostar muito de futebol (Miguel, 58 anos, professor universitário)

As narrativas dos informantes acerca dos primeiros contatos com o rádio revelaram uma audiência gregária e comunitária, observada nas formas de vivência relatadas por alguns entrevistados que migraram das pequenas cidades do interior do Maranhão para a capital, São Luís. As recordações da infância de Tomé remetiam a uma experiência inusitada do primeiro contato com o aparelho. O único rádio, na cidade onde ele nasceu, pertencia a um comerciante e a porta do seu estabelecimento era o local de encontro dos moradores não só para ouvir, mas para apreciar um truque no objeto:

A primeira vez que eu ouvi um rádio [...] era multidão de noite para ouvir o rádio falar, porque nenhuma outra pessoa tinha. Inclusive o rádio era grande e eles botavam uma bonequinha de plástico dentro do rádio para enganar a gente... e era a boneca que tava falando (Tomé, 57 anos, restaurador de móveis).

Os relatos sobre o encontro com o rádio permitiram notar um quadro da gênese e formação da audiência no Maranhão. Evidenciei nessas narrativas a constituição dos ouvintes e as respectivas influências recebidas ao longo da sedimentação dos seus hábitos e marcas da prática de sintonizar as emissoras e acompanhar as programações. A reconstituição dos primeiros contatos com o rádio possibilitou não só um registro da memória dos ouvintes, como também os processos de mutação na audiência. Assim, as práticas de ouvir modificaram-se em duas formas: coletiva e individual. Essas características permitiram notar uma remissão aos tipos de auditório que foram se estabelecendo na relação com o rádio, considerando a vivência comunitária no interior, a migração para São Luís, os programas de auditório nas emissoras da capital e a comunidade de ouvintes instituída na SOMAR.

Entre os anos 1950 e 1970, era comum ouvir rádio na casa dos vizinhos, devido à escassez de aparelhos. No interior, a audiência coletiva era corriqueira, geralmente em casas de comércio, as chamadas quitandas. Na capital, a prática de ouvir em grupo nos bairros costumava reunir pessoas interessadas em futebol, música e notícias, despertando o interesse também pela ida aos programas de auditório, onde havia quadros com a participação dos calouros. Quem não presenciava os programas, refinava a audiência:

Com uns oito, nove anos de idade comecei a escutar rádio... Difusora, Timbira e disso uma coisa me chamava atenção. Eu e alguns garotos lá do Monte Castelo a gente fazia com umas caixas de fósforo uma linha e fazia aquele bate-papo como se tivesse já fazendo esse trabalho de radiofonia. [...] E tinha uma tia que ela gostava muito desses programas de auditório. Eu não fui nunca num programa de auditório mas ela chegou a levar meu irmão mais novo e tinha um programa de auditório que era falado muito [...] e dia de domingo a gente ficava sempre na escuta, escutando os calouros e era interessante e eu comecei a despertar nessa época para o rádio (Pedro, 66 anos, servidor público estadual aposentado).

Assim, a gênese da audiência de rádio no interior do Maranhão e em São Luís tem suas matrizes culturais em duas formas de auditório, respectivamente: os encontros nas portas das quitandas nas pequenas cidades e a audiência coletiva nos bairros da capital. Esses dois auditórios se desfizeram no rádio dos anos 1990. Desfazer, no entanto, não significou o desaparecimento do auditório. Ele apenas reconfigurou-se. A audiência coletiva nas quitandas, nas portas das casas e nas esquinas dos bairros individualizou-se e, com o fim dos programas de auditório, a recepção deixou de ser presencial e cara a cara com o apresentador para ganhar outros contornos, mediados pela ferramenta tecnológica do telefone que

individualizou a recepção, mas, ao mesmo tempo, coletivizou, porque a SOMAR era uma rede social de ouvintes, uma teia formada por auditores informais da cidade, uma camada constitutiva do processo de produção dos programas jornalísticos.

A SOMAR era o novo auditório, composto por ouvintes individualizados, mas conectados ao sentido coletivo do rádio como mediação da cidade. Esta, por sua vez, passa a ser o auditório amplificado. Os ouvintes participantes amplificavam o sentido da audiência porque se colocavam na posição de representantes das suas respectivas comunidades. Segundo Tomé, “todo problema que tem aqui eu torno público. As pessoas me procuram e eu coloco no ar, principalmente problemas de água, buracos nas ruas, coleta de lixo etc. As pessoas me contam e pedem uma força aí eu falo no rádio”. (Tomé, 57 anos, restaurador de móveis)

Lacroix (2012), na obra sobre os 400 anos da fundação de São Luís, narra os diversos momentos de constituição dos cenários radiofônicos na capital do Maranhão, desde meados dos anos 1920, ainda com os serviços de autofalantes instalados no centro da cidade, até o marco inaugural da rádio Difusora AM, em 1940. Nessa primeira década, os aparelhos eram restritos às pessoas com maior poder aquisitivo e a programação elitizada, feita com “transmissão de canto, recitativos, duos de violino e piano e de piano e flauta, quartetos de corda e a Orquestra de Concertos, sob a regência de Adelman Correia [...]” (LACROIX, 2012, p. 522). Com a melhora de oferta dos aparelhos, a programação diversificou-se, introduzindo notícias, notas e atos oficiais do governo.

Criada em 1941, a rádio Timbira AM agregou um variado leque de profissionais de locução, cantores e conjuntos musicais, além de intelectuais do meio literário e atores que faziam programas de humor, teatro e novela. As cantoras maranhenses e o seresteiro Moacir Neves animavam a programação musical e os ouvintes podiam escolher suas melodias preferidas. As emissoras eram frequentadas pelos ouvintes e curiosos, mas tinham maior procura pelos calouros:

A partir de setembro de 1948, a Rádio Ribamar lançou “Ginástica para todos”, de 6:20 a 6:35 horas e o programa de auditório “O Mundo é um Pandeiro”, incluindo a “Escola do Cast” e o “Jardim de Infância”, além de cantores desconhecidos em experiências descontraídas e cômicas, das 9 às 11:30 horas. Promovia programa de auditório com a animação de Ermelindo Sales, vulgo Caveirinha. Em seguida, vinham os calouros, candidatos a futuros cantores, sujeitos a classificação ou aprovação ao imitarem Cauby Peixoto, Nelson Gonçalves, Alcides Gerardi, Agnaldo Timóteo, Waldik Soriano e outros em cartaz (LACROIX, 2012, p. 526)

Portanto, as raízes mais profundas da audiência estavam situadas no auditório informal constituído nas portas das casas ou quitandas do interior, nos anos 1950. A segunda forma gregária de ouvir rádio formalizou-se nos programas de auditório nas emissoras sediadas em São Luís, dos anos 1950 a 1970. Nos anos 1980, com o fim dos programas de auditório, a audiência individualizou-se, mas começou a participar dos programas jornalísticos através do telefone, no início dos anos 1990.

A influência geracional e a vida comunitária marcaram o hábito de ouvir rádio. Essas circunstâncias foram verificadas em vários relatos, com algumas variações. Ora a influência era direta dos mais velhos sobre as crianças e jovens, ora indireta. Nem sempre o pai condicionava o hábito do filho, mas a permanente escuta de rádio pelo chefe de família em casa teve uma força determinante para a maioria dos entrevistados.

Não fui influenciado diretamente, assim, dizer que pediram pra mim escutar. Mas, o meu pai é aposentado e escuta muito rádio AM. Então com essa ligação e vendo as outras pessoas participarem, discutindo e convocando, chamando as outras pessoas e cobrando do poder público aí despertou interesse porque ficar ali escutando o programa no momento de estudo ou ali deitado descansando, então despertou o interesse a partir do momento que eu fiquei ouvindo ele (o pai) escutar esses programas (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

Passando de pai para filho, a audiência caseira provocou modificações na forma de ouvir, gerando práticas distintas. Enquanto o genitor ouvia silenciosamente, o descendente passou a reunir a vizinhança na escuta coletiva. As necessidades da comunidade e os questionamentos das pessoas sobre as condições da cidade, a vida cotidiana, os problemas e desafios fomentavam os diálogos e burburinhos que acabavam desembocando no rádio. Paulo rememora que começou a ficar mais atento à audiência do seu pai quando percebeu que os ouvintes falavam nos programas geralmente os mesmos assuntos que ele e seus vizinhos comentavam no bairro. O rádio era um palco ou tribuna de compartilhamento do cotidiano. A escuta coletiva estava presente na oralidade cotidiana e evoluía para a fala eletrônica, remetendo à prática

dessas conversas de bairro, bate-papo nos cantos, ou então fazia reunião na casa de alguém, nos colégios e começou a surgir essa discussão e a gente lutando pela urbanização do bairro, do espaço verde e das praças, que praticamente não se vê mais nem praça em São Luís e as áreas verdes que estão abandonadas a gente tentando cuidar e fazendo as denúncias e cobrando do poder público que é o legítimo para fazer esses reparos (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

O ouvinte contemporâneo, migrante da tradição de uma audiência coletiva nas comunidades longínquas do Maranhão, atualiza sua prática de conversação no rádio participativo. As remotas reuniões de vizinhos em torno das quitandas e casas nos grotões do

Maranhão para ouvir rádio, seguidas dos burburinhos sobre as transmissões, atualizam-se na ação dos ouvintes da SOMAR, muitos deles migrantes habituados a uma audiência coletiva nos seus municípios de origem. O novo, portanto, está impregnado do arcaico ressignificado.

No “mapa noturno” formulado por Martín-Barbero (2009), o movimento das matrizes culturais aos formatos industriais evidencia as múltiplas transformações ocorridas no processo de atualização das práticas, formas e conteúdos de produção e difusão cultural. Esse deslocamento manifesta, para os ouvintes de rádio, as permanências e transformações nos hábitos da audiência. Esta, adquire modificações pela introdução do telefone, que permite entrar ao vivo e falar nos programas. Para entender a participação atual da audiência nos programas jornalísticos, é necessário fazer o movimento diacrônico no “mapa noturno” (das matrizes culturais aos formatos industriais), percebendo como se deu o processo de mudança no hábito de ouvir rádio; ou seja, de que maneira essa prática cultural da audiência coletiva nas cidades do interior ganhou novos contornos na atividade da audiência dos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM.

Nesse contexto, observei três tipos de auditório. O primeiro constituído aleatoriamente nas portas das casas e das quitandas, distante do apresentador e do estúdio, mas fortemente marcado pela conversação dos ouvintes, pelo burburinho paralelo, misturado aos relatos sobre o dia a dia do trabalho na roça, os acontecimentos na cidade pequena, a vida pública e privada dos vizinhos etc. Tudo isso ocorria em uma circunstância de considerável isolamento geográfico no Maranhão dos anos 1960, atenuado pela disseminação das ondas hertzianas.

Em alguns relatos dos entrevistados, a vida cotidiana incluía o ritual de ouvir juntos os programas de rádio, construindo um hábito de tornar comum o uso do aparelho e fomentar a audiência coletiva, compartilhando o objeto e, conseqüentemente, seus conteúdos simbólicos materializados nas transmissões. Esse tipo de postura dos ouvintes de outrora sedimenta uma característica marcante da audiência contemporânea, mas já presente no passado, qual seja: o ato de ouvir era seguido dos comentários sobre aquilo que era falado no rádio. A audiência distante dos centros decisórios, longe das instâncias de poder, atualizava-se sobre os acontecimentos locais e nacionais pelas ondas do rádio, mas não se limitava a ouvir. Ia além, debatendo e comentando os assuntos. As transmissões aproximavam as pessoas dos fatos e a Voz do Brasil despertava atenção:

O rádio conectava as pessoas. Eu cresci ouvindo rádio porque meu pai tinha esse costume. Aquele rádio grande no alto da casa. Amanhecia-se ouvindo rádio [...] à noite, por exemplo, era muito costume de reunirem lá em casa porque tinha uma quitanda e os outros lavradores reuniam para ouvir a Voz do Brasil e depois ir comentar as notícias que foram dadas lá, algumas delas mereciam destaque para discussões entre eles lá. Era comum a conversação sobre os programas das rádios de São Luís e da Voz do Brasil. Algumas notícias eram debatidas, algumas até com uma certa veemência, tipo “o governo vai fazer isso, vai fazer aquilo”. (Miguel, 58 anos, professor universitário)

O segundo auditório, feito das audiências coletivas nos bairros da capital, também carregava as características das pequenas cidades do continente, mas já representava o sentimento do ouvinte urbano. Pedro relatou que não tinha rádio em casa, porque a posse do aparelho ainda era de poucas pessoas e a escuta, compartilhada:

[...] eu escutava sempre jogo de futebol na casa do vizinho. Tinha uma turma lá que tinha um rádio potente, aquele ‘transglobo’, que era um rádio que fazia festa naquele período e a gente sempre escutava. O cidadão, o vizinho, tinha um poder aquisitivo melhor e ficava no canto ali no Monte Castelo, ali na avenida Neuton Belo e a gente ficava na escuta [...] nas esquinas dia de domingo para escutar Vasco e Flamengo, Vasco e Fluminense, Botafogo e Fluminense. E só na década de sessenta, já por volta de sessenta e cinco, sessenta e seis que lá em casa teve rádio e eu comecei a ficar em casa escutando rádio. (Pedro, 66 anos, servidor público aposentado)

Nesse período de escuta coletiva nas esquinas dos bairros, já estavam consolidados os programas de auditório formais, nas sedes das emissoras de rádio, um tipo de audiência presencial, face a face, marcado por regras de competição dos calouros. Pedro lembra que sua tia se aprontava aos domingos para ir às emissoras assistir aos programas de auditório e levava o irmão dele junto, enquanto os outros rapazes do bairro encontravam-se para ouvir na rua.

Na alvorada dos anos 1990, no início dos programas jornalísticos abertos à participação dos ouvintes, a audiência dos bairros apresentava sinais de uma organização mais consistente. Esse é o terceiro tipo de auditório, manifestado nos precursores da SOMAR. A audiência estava vinculada à sua realidade cotidiana e aos processos de socialidade vivenciados no ambiente onde moravam, nas conversações e burburinhos sobre a vida comunitária. Os vizinhos reuniam para conversar e pensar nas necessidades:

Naquele tempo tinha que ligar para o rádio, do telefone, e o pessoal sempre a gente discutindo “está acontecendo isso e isso no bairro, uma cratera abriu, um esgoto estourou” como é que vai fazer? A gente denuncia no rádio e sempre era escolhido eu para ligar e falar (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

Do ponto de vista das matrizes culturais (Martín-Barbero, 2009), a ressignificação dos auditórios é um dado importante a considerar na interpretação da mobilidade da audiência, cujas raízes estão na rádio Nacional. Ao analisar a configuração e as contradições

da participação da audiência nos programas de auditório da rádio Nacional, GOLDFEDER (1980, p. 141-142) reflete sobre essa prática cultural:

É no espaço dos PROGRAMAS DE AUDITÓRIO, organizados em função da presença do público, calcados em parte na força comunicativa do animador que as relações produção/consumo se fazem de forma direta.

Vários problemas podem ser debatidos a partir da sua localização como objeto de análise. Cumpre destacar, inicialmente, a importância da presença concreta do consumidor na própria elaboração da produção cultural, ou seja, os efeitos que poderia ter sobre a forma de atuação dos mecanismos de comunicação de massa.

André começou a ouvir rádio influenciado pelos pais e avós, ligados nos programas esportivos e policiais. Tadeu iniciou o hábito de ouvir rádio por interferência do pai, que sempre disponibilizava os aparelhos na residência. Aos 4 anos de idade Jesus foi presenteado com um aparelho “motorola”, onde costumava ouvir os programas do Ludugero, além de uma ligeira memória da Copa do Mundo de 1970, da narração das jogadas de Pelé, Garrincha e Tostão. Costumava acordar na madrugada e ouvir rádio até amanhecer. Mas, a separação dos pais interrompeu o seu costumeiro hábito de ouvir. “O rádio era uma relação familiar”, sintetizou.

A influência paterna também foi marcante nos primeiros passos de Felipe. Ele começou ouvir aos 11 anos de idade, por influência do pai, que sempre tinha rádio ligado na marcenaria familiar, no interior do Maranhão, onde ele trabalhava como ajudante, quando retornava da escola. Fora do expediente, registrou que ouvia sempre a “Hora do Brasil”, junto com o pai, pela rádio Nacional da Amazônia. Revelou ainda que está educando os filhos na audiência.

Quero fazer com que o rádio AM faça parte na vida de meus filhos, particularmente do meu filho homem, Luis Guilherme. Ele vai fazer seis anos. Inclusive ele já ouve os programas comigo. A gente termina de almoçar e se deita. Às vezes eu esqueço o rádio e ele vai buscar lá em cima da geladeira. Eu já estou plantando a sementinha, como meu pai fez comigo (Felipe, 41 anos, eletricista)

A marcenaria também atravessou a relação de Tomé com o rádio. Na Baixada maranhense, onde viveu na infância, ouvia muito a rádio Educadora AM e cultivava o sonho de ser narrador de futebol. Quando chegou a São Luís, foi conhecer a rádio e conseguiu um trabalho para consertar móveis na sede da emissora. Sem parentes na capital e nem lugar para dormir, amparado por uma religiosa da direção da rádio, obteve permissão para ocupar um cômodo na sede da emissora, onde alternava os trabalhos de marcenaria e operador da mesa de som. Aos poucos, foi assumindo outras funções. Como habitava na sede da rádio, era ele quem ligava os equipamentos bem cedo e desligava ao final da programação diária. O sonho

de ser narrador de futebol chegou a ser parcialmente realizado. Narrou várias partidas e foi também repórter de pista, mas o rádio não dava retorno financeiro. “Meu sonho não foi realizado como narrador”, lamentou.

O futebol foi o atrativo principal de Tiago. Desde os nove anos de idade ouvia rádio. Uma inesperada cegueira, aos 25 anos, fruto do deslocamento de retina, o deixou cego e o rádio passou a ser uma das suas principais companhias. Já Simão ficou cego ainda criança e sempre ouviu rádio, influenciado pelos avós, muito religiosos, fiéis à programação católica da rádio Educadora, à Voz do Brasil e ao Projeto Minerva.

Mateus encontrou-se com o rádio primeiro como fonte, depois como ouvinte. Durante muito tempo trabalhou em um *trailer* na praça central de São Luís, onde sempre havia emissoras de rádio e TV cobrindo fatos e ele concedia entrevista para um programa popular de televisão. Depois, mudou-se para um bairro recém-inaugurado e passou a ouvir os programas de rádio e participar, reivindicando melhorias para os moradores.

Somados a Mateus, apenas mais dois ouvintes, Bartolomeu e Francisco, não tiveram qualquer contato com o rádio na infância nem influência familiar na prática da audiência. O primeiro só começou a ouvir rádio aos 35 anos de idade e preferia a programação musical de FM. A sintonia em AM foi esporádica e só a partir do ano de 2007 passou a ser um ouvinte assíduo dos programas jornalísticos. O segundo também passou a ouvir na idade adulta, em 2010, aos 35 anos, estimulado por um colega de trabalho e militante sindical, que costumava recomendar os programas jornalísticos, nos quais era comum o noticiário sobre assembleias, mobilizações e greves, fora outros assuntos de interesse público. Dois entrevistados tiveram influência feminina. Pedro inspirou-se na sua tia, que costumava frequentar os programas de auditório nas emissoras de São Luís. O hábito dela despertou no sobrinho a curiosidade para ouvir os programas, na audiência compartilhada pelos jovens vizinhos do bairro, que também se reuniam para acompanhar as transmissões de futebol. André começou a ouvir rádio impulsionado pela avó, que costumava ouvir um programa religioso na rádio Educadora AM, às cinco horas da tarde. Ele só conheceu o pai quando tinha 13 anos de idade. Por coincidência, seu genitor gostava de um programa policial com toques humorísticos da mesma preferência do filho.

Fascinado por eletrônica desde os cinco anos de idade, José tinha muita curiosidade pelo funcionamento do aparelho de rádio, mas os pais e os avós sempre foram referências de

audiência no interior do Maranhão, ouvindo as seguintes emissoras: Difusora (Maranhão), Nacional de Brasília, Sociedade da Bahia e Globo. O rádio estava sempre ligado na casa de Paulo, onde o pai dele, aposentado, era um ouvinte assíduo. O hábito da casa acabou influenciando, indiretamente, o filho.

De acordo com os relatos apresentados acima sobre o encontro com o rádio, percebi que a instituição familiar era central no processo de despertar da audiência. Martín-Barbero (2009, p. 295) argumenta que a família é um “lugar social de uma interpelação fundamental para os setores populares”⁵⁴. Direta ou indiretamente, o ato de ouvir rádio constituía uma prática cultural transmitida entre gerações. O rádio/artefato e a audiência como prática cultural convergem para formatar a simbiose entre o meio e a recepção. Esta, ocorre em decorrência de vários fatores: busca de romper o isolamento geográfico, entretenimento, sociabilidade, aquisição de brindes em sorteio, futebol, entrelaçamento de relações entre vizinhos, papel do rádio como apoio para reivindicações comunitárias etc. A recepção era também marcada por diferentes formas e hábitos dos ouvintes. Suas rotinas e afetos em relação ao rádio compunham o mosaico da ritualidade, da repetição dos hábitos, das rotinas do ouvinte como um procedimento diante do meio, um método da audiência, uma prática cultural.

6.3. SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA DO RÁDIO

Os hábitos e as rotinas dos ouvintes revelavam um apego ao rádio. A audiência integrava o cotidiano, passava a fazer parte do ritmo de vida e constituía uma prática cultural preponderante no dia a dia, adquirindo diferentes significados na existência dos ouvintes. Para Pedro, o rádio, além de cumprir uma função de lazer e cultura, era um terapeuta. “Se tiver problema o rádio é remédio e alento para suas dores”, revelou, acrescentando: “o rádio faz parte da minha vida como um todo”. Pedro contou que já perdeu três aparelhos nos diversos locais por onde passava (banco, ônibus, praça etc) e, em função disso, deixava o rádio em casa. Ele costumava ouvir até 10 horas de programação, diariamente, detalhando os horários e os nomes dos programas e apresentadores. O rádio estava integrado à existência. “Tá na alma da gente”, frisou, ressaltando os aspectos terapêuticos da audição:

⁵⁴ O argumento de Martín-Barbero (2009) destoa da visão de família como instituição conservadora, local de reprodução da ideologia burguesa. Segundo o autor, esta visão da organização familiar repressora é um equívoco da intelectualidade de esquerda.

O rádio para mim é cultura, né? [...] E acima de tudo, é um terapeuta, o rádio. Se você tiver algum problema, você pode ligar para a rádio. Tem programa evangélico, católico e sempre há uma mensagem, que bate em você, e você, digamos assim, se tiver com um problema familiar, probleminha de saúde, estresse. Na verdade, aquilo é um alento, como se fosse algum remédio que você tivesse tomando e alivia suas dores [...] (Pedro, 66 anos, servidor público estadual aposentado)

André teve uma relação afetiva ainda mais radical com a audiência. “Ser ouvinte de rádio AM é a minha vida”, destacou. Disse ainda que gostaria de ter uma carteirinha da Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR), que ele considera a sua segunda família. O prazer de ouvir estava associado ao bem estar do ritmo biológico.

Se não ouvir rádio estou doente. Sem o rádio eu não estou completo. Rádio é minha felicidade, alimento, remédio. Sem o rádio eu não como, não durmo e não vivo. Tenho orgulho de ser ouvinte de rádio AM. Durmo e acordo com o rádio ligado. Gostaria de ter um 0800 para poder ligar (André, 41 anos, trabalhos diversos)

Os fatos do cotidiano vão formando a teia da História, fundamentando a relação sincrônico/diacrônico. Nas palavras de João:

Várias coisas que aconteceram no mundo eu ouvi em primeira mão porque eu estava ouvindo rádio: explosão em Alcântara, assassinato de Décio Sá, morte de Michael Jackson. No momento em que os fatos históricos estão acontecendo eles estão sendo noticiados (João, 42 anos, professor)

O apego ao rádio representava aquisição de conhecimento, formação cultural e crescimento pessoal. “O rádio é uma universidade na minha vida, um educador, um instrutor. A grande maioria das coisas que eu sei eu aprendi no rádio: geopolítica, cultura, geografia, psicologia... de tudo a gente ouve no rádio”, acrescentou João. A herança cultural e o compromisso geracional justificavam a preferência de Felipe: “O rádio fez parte da minha criação, faz parte da minha vida e eu quero fazer com que o rádio AM faça parte da vida do meu filho, que tem seis anos e já ouve os programas comigo.”

A plataforma para o conhecimento da realidade também expressava o significado do rádio para Tomé. O rádio para ele adquiria um sentido oracular: “O rádio é uma coisa muito importante não só para mim mas para todas as pessoas. Aqui onde eu moro não tem banca de revista. Aqui não vende jornal. Através do rádio eu sei tudo, não precisa nem comprar jornal.” Mas, para ele, o rádio também exasperava as emoções. As transmissões de futebol, fio condutor da preponderância masculina no rádio e no fomento da audiência de pai para filho, levava-o às lágrimas: “muitas vezes, até chorei ouvindo jogo do Sampaio.”

O cotidiano e a rotina de Tiago fundamentavam o rádio como exaltação da amizade, manifestada principalmente na companhia e no entretenimento. O sentimento de estar junto o

tempo inteiro explicava seus hábitos de uma audiência intermitente. “O rádio é um grande amigo. Através do rádio fiz muitas amizades. Seria muito difícil para quem ficou cego aos 26 anos estar dentro de casa sem essa caixinha que fala, sem o rádio.”

Tadeu definiu o rádio como tábua de salvação diante de uma situação de falência das instituições. “O rádio pra mim é o alto falante, é o grito, é a saída, a fuga, a alternativa muitas das vezes.”

O rádio foi traduzido por Jesus como “observatório da coletividade”, explicado a partir de uma audiência de monitoramento das emissoras. Através do rádio, segundo Jesus, era possível saber o que

[...] está acontecendo na cidade e o que as pessoas estão falando sobre o cotidiano. A partir do que se debate no rádio AM você começa a descobrir as movimentações das lutas sociais, a opinião. O programa de rádio é muito importante para você conhecer a realidade. (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória)

Ele creditou aos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM uma plataforma horizontal de circulação de opiniões semelhante às redes sociais, anotando nesse processo de participação dos ouvintes uma forma diferente da televisão e dos grandes jornais, “que parecem buscar uma forma de manipular a consciência das pessoas”, vaticinou.

Na visão de Jesus, o rádio era também um “parlamento popular”. Os programas jornalísticos funcionavam como plataforma de aprendizado mútuo entre apresentadores e ouvintes, dos mais simples aos mais sofisticados, dotados de uma força retórica mais elaborada. O trânsito de opiniões acabava desembocando em ação e atitude dos ouvintes para formular reivindicações e cobrar providências das autoridades sobre os temas levantados, predominantemente de interesse da cidade.

A força participativa no rádio era citada até como substitutiva em relação às instâncias formais de debate e proposições sobre a cidade. Jesus mostrou descontentamento com a circunstância em que, na condição de candidato a cargo eletivo, não podia falar nas emissoras devido à proibição da Justiça Eleitoral. Sem sucesso nas tentativas de obter mandato parlamentar ou executivo através do voto, ele disse que o rádio cumpria uma função muito mais importante que o parlamento, por exemplo, na perspectiva de ser uma plataforma de diálogo, formulação de propostas, instrução da audiência e exercício da retórica.

Ele citou como exemplo de trabalho educativo no rádio a instrução dos moradores da zona rural sobre a proliferação de fossas construídas irregularmente, correndo o risco de contaminar os lençóis freáticos. Esse processo, relatou Jesus, ocorreu durante a construção do sistema de abastecimento de água denominado Italuís, que capturava água no rio Itapecuru e levava até São Luís. Quando o projeto foi implantado, muitas pessoas que tinham poços na zona rural, transformaram os buracos em fossas. “Falei nas rádios diversas vezes para explicar a situação e já fiquei sabendo que as pessoas estão desmanchando as fossas e fazendo dentro do padrão e exigindo que o governo faça a coleta de esgoto”, exemplificou. Ele considerou esse tipo de intervenção uma forma de contribuir com as pessoas. “Eu penso que isso é importante, você usar o rádio para dar informação correta.”, reiterou.

Disse ainda que a sua condição de ouvinte de rádio, participante ativo dos programas, era mais importante e mais útil do que um mandato de vereador ou deputado:

[...] a minha participação no rádio AM ela contribui muito mais do que se eu tivesse um mandato de vereador. Através do rádio as pessoas que me escutam ali estão escutando uma opinião de uma pessoa comum, mas uma opinião às vezes técnica, às vezes científica, que vai contribuir de imediato com a vida das pessoas ... e ali no rádio eu falo para milhões de pessoas. E eu como vereador ia falar para trinta, dentro de uma Câmara iria dar opinião para eles vereadores e com certeza não ia ter condição de convencê-los, porque o que vai convencer lá é quem financia eles. Então, é muito desigual. Penso que hoje eu posso continuar para melhorar a vida do povo com a minha participação no rádio, porque o rádio é importantíssimo (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Nessa perspectiva, ele orientou que era necessário melhorar a condição do ouvinte com o objetivo de valorizar as informações verdadeiras. O rádio, ensinou, não deve ser usado para fazer calúnias ou dizer inverdades. Ele levantou a hipótese de que existiam ouvintes “bancados” para falar no rádio, geralmente pessoas vinculadas a gabinetes parlamentares ou a figuras públicas. Esse tipo de perfil, segundo ele, deveria se identificar ao falar nos programas. Segundo Jesus, a identificação correta desse tipo de ouvinte:

[...] ajudaria muito porque você poderia separar aqueles que vivem [...] digamos assim estão ganhando para participar do rádio e aqueles que participam porque gostam de participar e querem contribuir. (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória)

O entendimento do rádio como parlamento, uma plataforma que de algum modo substitui a Câmara de Vereadores no papel de debater e instruir a condução da cidade e cumprir o seu papel de fiscalizar o poder executivo, foi reforçada por vários ouvintes. Assim, os entrevistados pronunciaram uma série de recomendações aos programas jornalísticos para que otimizassem o sentido do rádio como tribuna informal da cidade, sobretudo na produção

de uma linguagem que levasse o cidadão comum a compreender os debates travados nas ondas do rádio. Miguel recomendou, por exemplo, a presença maior de especialistas para serem entrevistados nos programas, a fim de elucidar determinados temas complexos e de compreensão ainda precária do senso comum.

Diante da profusão de avaliações e opiniões sobre direitos humanos, geralmente associadas a “proteção de bandidos”, foi recomendado que o rádio tinha um papel fundamental em instruir e esclarecer a audiência sobre esses temas complexos e sensíveis, que ficaram em evidência principalmente durante os conflitos violentos no complexo penitenciário de Pedrinhas, cuja repercussão nacional colocou o Maranhão no foco de práticas de barbárie entre os encarcerados. “O rádio, esse parlamento, pode ser aberto com especialistas para qualificar o discurso de todo mundo e a sociedade possa entender. Quem lida com direitos humanos não é uma pessoa que está querendo proteger bandido, ao contrário”, destacou.

Ao rádio extremamente politizado Jesus sugeriu o rádio equilibrado, com características dos procedimentos científicos.

O rádio tem que buscar cada vez ser mais imparcial. O rádio tem que ser como a pesquisa. A pesquisa você vai estudar um objeto, você faz uma investigação e ali você vai ter hipóteses. Pode ser que dê certo ou não. Então o rádio tem que se comportar assim, tem que ser um instrumento mais científico de analisar a opinião pública. E quando você cria mecanismos de manipulação para construir uma opinião pública você termina não tendo um rádio científico. Então eu penso que o rádio tem que ser mais científico. Tem que ser como objeto de pesquisa. Numa pesquisa você encontra ali a hipótese, mas aqueles objetos foram manipulados para buscar a coisa mais correta possível. (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

O sentido educativo do rádio ganhava conteúdo na instrução dos ouvintes, quando a participação da audiência chegava a corrigir determinadas posturas consideradas inadequadas para o gestor público. Jesus citou o caso de um prefeito que estava concedendo entrevista para uma emissora de rádio e foi interpelado sobre a forma como estava se comportando ao anunciar suas ações para a cidade.

[...] há uns três meses [...] um prefeito de uma cidade [...] estava numa rádio dando entrevista e dizia “eu fiz isso, eu fiz aquilo, porque eu vou fazer isso” e eu liguei para o rádio e discuti com ele, tranquilamente, disse pra ele que não queria ofender, mas que o trato com a questão pública tinha que ser impessoal. Ele não podia dizer “eu fiz isso”. A gestão fez, a prefeitura fez, até porque ele não faz nada só. E eu fiquei até feliz porque ele reconheceu que era força da expressão, mas que realmente era a gestão. Então ali eu penso que dei uma contribuição não só para que esse gestor passe a olhar diferente, mas outros. (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Segundo Simão, o rádio era um meio de prática de ações solidárias e de encontro entre as pessoas, na perspectiva da afetividade. “Consegui amizade e muitas coisas mais, contribuições para minha vida pessoal, tanto financeiras quanto materiais.” Na mesma direção seguiu José. Para este, o rádio era “uma extensão da nossa vida cotidiana, daquilo que a gente sente, pensa. O rádio é um companheiro inseparável das pessoas. A vida das pessoas passa a ter sentido só ouvindo esses programas de rádio.”

A maioria dos entrevistados, em que pesem os diferentes aspectos, via no rádio uma necessidade humana, como são o alimento, a vestimenta, a moradia, o trabalho, o lazer, a cultura, a segurança, a religião e as relações sociais. Essa necessidade podia ser percebida nas horas dispensadas à escuta. Pude notar ainda que o rádio fazia aflorar paixões, bons sentimentos. Todos os entrevistados demonstraram conhecer os nomes dos programas e os apresentadores, evidenciando o enquadramento da rotina dos ouvintes na programação das emissoras:

A partir de 1988, quando eu fiquei cego, e eu passei a ficar mais em casa, evidentemente por não poder mais trabalhar, me aposentei em 1992, o rádio passou a ser mais do que um companheiro, passou a ser um grande amigo porque eu passei a ter como principal distração dentro de casa ouvir a rádio AM e participar dos programas da rádio AM com reivindicações e opiniões [...] Eu sou apaixonado pelo rádio [...] O rádio, definiria como um grande amigo, com certeza. Através do rádio, eu repito, fiz muitas amizades. Seria muito difícil para quem ficou cego aos 26 anos estar dentro de casa sem essa caixinha que fala, sem o rádio. Eu costumo dizer que ruim não é estar cego, não é ter ficado cego, ruim não é ser cego. Ruim é não ter o que fazer [...] (Tiago, 51 anos, aposentado)

De acordo com Felipe, o apego pode ser demonstrado na quantidade de aparelhos dentro de casa e pela necessidade de dormir vestido, tão importante quanto ir para a cama com o rádio ligado. A importância capital do rádio era “paixão”, palavra-chave para designar a afeição em quase todos os momentos do dia, até mesmo nos horários de folga do trabalho, e ao deitar, dormindo com o rádio ligado. A paixão era medida pela quantidade de (cinco) aparelhos em casa, já utilizados em vários cômodos, e um guardado especialmente em uma caixa de sapatos, para ser colocado no banheiro.

No seu leque de importância, destacou a seriedade do rádio como meio de solucionar as demandas comunitárias. “Então você tem que usar de seriedade com ele. Porque é através dele que a gente ainda consegue resolução para os problemas da gente [...]”. No seu relato, destacou o rádio atravessando gerações. Ele, influenciado pelo pai, criava no seu filho o hábito de ouvir rádio. Novamente evidenciava-se no recorte da relação familiar a presença do homem chefe de família liderando a audiência:

O rádio, para mim, fez parte da minha criação, faz parte da minha vida e quero deixar fazer com que o rádio AM faça parte da vida dos meus filhos, especificamente do meu filho LG, homem, que é o único filho homem que eu tenho. Ele vai fazer 6 anos. Inclusive, ele já ouviu os programas comigo. Termina de almoçar, a gente se deita. Eu, às vezes esqueço o rádio e ele vai pegar [...] Pega o rádio em cima da geladeira. Já estou plantando a sementinha, como meu pai fez comigo [...] (Felipe, 41 anos, eletricitista)

No entendimento de Francisco, o rádio era representado como uma grande tribuna popular, democrática, livre à participação de todos, ainda que houvesse censura. Escutar rádio era um *hobby*, ficando ligado 24 horas por dia, até mesmo na hora de dormir.

O rádio, talvez, o significado principal é a grande tribuna popular livre [...] é o único lugar em que a gente ainda pode, mesmo sendo aqui e acolá tolhido, cortado, e até destrutado, que a gente pode realmente falar, botar a boca no trombone como se diz no popular [...] do mais humilde cidadão até aquele com os maiores títulos pode usufruir desse espaço. Além da questão de entretenimento. Para mim, é um entretenimento, uma diversão, um *hobby*. E é uma tribuna, volto a falar, uma tribuna popular [...] (Francisco, 38 anos, servidor público municipal)

O rádio como tribuna seria uma forma de proporcionar conhecimento às pessoas, em especial àquelas de mais baixa renda, o que possibilitaria o enfrentamento dos problemas. Esse significado apareceu nas falas de dois entrevistados:

O rádio AM, para mim, é importante porque ele mexe com a classe mais desprovida de tudo. Que, para mim, é a que ouviu mais rádio AM e precisa que levem muitas coisas esclarecendo [...] inclusive politicamente [...] Depois que eu me aposentei, eu tenho todo o tempo do mundo. Quando eu estou em casa, estou ouvindo direto agora. Pela manhã, pela tarde [...] Entre seis a oito horas. (Bartolomeu, 61 anos, bancário aposentado)

[...] exatamente a liberdade que as pessoas tinham de falar nesses programas. Era verdadeiramente, na época, uma tribuna livre, uma tribuna democrática, onde as pessoas davam suas opiniões, falavam a respeito dos seus problemas, de suas demandas, faziam as suas reivindicações [...] (Mateus, 59 anos, comerciante)

Os entrevistados acima de 40 anos de idade convergiram para identificar no rádio o papel de integração entre a ilha e o continente. Seja nos municípios próximos, situados na região da Baixada, ou nos lugares mais distantes, o território maranhense tinha um panorama de isolamento geográfico até os anos 1970. As distâncias por terra ou pelo mar eram em parte atenuadas pelo rádio, através de recados, avisos, prestação de serviço e jornalismo. Assim, o rádio cumpria um papel indispensável na superação do imobilismo provocado pelo isolamento geográfico, fatores observados na tradução dos ouvintes que migraram do interior para a capital.

Através de notícias ou da prestação de serviços, o rádio conectava a população, sendo muito destacado o papel dos avisos e recados para fazer os mais diversos tipos de comunicados: viagens, partidas e chegadas, orientações para que uma pessoa da família

esperasse o parente no porto, no cais, na beira do rio com uma embarcação para fazer travessia, à margem da estrada; avisos para preparar comida (almoço ou jantar) e receber as pessoas que estavam chegando de viagem, alertas sobre o ir e vir de viajantes em barcos, paus-de-arara, canoas e *ferry boat*, recomendando aos parentes das cidades mais longínquas e povoados os preparativos para recebê-los com animais de carga, canoas, barcos ou lanchas e fazer travessias de um povoado a outro ou de uma cidade maior a um lugar mais distante na zona rural. As emissoras de rádio sediadas em São Luís ligavam a capital às regiões mais próximas e também aos grotões do continente maranhense. Esse era o sentido da conexão entre as pessoas através do rádio.

Observei ainda a força plasmadora do rádio nos processos de vivência grupal, entrelaçamento familiar e compartilhamento de um bem simbólico no contexto do bairro/comunidade. O *status* de possuir um aparelho de rádio, seja por parte do comerciante do interior ou do morador da capital, não provocava o individualismo nem o isolamento do proprietário do objeto. Ouvia-se nas portas das quitandas nas cidades longínquas ou nas esquinas dos bairros na capital, quando a posse do aparelho ainda era restrita às pessoas com maior poder aquisitivo. Outro significado latente era a utilização do rádio como obtenção de informação e fonte de conhecimento, revelado por João. Diferente do sentido da tribuna popular, campo dos interesses coletivos, no entendimento de João o rádio servia para o crescimento pessoal.

O rádio, para mim, ele é uma janela. Uma porta que se abriu para aquisição de conhecimento, cultura, informação [...] Eu procuro tirar aquilo que é aproveitável [...] Eu sempre fui alguém muito ligado à informação, em saber o que estava acontecendo no mundo, não é? [...] (João, 42 anos, professor e guia de turismo)

Desde 17 anos de idade João ouvia as rádios que transmitiam em ondas curtas, por curiosidade em aprender idiomas estrangeiros e acessar informações sobre os outros países, além das fronteiras de São Luís e do Maranhão. O rádio era um meio de aprendizado. Influenciado pelo pai, João percebeu que o aparelho também sintonizava ondas curtas, hábito que ele exerce até hoje, como praticante do “dexismo”⁵⁵, um *hobby* cultivado por pessoas em vários países, de diferentes continentes, que consiste em capturar os sinais das emissoras distantes e fazer um relato sobre a qualidade da recepção, enviando à sede da rádio as informações sobre a transmissão.

⁵⁵ *Hobby* de escutar transmissões de sinais longínquos, provenientes de regiões distantes (milhares de quilômetros), fora das áreas de cobertura projetadas pelas emissoras e preferencialmente de potências reduzidas. Disponível em: <http://www.ondascurtas.com/artigos/o-que-e-o-dexismo/> Acesso em: 13 fevereiro 2015.

A captura das ondas curtas rendeu-lhe uma experiência inusitada. João contou que estava guiando um grupo de espanhóis no polo turístico dos Lençóis Maranhenses, na região das dunas e lagoas, em uma área paradisíaca de difícil acesso. Enquanto caminhava com o grupo, um dos turistas acompanhava uma partida de futebol do Barcelona em um sofisticado celular, comentando com os colegas cada lance. No ápice do jogo, eis que o celular perdeu o sinal, para a frustração dos turistas. Enquanto o viajante lamentava, João tirava da mochila o seu aparelho de rádio e sintonizava em uma emissora espanhola que transmitia em ondas curtas, oportunizando ao torcedor acompanhar o final da partida. A partir de 1995, João migrou para as rádios AM de São Luís, focando sua audiência nos programas policiais e jornalísticos, especialmente motivado pelos temas de interesse político.

Mas, se por um lado o rádio servia para romper a barreira do isolamento geográfico na relação entre a ilha e o continente, ligando a capital às demais regiões do Maranhão através das ondas hertzianas, um episódio marcante exemplificou, por outro lado, limitações na comunicação entre o Maranhão e o resto do Brasil. Esse episódio - a versão maranhense do programa “A guerra dos mundos” - já mencionado anteriormente, demarcou as imbricações entre o rádio, a dimensão espaço-temporal e o comportamento da audiência.

No início da década de 1970 havia cinco emissoras AM no Maranhão: Ribamar, Gurupi, Timbira, Educadora e Difusora. Os empresários e profissionais de comunicação da Difusora AM fizeram uma enquete que revelou a redução da audiência de rádio devido à implantação da televisão, em São Luís. Com base nesse levantamento, concluíram que era preciso fazer algo de grande impacto para testar o nível da audiência do rádio, que consideravam abalada pela introdução da televisão. (CONCEIÇÃO, 2011)

Partiu da própria direção da Difusora AM a iniciativa de realizar um programa radiofônico de grande repercussão. A emissora acautelou-se em aterrissar a nave marciana no Campo de Perizes, na BR-135, única ligação rodoviária entre São Luís e o continente. São Luís contava na época com cerca de 270 mil habitantes⁵⁶. Mesmo com todas as precauções da direção da emissora e da equipe que idealizou o roteiro, o programa não deixou de causar um grande impacto na população, a ponto de provocar incidentes e até o fechamento da rádio Difusora pelo Exército (24º Batalhão de Caçadores).

⁵⁶ Segundo o IBGE, em 1970 o município de São Luís tinha 270.651 habitantes. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

Para além da repressão e dos aspectos pitorescos deste episódio, as perguntas centrais que interessam neste enfoque visam problematizar a questão do isolamento geográfico e do torpor gerados pelo programa, que levaram ao imobilismo e falta de ações que pudessem desmontar a trama ficcional da emissora. Por quê não houve iniciativas visando checar as “notícias” veiculadas durante o programa? As outras emissoras, como reagiram? O que teria levado uma grande quantidade de pessoas a telefonar e ir à rádio Difusora AM saber o que estava acontecendo? Por quê ninguém sintonizou a rádio Nacional ou uma outra emissora de grande credibilidade fora do Maranhão para obter informações?

Roteirista do programa, o jornalista Sergio Brito justificou a ausência de checagem das outras emissoras por dois motivos: a precariedade do sistema de telefonia, que dificultava as ligações interurbanas; e o entorpecimento gerado nas pessoas pelo efeito da transmissão (ARAÚJO, 2003). Havia ainda um contexto cultural que favorecia a crença em objetos voadores e outros tipos de aparições, somados às lendas replicadas pelos mais velhos. O imaginário dos maranhenses era povoado de relatos sobre “aparelhos” e “luzes” que apareciam misteriosamente no céu, na zona rural das cidades longínquas, onde a vida se arrastava lentamente, sem iluminação elétrica e acesso precário por estradas. Histórias mirabolantes contadas por pessoas que se diziam vítimas de “bolas de fogo” alimentavam o repertório de feitos fantásticos entre o céu e a terra, ilustrados por descrições de feixes ofuscantes que cegavam, queimavam a pele, deixavam pessoas paralíticas ou inválidas para o resto da vida. Nos anos 1960, a conquista da Lua agendou o noticiário sobre as viagens espaciais e servia como justificativa para os causos sobre a existência de seres extraterrestres. Se era possível o homem chegar à Lua, não seria impossível alienígenas visitarem a Terra. Os filmes de ficção e a corrida espacial também funcionavam de motivação para alimentar as mais diversas narrativas sobre marcianos, naves e visões de objetos voadores não identificados. Dois entrevistados fizeram referência à transmissão da rádio Difusora AM sobre a invasão alienígena em São Luís. Assim contou Miguel:

Quando eu vim pra cá eu fui morar na casa de um tio meu e ele tinha um pequeno estabelecimento comercial, uma quitanda né. Então de manhã quando começaram as notícias eu tava na quitanda, ajudando a atender as pessoas e então começaram aquelas notícias... No começo eu não estava dando muita atenção. [...] e aí aquela notícia começou, primeiro uma notícia aqui e outra ali, só que com o tempo a coisa foi ficando um pouco mais... já deu para concatenar o texto que estava sendo montado. [...] Foi muito interessante isso porque a certa altura as pessoas estavam muito preocupadas já. Tinha gente... ah o mundo vai se acabar. [...] Não estou dizendo que a cidade ficou em pânico, estou dizendo que muita gente ficou em pânico. Lá no Lira, onde eu morava, muita gente dizia “isso é o fim do mundo, nós temos que nos preparar” (Miguel, 58 anos, professor universitário).

A família de Tadeu morava nas proximidades da Difusora AM e desde criança ele acompanhava a movimentação do público na rádio para receber prêmios e participar dos programas de calouros. Esse ar festivo ganhou outros contornos quando ocorreu a transmissão do programa sobre a invasão dos alienígenas.

A invasão dos marcianos foi um programa, um anúncio que fizeram aí né, uma notícia que criou um grande burburinho aqui na cidade, muita gente preocupada que levou até com que à época o Exército cercasse a rádio Difusora lá por causa dessa notícia que na verdade foi uma brincadeira que fizeram, mas o pessoal levou a sério, aí causou esse burburinho aí e até um tumulto em relação às pessoas que acreditavam, pensando que o mundo ia acabar e tudo. [...] Eu me recordo que houve uma movimentação de vários tipos de viatura do Exército na época aí e muita gente foi pra lá olhar pensando que os repórteres iam ser presos, criou uma certa expectativa, o pessoal ficou muito comovido com o fato. [...] Todo mundo ficou com pânico, com medo, até eu mesmo fiquei porque acreditava que era sério a coisa. Todo mundo acreditou da forma como foi veiculada a notícia. [...] Tinha gente que procurou até hospital, outros foram na Polícia para saber e eu me recordo que teve gente que até foi registrar queixa, na época, contra a notícia (Tadeu, 55 anos, serigrafista).

A característica provinciana de São Luís, ainda uma pequena cidade no início dos anos 1970, é um fator a considerar na tentativa de responder ao questionamento dos produtores do programa acerca da inércia ou falta de iniciativa para fazer a checagem da narrativa sobre o pouso dos marcianos no Campo de Perizes. Se na capital, onde já havia telefone e televisão, o sistema de comunicação ainda era precário, no interior o isolamento se dava não só pelo pouco avanço das telecomunicações, mas sobretudo pela ausência ou precariedade das estradas. Esse cenário era favorável à disseminação e credibilidade da versão apresentada na Difusora AM sobre a invasão alienígena. O sucesso e a repercussão do programa confirmaram também a força do rádio, refutando a hipótese de que, com a introdução da TV em São Luís, a audiência dos programas radiofônicos estava diminuindo drasticamente.

Uma síntese do significado do rádio demarcou a afetividade entre as principais referências apontadas pelos entrevistados. Para chegar aos outros patamares de importância, o afeto manifestou-se nos relatos sobre a paixão pelo meio, traduzida na quantidade de aparelhos em casa, nas horas dedicadas à audiência e no conhecimento detalhado dos nomes dos programas e dos apresentadores. Essas marcas da escuta estavam presentes na totalidade dos entrevistados. Havia, em primeiro plano, uma relação emotiva com o rádio, um apego, associando a escuta a uma necessidade humana e extensão da vida, tão importante quanto respirar, comer e dormir. Ouvir rádio, nessa dimensão, constituía uma companhia em três

dimensões - afeto/amizade, entretenimento/lazer e *hobby* - estendendo-se a um sentido de consultório sentimental. O rádio era terapêutico e medicamentoso.

A herança cultural da escuta, passada de pai para filho, também ganhou importância na rede de significados atribuídos pelos entrevistados. O rádio compunha também um “lugar” de encontro entre as pessoas e ambiente da prática de solidariedade. Esse significado, porém, era menos relevante em comparação com o de tribuna popular. O rádio, nesse nível de importância, ganhava evidência, chegando ao ponto de ser posicionado pelos ouvintes na condição de plataforma reivindicatória e até mesmo como substituto das instituições, porque adquiria o poder de solucionar os problemas comunitários. Nesse sentido, a marca da tribuna popular, ainda que restrita pela censura, era bem dimensionada pelos entrevistados no sentido das aspirações coletivas da audiência.

Fonte de informação e aquisição de conhecimento foram duas marcas de significado presentes. Na ausência dos meios impressos e da internet, o rádio era tomado como referência para a formação cultural e o crescimento pessoal, como meio instrutivo e educativo, ganhando, de certa forma, uma dimensão oracular. Para além do conhecimento enciclopédico, registrou-se também o significado do rádio na apreensão da realidade e na movimentação das opiniões sobre os fatos. Os relatos também possibilitaram acentuar o significado do rádio no processo de integração e sociabilidade midiática, como meio de ruptura do isolamento das regiões longínquas do Maranhão. A vida cotidiana dos bairros de São Luís transbordava para os programas jornalísticos de rádio AM. Dessa forma, a participação da audiência incorporava o sentido do rádio como tribuna da urbanidade. Os ouvintes faziam o papel de parlamentares informais, reivindicavam, fiscalizavam e propunham. De certa forma, incorporavam as funções das autoridades, mesmo que não instituídos oficialmente.

Diante da carência dos ambientes formais de debate sobre a cidade, os ouvintes reinventavam o legislativo municipal, transformando o rádio na caixa amplificadora da política contida, feita a portas fechadas nas sedes dos parlamentos.

6.4. MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAR DOS PROGRAMAS

O ritual de ouvir tinha um ponto de ruptura, quando a audiência deixava de ser passiva e passava a pulsar na fronteira entre a produção e a recepção. Nos relatos dos entrevistados, a motivação para participar dos programas refletia um conjunto de

entendimentos sobre o papel dos ouvintes na produção de conteúdo nos programas jornalísticos. Pedro era impulsionado pelas críticas à “falta de gestão pública municipal, estadual e federal” e pelo desejo de “ver a saúde, educação, segurança e infra-estrutura melhor”, por isso exercia a audiência ativa como forma de “cobrança e fiscalização através do rádio.”

André definiu-se como aquele que “ouve mais do que fala”, por isso preferia usar muito mais as mensagens de celular (SMS) como forma de participação. Ele considerava sua intervenção nos programas uma forma de ajudar a comunidade, porque expressava “a vontade de muita gente”. Sua motivação de representar o outro através do rádio era baseada no entendimento de que conseguia “amenizar o sofrimento das pessoas com o desabafo que faço.”

Francisco chegava a participar em média cinco vezes por dia, sempre falando ao vivo por telefone, em diferentes programas, impulsionado pelo debate sobre a cidade, o estado e o país. No rádio, “o povo tem acesso, pode colocar seus anseios”, explicou. Sua motivação às vezes era provocada pela fala de outro ouvinte “quando o assunto é interessante ou quando não concorda com a pessoa que está falando.” João considerava-se um tipo de ouvinte que participava pouco, ouvia mais do que falava e tinha maior interesse em obter informações. Felipe participava porque gostava e era atraído pelas possibilidades de obter retorno sobre as reivindicações feitas nos programas:

A primeira coisa que me motiva em si é o gostar (de ouvir rádio AM). No rádio a gente consegue, através da ajuda de outros ouvintes, do locutor e das autoridades, a gente consegue encontrar soluções para os problemas que afligem a comunidade, a sociedade como um todo. É isso que me motiva. O rádio AM nos proporciona a participação, é você interagir com o locutor, você tem a oportunidade de reclamar por alguma coisa que está incomodando (o esgoto, uma lâmpada queimada na sua rua, uma falta de coleta de lixo, uma reclamação por falta de segurança), tudo isso a rádio AM nos proporciona. (Felipe, 41 anos, eletricitista)

Na interpretação de Felipe, a motivação para participar dos programas vinha da característica do rádio AM na representação e na mediação dos ouvintes junto aos gestores: “O rádio AM é um veículo sério, porque é através dele que ainda a gente consegue soluções para os problemas da gente.” Além disso, era uma ponte de aproximação com as autoridades:

O rádio AM nos proporciona ser ouvidos pelas autoridades. Você liga, diz o que está acontecendo no seu bairro, na sua comunidade. É muito mais fácil e mais viável do que você tentar marcar uma audiência com um secretário da pasta A ou B. O rádio AM chega na autoridade com mais rapidez e com a sinceridade do ouvinte (Felipe, 41 anos, eletricitista).

Bartolomeu era atraído para os programas jornalísticos pelo tema específico da política local e principalmente porque se considerava um “crítico da família Sarney no Maranhão.” Nesse contexto, ele era instigado a participar para “provocar o debate”, acentuando suas “críticas muito fortes politicamente. Por isso era elogiado e admirado pelos ouvintes, que reconheciam sua coragem para expressar opinião crítica.” Como tinha muita flexibilidade para participar dos programas, confessou que “até não entende como deixavam falar tudo.” E completou: “O rádio é o único meio de as pessoas saberem o que precisam saber.”

“Acho bacana ouvir minha voz”, exaltou Tomé, explicando uma de suas motivações para falar nos programas jornalísticos. A sensação de reconhecimento da comunidade pela sua atuação no rádio era também um impulso considerável no ativismo de ouvinte. “Ligo e cobro da prefeitura sobre as ruas esburacadas, poço de água etc porque quero o bem da comunidade”, destacou, afirmando que era procurado pelas pessoas do bairro para falar no rádio sobre os problemas: falta de água, buracos nas ruas e coleta de lixo. Sobre a vaidade com a sua desenvoltura e admiração em ser ouvinte de si mesmo, declarou: “sempre falo espontaneamente. Tenho essa vantagem. À proporção que vou falando o assunto vai fluindo. Eu não anoto nada e já estou me lembrando de outro assunto. Já tem até locutor que me chama de comentarista.”

Gostar de ouvir a própria voz também era uma das atrações de Mateus aos programas jornalísticos. Ele atuava motivado pela sensação de representatividade que o rádio proporcionava, pelo reconhecimento da comunidade, dos moradores e ouvintes que não participavam mas sempre valorizavam a sua atuação nas emissoras, estimulando que continuasse. “Falava pelas pessoas que não tinham coragem ou vontade”, destacou, afirmando que muitas providências foram tomadas a partir das reivindicações que ele apresentou, como transporte para deficientes físicos e idosos que resultaram em Ação Civil Pública e asfalto para o bairro.

É muito importante para o ouvinte aquilo que ele quer falar. Eu estava lendo um livro sobre “Como fazer amigos e influenciar pessoas”, que diz que uma das coisas mais importantes para o ser humano é o seu nome, quando alguém divulga o seu nome ou a sua fala, a sua participação (Mateus, 59 anos, comerciante).

Para Tiago, a instigação para participar dos programas “depende muito do assunto, do formigamento na minha língua”, revelou. Ele conceituou dois tipos de participação: reivindicativa e opiniosa. A primeira era relacionada aos pedidos para asfaltamento e reparos

nos buracos das ruas, abastecimento de água, consertos em geral na infra-estrutura da cidade. A segunda era concentrada principalmente nos territórios da política e do futebol.

Em princípio participei [...] incentivado pelas reivindicações para o meu bairro. Aqui não passava ônibus nem tinha asfalto. Eu fiz uma campanha com todos os prefeitos, através do rádio AM, e consegui o asfaltamento, duas paradas, linhas de ônibus... tudo isso através da força do rádio AM, dessa ligação direta no estúdio, do ouvinte em sua casa com a autoridade: deputado vereador... Já fiz pedido até para um povoado de Icatu porque os orelhões e telefones residenciais estavam fora do ar. Não é o pedido do ouvinte. É a força do rádio AM, com certeza. Se não fosse a possibilidade de nós falarmos no rádio, através do telefone, com essas pessoas que nos dirigem administrativamente, seria muito difícil falar com elas diretamente. (Tiago, 51 anos, aposentado)

Tiago também explicou que é levado a participar dos programas pelo reconhecimento dos apresentadores e dos outros ouvintes. Relatou que foi surpreendido em uma festa de aniversário por uma pessoa que o reconheceu pelas participações nos programas.

A atuação nos programas de rádio era uma extensão de outras dimensões participativas na vida de Tadeu. Ele salientou que sempre foi engajado nas atividades comunitárias, associação de moradores, organização de arraiais juninos e usava o espaço do rádio para divulgar as atividades festivas. Posteriormente, sua participação nos programas foi evoluindo para as necessidades da comunidade. “Aí eu comecei a reivindicar no rádio, depois comecei a participar de militância política e usei o rádio para colocar os projetos e as ideias e aí foi”, explicitou.

Sua principal provocação para participar nos programas jornalísticos era a preocupação social, o compromisso de melhorar a comunidade. Ele referiu-se ao contexto político, mesmo que não partidário, embora fosse filiado a uma legenda. Disse ainda que é conhecido pelas pessoas do bairro, mas não é reconhecido pelo valor social da sua atuação no rádio, porque a maioria das pessoas depende da situação política. “As pessoas acham interessante minha bravura, minha coragem, mas não fazem muita coisa para me dar suporte. Temem represália”, explicou.

O que me levou mesmo a escutar esses programas jornalísticos em que tenha a interatividade, eu digo a participação do ouvinte, é justamente a minha preocupação social, preocupação em querer melhorar o lugar que eu moro, o bairro, a rua, a cidade, minha preocupação política, mesmo que não partidária, mas a minha preocupação política e social. Eu fico indignado com as mazelas criadas por uma elite podre que sequestra, eu diria assim essa palavra sequestra a gestão pública através do poder [...], através da força do capital, do dinheiro, manipulando pela comunicação, pelo uso dos meios de comunicação controlados pelos políticos de situação, todos eles detêm as concessões tanto dos meios de comunicação televisiva quanto a questão da radiofônica e até escrita. (Tadeu, 55 anos, serigrafista).

A participação constante nos programas tornou a sua voz uma marca sonora identificada entre os apresentadores e ouvintes. “Mesmo que eu mude o nome, a minha voz é reconhecida”, decifrou Tadeu.

O combate e a crítica às injustiças despertavam a indignação do ouvinte Simão. Ele também foi levado a participar dos programas porque encontrava nos locutores e nos ouvintes a chance de “aprender e dividir com as pessoas e saber também como falar, porque afinal de contas você está sendo ouvido em qualquer lugar.” A cidadania e o combate às injustiças o impulsionavam:

Sempre que vejo injustiças em qualquer local eu procuro usufruir do direito que temos de liberdade de imprensa. Sempre que tiver uma brecha, a gente entra no ar. De repente você pode até se tornar um repórter de rua. O rádio ajuda muito politicamente, desde que o ouvinte saiba participar e saber dizer o momento certo na hora certa (Simão, 40 anos, professor).

Tocado pelo desejo de questionar os valores estabelecidos e de mudar a realidade, José via nos programas de rádio uma plataforma de ativismo filosófico e político, mesmo que não partidário. Sentia-se no dever de interagir com o público e os comunicadores das emissoras, através de uma participação ativa, fundamentada no compromisso de engajamento histórico. Nesse entendimento da perspectiva transformadora, sentia-se provocado a atuar no rádio como a agente transformador, imbuído da responsabilidade e do dever de ajudar as pessoas mais pobres que não tiveram acesso ao conhecimento formal. Para além da ajudar, do trabalho colaborativo no rádio, José vislumbrava a perspectiva revolucionária, objetivando polemizar e despertar a consciência das massas, a partir das ideias:

Quero participar de maneira ativa, opinando, ser de fato um formador de opinião para fazer com que a sociedade que é tão marginalizada de conhecimento tenha interatividade, faça reflexões, análises e o rádio é muito popular nesse sentido porque atinge todos os segmentos da sociedade. Eu, propositalmente, ao invés de ficar fazendo uma militância mais partidária, prefiro essa militância radiofônica porque o nível de abrangência no rádio é maior e o alcance das minhas palavras vai ecoar de maneira mais abrangente (José, 46 anos, professor).

As situações do cotidiano e a historicidade ataçavam a pulsação participativa de Jesus. Os programas jornalísticos, explicou, possibilitavam um panorama dos acontecimentos da cidade, a partir das situações mais simples, como por exemplo um engarrafamento, até fatos complexos como tragédias ou grandes mobilizações. A sua audiência e participação no rádio AM foram vistas ainda como uma espécie de observatório do comportamento da opinião pública, sobre como as pessoas estavam pensando e se expressando acerca de um determinado

assunto. O debate no rádio, analisou, permitia descobrir as movimentações das opiniões e conhecer a realidade.

Opinar era a sua principal motivação, levando a uma mudança da condição de ouvinte passivo a ativo. “É um desafio muito grande fazer uso do telefone para falar no rádio, dar uma opinião política sobre um assunto”, afirmou, justificando que as pessoas temem ser repreendidas ou criticadas nas suas análises.

Quando eu vejo algo que me choca e que eu penso que choca a sociedade eu faço logo o maior esforço do mundo para participar. Quando eu penso que o tema é de grande importância eu faço um esforço tremendo para dar minha opinião, até porque eu fico pensando assim....se de repente eu deixo de dar opinião eu posso estar deixando de contribuir para que a vida se torne um pouco melhor para as pessoas (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Sua constante participação nos programas também levou à sedimentação da marca vocal. Ele registrou que foi reconhecido em uma consulta, pelo tom de voz, por um médico que sempre ouvia os programas.

Ao contrário de Jesus, que preferia fazer as suas participações ao vivo por telefone, Miguel era despertado a participar esporadicamente e com mais frequência utilizando mensagens de celular (SMS). Informou que só participava uma vez por semana, era muito eventual e podia passar de uma a duas semanas sem fazer nenhuma interferência. “Tem ouvinte que é diário, não abre mesmo, o dia todo, de manhã, de tarde [...] você sente que ele vai falar a qualquer momento. Pela condução do programa [...] *fulano de tal* vai já ligar e depois ele liga mesmo. Tem esses que são contumazes mesmo. Eu não me enquadro nisso aí”, distinguiu-se.

Suas motivações eram instigadas por se sentir incomodado com o tema, no direcionamento do debate pelo apresentador ou na condução dos ouvintes. Ele também participava visando atizar outras opiniões, quando não admitia a tendência de opinião predominante ou nas ocasiões em que o debate em pauta era atravessado por uma participação de ouvinte que colocava outro tema em discussão, sem que o primeiro assunto fosse esgotado.

Isso ocorre muito. Às vezes puxa uma discussão e daqui a pouco alguém entra com outro assunto e muda [...] e aquele que [...] iniciou a discussão perdeu o sentido, quer dizer, as pessoas puxaram, saíram dele e não voltaram mais. E às vezes o condutor do programa não consegue trazer de volta para aquele leito que teria dado margem à discussão. Então eu sou mais um ouvinte que ouve do que um ouvinte que interfere mais veementemente, mas sempre que necessita eu entro, via de regra por celular, por mensagem e por email. Às vezes faço minhas observações e às vezes são comentários (Miguel, 58 anos, professor universitário).

A sua propulsão para participar decorria também do “termômetro” das outras participações. Ele era uma espécie de ouvinte vicário, observador das movimentações da audiência. À medida que o tema era colocado em discussão ele acompanhava a movimentação das análises e opiniões, até que fosse contemplado. Caso contrário, interferia. Ouvia e analisava os discursos mensurando até que ponto sua posição estava dita ou incompleta. Neste último caso, passava da condição de ouvinte passivo para um processo de intervenção no programa:

Eu gosto muito de observar qual o nível [...] à medida que uma temática é colocada em discussão eu gosto de ficar prestando atenção no modo como ela vem sendo tratada. Então muitos ouvintes acabam contemplando a minha fala [...], mas quando o assunto continua me incomodando, aí sim eu passo uma mensagem ou interfiro logo diretamente. [...] Eu gosto quando tem o debate, quando tem posições dicotômicas, antagônicas totais e isso suscita que outros participem. Aí eu gosto disso porque o que falta para nós ouvintes de rádio é a consciência do papel de um veículo desse, assim uma consciência de cidadão mesmo (Miguel, 58 anos, professor universitário).

O rádio ligado em casa sempre foi hábito do pai de Paulo, um militar aposentado, mas restrito apenas à escuta. Com o tempo, Paulo percebeu que as pessoas telefonavam para participar da programação e foi despertando o interesse em fazer o mesmo. Aos 18 anos de idade envolveu-se com associações de bairro e percebeu o potencial do rádio para ampliar a sua militância.

Quando eu escutei os programas e via que as pessoas ligavam para reclamar e solicitar do poder público, despertou esse interesse para participar dos programas de rádio AM. Foi pela necessidade da comunidade, do bairro, havia uma série de questionamentos da população (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

Além de participar dos programas havia a conversação sobre os assuntos debatidos entre os moradores. “No bairro se reuniam para bater papo e pensar nas necessidades, daí surgiu a necessidade de participação no rádio. Comecei no final de 1980 e de lá pra cá escutando rádio AM e participando de todos os programas, mais programas políticos, de interesse social e policiais”, detalhou.

Atiçado pela necessidade de denunciar e pedir providências ao poder público nas suas três esferas (municipal, estadual e federal), Paulo participava dos programas jornalísticos despertado no cotidiano do bairro, nas carências das comunidades, refletidas nos maus tratos no atendimento dos serviços (Previdência, Saúde, Fazenda, Segurança etc). As denúncias sobre a negação dos direitos dos cidadãos estavam sempre no foco das pulsações participativas.

Então, quando a gente presencia um fato, olha algum tipo de coisa dessa, de maus tratos, principalmente a pessoas idosas, aí a gente corre, pega o telefone e liga para um programa de rádio AM, pode ser pela manhã, pela tarde, ou no policial ou no programa que é só política e denuncia o descaso contra a pessoa, pode ser o idoso, o deficiente, a questão da infra-estrutura do bairro, o que é que tá acontecendo, o que tá se passando (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

O ato de participar estava associado à realidade cotidiana dos ouvintes nos bairros, fruto da conversação sobre o dia a dia, a realidade vivenciada com seus problemas e a busca de soluções. Os programas jornalísticos funcionavam como desaguadouro das necessidades dos ouvintes, que saíam da condição de passividade. Paulo destacava duas plataformas de participação, condicionadas ao nível de complexidade dos assuntos a serem tratados. Para temas simples, que requeriam apenas informações pontuais, usava mensagens (SMS) ou aplicativos de celular para envio de texto ou as redes sociais. Nos temas de maior envergadura, necessitando de exposição ou argumentação mais consistente, ele preferia telefonar e falar ao vivo.

Vamos dar um exemplo: segunda-feira, ao chegar em casa, eu liguei no programa do Gilberto Lima, Comando da Noite. Estavam discutindo sobre a questão do artigo 81, parágrafo 1º da Constituição, que fala da questão da cassação e do término do mandato da pessoa, por exemplo, como agora nós estamos num imbróglio. Se a Roseana Sarney renunciar tem que ter uma eleição indireta em 30 dias. E é nos dois últimos anos do mandato. Então esse assunto, como era muito longo, extenso e teria que explicar de acordo com a Constituição e o projeto de lei de uma emenda constitucional que tramita em uma comissão mista lá no Congresso Nacional, então eu tive que ligar para participar (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

Os níveis de participação de Paulo projetavam dois degraus: crítica e apontamentos de solução para resolver o problema colocado. “Eu critico, mas também dou a solução, porque a gente vê muitos colegas que criticam, criticam mas não dão solução nenhuma. Então essa é a minha linha de raciocínio quando eu participo de rádio AM”, evidenciou. Ele costumava participar diariamente, dependendo do assunto, através de mensagens de texto ou ao vivo nos assuntos que requeriam mais elaboração.

Motivação coletiva também impulsionava a audiência. Jesus considerava que as pessoas poderiam agir por imitação, ou seja, sentirem-se estimuladas a participar porque ouviram outras pessoas falando no rádio. Nessa forma de pensar, ele revelou que sempre estimulava os colegas de trabalho a ouvir e telefonar. Divulgando os números, horários e os modos de sintonizar as emissoras, ele procurava disseminar entre as pessoas com as quais convivia o papel do rádio como ferramenta capaz de estimular a resolução dos problemas vivenciados no dia a dia:

Eu falo com meus colegas no local de trabalho, eu divulgo o número do telefone. Quando a pessoa me procura um assunto eu digo liga para a rádio tal, horário tal, vai lá. Resolve. Porque eu sei que o rádio é um canal. O rádio ele funciona, por exemplo, aquilo que o Ministério Público não é provocado, o rádio pode provocar. Aquilo que a Justiça não fez, o rádio pode fazer (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

A motivação para participar tinha a predominância da ação política dos ouvintes. Eles viam nos programas jornalísticos um espaço de debate sobre a cidade, no qual podiam criticar a gestão pública, cobrar os administradores e legisladores, fiscalizar as iniciativas tomadas e buscar melhorias. Na quase totalidade, os ouvintes eram motivados pela indignação com o funcionamento dos serviços públicos e participavam dos programas impulsionados pela possibilidade de ajudar as comunidades, visando obter retorno pelas cobranças feitas nos programas. Assim, os ouvintes percebiam nos programas uma forma de aproximação com as autoridades, visando reivindicar melhorias para mudar a realidade dos bairros e da cidade como um todo.

Os ouvintes eram motivados também pela sensação de representarem as outras pessoas ou comunidades. Nessa motivação, estava embutido o desejo de visibilidade que a participação nos programas de rádio proporcionava. Isso se traduzia nos dizeres sobre o envaidecimento ao ouvirem a própria voz ou serem reconhecidos pelos apresentadores ou em ambientes externos ao rádio. A busca de reconhecimento dos ouvintes não visava apenas os locutores. Os participantes buscavam ser reconhecidos pelo conjunto da audiência - os outros ouvintes que costumavam falar nos programas. O reconhecimento e a visibilidade eram buscados nas formas de participação, geralmente voltadas para provocar o debate e o acirramento das opiniões, refutar ou reiterar a fala dos outros ouvintes, provocar o conflito de ideias e expressar uma tendência política como forma de se distinguir na comunidade dos participantes.

Debater a cidade era também um transbordamento das outras dimensões participativas nos bairros, em associações comunitárias e culturais onde os ouvintes já atuavam. A motivação de pautar os assuntos da urbanidade e buscar o reconhecimento dos apresentadores e dos outros ouvintes constituía também um certo ativismo político e filosófico, fruto da indignação diante da realidade, especialmente as injustiças econômicas e sociais que afetavam as outras pessoas. A motivação, portanto, sistematizava um transbordamento do cotidiano para os programas jornalísticos.

A ação da audiência refletia uma prática cultural negada ou pouco exercitada pelos fóruns institucionais - a exemplo da Câmara de Vereadores e dos poderes executivos (estadual e municipal) - ausentes, distantes ou negligentes no dia-a-dia da cidade. Os ouvintes telefonam para reivindicar, cobrar, criticar, desabafar, lamentar, sugerir, reclamar, fazer apelos, debater, dialogar, buscar aconselhamento, pilheriar, ironizar, sugerir, propor, colaborar, contrapor, concordar, suscitar novas argumentações, indignar, confortar, buscar e praticar solidariedade; enfim, um caldeirão de temas disponibilizados na teia informativa, interpretativa, analítica e opinativa que perpassava a produção do discurso radiofônico.

6.5. TEMAS ABORDADOS E REPERCUSSÃO

O relato dos entrevistados sobre os temas tratados dava a dimensão das demandas apresentadas diariamente pela audiência nos programas jornalísticos, predominando os assuntos relacionados ao cotidiano da cidade. Raramente os motes de interesse individual eram postos em pauta, reiterando a dimensão coletiva dos programas.

Pedro, aposentado, costumava falar sobre a situação do funcionalismo público estadual, mas era também um vigilante acerca da situação do bairro onde morava, sempre denunciando nos programas as carências relacionadas a limpeza, asfalto, iluminação pública etc. André priorizava assuntos sobre educação, saúde e falta d'água, este último um problema constante no seu bairro. Nas suas participações, confessou ter obtido retorno em algumas reclamações sobre o atendimento das ambulâncias do SAMU, segurança pública (solicitação de viatura da Polícia Militar para atender a um chamado) e coleta de lixo. Francisco tinha preferência pelos temas relacionados a transporte público (mobilidade urbana), educação e saúde, mas revelou nunca ter obtido resultado nas reivindicações que fez no rádio.

Para João, algumas situações colocadas por ele no rádio, solicitando serviço de tapa-buraco e manutenção de esgoto a céu aberto, geraram providências da Prefeitura e da CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão). Ele disse que era reconhecido pelas pessoas que sabiam da atuação dele no rádio, funcionando como um agente que sempre tinha a capacidade de falar nas emissoras. “O ouvinte é alguém que agrega, que traz, que colhe a matéria-prima desses programas. Eles recolhem aquilo que é o amago da programação, aquilo que faz com que a própria emissora e os ouvintes estejam ligados no mesmo tema”, explicou.

Felipe destacou um elenco de temas sempre recorrentes nas suas participações: esgoto a céu aberto, coleta irregular de lixo, iluminação pública precária que acabava provocando a falta de segurança. Ele registrou que já obteve resultados a partir das cobranças feitas no rádio, destacando um “esgoto crônico” nas proximidades da sua casa. “Fiz várias ligações e a CAEMA veio desobstruir. O rádio AM nos possibilitou isso”, enfatizou.

Filosofia, sociologia, religião e política, dependendo do assunto do dia, estavam no cardápio temático de Bartolomeu. Ele disse ter preferência pelos apresentadores que considerava “mais preparados”. Na maioria das vezes falava espontaneamente, mas quando era um assunto mais complexo, anotava os pontos importantes, fazendo uma espécie de roteiro antes de telefonar. Confessou que não se sentia à vontade para falar sobre religião e nunca teve resultado nas reivindicações feitas no rádio.

Tomé traduziu assim a sua preferência temática: “Me chamam de polêmico no rádio, mas eu não me fixo só em um assunto. O que mais me move é política. Eu gosto muito. Se tivesse condições eu seria um político. A política é o assunto que dou meu recado melhor. Sei de muitas coisas, faço pesquisa.” Revelou que não é filiado a nenhuma legenda, mas pretende ingressar em um partido “para ter mais autoridade para falar”, embora não queira ser candidato a vereador ou deputado. Detalhou que o seu perfil polêmico no rádio já rendeu-lhe duas ameaças, através de telefonemas anônimos. “Ligaram no meu celular e disseram que iam cortar a minha língua porque eu falo muito”, contou.

A participação de Mateus era ampla, de acordo com o tema que estava em pauta nas emissoras. Ele disse que sempre abordava situações palpáveis e nunca fazia denúncias vazias, sem provas nem fundamentos. Afirmou que muitas vezes a sua fala sobre problemas do bairro gerava pauta nas emissoras de rádio ou televisão. E cobrou: “Precisamos de programas mais instrutivos, com a participação de promotores, advogados, temas que envolvam direitos e deveres das pessoas.”

Tiago também gostava de falar sobre política. “Minhas opiniões são muito contestadas e polêmicas, por causa do meu posicionamento filosófico em termo de política aqui no Brasil”, disse, qualificando-se de “direita” e defensor da ditadura militar. “Às vezes o programa está até meio morno e quando eu toco nesse assunto fico muito satisfeito comigo mesmo e a polêmica é instalada, a coisa esquenta e a participação passa a ser muito voluntariosa. Já tive grandes embates no rádio através desse tipo de assunto (defender a

ditadura militar)”, orgulhava-se. O acirramento com outros ouvintes sempre ocorria também no futebol. Torcedor do Moto Clube, costumava ligar para as emissoras dando opiniões, arriscando o placar de partidas importantes e muitas vezes provocando a torcida adversária do Sampaio Corrêa.

Nas suas participações, costumava evitar o assunto “direitos humanos”. Em sua forma de ver, “só os criminosos têm direitos. Na época da boa ditadura não era assim.” Quanto à obtenção de resultados diante das reivindicações apresentadas, lembrava de dois episódios.

O secretário de Trânsito e Transportes estava ouvindo o programa e ligou imediatamente para a emissora, dizendo que ia tomar providências. Por duas vezes o mesmo secretário atendeu às reivindicações do ouvinte. Uma delas foi a pedido de uma amiga. Isso mostra a força do rádio AM, porque se não fosse essa oportunidade de falar pelo rádio seria muito difícil chegar a elas nos gabinetes (Tiago, 51 anos, aposentado).

Tiago era morador das proximidades de uma comunidade tradicional denominada Vinhais Velho, onde havia sítios arqueológicos reconhecidos por pesquisadores, mas não valorizados pelo poder público. O Vinhais Velho ficou no centro de uma polêmica sobre a desapropriação de uma área onde moravam populações tradicionais, que seriam desalojados para a construção de uma avenida, a Via Expressa, durante o governo Roseana Sarney (2011-2014). Houve resistência dos antigos moradores e de entidades dos movimentos sociais para evitar a desconfiguração do patrimônio arqueológico e preservar os sítios dos antigos habitantes da vila. Tiago disse que apelou ao rádio para fazerem uma reportagem sobre a referida comunidade e dessem oportunidade aos moradores para se pronunciarem na matéria. “A partir de então esse assunto passou a ser muito explorado na mídia, principalmente no rádio AM”, celebrava.

Já a participação de Tadeu nos programas jornalísticos era rodeada de altos e baixos.

Os problemas continuam os mesmos, a falta de aplicação de recursos públicos pelos gestores em saneamento, coleta de lixo, ensino e saúde, que é primordial. Já houve alguns casos que reivindicamos e denunciemos e teve eco, efeito: restauração do asfalto, coleta de lixo, iluminação pública e segurança. A gente “batia” muito na falta de policiamento no bairro e conseguimos um *trailer* da PM (Tadeu, 55 anos, serigrafista).

Ele comemorava seu ativismo na mobilização com o objetivo de preservar uma área verde no bairro vizinho ao seu e que esse tema teve grande repercussão nos jornais impressos e na televisão, devido às suas colocações no rádio.

Descaso com o interesse público e acessibilidade eram os principais temas abordados por Simão. Ele recomendava que os assessores de comunicação dos parlamentares e dos gestores ouvissem mais os programas de rádio AM, porque seria uma forma de lidar com o povo e saber como tratar as pessoas.

“A política é a atividade que determina todas as outras atividades da humanidade”. Com essa máxima, José justificou o seu interesse por temas políticos durante as suas participações. Ele disse que preferia falar ao vivo, mas sempre utilizava também as mensagens de texto por celular (SMS). Nessas ocasiões, era sintético. Quando falava, se estendia mais. Sua rotina de ouvir rádio e falar nos programas passava por uma preparação. Na sua mesa de trabalho, em casa, o rádio dividia espaço com livros, jornais e revistas. Sua intervenção era feita a partir das leituras e da audiência dos programas, percebendo as falas dos outros ouvintes e a mediação dos apresentadores, abordando o tema tratado no momento ou colocando outro, com o objetivo de influenciar no conteúdo. Ele começava a ouvir a partir das cinco horas da manhã e disse que sua esposa e filha também gostavam dos programas de rádio AM.

Entre todos os temas tratados, José evitava falar sobre religião e principalmente sobre a Igreja como instituição política e administrativa para não “criar hostilidade ou ferir os ouvintes na sua crença”, destacou. “Algumas pessoas que são participantes no rádio têm feito elogios à minha participação e dizem que minhas palavras criam eco no rádio”, orgulhou-se. Lembrou também que já fez intervenções sobre o funcionamento do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e a sua fala argumentativa com o apresentador acabou provocando a entrada ao vivo do diretor do Detran para debater o assunto. Nesse episódio, registrou que o apresentador tentou blindar o diretor, fazendo a defesa da sua gestão, mas os seus argumentos de ouvinte preponderaram. Apesar de ter uma intensa participação nos programas, explicava que na rua onde mora não tem visibilidade como ouvinte atuante no rádio. Porém, enfatizava que fora do bairro a repercussão da sua prática de ouvinte era maior, principalmente entre os formadores de opinião. “Fiz algumas colocações, que eu até escrevi, pontuei, e em seguida recebi elogios de pessoas que chegam a dizer que eu sou um pensador e que minhas palavras têm poder de levar as pessoas a fazerem reflexão”, grifou.

A representatividade do ouvinte de rádio atuante nos programas era um destaque presente em vários entrevistados. O ato de participar e debater os problemas da cidade, apresentar críticas e propor soluções, muitas vezes enfatizando discordâncias com o

apresentador, tinha um duplo efeito: satisfazia o ego de quem falava e gerava uma teia de reconhecimento no conjunto da audiência. O ouvinte falava para si, mas sobretudo para o outro, porque objetivava ser reconhecido pelo conjunto da audiência. O relato de José, ao orgulhar-se da eficácia das suas participações, sendo prestigiado e alçado à qualidade de pensador, reforçava a percepção do ouvinte gerador de conteúdo nos programas jornalísticos. Isso acontecia quando a fala ia além de contribuir com uma informação sobre o trânsito ou uma denúncia sobre os buracos da cidade, por exemplo. No diário de escuta, era comum perceber a eloquência dos participantes para discorrer sobre temas de atualidades da política nacional e até os conflitos no Oriente Médio ou comentários fundamentados sobre decisões jurídicas no Supremo Tribunal Federal (STF), geralmente feitos por advogados, professores ou variados tipos de ouvintes embasados nos assuntos em discussão.

Os ouvintes buscavam, portanto, um reconhecimento entre a rede da audiência participante. Esse reconhecimento se dava pela forma como participavam, pelo conteúdo apresentado e habilidade em argumentar, reivindicar e propor. Os ouvintes inibidos sentiam-se representados pelos outros, conforme uma situação relatada por Jesus. Ele remetia a um conflito ocorrido em São Luís devido a uma ação da Prefeitura para remover os moradores de uma comunidade sob constante risco de alagamentos e inundações, situado na área Itaquí-Bacanga, conglomerado de aproximadamente 60 bairros. Os moradores interromperam o tráfego de veículos na ponte sobre a barragem do Bacanga, gerando transtorno no trânsito e muita repercussão nos meios de comunicação. O protesto repudiava a remoção dos moradores e reivindicava melhorias na área onde já estavam habitando há bastante tempo. Estabelecido o conflito, o tema foi amplamente noticiado e debatido nos programas de rádio porque agravou a situação do fluxo de carros, ônibus e caminhões na principal via de acesso a muitos bairros, ao campus da Universidade Federal do Maranhão, ao porto do Itaquí e ao terminal de *ferry-boat* do Cujupe. O processo de remanejamento envolvia também um polêmico e demorado projeto de urbanização da bacia do rio Bacanga, onde já foram consumidos muitos milhões de recursos públicos sem resolver os problemas de alagamentos e infra-estrutura dos bairros que deveriam ser contemplados com a obra de urbanização.

Jesus contou que a sua participação em um programa, defendendo os interesses dos moradores, repercutiu não só no meio radiofônico como na relação interpessoal, quando foi interpelado no dia seguinte por um flanelinha, morador de um do bairro envolvido no conflito

de remanejamento. Segundo Jesus, o flanelinha reagiu assim, ao encontrá-lo na rua, no dia seguinte:

Eu tava ouvindo o programa ontem à noite e fiquei muito feliz. Você falou o que eu queria falar. O pessoal quer tirar a gente de lá e não quer realmente colocar a gente em um local adequado. E tu tem razão no que tu falaste lá. Eu tava querendo telefonar mas não tinha condições de ligar pra lá. E quando tu falou aquilo ali me emocionou. (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória)

A teia de reconhecimento dos ouvintes abrangia tanto a audiência falante quanto aquela que fazia uma torcida silenciosa e sentia-se contemplada na participação dos outros. Esse era o sentido da dupla representatividade nos programas jornalísticos. A audiência considerava-se empoderada e representada pelos apresentadores, quando acolhiam as demandas; e pelos ouvintes, que falavam sobre as necessidades daqueles que não tinham chance de participar por uma série de limitações: falta de crédito nos aparelhos celulares, demora no atendimento das emissoras devido ao congestionamento das linhas de telefone fixo, provocado pelo excesso de ouvintes tentando participar, ou mesmo inibição para falar. Para Jesus, a audiência silenciosa tinha uma explicação:

Nem todo mundo pode participar, porque não tem condições de ter um telefone para ligar e as pessoas têm muito medo de crítica, de ser criticado. Parte da população não se manifesta pelo medo de alguém criticar a fala dela. O primeiro lance para você se libertar de qualquer opressão é ter coragem de falar, sabendo que a sua fala pode ser bem acolhida ou mal acolhida. Depende de como as pessoas vão entender o que você está falando. É preciso que as pessoas tenham sobretudo coragem de dizer o que sentem, de forma honesta, sem medo de alguém criticar. Às vezes você não tem o português correto, fica com vergonha, mas tem que falar. A partir do momento que você exercita o direito à fala, que é uma conquista universal, a linguagem, você vai superando muitos desafios na sua vida e um deles é o direito de expressar os seus sentimentos (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Ele reconheceu que através da sua participação nos programas já obteve retorno em várias situações, através da cobrança de responsabilidades junto às autoridades. Lembrou de apelos bem sucedidos para a realização de cirurgias de duas pessoas que estavam aguardando muito tempo nos procedimentos burocráticos dos hospitais. Recordou a resolução de problemas de estrutura de ruas e avenidas e até questões trabalhistas.

Uma juíza ia suspender o processo de pagamento de uns trabalhadores e eu liguei um dia antes, denunciei que não cabia a ela fazer isto, cabia a ela fazer a execução da empresa e os valores e não ela fazer um procedimento que evitasse o pagamento do pessoal e ela acatou aquilo e foi pago. Recentemente também fiz uma participação questionando a forma como foi feito o concurso da Prefeitura, o seletivo da educação; e depois eu escutei o secretário de Educação dizendo que ia corrigir e que realmente vai fazer o concurso (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Jesus exemplificou uma campanha de solidariedade destinada a ajudar uma pessoa necessitada de tratamento médico. A campanha, a princípio, tinha o objetivo de angariar recursos para custear as despesas. No entanto, Jesus telefonou para a emissora e explicou que o paciente tinha direito ao tratamento pelo SUS em outro estado, com as despesas custeadas pela Secretaria de Saúde do Maranhão. Após a sua intervenção, a assessoria do secretário de Saúde do Estado telefonou para a mesma rádio informando que estava disponível para resolver o problema porque o paciente tinha direito ao tratamento.

Além dos resultados obtidos diretamente no rádio, os ouvintes relataram que algumas intervenções provocavam pautas em outros meios de comunicação. Isso era mais comum nas rádios vinculadas aos conglomerados de mídia onde existiam também portais de internet, jornal impresso e canal de televisão. Conforme dito anteriormente, as denúncias disponibilizadas pela audiência eram monitoradas tanto pelas assessorias de comunicação dos gabinetes de vereadores e deputados quanto pelas secretarias municipais ou estaduais, além das empresas que faziam o trabalho de escuta dos programas (*clipping* radiofônico) e repassavam os conteúdos aos seus clientes.

A convite das emissoras, os secretários municipais ou estaduais, quando entrevistados, eram inquiridos não só pelos apresentadores. Os ouvintes também faziam perguntas e cobranças, conforme recordou Miguel:

Lembro que eu liguei por conta da via que hoje foi beneficiada que liga o Barramar com Recanto dos Nobres, Cohaserma, Parque Atenas... uma via fundamental, que era só lama e buraco. E aí aproveitei. O secretário tava lá, eu liguei e aí olha isso aí seria uma pequena obra, mas de grande vulto porque permitiria o contato imediato com duas regiões de altíssima voltagem de circulação de pessoas. E aí... não é porque eu tenha falado, normalmente já estava em vias de ser feito, mas com o tempo depois aquela via passou a ser beneficiada eu achei muito interessante isso e assim outra coisinha pontual aqui que a gente encaminha. Algumas não são feitas como deveria (Miguel, 58 anos, professor universitário).

A situação da cidade estava entre os principais temas disponibilizados pelos ouvintes ao longo da programação diária das emissoras. Esse recorte manifestava-se fartamente nos relatos dos entrevistados. Além das entrevistas, o diário de escuta também possibilitava acompanhar situações em que a audiência expressava conhecimento sobre a vida urbana e das comunidades rurais da ilha de São Luís. O efeito cumulativo das demandas apresentadas pela audiência gerava uma somatória de reivindicações de diferentes pontos da cidade e sobre os mais variados assuntos. Havia também os recortes sobre temáticas específicas, sempre que

alguma autoridade (gestor municipal ou estadual) era entrevistado em alguma emissora e a palavra era franqueada aos ouvintes para fazerem perguntas ou cobranças.

Quando o problema era comum, abrangendo uma grande quantidade de pessoas, a reclamação coletiva desembocava em um caso focado. “Já fiz várias observações e algumas delas foram feitas, não necessariamente porque eu fiz, mas engrossando o coro de muitos dos descontentes”, acentuou Miguel. Ele também revelou que telefonava para informar as emissoras sobre problemas de trânsito que podiam gerar transtornos, como obstruções de vias causadas por choque de veículos. Esse tipo de comunicado, seguido de pedido de providências, era feito às emissoras porque elas tinham capacidade de orientar os motoristas e, ao mesmo tempo, demandar as assessorias de comunicação dos gestores responsáveis.

O crescimento demográfico de São Luís, agregando novos bairros e ocupações irregulares, sem planejamento e infra-estrutura, ampliou o espectro de demandas para a gestão pública. A cidade ultrapassou a faixa populacional de 1 milhão de habitantes e a precariedade dos serviços públicos ampliou as cobranças sobre os prefeitos e o Governo do Estado. O rádio reivindicativo seguia como plataforma aberta à audiência, mas, segundo Paulo, havia uma linha divisória em relação a outro período, quando a tomada de providências era mais ágil. “Ultimamente não está surtindo efeito nem rádio nem televisão. Antes a reportagem ia lá, pautava e eles davam solução”, comparou.

A totalidade dos ouvintes entrevistados tinha conhecimento de que os programas eram monitorados pelos órgãos governamentais. Eles sabiam, portanto, que os temas abordados nos programas chegavam aos assessores ou diretamente aos gestores. Pela escolha dos assuntos, os ouvintes falavam indiretamente com a Prefeitura, o Governo do Estado, o Ministério Público, o Judiciário e os(as) parlamentares municipais e estaduais. Os temas, por sua vez, refletiam principalmente a situação da cidade, de modo especial a infra-estrutura e serviços; respectivamente, asfalto e saneamento, transporte público e saúde. Os assuntos disponibilizados pela audiência estavam formatados em cobranças e busca de soluções para as denúncias apresentadas nos programas. A escolha do repertório condensava a ebulição do cotidiano. Os ouvintes falavam sobre aquilo que os afligia ou atingia as outras pessoas. Nesse sentido, a política estava no âmago das participações da audiência, porque implicava no agendamento do interesse coletivo dos moradores da cidade.

A inserção de um tema, na forma reivindicatória, era sempre associada à busca de uma solução e, ato contínuo, à conquista do ouvinte de ter o seu reclame atendido pelas autoridades. À busca de soluções seguia-se o mérito, o reconhecimento dos seus pares (audiência) e dos apresentadores. O prestígio era buscado também na disposição de temas polêmicos, que instigavam a disputa de ideias. Canalizar o antagonismo, animando os programas, era um dos objetivos na escolha dos assuntos.

Ao mesmo tempo, havia o cuidado de não tocar em temas delicados, como a religião. Havia aí um senso de responsabilidade dos ouvintes para não ferir as suscetibilidades do público. Os ouvintes também buscavam, através dos temas inseridos no rádio, despertar o interesse dos outros meios de comunicação para produzirem reportagens sobre os assuntos colocados. Vislumbravam assim ampliar a repercussão dos problemas e avolumar as reivindicações, ajudando a pressionar as autoridades.

Para além dos principais temas relacionados a infra-estrutura e serviços, o repertório dos ouvintes incluía outros assuntos como a prática de solidariedade, não em forma de campanhas assistencialistas, mas na crítica ao funcionamento dos serviços públicos visando corrigir defeitos e atender à população. Exigentes, os ouvintes cobravam programas mais instrutivos, com a participação de especialistas para tratar de temas específicos.

Os temas abordados e a repercussão, na visada dos ouvintes entrevistados, reforçaram o sentido do rádio como tribuna popular e parlamento informal.

6.6. RELAÇÃO COM O APRESENTADOR

Todos os ouvintes entrevistados tiveram a mesma síntese sobre o controle dos meios de comunicação por grupos políticos. Extensivo às emissoras de rádio, o domínio das concessões, segundo os ouvintes, influenciava na linha editorial dos programas, que passavam a imprimir na produção as versões adequadas aos interesses dos proprietários da empresa. Mas, aquilo que podia parecer uma obviedade – as rádios reproduziam as ordens dos donos, direta ou diretamente consorciados a interesses político-eleitorais – nem sempre encontrava assento nas operações diárias de um programa jornalístico com as características das emissoras de rádio AM em São Luís.

Os apresentadores, por sua vez, convergiam na definição de que eram porta-voz e mediadores dos anseios da audiência, reconhecendo a sua responsabilidade, importância

social e a força dos programas jornalísticos junto aos gestores públicos, a ponto de o próprio prefeito de São Luís telefonar para uma emissora e dialogar ao vivo com um ouvinte. Segundo relato de um dos âncoras entrevistados:

Agora recente o próprio prefeito da cidade ligou um dia aí. Estava tendo uma demanda e ele ligou para explicar para um determinado ouvinte que estava reclamando de uma determinada obra e o prefeito disse assim “eu estou indo pra lá, estou chegando lá agora para começar a obra agora”. (Pinheiro, 2015)

O relato acima foi confirmado no diário de escuta, evidenciando a repercussão das ações reivindicatórias da audiência. Do ponto de vista da produção, os ouvintes atribuíam aos apresentadores um nível de confiança e credibilidade que os elevavam à condição de solucionar os problemas das administrações públicas. Um dos apresentadores refletia sobre esse entendimento:

A gente tem uma responsabilidade muito grande. [...] A pessoa que está ouvindo lá do outro lado deposita tanta confiança em você que ele acha que liga para você e vai resolver um determinado problema, que aquilo ali pode ser resolvido, embora a gente saiba que é uma situação muito mais complicada para se resolver alguma coisa. (Pinheiro, 2015)

O apresentador preocupava-se com o entendimento sobre a função do rádio na posição de substituir a gestão pública. Na sua interpretação, o cidadão deveria ter acesso direto às instâncias administrativas. Como isso não acontecia, os programas jornalísticos serviam como lugar de canalização dos problemas vivenciados pelos moradores da cidade e busca de solução para as demandas.

Como há uma ausência do poder público em muitas áreas e a sociedade não consegue ter acesso aos gestores públicos para ser atendida, seja lá um buraco na rua, seja para conseguir um exame, essas pessoas acabam utilizando-se da rádio como única esperança ou a última esperança de que sua reivindicação seja atendida. Aí é que está o problema. Eu acho que a gente tem que ter o cuidado para que a rádio não tenha a presunção de substituir o gestor público. Nós por enquanto estamos fazendo esse canal. Não deveria. O cidadão deveria ter a porta aberta da prefeitura, da secretaria, do palácio, dos órgãos do governo para buscar isso. Mas infelizmente, eles, como não têm, acabam usando o rádio para isso. Acho que nesse sentido, diante da carência que a gente tem aqui e da ausência do poder público em muitas áreas eu acho que o rádio cumpre um papel extremamente importante. (Pinheiro, 2015)

Essa prática reivindicatória ocorria na contingência do controle das emissoras, assegurado na propriedade e nas vinculações político-eleitorais decorrentes da ascensão e/ou derrota dos grupos de poder na Prefeitura e no Governo do Estado, os principais anunciantes dos meios de comunicação em São Luís. A linha editorial das rádios, portanto, adequava-se a esta realidade. Porém, o cotidiano da cidade refletido e refratado nos programas de rádio não

se ajustava totalmente às diretrizes editoriais constituídas à base do interesse político. Na fronteira entre a produção e a recepção havia um campo minado por discursos ordenados e desordenados pela alteridade dos falantes. O monopólio da fala dos apresentadores era quebrado pela voz do outro – o ouvinte – convidado pela própria emissora a ingressar na teia informativa dos programas.

No encontro entre a produção e a recepção, um dos apresentadores considerava que no manancial de oportunidades e fontes de informação do público, seria precipitado considerar-se um “formador de opinião”. Ele preferia colocar sua análise para o debate com a audiência, visto que havia uma profusão de interpretações sobre as notícias, reportagens e os comentários da audiência, originários das mais variadas matizes ideológicas. A opinião do ouvinte deveria ser respeitada e costurada na dinâmica do fluxo informativo. Considerando o jogo de forças entre os interlocutores, um dos âncoras preferia dialogar com a audiência e suscitar o debate, contribuindo para formar opinião de forma livre.

Tecnicamente o apresentador tem a vantagem de ter a última palavra, porque o ouvinte dá a opinião dele, ele sai e você fica com o microfone. Se você quiser evidentemente você vai usar isso o tempo todo para favorecer e ou fazer prevalecer a sua opinião, mas eu não acho que essa seja uma boa técnica [...] Eu não escondo para você que já fiz isso [...] até com uma certa aspereza ao debate entre eu e o ouvinte nós já tivemos [...] Até quando o ouvinte é duro com você, mas se você responde com calma, com tranquilidade, ele passa a te respeitar mais [...] Acho que estamos aprendendo a debater. O país saiu de uma ditadura militar, foram anos de repressão [...] e ainda tem gente que tem medo de dar opinião. (Silva, 2015)

Ao divulgar o telefone das emissoras e solicitar a participação da audiência, os apresentadores estimulavam a conversação com os ouvintes. Estes, por sua vez, adicionavam à fala dos profissionais da emissora um leque de informações que passavam a disputar o espectro da produção: atualizações sobre o trânsito, reclamações sobre as ausências ou falhas da gestão pública, reivindicações para melhorias nos bairros, análises e interpretações acerca das decisões políticas, ironias, críticas e elogios dirigidas aos gestores e parlamentares nos níveis municipal, estadual e federal e tantos outros temas. Preponderantemente, a fala da audiência era focada nas condições da cidade.

Sobretudo, este embate opunha apresentadores e ouvintes, traduzindo o campo tensional entre a produção e a recepção. A síntese comum de que os meios de comunicação, incluindo as emissoras de rádio, eram controlados por políticos estendia-se à opinião de que os ouvintes sofriam censura nos programas. Porém, a prática da censura por parte dos apresentadores não foi compartilhada pela totalidade dos 15 entrevistados.

Pedro considerou “o corte do ouvinte” um ato de agressão. André, por sua vez, disse que nunca foi censurado e ressaltou que os apresentadores gostavam e parabenizavam as suas participações, confessando ter mudado a sua preferência de emissora para acompanhar um apresentador que “mudou de prefixo”. Francisco teve outra interpretação. Para ele, “os apresentadores fogem do debate e isso afasta o ouvinte”, justificando sua crítica nas “ligações políticas” das rádios que levavam os apresentadores a terem “posturas oscilantes” e evitarem a polêmica. Na impressão de Francisco, a censura era explícita: “Os ouvintes são cortados e destrutados quando vão de encontro aos interesses dos apresentadores ou das emissoras”, revelou. Ele fazia uma crítica especial à única emissora pública, a rádio Timbira AM, que no governo Roseana Sarney (2010-2014) “regrediu, não deixa o ouvinte falar, é apenas uma central de notícias.” João afirmou que a relação entre os apresentadores e os ouvintes estava relacionada ao grupo político ao qual o apresentador era vinculado. “Fiz uma colocação e o apresentador ficou defendendo o indefensável”, frisou. Sobre a forma de produção dos programas, acentuou:

As emissoras invertem os papéis. O ouvinte está mais como um agente produtor do que um participante. [...]. Eu posso dar um exemplo: geralmente o apresentador está falando sobre um assunto e o participante liga e fala sobre um assunto que não tem nada a ver com aquilo que o apresentador tá falando e de repente a discussão vai seguir por aquele assunto que o participante acaba de ligar (João, 42 anos, professor e guia turístico).

Felipe tinha clareza sobre o comprometimento político e editorial das emissoras. “A gente sabe que todas as rádios pertencem a um lado”, acentuou. No seu entendimento, os apresentadores adequavam-se às vinculações dos proprietários das emissoras com os grupos empoderados na Prefeitura de São Luís e no Governo do Estado. Em decorrência dessas circunstâncias, a relação entre a produção e a recepção era influenciada ao ponto de chegar à censura. “Eu já tive a infelicidade de participar de um programa e emitir tal opinião e mandaram me tirar do ar”, relatou. Embora tenha sido vetado, ele não deixou de ouvir os programas, porque o “rádio AM é uma paixão” que o acompanhava em todos os momentos: dentro de casa, no deslocamento para ir ao trabalho e ao deitar à noite. “Eu durmo com o rádio ligado”, frisou. Apesar de todo o envolvimento afetivo com os programas jornalísticos, ele fazia uma avaliação consistente sobre o posicionamento dos apresentadores no contexto de controle das emissoras por grupos empresariais e políticos:

Os radialistas dizem que são imparciais. Eu não concordo. A gente sabe que todos eles trabalham para emissoras que pertencem a determinados grupos. A gente sabe que eles têm que puxar a brasa para a sardinha deles. Se você for falar na rádio Mirante AM, que é do grupo Sarney, em qualquer programa, se você for falar mal

do grupo, é claro, uns lhe tiram do ar educadamente, outros mandam você sair do ar grosseiramente, mandam bater o telefone na sua cara e pronto. Eu não concordo o radialista dizer que é imparcial. Não é, porque jamais vão esculhambar o patrão deles, quem está pagando o salário deles. Não são imparcial. Respeito a opinião deles, mas são totalmente parciais. Defendem o lado que eles estão trabalhando. Está certo! (Felipe, 41 anos, eletricitista).

Bartolomeu tinha uma predisposição para a polêmica. “Sempre entro para fazer o contraponto, para criar uma discussão e fomentar a participação de outras pessoas para o debate ficar mais legal”, acentuou. Na sua postura de acirramento, registrou que os apresentadores geralmente discordavam dos seus posicionamentos. “Pensam que eu sou iconoclasta”, ironizava. Seu interesse maior ao participar dos programas era provocar o debate e motivar outros ouvintes a se manifestarem. Em decorrência dessa postura, contou que foi vetado em uma emissora, devido às suas críticas à Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e ao senador Edison Lobão Filho (PMDB). Na sua análise, o controle político das emissoras impedia a democracia no rádio.

Para Tomé os ouvintes tinham uma expressiva colaboração na produção de conteúdo nos programas jornalísticos, na discussão sobre os problemas da cidade e nos resultados obtidos a partir das cobranças feitas ao vivo. “Os ouvintes são tipo um termômetro. O próprio locutor fica pedindo para a gente ligar. Quando mais o ouvinte liga mais o locutor fica seguro que o programa tem audiência”, apontou. Na sua percepção de ouvinte e morador da cidade, todos os bairros de São Luís estão precários e os ouvintes ligam pedindo melhorias.

Sua reflexão sobre o diálogo com os apresentadores agregava um conjunto de sentidos da audiência participativa. O ouvinte buscava o reconhecimento não só do apresentador, mas dos outros ouvintes. Ele falava visando demarcar território no programa, agendar um assunto e torná-lo o mais comentado ao longo da transmissão. Tomé, por exemplo, orgulhava-se de ser protagonista no rádio. “Muitas vezes já puxei muitos assuntos que nortearam o programa. A minha fala serviu de rumo para o programa. As pessoas participaram sobre esse assunto que eu falei. Várias vezes isso aconteceu, em cima desse assunto que eu falei”, frisou. No seu desempenho, revelava também uma disputa de poder com os apresentadores e a conseqüente busca do *status* de representatividade adquirida pelo ato de falar no rádio, expressando as reivindicações dos moradores do seu bairro. “Tenho certeza que as minhas cobranças dão resultado porque eu bato muito e cobro”, asseverou.

A participação no rádio, para ele, passava por um processo de preparação que englobava leituras sobre temas da atualidade, acompanhamento de todos os programas

jornalísticos de rádio AM e de televisão, assim como o permanente monitoramento da participação dos outros ouvintes. O ritual de preparação para interferir nos programas elevava o ouvinte à condição de um colaborador da emissora, sem carteira assinada:

O trabalho da gente ouvinte é como repórter. Tem que ter assunto. A gente não pode só chegar e jogar conversa fora. Tem de se ligar no jornal, tem de estar lendo, ouvir outros programas e as outras pessoas para poder encaixar e no dia seguinte jogar no ar nosso ponto de vista. Não pode entrar no vazio, tem que ter base porque às vezes dá problema. A pessoa faz uma denúncia e aquilo não é verdadeiro e o cara vai querer processar. Tem que ir com base, falar certo (Tomé, 57 anos, restaurador de móveis).

Assim, os ouvintes construíam uma relação de compromisso com os programas, assumiam uma função que não lhes era outorgada pela direção da emissora, mas atribuída por eles próprios. A sensação de mérito por falar bem, se expressar com qualidade e guiar a audiência era recompensada pelo reconhecimento dos apresentadores e dos outros ouvintes. Havia uma dose de envaidecimento ao falar e, ato contínuo, obter um comentário do apresentador sobre o assunto colocado em pauta por ele, mesmo que fosse discordante. O reconhecimento vinha sobretudo da valorização da sua fala. Nesse tópico, ouvintes e apresentadores se complementavam em uma perspectiva dialógica e pedagógica: “Como eu me chamo polêmico, geralmente tem parte que concorda e outros não. Depois que eu falo o apresentador faz o comentário e diz onde eu estou certo ou não muito certo”, distinguia Tomé.

O jogo de forças entre a produção e a recepção ganhava ênfase na atuação da audiência, na capacidade argumentativa e na sustentação dos pontos de vista, tentando direcionar, influenciar e induzir os apresentadores e os ouvintes. Segundo Mateus:

A credibilidade do ouvinte, se ele for fundamentado, faz ele ser seguido por outros. Você pode modificar a opinião de determinados ouvintes que de repente estavam criticando veementemente determinado assunto e você entrar e contrarazoar, fazer uma exposição de motivos e a partir daquele momento cessar a discussão ou a participação naquele sentido. Você pode tanto desconstruir como direcionar o pensamento do ouvinte de acordo com as suas argumentações. Muitas vezes pessoas ligaram para comungar do meu pensamento, porque eu sempre procurei falar buscando fundamentos (Mateus, 59 anos, comerciante).

Porém, as divergências políticas entre apresentadores e ouvintes podiam provocar o afastamento dos participantes dos programas. Mateus chegou a ter simpatia e cumplicidade com alguns âncoras, mas considerou-se censurado e afastou-se da audiência permanente, diminuindo conseqüentemente os ritmos de participação. Ele afirmou que deixou de participar de um programa porque o apresentador colocava-se na posição de superioridade, não aceitando contra-argumentações. “Os pontos de vista dele tinham de imperar e eu discordava

porque não sou alienado e tenho as minhas liberdades constitucionais de opinião e tenho de expor aquilo que penso e não posso concordar com tudo que o apresentador diz”, expressou.

A garantia do contraditório e a tolerância com as opiniões divergentes foram dois aspectos destacados por Mateus para assegurar a pluralidade de ideias nos programas. Considerou também a formação em conhecimentos gerais e temas específicos, dando aos ouvintes capacidade de analisar as participações da audiência e emitir juízos de valor, sem serem obrigados a concordar com os posicionamentos dos apresentadores. “Eu tenho tido o privilégio de ter o silêncio do apresentador durante a minha fala e depois ele comungar da minha posição”, garantiu.

Mateus remeteu ainda à competência retórica e à fundamentação empírica da audiência no embate com os apresentadores, destacando a necessidade do conhecimento básico sobre um assunto para disponibilizá-lo à discussão em um programa de rádio. Se o ouvinte não estiver preparado para sustentar sua opinião, embasado sobre o tema em abordagem, é melhor não participar. “Quando o ouvinte faz as suas contra-razões fundamentado em fatos, então pode desconstruir o tema em pauta”, enfatizou Mateus, complementando que os apresentadores não costumavam discordar de forma radical ou absoluta sobre as colocações dele nos programas.

Mesmo tendo uma posição incisiva sobre o controle político das emissoras e, conseqüentemente, no conteúdo e na linha editorial conduzida pelos apresentadores, Mateus fez distinções entre os profissionais que ancoravam os programas de rádio. “Tem apresentadores que seguem à risca o padrão editorial da empresa e tem outros que se sentem à vontade para dar sua opinião independente da linha editorial da empresa”, separou.

A sua interpretação sobre as formas de controle nos programas incidia na censura direta, quando o ouvinte era “tirado do ar”; ou através de outros mecanismos como o registro dos números de telefones nas centrais de recepção das emissoras de rádio. A utilização das mensagens de texto também foi vista por Mateus como um dispositivo de restrição da participação ao vivo, considerando que a audiência tinha melhores condições técnicas de se manifestar através da fala, utilizando as recursos argumentativos mais adequados à oralidade secundária marcante no rádio.

Tenho a liberdade de participar de todos os outros programas, mas a priorização do SMS (mensagens de texto enviadas por telefone celular) me desestimulou. Já fiz até 47 ligações para uma emissora e não fui atendido. Isso leva a gente a fazer algumas interpretações. Eles têm bina para identificar os telefones. Será que não estão deixando falar porque a opinião do ouvinte pode ser seguida por muitas pessoas? O ouvinte é um formador de opinião. Então esse assunto que está sendo abordado pode querer desconstruir. Então qualquer problema diz que é a Oi ou a central telefônica (Mateus, 59 anos, comerciante).

Tiago, por sua vez, tinha uma interpretação mais colaborativa sobre a participação dos ouvintes nos programas jornalísticos. Porém, não descartou a criticidade e a postura agonística da audiência como fatores importantes no contexto da relação entre a produção e a recepção. Ele nunca se considerou censurado em nenhuma rádio. Os apresentadores “concordam e gostam quando eu polemizo porque o programa esquenta. A participação dos ouvintes mais ativos e ferrenhos faz o rádio AM junto com o radialista”, relevou. Disse ter uma relação afetiva com os apresentadores. “Eles ficam satisfeitos. Normalmente eles gostam da participação porque eu tiro uma dúvida”, registrou. Na sua análise sobre o conteúdo dos programas, a audiência tinha um papel relevante na geração de pauta.

Tem programas que realmente a participação do ouvinte é fundamental a ponto de levar o programa do começo ao fim, com reivindicações, opiniões, perguntas para o entrevistado. Então a importância do ouvinte no rádio AM de São Luís é enorme. Chega a ser classificada por mim como fundamental, porque existem programas que se não tivessem a participação dos ouvintes seriam muito estéreis, muito vazios. Programa de quatro horas de duração é muito longo e ficaria até um pouco monótono (Tiago, 51 anos, aposentado).

Na maioria das vezes os apresentadores discordavam das participações de Tadeu. Ele também partia do entendimento de que os meios de comunicação tinham o controle dos políticos e essa forma de administração interferia diretamente na relação entre os apresentadores e os ouvintes. Na sua avaliação, “o ouvinte é um parceiro” porque abordava temas e colaborava na formação de opinião. Apesar dessa avaliação sobre o papel colaborativo da audiência, ele destacava o controle:

Já fui censurado várias vezes, em vários programas e continuo sendo. Não por eu ser agressivo, por atingir a honra, mas por de forma incisiva eu colocar temas que vão de encontro aos interesses comerciais da emissora e até do interesse pessoal do apresentador, ou seja, quando vai ferir a linha editorial da emissora e atinge os interesses políticos e comerciais das rádios (Tadeu, 55 anos, serigrafista).

O ritual praticado por Simão consistia em monitorar todas as emissoras e comparar as linhas editoriais, baseado na compreensão de que o controle político e as influências dos grupos de poder sobre as rádios impactavam na forma como as notícias eram narradas. Ele nunca se sentiu censurado. A sua preferência pelos programas jornalísticos só fazia sentido se

houvesse participação dos ouvintes e, sobretudo, se a audiência soubesse participar. Na relação entre produção e a recepção, esta se empoderava mais.

Os ouvintes têm mais poder porque sabem o que passa no dia a dia e muitas vezes algumas emissoras ocultam determinados fatos que não querem revelar [...]. Digamos assim, fazem com que os seus repórteres omitam determinadas informações, o que sou radicalmente contra. Se você está ali para trabalhar, você tem que trabalhar, tem que dizer o fato real (Simão, 40 anos, professor).

Os embates decorrentes de concepções políticas e ideológicas foram a principal observação feita por José para se referir à “prepotência” e “arrogância” de alguns apresentadores, levando-o a deixar de ouvir e de participar em determinadas emissoras. Nesse processo de acirramento das opiniões, ele registrou dois casos de censura, quando foi “tirado do ar”. Essa, no entanto, não era a prática na totalidade dos programas. “A maioria dos apresentadores concorda e inclusive com palavras elogiosas e carinhosas sobre a minha participação”, realçou. Via de regra os apresentadores reconheciam e valorizavam seus argumentos, análises e opiniões. José sentia-se lisonjeado, recompensado e reconhecido quando os assuntos abordados por ele conseguiam obter repercussão entre os outros ouvintes. “A minha participação já gerou pauta várias vezes, não só pelos apresentadores, mas pelos próprios ouvintes. O tema que eu abordei levava o público ouvinte a comentar sobre aquilo que eu falei”, acentuou.

Ele partia da concepção de que as emissoras de rádio são concessões públicas e, portanto, não podiam vetar ou desprezar a audiência. “Todas as participações são produtivas. O apresentador tem de respeitar a opinião divergente”, recomendava. O embate entre a produção e a recepção, na fronteira discursiva dos programas, subsidiava a função do rádio como plataforma democrática na cidade.

O rádio AM de São Luís tem essa peculiaridade, essa interação, a participação ativa do ouvinte se comunicando, se contrapondo, até de maneira excessiva, com palavras que não são recomendáveis. De maneira geral isso é muito salutar porque oportuniza e democratiza as informações e as discussões e isso faz com que a sociedade exerça sua cidadania de fato (José, 46 anos, professor).

Para Jesus, o controle político sobre os meios de comunicação nem sempre tinha uma lógica determinante e absoluta que levasse os apresentadores a reproduzirem a lógica editorial dos proprietários das emissoras. Ele apontava diferenças de posturas entre os apresentadores, ponderando que nem todos agiam a serviço dos proprietários das rádios a ponto de alcançar uma fidelidade que prejudicasse a participação dos ouvintes em posições contrárias ao pensamento dos grupos de poder controladores e influentes nas emissoras. O controle total e

absoluto dos programas não alcançava o êxito esperado devido à dinâmica do rádio participativo, eivado de permissividades à audiência e das imprevisibilidades do cotidiano. Esse dinamismo dos programas de rádio AM em São Luís possibilitava a interferência dos ouvintes fora da pauta prevista pelos apresentadores. Nesse sentido, a relação entre a produção e a recepção:

Depende muito da postura e do compromisso de cada apresentador. Se ele tem compromisso livre ele se manifesta sobre o que eu falei. Eu tenho a felicidade de ter recebido sempre muitos elogios sobre o assunto que eu falo. Se ele tem compromisso com o governo e eu faço um questionamento do governo evidentemente que ele só vai agradecer a minha participação e não vai mais discutir nada. Isso aí eu já sei que faz parte da relação e do jogo. Se ele tem compromisso com o governo e tem um procedimento que é contra o governo ele não se sente autônomo para poder fortalecer aquele questionamento e ele fica calado. Mas eu também tenho escutado alguns radialistas mesmo sendo do lado do governo fazer elogios à minha participação, até porque eu sou uma pessoa que busco estudar muito e gosto de colocar os assuntos que eu penso que contribuem para o desenvolvimento humano (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

A observação de Jesus encontrou assento nas condições de subversão da regra do jogo de poder entre os apresentadores e os ouvintes. Estes, sabedores do controle político e empresarial sobre as rádios, atuavam dentro do universo de interesses dominantes, mas procuravam encontrar contradições no controle das emissoras que possibilitassem o ingresso de opiniões, interpretações e análises nem sempre convergentes ao pensamento dos proprietários.

Em algumas emissoras a maior flexibilidade à participação dos ouvintes possibilitava à recepção conquistar postos de poder na hierarquia discursiva disputada com o âncora. As provocações, análises e opiniões dos ouvintes chegavam a guiar o conteúdo, provocando o desejado efeito de repercussão do tema abordado nas falas subsequentes da audiência e dos apresentadores. O triunfo dos ouvintes mais assíduos na participação ao vivo consistia em obter o consentimento da produção e do conjunto da recepção para falar e serem seguidos no assunto disponibilizado, mesmo que os demais integrantes daquele fórum momentâneo de debates discordassem da proposição inicial levantada pelo ouvinte gerador do tema-guia. Indo além do consentimento, o ouvinte proponente do tema predominante pretendia a adesão da comunidade de auditores ao seu posicionamento. No ambiente de controle e censura, os ouvintes lançavam mão de destreza e habilidade retórica para conquistar espaços na fronteira tensional entre a produção e a recepção dos programas.

Os diversos tipos de embate e/ou diálogo entre os apresentadores e os ouvintes qualificavam as formas de intervenção da audiência, para:

- 1) Contrapor o apresentador;
- 2) Colaborar com alguma demanda posta por outro ouvinte;
- 3) Buscar orientação ou instrução do apresentador para uma determinada situação, visando à solução de problemas junto às administrações públicas, ao Judiciário ou Ministério Público;
- 4) Propor alternativas e soluções para os problemas da cidade;
- 5) Educar a audiência;
- 6) Conquistar adeptos a um ponto de vista;

A posição agonística de Jesus levava-o sempre a preferir as emissoras contrárias à sua forma de pensar e interpretar a realidade. Na sua avaliação dos programas, os agentes políticos que controlavam as emissoras utilizavam os programas para, através dos apresentadores, manifestar a posição oficial. Ele citou ainda a leitura dos textos de *blogs* nos programas jornalísticos de rádio, como forma de responsabilizar o blogueiro e não a emissora pelo conteúdo lido. Mencionou a leitura dos *blogs* como forma dar proteção aos apresentadores, em caso de eventuais problemas jurídicos que pudessem levar a ações judiciais com pedidos de reparação. “Eu percebo que acontece isso. É uma forma política de manipular as informações sem assumir compromisso, responsabilidade”, anotou. O controle das emissoras pelos grupos políticos também colocava os apresentadores em posições delicadas diante do espectro da audiência mais perspicaz, que percebia o jogo de poder nas entrelinhas da orientação editorial das rádios. Em que pesem as engenharias políticas operando nos bastidores da produção, a recepção também era observada com criticidade por Jesus. “Às vezes tem ouvinte que pensa que o radialista tem que falar só aquilo que ele gosta. E não é assim. O radialista, para ser meu amigo e para que eu goste dele e de escutar o programa dele, não preciso que ele fale só o que eu gosto”, refletiu.

Na minha vivência de ouvinte e no diário de escuta, não foi raro perceber no conjunto das participações alguns formatos discursivos claramente defensivos a determinado político ou gestor público, manifestando elogios exacerbados e demonstrações de protagonismo à personagem. Esse tipo de posicionamento ocorria no decorrer dos programas ou em situações especiais, quando o determinado gestor ou político era entrevistado ao vivo. Nessa situação, eu percebia uma considerável participação da audiência, ao longo da entrevista, fazendo esforço retórico para ressaltar as qualidades do entrevistado e o reconhecimento dos seus feitos, endossados também pelo apresentador do programa.

Em algumas dessas circunstâncias, a forma de falar dos ouvintes, utilizando contorcionismos de linguagem para evidenciar a eficácia do gestor entrevistado, sugeria uma certa dose de organização da audiência e intencionalidade na fala, como se houvesse uma combinação entre o entrevistado e uma determinada fatia da audiência para atuarem de forma convergente durante aquele tempo do programa. Nesse contexto de diversidade da audiência, os tipos de ouvintes foram escaneados por Jesus:

Aqui, ressalvado algumas pessoas, existe muita participação de ouvinte que eu denomino como “mula”, que é aquele que tá carregando o que não é dele. Vai lá preparado para falar algo que alguém preparou ele para falar, mas tem os ouvintes autênticos, que embora tenham simpatia política por grupo eles são autênticos. Falam o que está certo ou errado.

Eu já vi, por exemplo, ouvintes ligar para a rádio para defender [...] Hoje tem muito isso, eu não sei como criaram isso. Os ouvintes ligam para uma rádio para defender a administração tal, às vezes sem conteúdo, mas só para falar, para dizer que as coisas estão boas. Aquilo termina chocando as pessoas que às vezes não têm nada a ver com aquele debate, mas sabem que a realidade é outra (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

O fato de haver uma audiência eclética no rádio AM permitia distintas formas de participação. Aos áulicos, opunham-se os críticos. Entre eles, colocavam-se aqueles sem filiação partidária, não maniqueístas, interessados em debater os problemas da cidade e provocar os gestores públicos para buscar soluções. De comum entre todos os tipos de ouvintes havia o permanente diálogo sobre a cidade, reforçando o rádio como tribuna, parlamento informal, prefeitura eletrônica, auditoria radiofônica, controladoria exercida pelas ondas hertzianas. “No rádio AM você escuta de um escritor, de um pós-doutorado, a uma pessoa que sabe mal ler e escrever, mas sabe falar, sabe colocar o que quer”, estratificou Jesus.

A teia informativa construída no circuito da produção e da recepção extrapolava a tribuna eletrônica e encontrava eco nas ruas. Esse reconhecimento visado pelo ouvinte mais assíduo era o ponto máximo da meritocracia da audiência interessada em discutir a cidade e notabilizar-se pelos seus feitos de orador fora do parlamento, mas visto e admirado pelo público ouvinte nos ambientes coletivos informais da cidade. Os programas jornalísticos feitos do estúdio para o telefone e deste para os apresentadores constituíam a via de mão dupla proposta por Brecht (2005), enfatizando a capacidade de amplificar a audiência e a repercussão do ativismo dos ouvintes assíduos. Não bastava participar, falando ao vivo. Tinha de haver o reconhecimento público pelo desempenho nos programas, porque a audiência muda, que participa mas não fala, ou utiliza apenas as mensagens de texto através do celular, encontra na fala do outro a sua representação. Sempre que opinava ou analisava acerca de

algum tema, Jesus era reconhecido quando percorria os lugares públicos da cidade. Andar na rua e ser interpelado sobre os comentários no rádio tornou-se comum e repetitivo na sua vivência de ouvinte participante. “Encontro uma pessoa para comentar no supermercado, no campo de futebol, no local de trabalho. As pessoas sempre comentam e olha que hoje eu uso pouco rádio, mas as pessoas estão sempre ligadas no rádio. É uma coisa maravilhosa!”, sustentou.

O debate sobre a cidade transbordava dos lugares formais - os parlamentos e administrações instituídas - para os programas de rádio e, através da audiência, retornava às ruas, onde o ciclo recomeçava. Esse perfil dos programas jornalísticos caracterizava o rádio alimentado pelos interesses políticos acima do viés empresarial. Assim, a configuração do espectro midiático, em especial o radiofônico, refletia o quadro político local. Articulados, esses fatores acabavam influenciando as lógicas de produção e a recepção dos programas, em decorrência do financiamento das emissoras e das contingências político-eleitorais sobre a programação.

A preponderância do poder público municipal (Prefeitura de São Luís) e estadual na distribuição dos recursos alocados em forma de verba publicitária decorria da configuração sócio-econômica do Maranhão, marcada nos últimos 50 anos pelo controle da máquina do governo por uma espécie de aristocracia parasitária que impediu a implantação de arranjos produtivos capazes de gerar empregos em quantidade e qualidade e provocar um processo de desenvolvimento com a implantação de empresas competitivas de médio e grande porte.

Desta forma, os meios de comunicação ficaram reféns das regras do jogo de poder elaboradas pelos detentores das estruturas dominantes. Sem uma rede ampla de médias empresas para capturar anúncios publicitários, os gestores da mídia local dependiam de um faturamento decorrente dos anúncios governamentais (municipal e estadual) distribuídos de forma desigual e discriminatória pelos governos da era Sarney.

Um dos raros momentos de alternância de poder no Maranhão, quando Jackson Lago (PDT) ganhou a eleição em 2006 e governou até 2009 (quando foi cassado), teve como característica a suspensão do vultoso repasse de recursos públicos ao Sistema Mirante de Comunicação. A suspensão provocou uma forte reação na cobertura jornalística da mídia controlada por José Sarney, que passou a hostilizar o governo Jackson Lago e o patrono da sua candidatura, o ex-governador José Reinaldo Tavares, aliado histórico e depois

transformado em dissidente de José Sarney devido a uma crise intra-oligárquica que o colocou no campo da oposição. Tavares fora o autor da ideia de suspender o pagamento do governo ao Sistema Mirante de Comunicação.

Assim, o Maranhão era um caso típico de maximização do Estado e minimização do mercado. Sem o ingresso de médias empresas na dinâmica capitalista local, o Estado na versão deformada do modelo oligárquico institucionalizou o controle e a dependência dos meios de comunicação através do clientelismo, favorecendo as empresas de mídia sob a propriedade da família de José Sarney e discriminando as demais, utilizando esse expediente para chantagear, pressionar e cooptar rádios, jornais e emissoras de televisão fora do controle direto do Sistema Mirante de Comunicação. Dois ouvintes manifestaram-se de forma explícita sobre essa forma de controle. Na análise de Miguel, “[...] aqui o rádio, a TV, os meios de comunicação de massa foram atrelados a projetos políticos explícitos, desde a rádio Gurupi para cá. A gente vê isso na formação de redes”, descreveu.

Os proprietários e gestores da Educadora (560 Khz), Timbira (1290 Khz) e São Luís (1340 Khz) não tinham envolvimento direto com a política partidária nem eram detentores de mandatos no Legislativo ou no Executivo. Porém, sofreram influências dos grupos políticos organizados e donatários do núcleo do poder no Maranhão, determinante no direcionamento da linha editorial no rádio AM.

A configuração da propriedade das emissoras tinha influência direta no conteúdo veiculado no dia a dia dos programas. Sabedora das orientações político-partidárias e empresariais predominantes no rádio, a audiência navegava no dial inserindo-se nas aberturas e possibilidades discursivas decorrentes das permanências ou alterações na conjuntura nacional e/ou local. Assim, os ouvintes se movimentavam no constante ir e vir das alianças políticas e alinhamentos partidários ou dos interesses das figuras públicas diretamente ligadas ao controle das emissoras. De acordo com a interpretação de Miguel:

A abdicação de uma montanha de recursos enorme, que era o aluguel, para ir captar isso no mercado com anunciantes não é uma decisão muito fácil. Ela se torna compreensível porque o capital mesmo não é esse do anúncio, é outro, é para além disso, é o capital que vem da imagem que pode ser reproduzida de quem a comanda. Capital de aluguel de horário é fichinha perto do capital que essa imagem reproduzida insistentemente pode gerar (Miguel, 58 anos, professor universitário).

Portanto, o rádio AM em São Luís era mais político que empresarial, porque, como foi dito acima, os interesses comerciais e partidários eram preponderantes no controle das

emissoras. Isso ocorria em função do desenho macro-econômico do Maranhão, marcado pela estrutura oligárquica e ausência de arranjos produtivos que pudessem dinamizar o desenvolvimento local e, conseqüentemente, impulsionar atividades econômicas de aquecimento do mercado. Esta configuração seria ideal para atrair anunciantes privados aos meios de comunicação. Na ausência do capital privado e do mercado forte e competitivo, o Estado (Governo do Maranhão e Prefeitura de São Luís) era o principal gerador de receita para os meios de comunicação, incluídas as emissoras de rádio AM. Segundo Miguel:

O rádio não pode ser democrático porque por trás de cada complexo de estações de rádio, de cada empresa, tem uma linha editorial que de algum modo influi no que é apresentado. Em alguns programas isso é explícito. Os apresentadores não se furtam de fazer valer isso, os seus patrões. Alguns outros é bem velado. Alguns tentam fazer programas em que isso não seja perceptível (Miguel, 58 anos, professor universitário).

Assim, o cenário do rádio AM tornou os programas jornalísticos marcados pela audiência mais focada em interpretações, análises e opiniões sobre a cidade de São Luís, o Maranhão e a conjuntura nacional, contornando o perfil “político” em boa parte das emissoras. Logo após a sua posse, o governador Flávio Dino (PCdoB) concedeu entrevista à Educadora AM, no programa “Roda Viva”, sendo bastante inquirido pelos ouvintes, a ponto de a participação da audiência tomar quase todo o tempo da entrevista, indagando o gestor sobre os mais variados temas. Esse tipo de conteúdo era comum também nos programas de entidades sindicais, no sistema de arrendamento de horário⁵⁷. As rádios AM costumavam alugar espaços na grade de programação para diversos sindicatos e os temas abordados expressavam questões trabalhistas e necessariamente os embates com os patrões da administração pública (estadual/municipal/federal) ou de empresas privadas. Um dos programas era patronal, vinculado à indústria metalúrgica. É importante ressaltar que esses

⁵⁷ Programas arrendados na rádio Educadora AM de segunda a sexta, das 21h00 às 22h00: “Educação é Notícia” (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão – Sinproesemma). Às terças e quintas, das 11h00 às 11h30: “Bancários em Ação” (Sindicato dos Bancários do Maranhão). Aos sábados: das 08h00 às 09h00, “Debate Metalúrgico” (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Luís); das 11h00 às 12h00, “Educação é Notícia”. Aos domingos: “Sindimetal Patronal” (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Luís), única entidade patronal com programa de rádio no Maranhão.

Programas arrendados na rádio Difusora AM, aos sábados: das 08h00 às 09h00: “Rádio Sindeducação” (Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís), das 09h00 às 10h00: “Questão de Justiça” (Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão); aos domingos: “Expresso Policial” (Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão), das 08h00 às 09h00.

Programas arrendados na rádio Capital AM, de segunda a sexta-feira, das 15h às 16h: “Plataforma Sindical” (sem identificação da entidade arrendatária, este programa aborda temas gerais do movimento sindical e da política nacional e local). Aos sábados, das 06h00 às 07h00: “A Voz do Vigilante” (Sindicato dos Vigilantes do Maranhão).

Programa arrendado na rádio São Luís AM: “Estação Ministério Público” (Ministério Público do Estado do Maranhão), aos sábados, das 09h00 às 10h00.

programas sindicais não eram jornalísticos e sim marcados pela opinião e comentários dos dirigentes das entidades patrocinadoras, sem obrigações com a linha editorial adotada pelas emissoras arrendatárias. Nos programas arrendados por sindicatos, alguns inclusive com a participação dos ouvintes, o compromisso político-ideológico era mais visível e dependia do alinhamento da entidade aos cenários municipal, estadual e nacional. Quando o sindicato era filiado à CUT (Central Única dos Trabalhadores) ou CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), percebia-se claramente a defesa do governo Dilma Roussef (PT). No programa do Sindicato dos Bancários, por exemplo, filiado à CSP/Conlutas, o governo federal era criticado. No plano estadual, o programa do Sinproesemma, controlado pelo PCdoB, alinhava-se ao governo Flávio Dino.

O sistema de arrendamento, também feito por radialistas profissionais (sem vínculo trabalhista com as emissoras), somado às constantes oscilações na conjuntura local, em decorrência de alianças e rupturas provenientes dos processos pré ou pós-eleitorais, provocava constantes mutações no espectro editorial das emissoras de rádio AM. A audiência, no entanto, percebia essa sutileza. Segundo Jesus:

A pessoa arrenda um programa, aquele programa é dele, então lá quem está financiando? É o prefeito, o deputado, então esses aí ninguém pode questionar, que ele tem que defender. Tem rádio que é assim. Tem programa de manhã que defende uma coisa e de tarde defende outra, quando na verdade se fosse um campo empresarial, o empresário, se ele arrendou o programa o programa tem que rodar, ele contratou o profissional para trabalhar tem que rodar de acordo com a questão mais geral e não especificamente. Então o rádio maranhense tem essa questão que eu penso que é positiva da participação, mas é muito usada de forma manipulada (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Manipulação e censura andavam de mãos dadas no rádio AM, em São Luís. Em disputas políticas acirradas, os governos estadual e municipal (Prefeitura de São Luís) exerciam pressão sobre as emissoras, mediante a liberação ou retenção do pagamento de verbas alocadas para a veiculação de campanhas publicitárias. Os apresentadores e repórteres, trabalhadores assalariados, nem sempre concordavam ou avalizavam as ordens dos proprietários das emissoras. Eles também ficavam à mercê dos processos de controle e das pressões administrativas das empresas. Nos momentos das acirradas disputas eleitorais, quando estavam em jogo o controle dos cofres do Governo do Estado e da Prefeitura de São Luís, a pressão sobre a linha editorial das rádios impactava afetivamente nos ouvintes, quando eram censurados.

Durante toda a semana, tanto de manhã quanto de tarde, eu era uma espécie de contribuinte da rádio, sem salário, só contribuindo espontaneamente. Eu era retribuído sabendo que o que eu estou colocando pode ajudar as pessoas a melhorar o desenvolvimento humano, mas fui proibido e fiquei muito triste, muito abalado e não esperava isso (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Segundo Jesus, a ordem para impedi-lo de participar de um determinado programa não foi do apresentador, mas sim do governo Roseana Sarney, através de pressões da Secretaria de Estado da Comunicação, que ameaçou a emissora com a suspensão do pagamento de faturas publicitárias. Fora a censura, ele também queixava-se de algumas tentativas de intimidação feitas por outros ouvintes. Sempre que ele falava, logo em seguida outro ouvinte participava, dizendo “esse cara não pode telefonar aí, só fala para falar do governo não sei que etc”. As referências e idiosincrasias entre os ouvintes foram percebidas também no diário de escuta, quando os participantes vez por outra dirigiam-se uns aos outros para concordar ou discordar dos antecessores.

Em relação ao cerceamento, Jesus remetia ao papel da SOMAR como entidade representativa dos ouvintes. Ele disse conhecer os fundadores da entidade e lembrou que durante algum tempo funcionou, mas “entrou em decadência”.

Era um projeto que eu até achava interessante. Eu penso que essa organização, ao existir, ela poderia dar um assessoramento jurídico aos ouvintes que viessem a ter o seu direito de fala cerceado. A gente carece. Eu mesmo pensei, quando tive esse problema com a rádio São Luís, em ir ao Ministério Público, exigir meus direitos. Porque eu sou um ouvinte diferente de A, B ou C? Por causa da minha opinião? Eu não faço xingamentos, não ofendo, porque que eu sou proibido de expressar minha opinião? (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Sobre a correlação de forças entre apresentadores e ouvintes, as avaliações convergiram para consolidar a opinião de que o apresentador tinha uma condição de supremacia na disputa discursiva travada nos programas jornalísticos. A quase totalidade dos entrevistados ponderou que, embora os ouvintes participassem e muitas vezes conduzissem os temas abordados no decorrer das transmissões, os apresentadores estavam em condições de vantagem devido a uma série de fatores, principalmente: a pressão dos financiadores, a propriedade das emissoras, os compromissos e vínculos entre os apresentadores e os grupos políticos.

A impressão de Miguel sobre a relação com os apresentadores era de equilíbrio e respeito. “Não lembro de ter tido alguma opinião que tenha havido um contraponto negativo do locutor. Não é que ele tenha concordado comigo, mas eu tento contribuir com discussões que muita gente seja beneficiada, porque isso ajuda a chamar por exemplo uma questão

semelhante mas muito mais específica”, considerou. Disse ainda que sempre buscou interferir com temas que fossem de interesse coletivo, abrangendo muita gente, referindo-se especificamente a uma obra de mobilidade urbana que ligaria duas avenidas de grande fluxo na cidade. Sempre que remetia-se aos temas de grande repercussão, que provocavam benefício para um grande contingente populacional, encontrava anuência dos apresentadores.

Observei que esse tipo de postura do ouvinte Miguel agregava uma tática de construção do consentimento do seu interlocutor, visando não perder a força discursiva e trazer o apresentador para o campo de força da audiência, ao disponibilizar no programa um tema enquadrado de tal forma que o locutor não poderia refutar. A tática consistia em pautar um assunto de grande vantagem para a comunidade, impossibilitando a negativa do apresentador. “Eu não tento particularizar determinadas temáticas que às vezes ficam parecendo que são minhas, como tem vários ouvintes que ligam para dizer assim ‘na minha rua tem isso assim assado’. É melhor falar de um problema mais geral que comporte a todo mundo”, ponderou.

Miguel reforçava a ideia de supremacia da produção, no embate com os ouvintes. “Os apresentadores têm mais força, porque eles já trazem uma caixa pronta. É exatamente aí que eu fico tentando perceber para onde vai o programa, qual é o perfil editorial, a linha editorial”, observou. Segundo Miguel, era possível perceber o direcionamento que os apresentadores buscavam dar nos programas, porém, alterado pela intervenção da audiência. Nesse atrito, o apresentador perdia momentaneamente o controle da pauta. “Você percebe o que ele quer encaminhar e tem horas que ele fica incomodado com determinados ouvintes que puxam para outro lado. Às vezes é uma questão de fundo que ele quer puxar e aí desvia, desbota”, atentou.

Jesus não vacilava em atribuir maior poder ao apresentador:

Ele tem maior espaço, ele tem maior constância, então ele constrói uma maior credibilidade diante dos ouvintes. Porque o ouvinte, ele pode até participar uma vez por dia, mas é pouco tempo. A palavra sempre volta para o apresentador. Ele vai dar sempre a versão dele por último. Isso faz com que o apresentador termine sendo decisivo para a questão dessa contundência (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Baseado no diário de escuta e nas entrevistas com os informantes, foi possível extrair que a fronteira discursiva entre a produção e a recepção era minada por operações retóricas de ambos os lados, em um ambiente assimétrico: os ouvintes interferiam no discurso do

apresentador, sendo este amparado pela linha editorial do programa e pelas circunstâncias político-empresariais que envolviam o controle acionário da rádio. Não havia como negar o predomínio da força da produção nesse contexto. Porém, a habilidade e a destreza dos ouvintes acabava influenciando a construção das narrativas ao longo dos programas. De acordo com Miguel, embora predominasse um certo consenso de que os apresentadores eram os condutores de maior força e tempo nos programas, os ouvintes interferiam na perspectiva de catapultá-los no embate.

O apresentador é importante. Agora, o ouvinte, se souber o poder que tem, ele pode muito bem influir decisivamente no programa, desde que a condução do programa dê espaço para isso. Agora, para isso é preciso nós termos responsabilidade. Não chegar lá e pegar o microfone (estou no celular é o meu microfone) e ficar falando um monte de coisas que não permitam elevar o discurso. Então eu falo muito para colegas que assim como eu ouvem bastante rádio. Quando eu falo é porque eu não estou gostando do debate ou eu estou gostando muito dele. Nós temos de ter responsabilidade de elevar o discurso e nunca deixar que ele flua para uma vala comum que faça por exemplo com que o microfone seja fechado para nós (Miguel, 58 anos, professor universitário)

O conjunto de táticas dos ouvintes consistia em conhecer as linhas editoriais dos programas e saber de que forma a audiência se inseria de forma consequente e coerente. “Se eu fizer isso eu acabo por ajudar a modificar esse perfil, porque é possível que eu diga alguma coisa que leve o programa ou quem faz o programa perceber que tem determinados ângulos que podem ser explorados também”, acentuou Miguel. O uso de táticas inadequadas, consideradas equivocadas, contribuía para empobrecer os programas, tais como a desqualificação dos interlocutores e os elogios gratuitos que eram facilmente percebidos pelo grau de intencionalidade por parte de alguns ouvintes, visando agradar o apresentador, outros ouvintes, parlamentar, gestor(a) ou variados tipos de figuras públicas. Miguel considerava fundamental uma posição de empoderamento que agregasse responsabilidade da audiência com a qualidade do programa. “Eu tenho que me perceber como um ator importante”, enfatizou.

A percepção de Miguel coincidia com a observação no diário de escuta e as impressões da minha condição de ouvinte, quando detectava em algumas emissoras, principalmente nos quadros de entrevistas, posturas que aparentavam um jogo combinado de elogio e fascinação com a fonte, principalmente se o(a) entrevistado(a) fosse chefe do executivo, vereador(a) ou deputado(a).

Assim, o espaço dos ouvintes nos programas era uma conquista que deveria ser cultivada pela própria audiência, sem deixar riscos para que fosse reduzida ou vetada. Nessa

posição, os próprios ouvintes faziam uma reflexão crítica sobre as diversas formas de participação e destacavam a preferência pelos programas que consideravam mais qualificados. A magia do rádio, com o diferencial dos programas jornalísticos, elevava a percepção da audiência para ilustrações e descrições que davam a medida do que proporcionavam as emissoras AM de São Luís, atravessadas pela participação dos ouvintes. Segundo Miguel, o prazer de ouvir estava na formação da teia informativa conectada entre a produção e a recepção. Eis aí a fala do fruidor:

Eu gosto de ver a cidade ebullente, a cidade bulindo mesmo, a cidade em chamas, no sentido de tomá-la fervendo, como ela é. E o rádio é fantástico nessa hora. A TV passa trocentos anos para se organizar e começar a fazer uma transmissão. O rádio faz na hora. O rádio é ágil: o carro que passou por cima da moto e o cara está gemendo ali, o ladrão, o cidadão que está se inconformando com a autoridade por causa do esgoto [...] (Miguel, 58 anos, professor universitário).

A pujança rítmica do rádio, sintonizando a cidade, traduzia a sensação de uma rede social formada entre os estúdios e as ruas, antenados com a efervescência da urbanidade. A relação entre a produção e a recepção construída nos programas jornalísticos manifestava o rádio como meio de significação da cidade. Mais que isso, na definição de Miguel, através do rádio “a cidade se constrói, se constitui, se destitui, a cidade vive.” O rádio, portanto, é constituinte do tecido da cidade.

Como dito anteriormente, a relação entre a produção e a recepção dependia das circunstâncias políticas e empresariais que operavam nos bastidores das emissoras e acabavam influenciando a ponta do circuito, onde os apresentadores e os ouvintes interagiam ao vivo, sob o julgamento das fontes, dos repórteres na rua e do conjunto da audiência. Nesse contexto, a posição dos apresentadores diante da fala dos ouvintes dependia do assunto tratado, do momento da abordagem e da forma como o tema era introduzido ao longo de uma transmissão. Os relatos de parte dos entrevistados remetiam ao cerceamento dos ouvintes quando o tema tratado não interessava à produção, mas ganhava reforço da audiência persistente. As variações de humor eram constantes, de acordo com a percepção de Paulo:

Então, quando é a parte política que a gente fala alguns concordam e outros não concordam porque fere a linha do programa, a linha do padrão que diz o que ele tem que falar, o que ele tem que dizer e o que ele tem que ouvir. Então alguns programas deixam a gente falar tanto do padrão como contrário ao padrão. Agora outras emissoras não deixam (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

Os distintos momentos de abertura e fechamento das emissoras à participação da audiência já provocaram o afastamento de ouvintes. Em dois relatos dos entrevistados foi

possível constatar um distanciamento dos programas, sem escutar nem telefonar, até por seis meses. Outros fatores também provocavam afastamento, como as poucas e disputadas linhas telefônicas das emissoras. De certa forma, a ausência de um sistema de gratuidade (0800) colocava entraves à participação da audiência. Mas, se a ocupação das linhas telefônicas dificultava por falta, o excesso de mensagens nas redes sociais também passava a ser um problema. Após muita insistência telefonando para falar ao vivo, sem sucesso devido à saturação das linhas telefônicas, os ouvintes costumavam enviar mensagens de celular (SMS) e adotaram um aplicativo por meio do qual enviavam mensagens de texto, voz, imagens e vídeos aos apresentadores. As novas formas de participação provocavam verdadeiras enxurradas de conteúdo em texto, fotografia, áudio e vídeo, mas nem todos eram lidos, descritos e/ou comentados, gerando frustração nos participantes que gostariam de ouvir sua mensagem de voz ou a leitura do texto pelo apresentador. A audiência disputava a atenção do radialista e a valorização da participação. Não bastava enviar a mensagem. Ela só passava a ter sentido quando era lida e o apresentador fazia referência ao nome da pessoa que enviava o texto. Diante da multiplicação de plataformas que permitiam a participação da audiência, Paulo assegurou que a relação entre a produção e a recepção passou por alterações.

O ouvinte hoje ele tem mais produção porque é o cara que leva a notícia para o apresentador. Muitos deles dizem, os radialistas, os apresentadores dizem “você é que estão fazendo o programa”, “você é que tem que informar a gente”, mas tem alguns apresentadores que também não deixam fugir a linha, acompanham o assunto, fazem o debate, outro liga e ele também discute e também fala sobre a questão em si. O ouvinte está mais preparado para dar a informação, não desmerecendo o apresentador. O ouvinte leva a informação no momento em que está acontecendo, no ato (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

Paulo chamava atenção para a cautela sobre o conteúdo da fala dos ouvintes, ressaltando a preocupação de fazerem críticas fundamentadas nos programas de rádio, até mesmo demonstrarem conhecimento da legislação sobre calúnia, injúria e difamação. Mesmo diante dessa cautela, em decorrência das oscilações na conjuntura local e dos mecanismos de financiamento das emissoras, os filtros eram uma constante reclamação dos entrevistados:

Teve algumas emissoras que vetaram, não só eu como outros ouvintes. E a gente se conscientizou e segurou um pouco, esperou e depois que voltou, melhorou um pouco e não tem mais essa vetação, mas quando vê que tá falando dos interesses de quem é o dono da emissora, é cortado na hora, cai a ligação, desliga, tem alguma coisa que acontece (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

Provocar polêmica, debater e acirrar os ânimos faziam parte de um ritual da comunidade participante dos programas jornalísticos. Desse conjunto de ações, sobressaíam-se o reconhecimento e a gratificação. O surgimento da SOMAR possibilitava reforçar o sentido gregário do rádio, gerava um elo de pessoas anônimas que não se conheciam face a

face, somente pela voz. Mais que isso, proporcionava reconhecimento às pessoas que, sem mandato parlamentar nem o distintivo de autoridade, passavam a compor uma plêiade formada pela titulação informal de auditores. A atuação no rádio era gratificante pelo reconhecimento público adquirido em diferentes ambientes da cidade, onde os ouvintes participantes eram reconhecidos não pela sua imagem reproduzida na televisão, mas pela marca sonora que permitia a identificação da pessoa pela comunidade de ouvintes silenciosa, que não telefonava, mas participava e sentia-se representada pelo outro. A voz era a carteira de identidade do ouvinte, reconhecida pelo motorista quando dialogava no taxi, ao entregar a moeda e falar com o flanelinha, ao fazer a anamnese no consultório médico, conversando na fila do banco, em um aniversário e diversas outras situações nas quais a voz marcava a identidade sonora, fazia parte da sua constituição como locutor informal, não pertencente ao quadro de trabalhadores de uma emissora de rádio, mas contratado *ad hoc* pela audiência muda para representá-la. Nas palavras de Paulo, tudo isso podia ser traduzido como gratificação:

Sempre é gratificante quando a gente vê o que a gente denunciou, o que a gente orientou, o que a gente falou lá no rádio ser executado pelo poder público, por algum órgão, Ministério Público ou Juizado, alguma solidariedade que a gente puxa numa rádio por alguém é gratificante (Paulo, 46 anos, estudante universitário).

Em síntese, a relação com os apresentadores era marcada pela circunstância do controle das emissoras. Os ouvintes entrevistados, para além de uma visão determinista, demonstraram criticidade no entendimento sobre o controle dos meios de comunicação e o enquadramento das emissoras AM em São Luís. Esse entendimento desdobrou-se na forma de compreender os programas jornalísticos como espaços de contradição, abertos às mudanças de conjuntura que flexibilizavam os posicionamentos das emissoras. Assim, a relação com os apresentadores pode ser capturada pelos ouvintes na forma de confronto. Quando acirradas, certas posturas resultavam em censura. Havia também uma relação de diálogo com base em argumentos e uma posição mais instrutiva e educativa por parte da recepção, configurando uma espécie de contrato colaborativo entre os interlocutores. Os relatos revelaram também as posturas harmônicas entre apresentadores e ouvintes. Nesses casos, a audiência revelou-se mais integrada, porém não submissa, aos interesses editoriais das emissoras. Esta última postura pode ser traduzida como uma tática de manutenção do espaço da audiência. Na guerra, recuos momentâneos podem garantir avanços posteriores, ensina Clausewitz (1996).

Entre todas as posturas, da agonística à conciliatória, pude perceber a riqueza do diálogo e a frieza da censura. O ouvinte silenciado, impedido de falar ou cerceado ao longo da

sua participação, era duplamente afetado na sua condição de sujeito, como indivíduo participante e na posição de integrante da audiência coletiva. Como toda relação de poder, a trama entre a produção e a recepção era marcada pela disputa, na qual os interlocutores buscavam manter, conquistar e/ou ampliar os espaços. Para a audiência, tratava-se principalmente de conquistar e manter, visto que jogava no campo delimitado pelas linhas da propriedade e controle das emissoras.

Como voz não oficial, os ouvintes armavam suas táticas atentos a não perderem seus espaços já conquistados. Para isso, utilizavam o recurso das competências retóricas, em busca do mérito e do reconhecimento dos outros atores envolvidos na teia jornalística: apresentadores e repórteres, fontes e a audiência, inclusive aquela que participava, mas não falava. Os ouvintes sentiam-se empoderados e lisonjeados ao dispor um tema que passava a conduzir o programa e, por esse desempenho, eles passassem a ser seguidos e tomados como referência em um bloco ou ao longo de todo o programa. Os dotes argumentativos, os dons da fala e os componentes da retórica eram acionados para dar visibilidade a diversos tipos de ouvintes: o iconoclasta, passando pelo flexível e até o conciliador/colaborativo. Os ouvintes visavam também a educar a audiência, mesmo quando refutavam os argumentos dos outros participantes.

Percebi também a participação elevada à condição de um trabalho, que implicava em preparação, leitura, estudo, monitoramento dos outros programas e do noticiário televisivo e impresso. Toda a mobilização da audiência visava, sobretudo, obter a atenção do apresentador e o reconhecimento amplo da comunidade dos ouvintes. No geral, os entrevistados convergiram sobre a participação em busca do mérito, da credibilidade e do reconhecimento no embate com os apresentadores, daí decorrendo a preferência pela fala ao vivo, segundo a maioria dos informantes. O tecido construído pelos múltiplos entrelaçamentos entre apresentadores e ouvintes constituía também um campo de conhecimento mútuo das subjetividades, tendo como pano de fundo o debate sobre a cidade.

7 ÁGORA ELETRÔNICA: A AUDIÊNCIA EM MOVIMENTO

Para a análise dos resultados, tomei a movimentação dos eixos diacrônico e sincrônico, que correspondem, respectivamente, ao deslocamento das matrizes culturais aos formatos industriais e das lógicas de produção às condições de recepção, segundo o “mapa noturno” (MARTÍN-BARBERO, 2009). A partir das emanações do campo, sob a lente das mediações, interpretei a constituição do tecido da cidade no rádio informativo. Considerando a proposta metodológica da leitura do mapa em espiral, trouxe como primeira demarcação, no item 7.1. *Tecnicidade e ritualidade: mediações complementares*, onde tratei das modificações e permanências no hábito de ouvir rádio, buscando extrair os processos de construção dos rituais da audiência e como essa dinâmica modelava a prática cultural dos ouvintes nos programas jornalísticos. No tópico 7.2 *Socialidade e institucionalidade: mediações em diálogo* abordei as formas constitutivas da vida cotidiana e suas relações com o rádio, onde era possível interpretar a prática cultural da audiência, considerando as suas táticas e habilidades no uso das técnicas de falar nos programas regulados pelos dispositivos de controle das emissoras.

7.1. TECNICIDADE E RITUALIDADE: MEDIAÇÕES COMPLEMENTARES

Na visão de Martín-Barbero (2009), a tecnicidade é a mediação tomada como referência para compor, no “mapa noturno”, o diálogo entre técnica e cultura: os sujeitos, os suportes, os formatos e os produtos em relação. Embora reconheça a ênfase das tecnologias de comunicação no processo de transformação social, o autor está longe de assumir a postura determinista associada à evolução da técnica. Assim, a dimensão comunicativa da cultura pressupõe a inclusão da tecnologia nos múltiplos fluxos circulantes da produção dos sentidos, incluindo necessariamente outros ingredientes que explicam o consumo dos bens simbólicos. O estatuto da técnica é fundamental para compreender a escalada de inovações dos suportes, as suas aquisições no processamento das informações e na distribuição dos produtos, mas não dá conta da variedade interpretativa necessária ao entendimento do uso dos meios de comunicação. Essa é a principal aquisição da proposta metodológica das mediações, ao conceber a tecnologia como fundante, mas não determinante, pois carece de distintos componentes que dizem respeito ao uso dos meios pela audiência. Alinhado a essa forma de pensar, Meditsch (2007) discorre sobre várias descobertas tecnológicas que viabilizaram o rádio (ondas eletromagnéticas, telégrafo, transmissão da voz e sinais sonoros) e refere-se às formas de comunicação à distância sem fios, enfatizando uma nova utilização da técnica, não

necessariamente com um olhar determinista sobre os aparatos, mas a partir de uma visada sobre o uso social dos meios:

Dessa forma, não é adequado identificar o invento da comunicação sem fio com o surgimento do rádio como meio de comunicação. Não foi o invento de uma técnica que marcou a sua criação, mas o invento de um determinado uso social para uma constelação de técnicas (a eletricidade, o áudio, a telefonia, a transmissão por ondas, etc.), que se cristalizaria numa nova instituição. (MEDITSCH, 2007, p. 33)

Munido desse entendimento, a tecnicidade pode ser enriquecida com aportes que ampliam o espectro teórico para dar conta de entender a prática cultural dos ouvintes no processo de participação nos programas jornalísticos. Nesse sentido, a fala da audiência é melhor demarcada no contexto da linguagem radiofônica (BALSEBRE, 2005), composta de quatro elementos: silêncio, palavra falada, música e efeitos sonoros.

[...] a linguagem radiofônica é o conjunto de formas sonoras e não sonoras representadas pelos sistemas expressivos da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio, cuja significação vem determinada pelo conjunto dos recursos técnicos/expressivos da reprodução sonora e o conjunto de fatores que caracterizam o processo de percepção sonora e imaginativo-visual dos ouvintes. (BALSEBRE, 2005, p. 329)

Segundo Martín-Barbero, (2004, p. 235), “tecnicidade é competência da linguagem”. Sendo esse o ponto de vista principal, a tecnicidade foi observada no percurso de transição do ato de ouvir para a ação de falar. Esta, por sua vez, concretiza a utilização do aparelho fonador para articular a expressão vocal. A fala é, pois, um dos elementos fundantes da constituição humana, uma técnica desenvolvida para interagir com os outros, nominar e dominar o mundo. Santaella (2007, p. 201-202) destaca a importância do aparelho fonador:

Ora, transformações são, via de regra, de caráter técnico e, mais recentemente, de caráter tecnológico. Assim, as mudanças técnicas e tecnológicas foram tornando o ambiente natural mais denso, uma densidade à qual o ser humano se adapta. Essa adaptação se dá, entre outros fatores, porque muitas das tecnologias são tecnologias de linguagem. Isso não é de estranhar, visto que a primeira técnica, de natureza mista, entre o biológico e o artificial, é aquela do aparelho fonador que, instalado em nosso próprio corpo, permite a fala.

De acordo com Lopes (1983, p. 131), a voz “é o que torna conhecido o sujeito falante ao traduzir-se num tipo de fala”. Nos programas jornalísticos, a tecnicidade manifesta o exercício do corpo que fala sobre a cidade, em diálogo com os outros corpos, no ambiente do rádio polifônico. Mas, a palavra falada é apenas um dos elementos da linguagem radiofônica, composta ainda pelos efeitos sonoros, as trilhas, vinhetas, música e o silêncio (Ferraretto, 2006). Mixados uns aos outros, esses dispositivos compõem o tecido do rádio, entrelaçado por várias linhas, pontas e nós, incluindo a fala dos ouvintes. Estes, eram convocados a participar

da programação através das vinhetas, dos apelos e dos convites dos apresentadores. Os textos musicados nas vinhetas eram instigadores: “liga, liga, é só ligar que vai para o ar”, “ligue e participe”, “Na Mirante AM você participa o dia inteiro”. Na abertura dos programas, os ouvintes eram estimulados a ingressar na produção, instados a tomar parte da transmissão através dos dispositivos tecnológicos que permitem falar, enviar mensagens de texto e de voz, fotografias e vídeos.

Seguindo a linha evolutiva dos aparatos tecnológicos, a descoberta do transistor libertou o rádio dos fios e das válvulas. Formatados em pequenas caixas, os aparelhos tornaram-se portáteis. Graças ao transistor, o rádio ganhou mobilidade, podendo ser transportado pelos ouvintes no cotidiano e deslocado em diferentes cômodos dentro de casa. O telefone, por sua vez, constituiu a principal ferramenta de interatividade no meio radiofônico, essencial nos processos de participação dos ouvintes. Articulando dois elementos componentes da técnica, a audiência aciona os aparelhos fonador e telefônico para interagir com o apresentador. O indivíduo autofalante, empoderado na condição de sujeito do discurso e não apenas ouvinte, transforma o telefone em microfone, ou mesmo em alto falante, quando a sua voz é amplificada nas ondas do rádio e pode ser ouvida por milhares de pessoas. Assim, o aparelho fonador, acoplado aos dispositivos tecnológicos, é a caixa percussiva que permite o compartilhamento da fala do ouvinte para toda a cidade.

Nessa dimensão, a tecnicidade remete à ressignificação da fala - da oralidade primária à oralidade secundária (ONG, 1998), processada no telefone e no rádio. Na escalada do desenvolvimento tecnológico, a tipografia - estágio posterior da escrita - demarcou um efeito de comparação distinto do processo desencadeado com a descoberta dos meios eletrônicos de comunicação. Diferente do manuscrito e da tipografia, o salto tecnológico do rádio e da televisão colocou a oralidade em outro patamar.

Nossa compreensão das diferenças entre oralidade e cultura escrita não pôde se desenvolver antes da era eletrônica. Os contrastes entre a mídia eletrônica e a impressão aguçaram nossa percepção do contraste anterior entre escrita e oralidade. A era eletrônica é também uma era de “oralidade secundária”, a oralidade dos telefones, do rádio e da televisão, cuja existência depende da escrita e da impressão. (ONG, 1998, p. 11)

O diálogo entre sons, imagens e textos escritos, na visão de Martín-Barbero (2006), expressa a ruptura com o dualismo racionalista ocidental que apartou razão e sensibilidade, ciência e arte. O reencontro da cultura com a técnica celebra a composição de saberes e

práticas entre o inteligível e o sensível, na dinâmica de re(composição) das camadas culturais oral, escrita, impressa, sonora e audiovisual:

Um dos mais claros sinais da profundidade da mudança nas relações entre cultura, tecnologia e comunicação encontra-se na reintegração cultural da dimensão separada e desvalorizada pela racionalidade dominante no Ocidente desde a invenção da escrita e do discurso lógico, isto é, a do mundo dos sons e das imagens relegado ao âmbito das emoções e das expressões. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 57)

Sobre as camadas tecnológicas – impressa, sonora e audiovisual – tomo de empréstimo as formulações de McLuhan (1969) nas quais situa a sociabilidade humana associada ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Antes do surgimento da escrita, na fase marcada pela oralidade, predominava a tribalização, baseada na comunicação oral, nos costumes, na tradição e na vivência comunitária. O poder estava concentrado nos guardiões das tradições, nos líderes espirituais e curandeiros. Com o advento da escrita ocorre o processo de destribalização. A escrita liberta o homem da dependência direta dos ancestrais e possibilita uma nova modalidade de conhecimento, sob a forma de registros gráficos. A escrita institui outra forma de poder, inicialmente restrita àqueles que se apropriaram da tecnologia dos registros, desde as inscrições em pedras e couro de animais, passando pelos hieróglifos, até a descoberta do papel. Já o advento da tipografia potencializa a escrita, acelera a expansão educacional, amplia a faixa de letrados e estabelece mecanismos de controle da informação.

O terceiro momento corresponde à retribalização, do final do século XIX até meados do século XX, quando surgem as tecnologias (telégrafo, telefone, rádio e televisão) capazes de “encurtar” o tempo e “reduzir” o espaço. No aforismo de McLuhan, eis a “aldeia global”. Em outras palavras, as fases da tribalização, destribalização e retribalização correspondem à denominação das três galáxias ou culturas: oral ou acústica, tipográfica ou visual e eletrônica. Respectivamente, dizem respeito ao predomínio da palavra oral, da escrita/leitura e da integração sensorial. McLuhan (1969, p. 337) compara o rádio às “trombetas tribais” e aos “tambores antigos”, atribuindo ao meio radiofônico as características alusivas a um instrumento gregário, mobilizador e chamativo. O apelo aos sentimentos tribais oportunizado pelo rádio, através da sensorialidade auditiva, retoma a oralidade primária agora sob uma nova camada tecnológica. O rádio como tambor tribal, por exemplo, insere-se na oralidade da fase eletrônica, na conversação mediada por um meio massivo que permite a amplificação do som e da voz.

A tecnicidade opera no rádio o sentido convocatório. Através das vinhetas e dos chamamentos dos apresentadores, os ouvintes eram convocados a compor a fala coletiva sobre a cidade. As palavras em movimento ganhavam força com a oralidade secundária, mediada pela aplicação dos dispositivos tecnológicos que permitem novas dinâmicas à fala. A rede social dos ouvintes constituía-se em meio a vários fluxos informativos que transitavam na velocidade da palavra falada em múltiplas vozes e atores. O rádio, “tambor tribal” (McLuhan, 1969), era a também a tribuna informal, onde vários locutores (apresentadores, repórteres e ouvintes) revezavam-se para falar sobre a cidade. Retoma-se o princípio da ágora, incorporado ao rádio, cujas raízes mais profundas estão na organização do fluxo dos corpos no espaço urbano grego, onde predominava a palavra falada (SENNETT, 2003).

Na confluência desses conceitos, o rádio organizava a vida da cidade através da congregação de uma comunidade de ouvintes conectada pelo interesse jornalístico, pelas questões específicas de cada bairro e do conjunto da cidade. Assim, os conteúdos informativos das notas, notícias, reportagens e comentários costuravam o tecido semântico da cidade. Nesse recorte, a tecnicidade fundamenta uma característica essencial do rádio - a instantaneidade - marcada pela atualização constante e ao vivo sobre os acontecimentos cotidianos, construídos também pela audiência ativa que não só informava os repórteres e apresentadores, como também interpretava e opinava sobre os temas de interesse público. A tecnicidade se manifestava ainda na demarcação territorial da cidade, indicando um sentido de pertencimento ao espaço urbano, remetendo à localização do participante, sempre que falava nos programas, através de uma convenção firmada no contrato informal entre os apresentadores e a audiência. Assim era a teia que conectava as pessoas por meio da alternância dos locutores no processo de produção do conteúdo informativo.

A mediação tecnicidade dialoga com as formulações de Jenkins (2009) sobre a cultura da convergência, pautadas no entendimento de que a Comunicação no estágio contemporâneo caracteriza-se, entre outros aspectos, pelo intenso fluxo informativo marcado por uma postura ativa dos consumidores enredados na cultura participativa. A produção, distribuição e consumo dos conteúdos midiáticos perpassa as relações entre as velhas e novas mídias com impacto na economia, nas tecnologias, nos gêneros e formatos, na cultura e no comportamento dos públicos. O fluxo midiático distribuído em múltiplos suportes e uma nova postura do consumo diante das possibilidades de participação configuram um momento de mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e culturais.

A evolução tecnológica é marcada por ressignificações, associações, convergências e hibridismos. No processo de produção e recepção dos programas jornalísticos, a oralidade transita em suportes, dispositivos e ferramentas que possibilitam o múltiplo fluxo de informações caracterizado, entre outros aspectos, não mais pela relação de preponderância do emissor sobre o receptor, mas de troca contínua entre ambos, tornados sujeitos da comunicação:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos pelos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca de experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando. (JENKINS, 2009, p. 29)

A convergência fundamenta-se principalmente no aspecto cultural, pela reunião de funções, inteligências, participação, fãs, consumo e relações entre as mídias, inseridas na sobreposição e sinergia entre as diferentes tecnologias. Na diversidade das formas de convergência, a participação dos ouvintes nos programas de rádio AM ganhava amplitude nos níveis de interatividade com a utilização das novas ferramentas como as mensagens de texto e de voz dos aplicativos de telefone celular, além de fotos e vídeos.

O argumento central do conceito de convergência, para Jenkins (2009), é focado na transformação cultural em vez de um processo tecnológico que une funções múltiplas nos aparelhos. Porém, o autor não descarta que esta multifuncionalidade mobiliza os sentidos dos consumidores para a aquisição e distribuição de conhecimento. O celular passa a desempenhar diversas funções que vão além da concepção inicial do telefone, tornando-se uma ferramenta de vital importância para a produção, armazenamento e compartilhamento de mensagens de texto e de voz, fotos, vídeos, músicas, aplicativos de geolocalização e jogos eletrônicos. O conceito de convergência refere-se essencialmente às mudanças culturais e comportamentais que estão ocorrendo na esteira das transformações tecnológicas, refletindo nas formas de interação entre as pessoas e nas modalidades de consumo. Essencialmente, a cultura da convergência rege as mudanças nas formas de relacionamento do público com os meios de comunicação. Mas é no aspecto cultural que a convergência ganha contornos mais consistentes, a partir dos estudos de Jenkins (2009, p. 341), sugerindo que:

Algumas ideias se espalham de cima para baixo, começando na mídia comercial e depois adotadas e apropriadas por uma série de públicos diferentes, à medida que se espalham por toda a cultura. Outras surgem de baixo para cima, a partir de vários

pontos da cultura participativa, e são arrastadas para a cultura predominante, se as indústrias midiáticas vislumbrarem algum modo de lucrar com elas. O poder da mídia alternativa é que ela diversifica; o poder da mídia de radiodifusão é que ela amplifica. É por isso que devemos nos preocupar com o fluxo entre as duas: expandir os potenciais para a participação representa a maior oportunidade para a diversidade cultural.

Do fluxo informacional em única direção à comunicação multidirecional (de todos para todos), a emissão e a recepção passam por formulações teóricas diversas, articulando-se na contemporaneidade a ideia de que a recepção cumpre um papel preponderante na produção dos conteúdos midiáticos. Nesse sentido, a tecnicidade reflete também o papel colaborativo da audiência, um exercício de conhecimento coletivo sobre a cidade. O rádio AM, como caixa de ressonância da cidade, passa a acolher e ressignificar as pulsações da urbanidade, possibilitando o diálogo, o exercício da cidadania na busca de soluções para os problemas vivenciados diariamente pelos moradores.

A atuação dos integrantes da SOMAR nos programas jornalísticos caracterizava-se também por um movimento de descentralização e horizontalidade na produção de conteúdo nas rádios. A lógica das pautas centralizadas pelo núcleo profissional das redações era atravessada pelas informações, comentários, críticas e sugestões disponibilizadas pela comunidade de ouvintes. Com a participação ao vivo por telefone ou utilizando o recurso das mensagens de texto (SMS), aplicativos e as redes sociais, os ouvintes ganhavam o *status* de produtores de informação, constituindo um elo importante na rede de circulação de conhecimento. Alterava-se assim a lógica de produção de conteúdo na emissora de rádio. O novo ouvinte era público e barulhento:

A convergência exige que as empresas de mídia repensem antigas suposições sobre o que significa consumir mídias, suposições que moldam tanto decisões de programação quanto de marketing. Se os antigos consumidores eram tidos como passivos, os novos consumidores são ativos. Se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandassem que ficassem, os novos consumidores são migratórios, demonstrando uma declinante lealdade a redes ou a meios de comunicação. Se os antigos consumidores eram indivíduos isolados, os novos consumidores são mais conectados socialmente. (JENKINS, 2009, p. 47)

O público anteriormente condicionado a priorizar a agenda de notícias definida pelos jornais, revistas, emissoras de rádio, portais ou redes de televisão passa também a sugerir coberturas jornalísticas baseadas em critérios específicos do ambiente local dos bairros e das comunidades. Nos programas jornalísticos das emissoras AM, a oferta de ônibus, a precariedade do asfaltamento nas ruas, a coleta de lixo, as decisões governamentais, a falta de água ou a segurança pública passavam a disputar a seleção de notícias com os temas globais, a

exemplo da Primavera Árabe. Cria-se, portanto, uma rede de circulação de conhecimento de forma coletiva, cooperativa e dialógica. Em reação à convergência corporativa, surge a convergência alternativa.

A convergência, como podemos ver, é tanto um processo corporativo, de cima para baixo, quanto um processo de consumidor, de baixo para cima. A convergência corporativa coexiste com a convergência alternativa. Empresas de mídia estão aprendendo a acelerar o fluxo de conteúdo de mídia pelos canais de distribuição para aumentar as oportunidades de lucros, ampliar mercados e consolidar seus compromissos com o público. Consumidores estão aprendendo a utilizar as diferentes tecnologias para ter um controle mais completo sobre o fluxo da mídia e para interagir com outros consumidores. (JENKINS, 2009, p. 46)

Na comunidade dos ouvintes de rádio (SOMAR), os participantes mobilizavam-se socialmente através da mobilidade proporcionada pelos suportes tecnológicos da fala e do telefone. De qualquer lugar da cidade, pelo aparelho celular, o ouvinte podia participar de um programa de rádio para dar informações sobre o trânsito, por exemplo, ou intervir em um debate sobre questões urbanas.

O ouvinte outrora passivo e fixo, é protagonista e se movimenta. Ele interfere na programação da emissora, posto que a qualquer momento um novo tema pode entrar na pauta, falando ao vivo, usando mensagem de texto ou de voz. A participação dos ouvintes nos programas jornalísticos evidencia a virada cultural já em curso nas outras dimensões do espectro midiático. Trata-se de um movimento da sociedade indo ao encontro dos dispositivos tecnológicos que proporcionam formas de interatividade em torno dos temas envoltos no ambiente coletivo da cidade. É a pujante ação da audiência que melhor caracteriza o conceito de convergência no rádio AM, porque acentua o sujeito ativo e não mais restrito à condição de consumidor dos produtos midiáticos.

A origem dos programas jornalísticos com a participação dos ouvintes tinha a cobertura externa municiada por uma grande quantidade de fichas de telefone público (orelhão), de onde o repórter acionava o estúdio para dar informações⁵⁸. Do ponto de vista do fluxo informativo, a mobilidade proporcionada pelo aparelho de telefonia celular otimizou a produção e motivou a ampliação da participação da audiência, inclusive dos ouvintes das cidades do continente, segundo o relato de um dos apresentadores:

⁵⁸ Esse recurso era viável porque, nos anos 1990, as casas legislativas, as sedes do Governo do Estado, da Prefeitura de São Luís, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, além de outras instituições, estavam todos localizados no Centro da cidade, onde também ficava a rádio Educadora AM, instalada no prédio da Arquidiocese de São Luís.

A mobilidade do rádio casou com o celular. E agora nós estamos experimentando um outro salto em razão do próprio celular, que é o aplicativo *whatsApp*, que ampliou a participação. Então, tem muito ouvinte que tem até, digamos, vergonha de ligar para o rádio, é tímido para falar ou não tem tempo para estar ligando, estar esperando, porque o número de ouvintes que liga para o rádio é grande. [...] E hoje o que é que ele faz? Ele manda a sua mensagem daquele assunto. [...] E é de graça. A ligação é cara, ele paga. [...] A gente está percebendo que não é um ouvinte novo, é um ouvinte que não participava. Aquele que não ligava, não participava. Gostaria até de também fazer parte do debate, mas ele não ligava para participar. Esse ouvinte agora está participando pela mensagem. Ganhamos esse ouvinte na participação. Ele diz, olha, eu escuto teu programa todo dia. [...] Nós experimentamos o *email*, mas a participação por *email* não é tão viva quanto é pelo *whatsApp* [...] Eu não consigo dar conta de ler o número de mensagens que vêm pelo *whatsApp*. (SILVA, 2015a)

Os procedimentos adotados pelos ouvintes, sob a permissão e a mediação dos profissionais das rádios, viabilizam o contato entre os produtores e a audiência, através da troca de informações e da inversão provisória entre as funções do emissor e do receptor: os ouvintes falam e os apresentadores e repórteres ouvem. Dessa maneira, implode-se a via de mão única do fluxo informativo emissor – receptor, instaurando-se o sentido pleno do intercâmbio dos sujeitos no processo de comunicação, tornando possível a intervenção da audiência na produção de conteúdo durante as emissões radiofônicas. A participação dos ouvintes vem a ser, portanto, a instituição de um protótipo cada vez mais adotado nas grades de programação das emissoras, possibilitando o ingresso de múltiplos atores no processo comunicativo. A tecnicidade sedimenta, nesse recorte, o sentido mobilizador do rádio.

Na perspectiva da ação dos ouvintes, a fala é uma técnica, aperfeiçoada pela retórica, traduzida por um conjunto de táticas dos apresentadores e da audiência dispostas no campo tensional entre a produção e a recepção. Retomando os pressupostos de fundamentação da retórica, ela evidencia a persuasão, a orquestração dos argumentos com vista a conquistar e convencer o auditório (Aristóteles, 1959) Nesse processo de convencimento, as palavras são manipuladas com o objetivo de guiar, conduzir e dirigir o público aos encaminhamentos propostos pelos oradores. Essa forma de organizar o discurso, como dito por Vieira (2013), passa fundamentalmente pela ação do auditório.

Os apresentadores costumavam utilizar bordões e máximas. Havia expressões típicas de cada âncora, construções interrogativas ou exclamativas e frases de efeito que caracterizavam as singularidades dos locutores. Era possível perceber também algumas marcas discursivas dos ouvintes. Por exemplo, quando eram lançadas perguntas ao apresentador e à audiência ou uma colocação crítica sobre um determinado tema. Um dos ouvintes denominava essas colocações de “pimentinhas”.

No programa “Ponto Final”, da Mirante AM, a transmissão iniciava às 8 horas da manhã com as vinhetas de abertura e de identificação do apresentador, seguidas da fala inicial dos nomes integrantes da direção da emissora, equipe de reportagem, operadores de som, profissionais dos transmissores, produção, secretaria e telefonista. Na sequência, anunciada pela vinheta “mensagem do dia”, ocorria a leitura de um texto (geralmente uma parábola), às vezes retirado de passagens da Bíblia, interpretada pelo apresentador em uma locução diferenciada, incorporando tons e timbres que procuravam levar os ouvintes a uma circunstância de reflexão. A leitura era acompanhada de uma trilha sonora leve e meditativa. A “mensagem do dia” estava sempre relacionada a um tema do cotidiano: família, casamento, trabalho, amor, questões de justiça, narrativas que inspiravam gestos de humildade e solidariedade, compromisso, tolerância e respeito ao próximo, concluindo com uma lição de vida, derivada do próprio texto interpretado pelo apresentador. A dramatização do texto na abertura do programa era um momento de reflexão e imersão do apresentador na reflexão fornecida pelo conteúdo da leitura. Algumas vezes ouvintes telefonavam apenas para fazer referência à parábola. Esse tipo de participação, porém, era incomum.

Nos programas jornalísticos, a técnica de composição do discurso visando à persuasão era disseminada de ambos os lados, apresentadores e ouvintes, no território entre a produção e a recepção. Nesta fronteira, eles disponibilizam as palavras em movimento, com o objetivo de manipular seus públicos e conduzi-los a um ponto de vista. Eis o sentido manipulatório associado à tecnicidade. Manipular não incorpora necessariamente o viés pejorativo que a palavra suscita. Manipulatório, aqui, é colocado na dimensão do uso dos argumentos, no desenvolvimento de estilos dos falantes, na perícia e na perspicácia dos oradores para dialogar, interpretar, analisar e argumentar, com vistas à persuasão dos interlocutores.

Apresentadores e ouvintes gerenciavam seus repertórios informativos e opinativos com o objetivo de reger seus auditórios, norteando-lhes o caminho, governando-os. Ao manejar as palavras, era essencial manipular os ingredientes da persuasão focados no objetivo de convencer o auditório. Era necessário, portanto, manobrar as palavras para organizá-las da melhor maneira possível, a fim de obter eficácia no discurso. Em síntese, sob a lente da tecnicidade, observei três sentidos na ação dos ouvintes em diálogo com os apresentadores: convocatório, mobilizador e manipulador. Assim, o rádio que convoca e mobiliza, é o mesmo que manipula.

A marcha pela dominação e transformação da natureza (CHAUÍ, 2000) fez o ser humano apropriar-se dos recursos naturais mediante o desenvolvimento e o uso de técnicas e artefatos necessários ao incremento das suas habilidades físicas. Os instrumentos rudimentares utilizados na agricultura para cavar e semear a terra desencadearam a prática do cultivo, uma cultura agrícola, traduzida etimologicamente em cultivar a terra, plantar, colher e, posteriormente, celebrar as colheitas com festas regadas a canto e dança. A prática de cultivar a terra serve de referência para pensar a tecnicidade na perspectiva complementar à ritualidade. Lavrar a terra, a princípio tomada como meio de sobrevivência, passou a ser uma prática permanente, regada pelos ciclos da chuva e dos tempos demarcados ao plantio e à colheita, bem como no cuidado diário na manutenção das plantas. Essa prática constante, sistemática, periódica e repetitiva caracteriza a mutação da tecnicidade em ritualidade, processada no movimento de utilização metódica e aperfeiçoamento dos aparatos técnicos em uma prática cultural, no constante processo de transformação das técnicas pelas inovações das culturas, válida no sentido inverso, quando o cultivo de um hábito, ritualizado, leva à modificação dos instrumentos.

O preâmbulo ilustrativo da agricultura serve para fundamentar o complemento entre a tecnicidade e a ritualidade, em um recorte que vai além do uso das máquinas e do determinismo tecnicista. Nesse sentido, a proposta metodológica de Martin-Barbero (2004) abraça a tecnicidade na concretude dos saberes e na construção das práticas.

Compor a tela do quadro com os traços da tecnicidade e da ritualidade requer pensá-las na dinâmica dos processos de diálogo entre a produção e a recepção nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM. Se a tecnicidade pressupõe uma relação com a linguagem radiofônica, implica em uma prática constante do uso de instrumentos para viabilizar essa atividade, uma ação cultural efetivada no tempo e no espaço, provocando interferências nas esferas do social, do político e do econômico, em uma historicidade, porque nenhuma técnica é neutra. Nessa amplificação do espectro da técnica, a ritualidade configura os modos de uso e consumo dos meios de comunicação, na prática sistemática que pode ou não se converter em um rito.

Da ordem da tecnicidade, a relação dos sujeitos com os suportes, formatos e os conteúdos atravessa a fronteira do uso dos instrumentos para designar a sua incorporação ao cotidiano dos ouvintes, buscando encontrar, nessa prática, a constituição de hábitos contínuos que justifiquem o rito. Os produtos culturais absorvidos sob a mediação da tecnicidade

corporificam-se no uso contínuo através da utilização dos instrumentos que permitem acessar e elaborar os conteúdos.

Há, portanto, uma complementaridade entre a tecnicidade e a ritualidade, na medida em que elas são compreendidas na relação dialética entre a técnica e a cultura, em um processo contínuo de incorporação, ressignificação e inovação mútuas. Tornados rotineiros, periódicos e repetitivos, os usos dos novos artefatos desenvolvidos sob a lente da tecnicidade adquirem a formatação da ritualidade, sedimentando uma prática cultural. Na perspectiva complementar das duas mediações, importa analisar como os ouvintes se apropriavam da técnica para interferir nos programas e não somente validar o estatuto da técnica hipostasiado sobre a prática cultural da audiência. A propositura de Brecht (2005) de conversão do rádio em meio dialógico, possibilitando não só ouvir como falar, expressa o duplo movimento de interferência entre a cultura e a técnica.

Retomando o enquadramento teórico, a matriz cultural da rádio Nacional (GOLDFEDER, 1980) teve como uma das principais referências o ativismo da audiência, através dos clubes de fãs dos artistas e pela ação estridente do público nos programas de auditório. Este modelo foi adaptado em diversas emissoras no Brasil, cada qual adotando distintas ressignificações. Para além dos programas ao vivo, explorei o conceito de auditório como espaço de encontro e ação da audiência, visando delimitar a movimentação dos ouvintes em diferentes rituais de convivência com o rádio, no Maranhão. Assim, no processo de metamorfose da recepção, percebi a formatação de três tipos de escuta, no eixo diacrônico: audiência coletiva nos municípios do continente e nos bairros de São Luís, audição presencial nos programas de auditório e a instituição da Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR).

A combinação entre os relatos dos ouvintes e a literatura sobre o rádio em São Luís permitiu sistematizar, conforme já mencionado anteriormente, a gênese da audiência vinculada à escuta coletiva nos municípios parcialmente isolados pelo imobilismo geográfico do Maranhão. Nessas cidades, ouvia-se rádio nas portas das quitandas e nas casas das poucas pessoas que possuíam aparelhos. Os ouvintes que migraram para São Luís nos anos 1960 também vivenciaram a experiência da audiência coletiva na capital, onde era comum os encontros nas esquinas dos bairros para ouvir os jogos de futebol e os programas de auditório. Havia, em menor quantidade, aglomeração nas portas das residências onde o rádio era objeto de poucas famílias naquela época. Essas formas de ouvir constituíam auditórios coletivos, que

traduziam o hábito de compartilhamento do aparelho de rádio entre familiares, amigos e vizinhos.

Ouvir em grupo estava relacionado à restrita posse do equipamento rádio, ainda não popularizado. Mas, a escuta coletiva era provocada também pelo fascínio do contato ao vivo com os apresentadores e os cantores nas sedes das emissoras, em São Luís, nos concorridos programas de auditório (Lacroix, 2012).

A partir dos anos 1980, o fim dos programas de auditório e o progressivo acesso aos aparelhos de rádio resultaram em alterações nos hábitos dos ouvintes. Nesse movimento diacrônico, observei a modificação da audiência: de coletiva para individual; porém, com uma nova forma de coletivização, instituída na SOMAR. Simultaneamente, a recepção passava por um processo de individualização e coletivização, constituindo uma síntese dialética: a negação da escuta coletiva nos bairros e nos programas de auditório refazia-se na afirmação de uma nova forma de audiência grupal – os ouvintes organizados em uma entidade. A SOMAR, portanto, constituía uma rede social da audiência, formada por pessoas que ouviam isoladamente, participavam dos programas e reuniam-se para conversar e debater sobre a prática da audiência. Eis, portanto, a mutação na prática cultural de ouvir rádio.

Os rituais refletiam a narrativa dos ouvintes sobre a herança cultural da audiência, marcadamente presente na infância, transmitida pelos avôs e pais. Memória, a estabilidade dos costumes passados pelos mais velhos e repetição compunham o tripé da ritualidade. Nos relatos dos entrevistados, o hábito de ouvir rádio estava incorporado ao ritmo biológico, demarcado na quantidade de horas de audiência. O rádio era parte da vida dos ouvintes, ou o próprio sentido da existência, refletida no acompanhamento permanente, sistemático e metódico dos programas, a ponto de memorizar as grades de programação das emissoras, com seus respectivos horários, apresentadores e repórteres. A repetição, combustível do ritual de ouvir, materializava o rádio incorporado ao cotidiano da audiência. O mapeamento das emissoras dimensionava o conhecimento não só dos programas e dos profissionais, bem como as vinculações político-empresariais de cada grupo detentor das concessões. Assim, a complementaridade entre tecnicidade e ritualidade contemplava os saberes e as práticas dos ouvintes sobre a dinâmica do controle midiático no espectro radiofônico.

O rádio estabelecia a conexão e o vínculo com a cidade, através da partilha de informações, possibilitando que a vida se desenvolvesse no ponto de intersecção do mundo

físico e real com o da virtualidade e das interconexões eletrônicas, neste caso, através das ondas eletromagnéticas e pelo telefone. Se a tecnicidade iluminava os sentidos convocatório, mobilizador e manipulador, a ritualidade expressava o vínculo e o enraizamento da audiência na prática cotidiana de “viver” os programas jornalísticos. Esse conhecimento possibilitava aos ouvintes ultrapassar a barreira do receptor passivo. A cultura do ouvir foi alterada quando o rádio permitiu à audiência, mediante o telefone, sair da condição de passividade e assumir, momentaneamente, o protagonismo do apresentador. Para os ouvintes, o telefone é o microfone que amplifica as vozes da audiência, marca da tecnicidade.

No complemento entre ritualidade e tecnicidade, cabe ainda explorar a produção e a recepção dos programas jornalísticos no recorte sobre o silêncio, configurado em duas formas: 1) como integrante da linguagem radiofônica; 2) na negação da fala ao ouvinte. Esses dois enquadramentos requerem um entendimento sobre o discurso radiofônico, composto por “signos orais, verbais, musicais, sonoros e silêncios” (HAYE, 2005, p. 347). Na magia do rádio, o silêncio também fala. Em frações de segundos, pode indicar dúvida, angústia, indignação, convite à reflexão, afirmação ou negação de algo proferido anteriormente no pequeno intervalo que indica a ausência da palavra, da música ou dos efeitos sonoros. Esses elementos da linguagem radiofônica são constitutivos do discurso.

Pode-se dizer, assim, que o discurso radiofônico é uma totalidade significativa (conteúdos + formas), apoiada exclusivamente em elementos sensoriais de caráter auditivo, distribuídos em séries informacionais linguísticas, para linguísticas e não-linguísticas e articuladas em audições e horários, tal como estabelece sua infraestrutura material temporal. E também que esse todo de significação constrói uma relação de intercâmbio e negociação de sentidos entre sujeitos (HAYE, 2005, p. 349)

O diário de escuta permitia mapear o silêncio nos curtíssimos intervalos em que o locutor calava, geralmente após um comentário ácido sobre um tema da política ou quando o assunto envolvia um drama: a falta de água permanente em São Luís, o falecimento de alguma pessoa pela falta de atendimento médico, a inércia repetida dos órgãos públicos diante de reivindicações sistematicamente cobradas pela audiência e tantas outras situações. Após um discurso indignado, de cobrança das autoridades, seguiam-se as frações de silêncio, carregadas de significado na transação de sentidos entre a produção e a recepção. Esse tipo de silêncio compunha também a dimensão sensorial do discurso radiofônico, do qual os ouvintes eram participantes no imenso horizonte interpretativo que os momentos de ausência da palavra falada e dos efeitos sonoros proporcionavam de ambos os lados – apresentador e audiência.

Outro tipo de silêncio era relacionado à interferência direta da tecnicidade para interromper a ritualidade, quando as ligações eram cortadas e os ouvintes tirados do ar, por ação da censura, conforme relatos dos entrevistados. Havia também a queda nas ligações por falhas nas operadoras de telefonia. Isso, sempre que acontecia, era amparado pelos pedidos do apresentador para que a pessoa voltasse a telefonar. O silêncio nos programas jornalísticos, sob a lente da tecnicidade e da ritualidade, carregava, portanto, um duplo sentido: na composição da linguagem radiofônica, representava participação; na censura, era a negação da produção, visto que nesta já estava contida a recepção.

Nas situações de censura, o silêncio era a antítese da percepção dos programas jornalísticos abertos à participação da audiência, estimulada e convidada a fazer parte da programação, através das vinhetas chamativas, da divulgação dos números dos telefones pelos apresentadores e dos constantes apelos para que os ouvintes integrassem a produção. A censura mediante o corte da ligação telefônica negava o conceito do discurso radiofônico, que inclui, necessariamente, a audiência e o seu ritual de ouvir, acompanhar sistematicamente o dia a dia das emissoras, desenvolver preferências e afetos pelos apresentadores.

Assim, a ritualidade afirmava-se em outros dispositivos da linguagem radiofônica nos programas jornalísticos, tais como as vinhetas identificadoras dos apresentadores e repórteres, evidenciando os bordões enunciativos das emissoras. Essas vinhetas visavam qualificar o conteúdo da programação, remetendo as rádios e os seus profissionais aos conceitos de verdade, credibilidade e imparcialidade. Os nomes dos programas, traduzidos nos efeitos sonoros e nas vinhetas, designavam os sentidos da produção: “Roda Viva”, “Abrindo o Verbo”, “Manhã Difusora”, “Ponto final”, “Comunidade Interativa”, “Timbira Debate”, “Ligou é notícia”, “Bom dia São Luís”, “Roda Viva”, “Balanço da Capital”, “Panorama da Capital”, “Comando da Noite” e tantos outros.

A perspectiva complementar das mediações tecnicidade e ritualidade descortina o horizonte teórico para pensar os programas jornalísticos do rádio AM na dimensão de uma ágora eletrônica, tomando como referência a utopia de (Brecht, 2005) sobre o conceito do rádio elaborado por múltiplas vozes, elevando a audiência à condição de protagonista no processo de produção. Propondo dotar todas as casas com aparelhos emissores-receptores, através dos quais as pessoas pudessem participar ativamente do processo de comunicação, Brecht (2005) vislumbrava o rádio como plataforma tecnológica na qual poderiam instituir as assembleias populares para tomar decisões sobre a cidade, remetendo ao cenário grego da

praça como lugar de debates e decisões sobre a vida pública. Inspirado na proposição da esfera pública (Habermas, 1984), combinada ao conceito brechtiano, Dantas (2002), projetou a possibilidade de ser instaurada uma esfera pública cidadã, mediada pelo rádio, tendo a preponderante intervenção dos cidadãos como “produtores diretos e autônomos de cultura. Seria o alargamento e a consumação do ideal iluminista da esfera pública burguesa, agora expandida para toda a sociedade democrática. Seria, pois, a radicalização da democracia.” (DANTAS, 2002, p. 103.)

7.2. SOCIALIDADE E INSTITUCIONALIDADE: MEDIAÇÕES EM DIÁLOGO

Nesse quadro de análise, proponho relacionar a vida cotidiana, a prática da audiência e os arranjos institucionais interpostos à ação dos ouvintes. A socialidade - mediação tangencial das competências de recepção - foi percebida com intensidade nos depoimentos dos entrevistados. As remissões às formas de relacionamento com o rádio imbricaram-se ao cotidiano da audiência traduzindo a sua participação como fruto e semente das práticas culturais herdadas em família e enraizadas no cotidiano. A vivência da cidade, traduzida na fala ao vivo nos programas jornalísticos, restituiu o sentido de empoderamento dos ouvintes através da plataforma radiofônica. A socialidade, portanto, era o tônus de algumas características do rádio informativo. Ele instituía vínculos e estabelecia proximidade entre os ouvintes, agilizava a capacidade de mobilização popular e fortalecia o significado do direito de informar e ser informado, intensificando o sentido de uma esfera pública onde os discursos circulavam, motivados sobretudo pela prática cultural da recepção. O trabalho de campo revelou a força da socialidade na relação dos ouvintes com a cidade, mediados pelo rádio.

Sempre que se identificavam para falar nos programas jornalísticos de rádio AM, os ouvintes anunciavam o primeiro e/ou segundo nomes, acrescentando o bairro onde moravam. O sobrenome informal do ouvinte era o bairro, sua cartografia no rádio, uma das múltiplas marcas identitárias da vida urbana, exigida como sinal de pertencimento à cidade.

O bairro era, portanto, constituinte das identidades da audiência, sintetizava o lugar onde o cotidiano se fabricava, nos afazeres domésticos, na vida comunitária, como ponto de partida e local de chegada nos deslocamentos diários para ir e voltar do trabalho, escola, ambientes de lazer e outras mobilidades. O bairro era a circunscrição de moradia e do estabelecimento de laços familiares e comunitários, pelos quais os moradores da cidade se localizavam nos endereços e também se estratificavam em áreas e zonas: nobres, médias e

pobres. No zoneamento da cidade, a localização codificava o *status* dos habitantes, por meio de convenções sociais e marcas simbólicas da arquitetura e da geografia, das intervenções humanas e da configuração natural presentes na urbanidade. Nessas delimitações, o centro, a área nobre e a periferia eram os mais usuais, recentemente acrescentados pelas áreas de expansão e cercamento dos condomínios, disputando o espaço da cidade com as ocupações populares.

A cidade constituía, portanto, um campo tensional de ocupação de território. No deslocamento populacional do continente para a ilha de São Luís, era comum o envio dos filhos para estudar e buscar emprego na capital. A fixação de um integrante da família em um bairro aos poucos ia provocando a nucleação e ancoragem de um ponto de referência para outros parentes que migravam com os mesmos objetivos: procura por trabalho, educação, tratamento de saúde e mesmo o fascínio de morar na capital, onde costumava-se projetar mais oportunidades de prosperidade.

Havia também outro movimento das pessoas já fixadas na capital. À proporção que os filhos mais velhos casavam e formavam família, a tendência era morar nas proximidades da casa dos pais. Esse traço de nucleação familiar tornava-se mais forte ainda na zona rural de São Luís, onde as teias familiares tinham intensidade ampliada porque agregavam nos arredores da capital o sentido comunitário vivenciado nas suas cidades de origem.

As características da agregação familiar eram fundamentais para entender o bairro como território de moradia dos parentes que buscavam proximidade entre as casas, uma das formas de manter os vínculos afetivos e de solidariedade entre as pessoas unidas por laços consanguíneos. Até a década de 1980 ainda persistiam hábitos como trocas de alimentos ou os gestos de socorro para ajudar o vizinho de família com alguns temperos, açúcar e óleo de cozinha que faltaram na última hora do preparo do almoço.

Na constituição do bairro, as relações intra e interfamiliares eram fundamentais para entender a dinâmica da formação sociodemográfica ludovicense, principalmente nos conjuntos habitacionais e nas áreas periféricas, onde a nucleação familiar sedimentava a solidariedade entre os parentes.

Em São Luís, os conjuntos habitacionais populares construídos nas décadas de 1980 – Cohab, Cohatrac, Cidade Operária, Maiobão – também contribuíram fortemente para a

nucleação familiar decorrente do processo migratório na direção da região metropolitana, formada pela capital, onde houve maior concentração populacional, e posteriormente a expansão para os territórios dos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Havia, por outro lado, a formação de ocupações nas áreas de expansão que não configuravam conjuntos habitacionais. Eram fruto do adensamento populacional das pessoas de mais baixa renda, a exemplo da área Itaqui-Bacanga e do pólo Coroadinho, dois grandes conglomerados urbanos de referência em São Luís.

Esse tipo de formação dos bairros e dos conjuntos habitacionais precisava ser levado em consideração para entender os vasos comunicantes entre as casas vizinhas, às vezes separadas umas das outras por uma rua ou apenas por um muro. Nesta configuração, era comum as reuniões nas portas das casas para conversar e partilhar a vida. A rua funcionava como arena social para as brincadeiras de crianças e jovens e também para a conversação dos adultos sobre o cotidiano, misturando as redes familiares na ideia primeira de comunidade, formada pelo intercâmbio de traços culturais oriundos dos municípios de origem com a perspectiva de vida urbana em uma capital. Nesta cidade carente de parques e áreas esportivas, a rua cumpria muitas funções: era o campo improvisado, onde as partidas de futebol rivalizavam e irmanavam os jovens praticantes de “peladas”; funcionava como ambiente de lazer das crianças que exercitavam os jogos infantis (cancão pintado no asfalto) e chuçó (enfiado nas ruas e calçadas sem pavimentação); e servia como ambiente de diversão durante os eventos festivos.

As ruas configuravam os múltiplos entrelaçamentos familiares e geravam a agregação no entorno das igrejas e nas celebrações mais tradicionais da cidade, quando jovens e adultos organizavam arraiais juninos e folguedos carnavalescos: blocos de sujo, quadrilhas, pequenas bandas improvisadas, cortejos de homens vestidos de mulher, queimação de judas e outras tantas formas de vivência comunitária.

Nos bairros de São Luís, a conversação sobre o cotidiano cimentava a socialidade. Os aglomerados urbanos da capital tinham ainda seus pontos de convergência nas quitandas, bares e nos pequenos restaurantes de comida caseira, pontos de encontro e compartilhamento do cotidiano, onde a conversação tonificada por iguarias típicas (mocotó, sarapatel, feijoada e tripa de porco), álcool e música constituíam o múltiplo palco da vida cotidiana. Os ambientes de conversação ampliavam-se também para outras formas de convivência, como as esquinas

ou calçadas nas proximidades dos postes de iluminação pública onde geralmente os homens reuniam-se para jogar palito, dama, dominó e baralho.

Por essas pequenos plenários – os bares, as quitandas, as esquinas e rodas de jogos – circulavam não só os assuntos de interesse privado – a vida de cada um e dos vizinhos – como também os diálogos sobre o futebol, as pilhérias entre os torcedores rivais, o cotidiano da cidade, a gestão do prefeito e do governador, a situação do país, de casa, os namoros e casamentos dos familiares, o salário, a inflação, as personagens da novela, do cinema e as considerações gerais a fazer sobre o mundo, a vida comum e incomum.

Os comentários da vida em comunidade estavam inseridos na prática cultural dos moradores dos bairros de São Luís. Nessas rodas de conversa comentavam-se, também, sobre as notícias da televisão, do rádio, internet e dos jornais. Os assuntos divulgados na mídia faziam parte do repertório dos burburinhos comunitários, evidenciando a prática do consumo dos bens simbólicos.

Aos sábados e domingos, os bairros populares fervilhavam em diversos ambientes. Durante o dia, a movimentação do comércio nas feiras mobilizava os moradores para o consumo. Nos bares e arredores, os homens encontravam-se para tomar cerveja e conversar, enquanto as mulheres faziam filas nos salões de beleza, onde a conversação elevava-se à máxima potência. Esses atos aconteciam após as compras feitas pelo casal nas feiras, geralmente improvisadas nas calçadas, tomando parte das ruas, disputando a freguesia com diversos estabelecimentos comerciais (pequenos, médios e grandes) onde se encontrava de tudo um pouco.

O *reggae* era música marcante nos botecos, compondo a paisagem sonora com os carros automotivos “forrozeiros” e os vendedores ambulantes de CDs e DVDs piratas, empurrando suas potentes engenhocas de som enfeitadas com os últimos lançamentos do *hit* preferido da grande massa popular – a sofrência, cuja principal expressão era o cantor Pablo do Arrocha.

À noite, o burburinho aglomerava-se em torno dos bares e nas tendas de lanche, fincadas nas calçadas e nas margens das ruas, onde se fabricavam hambúrgueres e churrasquinhos das mais diversas qualidades. Ao fim da tarde, a fumaça dos fogareiros era o sinal de que havia gente aglomerada para comprar, comer sentado nas mesas e cadeiras

espalhadas nas calçadas e conversar sobre a vida privada dos vizinhos e acerca dos temas cotidianos de interesse público. Destacava-se ainda a grande quantidade de igrejas evangélicas, instaladas em pequenos *box* de aluguel comercial ao longo das avenidas ou em suntuosas construções.

Nos bairros populares, em geral, a grande quantidade de igrejas evangélicas rivalizava com os bares espalhados ao longo das avenidas principais e nas ruas secundárias. O sagrado e o profano, às vezes, conviviam lado a lado, exibindo o contraste dos homens sem camisa segurando os copos de cerveja nas portas do bares, na mesma calçada onde passavam os evangélicos sisudos em mangas compridas, acompanhados das esposas em vestidos abaixo dos joelhos. Alguns bares, equipados com aparelhos de telão, também aglutinavam grandes quantidades de pessoas nos dias de transmissão dos jogos de futebol.

Assim, os plenários formais e informais dos bairros traduziam a vida cotidiana. Nesses ambientes multifacetados desfaldava-se a bandeira da socialidade - mediação fundamental para entender o momento das competências de recepção. O consumo, como prática cultural, sedimentava o dia-a-dia, formatava a vida comum, os laços de família, as tradições e rupturas, os hábitos antigos alterados pelas ressignificações da contemporaneidade. A conversação nos plenários informais dos bairros temperava o alimento da experiência cotidiana e atravessava as mais diversas dimensões da vida: trabalho, lazer, religiosidade, dinheiro, poder, relações amorosas, sexo, moda, gostos, preferências e a política. Para Certeau (1998, p. 50), a “arte de conversar” reflete o entrelaçamento dos locutores. Nas ações do cotidiano:

[...] as retóricas da conversa ordinária são práticas transformadoras “de situações da palavra”, de produções verbais onde o entrelaçamento das posições locutoras instaura um tecido oral sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém. A conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular “lugares comuns” e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los “habitáveis”.

Esse traço cultural sedimentado nos plenários informais transbordou para os programas jornalísticos de rádio AM, onde se deu o encontro de interesses entre as emissoras e a audiência, quando a oralidade adquiriu novos contornos, atualizados a partir das marcas presentes das nossas matrizes culturais.

Vivendo no Maranhão, no período de 1652 a 1661, o padre Antônio Vieira interpretou uma parte do metabolismo de São Luís no Sermão da Quinta Dominga da

Quaresma (VIEIRA, 1965). Conta a fábula, por ele narrada, que ao cair do céu, o diabo espatifou-se em vários pedaços e estes espalharam-se por diversos países da Europa, atribuindo a cada povo as características relacionadas às partes do corpo. A cabeça do demo tombou na Espanha, daí serem os espanhóis "furiosos, altivos, e com arrogância graves". O peito desabou na Itália, tornando os italianos "fabricadores de máquinas". O ventre desmoronou na Alemanha, justificando a inclinação dos germanos à gula "e gastarem mais que os outros com a mesa e com a taça". Os pés, conta ainda a fábula, precipitaram na França, fazendo os franceses "pouco sossegados, apressados no andar, e amigos de bailes". Os dois braços com mãos e unhas grandes foram parar na Holanda e em Argel, justificando o espírito corsário daqueles povos. Vizinho à Espanha, Portugal foi contemplado com o fragmento da cabeça mais precioso ao sermão – a língua, com seus vícios e o abecedário formulado por Drexélio. A língua dividiu-se em vários domínios lusos. Ao Maranhão, couberam as interpretações sobre a letra "M", conforme explica Vieira⁵⁹:

Esta é a substância do apólogo, nem mal formado, nem mal repartido, porque, ainda que a aplicação dos vícios totalmente não seja verdadeira, tem contudo a semelhança de verdade, que basta para dar sal à sátira. E, suposto que à Espanha lhe coube a cabeça, cuido eu que a parte dela que nos toca ao nosso Portugal é a língua, ao menos assim o entendem as nações estrangeiras que de mais perto nos tratam. Os vícios da língua são tantos, que fez Drexélio um abecedário inteiro e muito copioso deles. E se as letras deste abecedário se repartissem pelos estados de Portugal, que letra tocaria ao nosso Maranhão? Não há dúvida, que o M. M - Maranhão, M - murmurar, M - motejar, M - maldizer, M - malsinar, M - mexericar, e, sobretudo, M - mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente.

A leitura imediata da fábula, ao pé da letra, pode considerar uma pesada dose de preconceito e discriminação do autor sobre o Maranhão, mas o desenvolvimento do sermão é uma instigante construção dialética sobre os conceitos de verdade e mentira. "Vede se é certa a minha verdade: que não há verdade no Maranhão." (Vieira, 1998, p. 5). A frase mais popularizada no texto de Vieira – "no Maranhão até o sol e os céus mentem" – não se refere às posturas das pessoas, mas sim às intempéries do tempo: "Amanhece o sol muito claro, prometendo um formoso dia, e dentro em uma hora tolda o céu de nuvens, e começa a chover como no mais entranhado inverno." (VIEIRA, 1998, p. 7)

Quanto às outras palavras iniciadas pela letra "M", elas denotam rir, gracejar, brincar, escarnecer, divertir-se, zombar, fofocar, intrigar e outros verbos que expressam em parte os conteúdos da conversação e dos qualificativos presentes na comunhão da vida pública e privada no cotidiano da cidade. Essa prática cultural percorria os mais variados circuitos e

⁵⁹ <http://www.dominiopublico.gov.br/>

plenários de São Luís, atravessando as conversas interpessoais, os programas de rádio e também as colunas de jornais. As reuniões de família, os pontos de encontro dos bairros, as conversas da vizinhança nos bares e restaurantes de comida caseira, os entornos das igrejas e bancas de revista, entre tantos outros locais de aglomeração das pessoas eram redutos de diálogo sobre a atuação dos políticos e palco de debate sobre a vida cotidiana. Os ambientes de murmúrio constituíam o transbordamento da prática cultural e política sobre a vida dos gestores, refletida e refratada nas conversas face a face, ressignificados nos programas de rádio e até nos jornais impressos⁶⁰.

Como dito anteriormente, o sermão de Vieira não pode ser levado ao pé da letra “M”, a ponto de interpretar o Maranhão como paraíso da mentira. Todos os ouvintes entrevistados consideravam o rádio uma instituição séria e os programas jornalísticos de fundamental importância, já demonstrada em diversos relatos. Lacroix (2012) descreve a preocupação das emissoras, desde os anos 1950, com a qualidade dos locutores, recrutados na plêiade de intelectuais do Maranhão.

Temas como a cassação do governador Jackson Lago, por exemplo, foram amplamente debatidos nas emissoras, seja com a lente do senso comum ou pela explicação de advogados e outros ouvintes, engajados ou não em agremiações partidárias. Nos programas jornalísticos de rádio AM, o andamento do processo de cassação e as disputas entre os grupos eram fortemente agendados pela audiência. Advogados e especialistas em Direito Eleitoral comumente telefonavam para as emissoras dando parecer sobre a admissibilidade do processo, analisando os cenários de votação, as tendências dos ministros do STF. Esse período de grande turbulência política ganhou forte repercussão nas emissoras de rádio AM, com ampla participação dos ouvintes.

Assim, o transbordamento do cotidiano dos moradores da cidade para os programas de rádio, onde os ouvintes atuavam de forma orgânica, integrando os vasos comunicantes do corpo vivo da urbanidade, encontrava na mediação socialidade um terreno fértil para explicar a prática cultural da audiência. A socialidade, frisou Martín-Barbero (2009), tem lugar nas práticas cotidianas, território simultâneo da desigualdade social e das possibilidades de

⁶⁰ Na paisagem midiática de São Luís, o “Jornal Pequeno” veicula aos domingos a coluna (página inteira) do “Doutor Pêta”, caracterizada por um estilo caricatural dos temas e personagens públicas do Maranhão. Aguardada com expectativa, a coluna também resenha situações vivenciadas nos programas de rádio AM, registrando casos polêmicos envolvendo o desempenho dos apresentadores e comentários dos ouvintes. A coluna também recebe cartas dos leitores, entre os quais um dos ouvintes entrevistados nessa pesquisa.

superação pela via da mobilidade, da ascensão social, do sonho, dos projetos de vida, dos desejos alimentados no dia-a-dia, nas rotinas do trabalho, da família e do espaço doméstico. Visto como “conjunto de processos sociais de apropriação dos produtos”, o consumo é interpelado duplamente pela ritualidade (diferentes usos sociais dos meios) e pela socialidade, “onde os receptores se firmam como sujeitos a partir da diferenciação com o ‘outro’, alimentado, por exemplo, pelo jornalismo e reelaborado pelos grupos sociais” (ESCOSTEGUY; FELIPPI, 2013, p. 21).

Remetendo às matrizes culturais, a socialidade completava o circuito do “mapa noturno” como espaço de afirmação dos sujeitos da recepção, lugar da ação, permeado pela eclosão dos fatos na ruptura e costura do tecido social, onde se faz e desfaz o cotidiano com as múltiplas narrativas. Os ouvintes participantes dos programas jornalísticos estavam situados nas competências de recepção na condição de produtores do discurso radiofônico.

A socialidade sedimentava a cotidiana forma de viver dos ouvintes nos programas jornalísticos, a partir dos rituais de escuta e participação. Falar no rádio significava agir, romper a condição de passividade da audiência, transpor a barreira que separa produção e recepção. O cotidiano dos bairros ganhava visibilidade nos programas através da ação dos ouvintes, com seus reclames, denúncias, reivindicações, propostas, críticas, elogios e repúdios. Articulada a dois momentos - competências de recepção e matrizes culturais - a socialidade configurava a força da audiência no processo de narrativa do cotidiano, interferindo nas lógicas de produção.

Essa força, porém, sofria intervenções da institucionalidade, das regras impostas e dos mecanismos de controle das emissoras. Primeira indústria cultural do Brasil (Lopes, 1983), o rádio nasceu em 1923 e logo no Estado Novo, a partir de 1930, passou por processos de interferência e a regulação estatal que impuseram desdobramentos de ordem econômica, administrativa e técnica às emissoras. As modificações foram percebidas também nas entranhas da programação, no que diz respeito ao ajustamento às diretrizes impostas, desembocando na relação entre a produção e a recepção. Se mudam as regras de financiamento e gestão, esses impactos repercutem na programação, nos enredamentos internos e externos que configuram o rádio como pólo difusor da cultura. Lopes (1983) constata essas modificações ao analisar a intervenção estatal no rádio em diferentes períodos, especialmente com a chegada da televisão, quando o investimento publicitário decresceu no rádio e o modelo *broadcasting* foi abandonado.

Por outro, ocorreu o progressivo aumento da regulamentação estatal sobre o sistema de radiodifusão. Esses fatores estavam sem dúvida na base de processos que transformaram a linguagem particular do rádio, sua potencialidade como veículo de comunicação popular e a sua organização como empreendimento comercial. Na década de 60 e começos de 70 a fórmula “música e notícias” predominou na programação das emissoras, tendo-se firmado para o rádio o conceito pejorativo de “vitrolão”. Atualmente, as tendências do rádio como indústria cultural podem ser caracterizadas como tentativas de modernização que atingem tanto sua infraestrutura quanto sua linguagem. A diversificação da sociedade em novos estratos sociais e setores profissionais obrigou as emissoras a especializarem suas programações com o fim de manter ou expandir a audiência. (LOPES, 1983, p. 111)

Desde o marco teórico da tese, ao apresentar os conceitos e relações entre Estado e mercado, tinha o objetivo de reconectá-los no momento preciso de analisar as interferências externas e internas no processo de participação da audiência nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM. A transição do estado de natureza (Hobbes, 1998) para o Estado civil foi marcada, sobretudo, pela centralização política. Marx (1977) adicionou à centralização o papel do Estado a serviço dos interesses da classe dominante. Martín-Barbero (2009), por sua vez, procurou enxergar nas classes subalternas os movimentos de resistência à sobreposição do Estado, evidenciando o conflito entre a força plasmadora da “instituição-providência” e a dinâmica das culturas populares pulsando na base da sociedade. Estas, no entanto, operam sob a força dos grupos de pressão econômico-política. Nessa dinâmica, ocorrem os conflitos entre a ordem constituída e a defesa dos direitos dos cidadãos. Assim, a institucionalidade carrega o seu contraponto.

Feita esta retomada, para o recorte da presente tese cabe adicionar as contribuições de Couto (2009) sobre as relações entre Estado, mídia e oligarquia no Maranhão. A centralização do poder político e econômico, consorciado ao controle da maior rede de comunicação, impôs as condições de dominação e prolongamento de uma só família nas estruturas do governo ao longo de 49 anos. Conforme dito anteriormente, o Maranhão é uma referência no conceito de coronelismo eletrônico. Nesse entendimento, o controle da máquina governamental refletia os interesses oligárquicos nos meios de comunicação:

[...] pode-se concluir que no Maranhão, e no período estudado (a partir de 1965), desenvolveu-se um governo de poucos, ilustrado pelo fato de que, se não todos, a maioria absoluta dos governantes obedecia à mesma cartilha política. O poder, portanto e pela mesma explicação, estaria concentrado em um grupo restrito e praticamente fechado de pessoas ligadas por vínculos de interesse ou de sangue. Esses dirigentes gozaram (ou gozam) de privilégios particulares inerentes à própria situação do cargo ou à sua direção, como no caso da aplicação de verbas e das concessões (às vezes auto-concessões) públicas de meios eletrônicos; e os mesmos serviram-se, ou tentaram servir-se, de vários meios ao alcance do poder para conservá-lo como a direção dos partidos políticos e dos meios de comunicação, próprios ou não. (COUTO, 2009, p. 194-195)

A centralização do poder, marca fundamental do conceito de oligarquia, manifestava-se no controle das instâncias governamentais e na ampliação dos tentáculos institucionais sobre a iniciativa privada. Mediante os expedientes do clientelismo, fisiologismo e patrimonialismo, o governo oligárquico traduziu a confluência dos interesses públicos e privados em benefício de uma só família. Nos meios de comunicação, essa prática evidenciou o privilégio das empresas de mídia de propriedade dos filhos e favorecidos pelo ex-presidente José Sarney e o controle indireto das outras empresas de comunicação, mediante pressões políticas e através da distribuição das verbas publicitárias, mecanismo de chantagem para a obtenção de alinhamento editorial aos interesses do Palácio dos Leões – sede do governo.

Não há, portanto, como dissociar a estruturação dos meios de comunicação das contingências do poder econômico e político no Maranhão, terra de inusitados lances eleitorais que viabilizaram até mesmo a eleição de Assis Chateaubriand⁶¹ ao Senado, em 1955, compondo um dos mais pitorescos episódios da historiografia nacional⁶². Criador dos Diários Associados, o paraibano Chateaubriand garfou uma vaga de senador pelo Maranhão com o apoio do também senador Vitorino Freire (PSD), líder coronelista que antecedeu José Sarney. A operação para eleger Chateaubriand teve a participação de Juscelino Kubistcheck e Tancredo Neves, próceres da política nacional. Do vitorinismo ao sarneísmo, a lógica eleitoral e coronelista do Maranhão é assim traduzida:

Um dos elementos primordiais para a manutenção do domínio oligárquico é a utilização patrimonial do Estado, ou seja, o uso da máquina pública em benefício particular, privado. Essa utilização privada da coisa dita pública pode assumir variadas formas, como por exemplo: a divisão de cargos e verbas públicas entre aliados, o controle e a manipulação (quando não a fraude) do processo eleitoral; o controle sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a corrupção administrativa, a concessão de benefícios ao setor privado [...] (COSTA, 1997, p. 2)

Essa forma de governar espraiava seus tentáculos até às emissoras de rádio AM. Durante o período em que governou o Maranhão, a oligarquia Sarney operava nos dois lados do balcão de negócios midiáticos. Governadora por quatro mandatos, Roseana Sarney tinha como principais destinatárias das verbas publicitárias as empresas de comunicação administradas pelo seu próprio irmão, Fernando Sarney, controlador-geral do Sistema Mirante

⁶¹ Criador da maior cadeia de jornais e rádios do país - os Diários Associados. Fundou a primeira emissora de televisão no Brasil – a TV Tupi. No Maranhão, o jornal “O Imparcial” é remanescente dos Diários Associados.

⁶² Vitorino Freire convenceu o senador Antônio Bayma e seu suplente Newton Bello a renunciarem seus mandatos, obrigando a realização de um novo pleito. Assis Chateaubriand desembarcou em São Luís na véspera da eleição e fez apenas um discurso: “Viva o Maranhão”. Foi eleito com 99.995 votos.

de Comunicação. Os reflexos do controle das instâncias de poder na esfera da comunicação beirava o bizarro, em situações de completa inversão dos pressupostos republicanos, a ponto de os negócios privados solaparem a *res pública*. A extinção da rádio Timbira AM, durante o governo Roseana Sarney, é apenas um exemplo de como o interesse público sucumbiu diante dos negócios privados da família instalada durante quase cinco décadas no governo do Maranhão. Em síntese, exponho o plano geral para subsidiar a análise da mediação institucionalidade na relação entre a produção e a recepção dos programas jornalísticos.

A extinção da rádio Timbira foi sancionada na Lei Nº 6.454, de 27 de outubro de 1995, pela governadora Roseana Sarney, destinando à Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação o espólio da emissora, conforme registro:

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, temporariamente, para a Secretaria de Estado Extraordinária de Comunicação Social, os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos, direitos, obrigações, competências, atribuições e responsabilidades da Rádio Timbira do Maranhão, inclusive a operação do canal de radiocomunicação do qual o Estado é concessionário.

Art. 4º - A Secretaria de Estado Extraordinária de Comunicação Social, que absorverá, temporariamente, na forma desta Lei, o acervo e o patrimônio da Rádio Timbira do Maranhão, sucedê-la-á e se sub-rogará em seus direitos, encargos e obrigações, bem como nos seus saldos de dotações orçamentárias.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir os cargos comissionados e funções gratificadas da Rádio Timbira do Maranhão e dispensar os seus ocupantes.

Restrições dessa ordem configuravam formas de silenciamento no rádio. No item 7.1 *Ritualidade e tecnicidade: mediações complementares* abordei o silêncio na perspectiva da linguagem radiofônica e da censura. Mas, o silêncio também estava presente na relação entre a socialidade e a institucionalidade, quando ocorriam mudanças abruptas na grade de programação das emissoras, fruto de contingências políticas ou do mercado. Tratava-se da interferência da institucionalidade, impactando na audiência, que ao longo do tempo ritualizava a escuta, demarcava preferências por certos apresentadores e prefixos. Isso ocorria também quando as rádios ficavam fora do ar para manutenção e ajustes técnicos ou aluguel das suas programações, a exemplo da Difusora AM, arrendada para a Igreja Universal do Reino de Deus, quando toda a grade foi preenchida com programas religiosos, em 1997, abolindo toda a sua programação.

O silêncio foi sentido ainda no período em que a Timbira AM cancelou a participação dos ouvintes. Na Mirante AM, os ouvintes ficaram suspensos quando a emissora integrou a rede CBN e os programas locais eram feitos apenas pelos apresentadores e

repórteres, no formato *all news*, sem a participação da audiência. Reconhecido pela memória detalhada dos episódios da radiofonia maranhense, o ouvinte Tiago recordava a data exata em que a Mirante AM cessou a participação dos ouvintes, quando aderiu à rede CBN. Era 30 de setembro de 1995, quando Tiago participou pela última vez do “Primeira Edição”, um dos pioneiros programas comunitários no rádio AM de São Luís, apresentado por Geraldo Castro, que também se despedia do formato com a participação da audiência e assumia um novo nome – “Notícias da Manhã” – nos moldes da CBN.

Naquele dia [...] o programa acabava porque a rádio Mirante AM mudava completamente a sua programação, passando a retransmitir com a CBN. E durante um ano e meio aconteceu essa mudança. No dia 21 de abril de 1997 a rádio voltava a sua programação local. Inclusive os programas locais continuaram, com outro nome [...] mas vetada completamente a participação dos ouvintes. E isso, por uma questão de ordem da própria CBN, nos deixou muito tristes, a mim inclusive. E nesse dia 30 de setembro de 1995 eu participei do último programa com Geraldo Castro e [...] senti a força realmente do rádio AM, porque eu tive uma participação de praticamente 12 minutos em que eu, muito emocionado, chorando, me despedia daquele programa. (Tiago, 51 anos, aposentado)

Além desses casos, mudanças abruptas podiam ser provocadas pela demissão de apresentadores, fruto de confronto ou discordâncias junto à direção das emissoras. O programa “Comando da Noite”, criado e apresentado⁶³ pelo radialista Gilberto Lima, foi retirado do ar na Capital AM, em junho de 2015, porque teria entrado em rota de colisão com os interesses político-partidários do senador Roberto Rocha (PSB), proprietário da rádio.

Sob a lente da institucionalidade e da socialidade, o silêncio podia ser provocado pelas seguintes situações: controle político-administrativo das emissoras, censura interna, mudanças na grade de programação e casos de violência, a exemplo do atentado contra o radialista Toni Duarte, na São Luís AM, invadida por dois homens encapuzados e armados, que mataram a tiros o segurança da rádio José Nascimento Carvalho e feriram o operador de áudio José Ederaldo Menezes, que ficou paraplégico. Toni Duarte escapou da morte, afastou-se da emissora e mudou de cidade. O radialista Renato Sousa⁶⁴ também foi vítima de um atentado a bala, nos anos 1980.

A violência também silenciou um dos ouvintes mais participativos nos programas jornalísticos, o policial militar reformado Leônidas Rabelo Silva, o “Cabo Silva”, assassinado em 10 de outubro de 2013. A morte do ouvinte teve ampla repercussão e comoção em todos

⁶³ O programa “Comando da Noite” foi criado em 2001, na rádio Educadora AM, sendo pioneiro no horário noturno. Atualmente, é veiculado na Timbira AM, das 21h00 a 00h00.

⁶⁴ O radialista Renato Sousa faleceu em 2015, em decorrência de um AVC (Acidente Vascular Cerebral).

os programas e emissoras. A princípio, especulava-se que o assassinato teria sido provocado devido às intervenções de “Cabo Silva” nos programas jornalísticos, algumas eivadas de denúncias sobre variados temas. Porém, a investigação oficial descartou essa possibilidade e o inquérito chegou à conclusão de que ele fora morto por traficantes que agiam nas proximidades da residência do policial⁶⁵. A comoção dos apresentadores e da audiência com a perda de um ouvinte revelava o aspecto afetivo já presente quando da criação da SOMAR, de constituição dos laços de irmandade, amizade e solidariedade, dos vínculos estabelecidos entre a comunidade falante nos programas jornalísticos, marcas presentes na socialidade.

Em que pesem as formas de silenciamento originárias da institucionalidade, não tomo a posição determinista de que os meios de comunicação operam mecanismos de manipulação e controle totais, a ponto de reproduzir a dominação e a lógica de que o emissor colonizava o receptor supostamente dominado. No movimento sincrônico, das lógicas de produção às competências de recepção, a pesquisa de campo mostrou a força da audiência controlada pelos mecanismos de propriedade das emissoras, mas o uso das táticas pelos ouvintes na relação com os apresentadores constituía uma expertise da audiência visando manter os níveis de participação, deslocando-se no *dial* com amplo conhecimento sobre o controle acionário das emissoras. Os ouvintes manifestavam o entendimento de que as emissoras eram concessões públicas e agiam nos programas na condição de portadores do direito à fala. A prática da audiência remetia à cidadania.

Portanto, o rádio AM constituía uma plataforma de mediação entre a audiência e as autoridades formalizadas. Os programas carregavam ainda o sentido de estar no lugar das instituições e alguns ouvintes se consideravam representantes das comunidades onde moravam, algo como o parlamentar informal. Eles incorporavam também a investidura dos promotores, através das denúncias formuladas no cotidiano, do delegado e do juiz com prazo de validade: enquanto durasse a transmissão do programa. Assim, os programas jornalísticos iam agregando os valores da institucionalidade dos poderes formais. À exceção das funções do executivo, o ambiente radiofônico proporcionava à audiência os atributos de fiscalizar a lei e julgar os agentes públicos, mediante uma intensa exposição de temas eivados de ações retóricas. Parte dos ouvintes embutia na fala permanente nos programas jornalísticos um desejo de visibilidade que poderia ser capitalizado em processos eleitorais, quando alguns

⁶⁵ Segundo informações da Delegacia de Homicídios, o “Cabo Silva” tinha algumas casas de aluguel (*kitnets*) e os traficantes estavam distribuindo drogas nas proximidades. O policial denunciava as ações dos traficantes na área e chegou a tirar fotos da movimentação dos criminosos, que planejaram o assassinato.

participantes contumazes apresentavam-se como candidatos em diversos pleitos. Os programas jornalísticos seriam, também, plataforma para institucionalidades vindouras.

O exercício da fala no rádio constituía ainda uma experiência instrutiva, no sentido da educação do conjunto da audiência, chegando ao enfrentamento da institucionalidade, no que diz respeito aos direitos e deveres da cidadania. A fiscalização dos poderes, as cobranças e reivindicações dos ouvintes podiam desembocar na prática educativa do público e até rever decisões das instâncias oficiais. O ouvinte Jesus narrou o caso de um trabalhador detido em um bairro da periferia de São Luís e, por sua (Jesus) intervenção em um programa, houve o reconhecimento da Justiça de que a prisão tinha sido injusta:

O rádio me ajudou até fazer o poder Judiciário verificar isso, porque muitos juízes escutam rádio, promotores [...] De certa forma, a sua participação no rádio pode ajudar muito. Você vai de repente sair para um local e você escutou no rádio que ali tá engarrafado, você não vai. Você de repente teve uma informação que o melhor atendimento de saúde é no local tal e como deve ser feito. Então o rádio é um instrumento importante e penso que ainda vai continuar muito importante até porque a internet, por mais que tenha se desenvolvido, mas ela ainda atinge um percentual muito pequeno e um percentual digamos assim um pouco mais elitizado, porque atinge mais aqueles que sabem escrever, aqueles que têm coragem de escrever alguma coisa. Então não é tão popularizado como o rádio. O rádio consegue ser essa difusão, essa forma de fazer a educação [...]. (Jesus, 48 anos, operador de estação elevatória).

Assim, o ato de falar no rádio, interrompendo o circuito da voz autorizada dos apresentadores e repórteres, inseria-se nas práticas cotidianas dos ouvintes. A prosa cotidiana, a conversação sobre a vida da cidade, o desempenho dos agentes públicos, as decisões administrativas e políticas, os resultados do futebol; enfim, o mundo vivido, passava a integrar os assuntos repercutidos no rádio. Certeau (1998) põe as práticas cotidianas no terreno das táticas: falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc. As pequenas ações são “maneiras de fazer” e se desenvolvem nas mais diversas operações, entre as quais o consumo dos bens mercadológicos. Assim, consumidores e produtores:

Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (assim, no supermercado, a dona de casa, em face de dados heterogêneos e móveis, como as provisões no *freezer*, os gostos, apetites e disposições de ânimo de seus familiares, os produtos mais baratos e suas possíveis combinações com o que ela já tem em casa etc.), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”. (CERTEAU, 1998, p. 46-47)

Para Certeau (1998), os consumidores fabricam outras lógicas distintas das diretrizes de comando dos produtores. Na recepção dos bens simbólicos instaura-se uma fronteira

minada pelos interesses e desejos diferentes da ordem estabelecida pelos sistemas organizados de mídia, com a sua linguagem padronizada pela racionalidade técnica dos telejornais, das emissoras de rádio, da disposição das mercadorias nos supermercados, dos apelos publicitários, instaurada nos produtos padronizados de acordo com a linha de montagem industrial e administrativa, cuja tentativa de enquadramento enfrenta a heterogeneidade das astúcias onde circulam as práticas culturais dos consumidores. Estes, com as suas práticas dinâmicas, deslocam-se do sentido pretendido pelas redes institucionais. No deslocamento, as competências de recepção operam os movimentos táticos, a astúcia, a surpresa e a criticidade, exercitando no campo do inimigo “as astúcias práticas e os movimentos retóricos”, evidenciando “manipulações da língua relativas a ocasiões e destinadas a seduzir, captar ou inverter a posição linguística do destinatário” (Certeau, 1998, p. 103). Ambientadas no campo tensional do consumo, as táticas consistem na coalizão de práticas, expertises e ações cotidianas traduzidas em acrobacias retóricas, destreza, perspicácia e astúcia, operando golpes e lances. O movimento tático, nessa perspectiva:

Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1998, p. 100)

O consumo cultural processa os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, os bens comprados no supermercado, os diversos tipos de discursos emanados dos centros produtores. Certeau (1998, p. 41), denomina “maneiras de fazer” as miríades de práticas “pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural.” O processamento dos produtos culturais, no recorte das competências de recepção, coloca em suspenso os poderes da institucionalidade, naquilo que é difundido pelas centros produtores e difusores ou pelas autoridades constituídas como portadores de uma pretensa verdade. A inserção do popular e da cultura no pensamento de Gramsci (2001) permite enquadrar a recepção em um nível de processamento que agrega a criticidade já posta no senso comum, nas pequenas operações do cotidiano, onde as tentativas de ordenar e organizar a vida a partir de um todo são flexibilizadas pelas ações das partes que o compõem, nem sempre dispostas a uma justaposição.

O hábito da conversação e da oratória gera uma certa capacidade de encontrar com grande rapidez argumentos com uma certa aparência brilhante, que calam momentaneamente a boca do adversário e deixam atordoado o ouvinte. Esta observação também se pode transportar a alguns fenômenos da vida moderna e à instabilidade da base cultural de alguns grupos sociais, como os operários urbanos. Ela explica em parte a desconfiança dos camponeses contra os intelectuais nos comícios: os camponeses, que remoem por longo tempo as afirmações que ouviam declamar e por cujo brilho foram momentaneamente surpreendidos, terminam, com o bom senso que volta a predominar depois da emoção suscitada pelas palavras arrebatadoras, por encontrar nelas deficiências e superficialidades e, portanto, se tornam sistematicamente desconfiados (GRAMSCI, 2001, p. 65-66)

A reflexão do autor corrobora o pensamento de resistência das classes subalternas ao discurso advindo das vozes autorizadas dos “intelectuais nos comícios”. Considerando os programas jornalísticos como parlamento informal, os ouvintes lançavam mão de operações táticas visando obter diversos resultados, mas fundamentalmente inserir-se de maneira astuciosa na ordem institucional das emissoras. Sabedora da sua posição na correlação de forças com a produção, a recepção desencadeava uma série de expertises visando manter seus espaços de fala e, na medida do possível, objetivando ampliar os territórios já conquistados nos programas jornalísticos. Era preciso, portanto, navegar com destreza e habilidade na institucionalidade das emissoras, furando os bloqueios, contornando as adversidades, alternando avanços e recuos na fronteira discursiva dos interlocutores. Certeau (1998, p. 47) desenvolve o entendimento sobre as táticas a partir das práticas cotidianas, nas quais é possível obter: “[...] pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades de mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos.”. Nos programas jornalísticos, essa relação assimétrica fazia parte do jogo de poder estabelecido entre os apresentadores e os ouvintes, no contexto da ordem institucional das emissoras.

A institucionalidade é confrontada pela des(ordem) do discurso provocada pelo transbordamento da dinâmica da cidade para os programas jornalísticos, transformados em caixas amplificadoras do vozerio das gentes, dos pregões e sermões da audiência. Polêmica e conflito, concordâncias e disputas são postas em debate na ação das palavras que tateiam o cotidiano, mediante as acrobacias retóricas, a destreza, a perspicácia e a astúcia dos ouvintes, os operadores da palavra dotados dos poderes da mobilidade tática através da qual criam, fabricam e elaboram os insumos do discurso radiofônico na sua prosa cotidiana, essência da conversação sobre a vida urbana. No mercado de bens, o consumo consiste em um conjunto de operações dos usuários sobre os produtos culturais. Desse ambiente emanam as astúcias, conforme Certeau (1998, p. 94):

Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como “consumo”, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos.

Sob a lente da institucionalidade e da socialidade, os entrevistados depuraram as circunstâncias de participação, em que a audiência deslocava-se no campo delimitado pelas linhas editoriais das emissoras. Nesse contexto, a institucionalidade manifestava-se no entendimento dos entrevistados sobre o controle acionário das empresas de comunicação, ao indicarem que as rádios expressavam os interesses dos proprietários, decorrentes das contingências políticas e do financiamento das emissoras por parte dos arranjos político-empresariais, em acordo com a formulação teórica sobre as interfaces entre Estado e mercado, tópico apresentado na exposição do “mapa noturno”.

A mediação institucionalidade configurava a interferência das instâncias de poder governamental e dos anunciantes na programação das emissoras, provocando o cerceamento à livre participação da audiência. Os discursos dos ouvintes eram regulados pelos financiadores das emissoras, que funcionavam como grupos de pressão para controlar a participação da audiência. Esta, por sua vez, tensionava a produção utilizando os movimentos táticos, as ações retóricas e as astúcias típicas dos ouvintes perspicazes no jogo de poder entre as emissoras e a audiência.

Nesse panorama foi possível traçar um perfil da audiência (Quadro 2), baseado nos critérios de desempenho dos ouvintes no processo de diálogo com os apresentadores. Assim, a relação entre a produção e a recepção possibilitava entender o processo de participação dos ouvintes como uma ação fundamental na geração de conteúdo nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM, em São Luís.

Visando enquadrar os ouvintes quanto à frequência de participações e ação nos programas jornalísticos, eles foram qualificados em militantes e sazonais. Os primeiros caracterizavam-se pela interferência constante nas emissoras, falando diariamente em vários programas. Os segundos reservavam-se às participações ocasionais falando ao vivo, preferindo utilizar o mecanismo de mensagens de texto. Do total de 15 entrevistados, nove foram identificados como militantes e seis sazonais. As entrevistas e o diário de escuta, sob a luz do “mapa noturno” (Martín-Barbero, 2009), permitiram analisar a participação dos

ouvintes nos programas jornalísticos das emissoras de rádio AM com alguns aportes que evidenciavam a dimensão comunicativa da cultura, sedimentada na prática da audiência ativa. Portanto, o diálogo entre as emanções do campo e o protocolo teórico-metodológico possibilitaram fazer a seguinte tipificação da audiência militante, levando em conta seus perfis, características e sentidos atribuídos aos programas:

Quadro 2 – Tipificação e sentido construído de ouvintes militantes. São Luís, 2013-2014.

Tipificação de ouvintes militantes	Características	Sentido construído nos programas jornalísticos
Enciclopédico	Manifesta-se sempre com didatismo. É um tipo erudito. Participa para demonstrar conhecimento vasto sobre diversos assuntos. Corrige informações erradas (como datas, nomes de personagens, fatos históricos e conceitos) e também lança perguntas durante os programas, a fim de obter respostas dos outros ouvintes.	Púlpito: lugar da pregação, carrega a palavra como verdadeira e última.
Analítico-propositivo	Analisa com profundidade um tema, critica a gestão pública, os parlamentares e coresponsáveis sobre uma determinada situação irregular e apresenta propostas para resolver as situações. É um tipo colaborativo, com sólida base de conhecimento sobre temas que mais afligem a população.	Parlamento: ambiente do debate e da formulação de propostas para a cidade.
Temático	Reserva-se a participar apenas dos assuntos sobre os quais tem domínio ou conhece com relativa profundidade. Manifesta-se sobre temas específicos e apresenta uma fala baseada em dados, leis e outros subsídios. Não é um ouvinte exageradamente participativo.	Fórum: reunião de pessoas para debater um tema (algo parecido com <i>chat</i> de internet).

<p>Palpiteiro</p>	<p>Participante contumaz, opina sobre quase todos os assuntos em várias emissoras diariamente. O conteúdo é pouco consistente e revela um conhecimento superficial acerca dos temas abordados. Insiste em dar opinião e visa também ganhar reconhecimento pela participação.</p>	<p>Praça: lugar de conversação difusa, onde se pode falar sobre tudo que envolve a cidade.</p>
<p>Reivindicatório</p>	<p>Participa solicitando alguma providência (asfaltamento, abastecimento de água, iluminação, limpeza das ruas e segurança) para a comunidade onde mora. É um tipo de ouvinte vinculado a entidades associativas que usa o rádio para potencializar sua ação no bairro, com isso ganhando visibilidade.</p>	<p>Administração, Tribunal e Ministério Público: lugares de prática e busca da Justiça, onde é possível exercer uma postura apelativa às autoridades.</p>
<p>Indignado</p>	<p>Tem posição iconoclasta e panfletária. É contra os políticos de forma geral, que considera todos iguais e corruptos. A fala não tem consistência ideológica ou partidária. É um tipo de ouvinte que extravasa no rádio as injustiças, irregularidades e desvios de conduta dos gestores, do Judiciário e do Ministério Público. O rádio é o lugar do desabafo.</p>	<p>Alto-Falante: artefato de amplificação da voz, pelo qual é possível extravasar, protestar, gritar, destilar os sentimentos de revolta, lamentação e ceticismo com o caos na cidade.</p>
<p>“Mula”</p>	<p>Participa dos programas para defender com veemência um político ou uma administração. A fala deixa rastros de ligação do ouvinte com algum parlamentar ou gestor. Os elogios são exagerados, enaltecendo a figura do vereador, deputado, secretário ou prefeito.</p>	<p>Gabinete: lugar de assessoramento da ação parlamentar ou executiva, onde se processa a agenda positiva de interesse político-partidário.</p>

Político	Participa visando se colocar na posição de representante da comunidade, com o objetivo de obter visibilidade e reconhecimento na sua região de atuação e tornar-se conhecido junto aos apresentadores, repórteres e no conjunto da audiência. Incorpora o papel do vereador ainda sem mandato, projetando-se para os pleitos eleitorais. Geralmente está vinculado às organizações comunitárias, associações de moradores ou de práticas desportivas.	Palanque: lugar de apresentação, palco onde busca chamar atenção da comunidade radiofônica. Os programas têm um sentido prático, utilitário e pragmático: visam projetar o ouvinte nos processos eleitorais.
----------	---	--

Em comum, o que havia nestes diversos tipos de ouvintes militantes? Eles comungavam do desejo de estar junto através do rádio, o tambor tribal que convocava a todos para uma narrativa coletiva sobre a cidade. Os programas jornalísticos eram, sobretudo, o espaço-tempo do encontro entre as pessoas, a liga da cidade, o tambor que chamava, convocava, agregava, tribalizava, formava o laço social, punha em conexão a rede social dos integrantes da SOMAR. A prática dos ouvintes falantes exercitava a comunhão da vida cotidiana, a partilha dos problemas e a busca de soluções, as angústias, esperanças e perspectivas disponibilizadas nas camadas interpretativas e opinativas adicionadas às vozes oficiais da produção e interesses coletivos e individuais.

Contumazes, os ouvintes militantes eram cronistas do cotidiano, repórteres informais, comentaristas sem contrato de trabalho, analistas não institucionalizados na hierarquia das emissoras. Estes locutores compunham o imenso mosaico discursivo dos programas jornalísticos. A palavra falada em movimento dava poder e colocava em ação uma audiência plural e ativa. Assim, a cidade era narrada por múltiplos locutores, construindo os relatos mesclados e filtrados pelos sentidos dos apresentadores, repórteres e fontes. Nesse sentido, o rádio AM como tambor tribal, meio gregário, convocava a comunidade de ouvintes a compartilhar a realidade e debater a cidade.

Em uma perspectiva de aglutinação dos sentidos da fala, os tipos analítico-propositivo, reivindicatório e político alinhavam-se na construção discursiva que visava expor a realidade, julgar os responsáveis pela situação apresentada e agir, solicitando providências ou apresentando propostas. Tratava-se de uma modalidade participativa voltada para a busca de soluções, incorporando também o aporte colaborativo, porque a audiência atuava sentindo-se corresponsável pela cidade. A ação prática desses ouvintes consistia em investigar e levantar empiricamente os problemas/situações vividos no cotidiano e trazê-los à coletividade, cobrando sistematicamente a tomada de providências pelos agentes públicos e privados. O diagnóstico dos ouvintes colocava-os na condição de auditores informais da cidade. E o rádio AM, a ouvidoria.

Os tipos palpiteiro e indignado remetiam suas participações a temáticas diversas, sem uma explícita preocupação em colaborar com a busca de alternativas para solucionar os problemas. Eles eram movidos pela situação corriqueira da cidade, naquilo que tocava o dia-a-dia das pessoas e impactava no orçamento, a alta dos preços, as tarifas, os privilégios dos políticos, a corrupção e a impunidade. Nas suas falas, percebia-se o tom de desabafo e até o escracho diante dos fatos que configuravam a falta do poder público, os desvios éticos, os maus tratos com os equipamentos urbanos, o sofrimento das pessoas nos pontos de ônibus, os buracos nas ruas e avenidas da cidade, entre tantos outros assuntos. A indignação constituía uma repulsa dos ouvintes à gestão da coisa pública. Era uma forma de repúdio do cidadão comum, contribuinte, pai de família que pagava impostos e gostaria de ver o funcionamento correto da administração.

Por sua vez, o temático e o enciclopédico vislumbravam demonstrar expertise em assuntos específicos, buscando o mérito pelo conhecimento disponibilizado nas suas participações. Eles incorporavam o *status* de portadores de conhecimento sobre os temas que dominavam e atuavam no rádio no sentido de orientar a comunidade radiofônica sobre matérias de interesse comum ou erudito. Nas suas intencionalidades, havia o interesse colaborativo, pedagógico e instrutivo, mediante os quais objetivavam o reconhecimento pelas suas qualidades e habilidades em discorrer sobre algo que poderia ser útil para o aprendizado das pessoas.

O “mula” deixava transparecer suas intenções de um discurso panegírico. Sua ação falante era dramatizada, porque na verdade interpretava uma personagem a serviço de um objetivo focado. A transparência desse tipo de ação no rádio às vezes era recebida com crítica

por parte de outros ouvintes, que percebiam o excesso de intencionalidade do ouvinte muito dedicado a defender ou elogiar uma determinada pessoa, partido, ideia ou ponto de vista, às vezes sem uma argumentação consistente e sustentada na força persuasiva da retórica.

Os sazonais, esporadicamente falantes, acionavam outras modalidades participativas, inicialmente com o envio de mensagens de texto (SMS) e depois agregando os aplicativos de celular que permitiram enviar texto, gravações de voz, fotos e vídeos. Os ouvintes que falavam eventualmente adquiriam novos mecanismos para se manifestar nos programas, apropriando-se da técnica para otimizar a prática cultural da audiência, no sentido da complementaridade entre as mediações ritualidade e tecnicidade.

As vinhetas eram sinalizadores que convocavam os ouvintes à construção de identidade(s) com as emissoras, os locutores e programas. Elas tornavam a audiência fiel e fã, devotada pelos efeitos sonoros que marcavam o campo acústico, despertavam interesse, curiosidade, atenção e convidavam para uma escuta focada. Soltas pelos comandos da sonoplastia, as vinhetas que anunciavam os apresentadores, convidavam os ouvintes a participar dos programas e chamavam os repórteres eram marcas sonoras acionadas para seduzir, criar laços sentimentais e de credibilidade, em uma acústica afetiva com a audiência. Evidenciava-se, portanto, a complementaridade entre as mediações tecnicidade e ritualidade, quando havia o encontro entre a prática cultural da audiência, a linguagem radiofônica e os dispositivos tecnológicos que permitiam a recepção ingressar na teia discursiva dos programas jornalísticos.

Com o acréscimo das mensagens de texto, voz e imagem, o rádio tornava-se ainda mais participativo, caracterizado por sincronias e paralelismos midiáticos que anteriormente só estavam restritos à fala. A utilização do aparelho celular nas entradas ao vivo e para o envio de mensagens multimídia evidenciava a intensidade da atualização permanente, da produção e da disseminação de conteúdo pelos ouvintes.

A vivência comunitária nos bairros era amplificada para uma convivência à distância, mediante a qual os moradores das diferentes regiões da cidade podiam compartilhar conhecimentos sobre as suas realidades com os outros ouvintes dispersos e também atuantes na rede informativa da SOMAR.

A cidade e os ouvintes misturavam-se aos fluxos informativos que transitavam no

rádio AM, disciplinado no ritmo organizativo da produção, acrescentada pelos comentários, interpretações, análises, reivindicações, desabafos, reclames, dramas e outros atos da audiência. Esta, por sua vez, favorecia o desenho da cidade, integrava a arquitetura noticiosa do dia-a-dia ao inserir fragmentos informativos na programação. Os ouvintes e repórteres em trânsito pela cidade movimentavam-se pelos vasos comunicantes das ruas, becos, vielas e avenidas (do centro à periferia) no ambiente polifônico, descentralizado e polivalente, entranhados nos tecidos e transbordando na pele que envolvia os fatos do cotidiano para devolvê-los à realidade. Assim, a audiência tornava público os temas de interesse público não totalmente cobertos pela produção.

8. O RÁDIO TECE A CIDADE

Esta tese partiu da dimensão comunicativa da cultura, recortada nas competências de recepção dos programas jornalísticos, marcadas pela participação da audiência com uma característica especial, organizada na Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR). Sob a lente dos Estudos Culturais, o mapa noturno de Martin-Barbero (2009), combinado aos aportes teóricos da economia política e da filosofia, possibilitou capturar a realidade concreta e contraditória da relação entre a produção e a recepção no rádio informativo, em São Luís, a partir do tensionamento entre o controle das emissoras e a prática da audiência. Esses dois polos se materializaram teoricamente nos aportes teóricos do monopólio da mídia, da crítica ao poder dos meios e da força da recepção no processo de comunicação – acionada pela retórica da audiência.

No geral, a narrativa elaborada na produção era adicionada a outros ingredientes, dos ouvintes, capturados nas pulsações da cidade: o trânsito, a vida comunitária, a violência, a postura dos parlamentares, juízes, promotores, delegados, administradores municipais, estaduais, federais e tantos outros. A audiência disponibilizava na grade de programação, diariamente, seus reclames, análises, demandas, sugestões, críticas, desabafos e pedidos. Os programas jornalísticos eram a tribuna informal da política, o consultório sentimental, a sala de inquérito, a praça, o lugar do encontro entre as pessoas, o parlamento e a ouvidoria dos comuns, dos sem mandato, dos simples aos indignados, ou daqueles interessados na representação e na visibilidade que o rádio AM proporcionava.

Parte dos falantes habituais vislumbrava nos programas uma plataforma de visibilidade e a busca de reconhecimento no bairro onde moravam, como representantes da comunidade, incorporando papel do agente público que reivindicava pelos seus pares. Os militantes embutiam na fala os sentidos utilitário, prático e pragmático. Eles projetavam e aspiravam ao poder formal, ao mandato eletivo, queriam o reconhecimento público no seu território e também na comunidade dos ouvintes, apresentadores, fontes e repórteres. Enfim, buscavam a reputação e o mérito para colher futuramente essas qualidades nos certames eleitorais.

Empoderados na condição de falantes, os militantes projetavam na audiência invisível a visibilidade que desejariam ter. Sua ação verbal vislumbrava o reconhecimento e o mérito. Para isso, lançavam mão da retórica, através da qual profetizavam causas, sacudiam

bandeiras, ataçavam denúncias, reivindicações, faziam proposições, apresentavam soluções ou emitiam pedidos e apelos.

O rádio tece a cidade na ação verbal dos ouvintes, ingressando efetivamente na teia informativa das emissoras. As lógicas de produção passavam por um permanente processo de tensionamento das competências de recepção. Esse tecido constituinte da cidade trouxe à mostra uma prática cultural dos ouvintes, reconstituída na pesquisa qualitativa que revelou os hábitos e os ritos pertinentes ao rádio, suas reconfigurações ao longo do tempo e as atualidades. Nesse espectro, o “mapa noturno” mostrou-se adequado para capturar o movimento diacrônico da gênese dos auditórios, suas remodelações e a formação de uma entidade dos ouvintes.

As transformações da audiência puderam ser percebidas com mais consistência no recorte da pesquisa nas condições de recepção – o ponto de partida para entender a dimensão cultural que perpassou a formação dos ouvintes e os seus saltos qualitativos, quando saíram da condição de passividade e descortinaram o horizonte da fala. Eis o ponto de virada, uma constituição ontológica da audiência. Sua atividade verbal era fruto de um aprendizado, cujas raízes estavam fincadas na emergência das culturas subalternas, historicamente comprovadas nas leituras de Martín-Barbero (2009) sobre as formas de resistência do popular e da sua conversão no massivo. Essa perspectiva teórica atualizou-se nas emanações do campo, na qualificação da audiência e nas características e conteúdos preponderantes dos programas jornalísticos essencialmente marcados pela repercussão da vida cotidiana, dos problemas das comunidades nos bairros.

O protagonismo da recepção efetivou-se no movimento pulsante dos segmentos populares de São Luís, já posto no próprio surgimento dos programas jornalísticos, no formato aberto à participação dos ouvintes, característica das emissoras de rádio AM no começo dos anos 1990. Eles eclodiram na efervescência do processo de retomada democrática no Brasil, ecoando no Maranhão, em São Luís, na abertura dos microfones das emissoras para que a população falasse. A fala contida, sufocada pela ditadura militar, veio ao palco nas ruas e transbordou para os programas de rádio AM. Não seria possível, portanto, interrogar o objeto sem dimensionar as contingências materiais e político-ideológicas que viabilizaram as condições de existência desses programas. Era fundamental abastecer o repertório teórico no diálogo entre alguns fundamentos da economia política, as formulações de Gramsci e os Estudos Culturais.

Cumprida a tarefa de capturar o objeto no movimento histórico da realidade concreta, as competências de recepção foram analisadas visando entender as operações internas e externas da ação cotidiana dos ouvintes nos programas jornalísticos. A pesquisa revelou a indissociabilidade entre a participação da audiência, quer para os ouvintes militantes, quer para os sazonais, e a vida urbana. Sob a lente dos Estudos Culturais a cidade foi abordada teoricamente como uma construção social, lugar das trocas, do consumo, da administração; enfim, da política. Na prática cultural da audiência, o consumo se materializava no desencadeamento das táticas e astúcias dos ouvintes, na mobilidade para ingressar na teia discursiva dos programas com um amplo conhecimento do jogo de forças entre a produção e a recepção.

Os programas jornalísticos evidenciavam o transbordamento do cotidiano dos bairros no rádio, onde a recepção constituía-se em uma prática política cidadã. Os ouvintes, investidos na condição de portadores de direitos, buscavam no rádio a cura para as feridas abertas da cidade, onde o verbo se fazia carne. A relação entre os ouvintes e a cidade, mediada pelo rádio, criava vínculos e proximidade, desencadeava a mobilização popular e elevava a audiência a uma condição de portadora de direitos. Não só do direito à informação, mas de ativar por uma plataforma midiática – os programas jornalísticos – o exercício reivindicatório e fiscalizatório perante a gestão pública.

A pesquisa viabilizou a compreensão das vivências culturais dos ouvintes, no que dizia respeito tanto à ação política quanto à constituição de uma comunidade de afetos. Nessa perspectiva, os programas jornalísticos eram o estuário onde desaguavam a política e os sentimentos, inclusos nestes o de justiça.

A tipificação da audiência possibilitou classificar os ouvintes em militantes e sazonais, com diferentes intensidades e formas de participação. As suas estratificações percorriam um arco qualificativo, do dialético ao “mula”. Eles se mostraram na síntese da pluralidade visualizada nas profissões, locais de moradia, escolaridade formal e níveis de compreensão dos temas. As identidades e as diferenças não constituíam barreiras. No rádio AM de São Luís, o advogado e o eletricista encontravam-se em pé de igualdade para debater a cidade, cada qual equipado com um tipo de conhecimento da realidade, uma posição diante do mundo, marca da condição ontológica da audiência engajada. Essa riqueza qualitativa proporcionava um processo contínuo de aperfeiçoamento da ação dos ouvintes. Os extremos encontravam-se no rádio AM, onde os ouvintes propositivos discorriam suas teses dialéticas

no mesmo espaço dos desabafos indignados. Estava embutido nesse embate o pressuposto do respeito à diferença como parte constitutiva da ideia de igualdade.

Os momentos agonísticos ouvidos na superfície dos programas emergiam das profundezas das subjetividades para revelar o desejo de visibilidade, a pulsão de reconhecimento, a vaidade de ouvir a própria voz ou o mérito de direcionar um debate na disputa entre os contendores. Na movimentação verbal da recepção, o cético e o crente dialogavam no ambiente comum. Nesse sentido da geração de oportunidades, constavam duas características fundamentais da democracia – a participação e o contraditório. Mas, a participação era marcada também pela censura, nas diversas formas diretas e indiretas de cerceamento da fala. Nos programas jornalísticos, a alternância dos sujeitos falantes caracterizava a cidade como espaço em constante metamorfose. Entre caos e fluxo, a cidade se (des)organizava nos discursos proferidos pelos ouvintes, nem sempre acordados com a produção das emissoras e com a linha editorial das empresas. Em suma, a audiência era um corpo político, desejante de poder. Este, porém, processava a disputa com outras instâncias decisórias – a propriedade das emissoras e todos os efeitos decorrentes da comunicação controlada por interesses privados.

Assim, dominação e emancipação alternavam-se na sucessão dos enunciados interpostos nos programas jornalísticos. Os ouvintes, tomando a palavra do apresentador, exercitavam por alguns minutos sua retórica, buscando encantar, comover e convencer em um constante ir e vir de fluxos informativos.

A utopia radiofônica democrática de Bertolt Brecht esbarrava em um modelo de comunicação concentrador e monopolizado, cujos proprietários estavam atrelados a (in)determinados interesses políticos, fazendo oscilar as linhas editoriais das emissoras de acordo com as variações de cenário da conjuntura local. Assim, a abertura da programação aos ouvintes não garantia o exercício pleno da democracia, mas permitia a pulsação de opiniões e a formação de uma rede colaborativa no rádio.

A pesquisa permitiu ainda confirmar a ressignificação de conceitos no rádio. A oralidade sistematizava a transmutação do arcaico no contemporâneo. A fala, acoplada ao telefone e ao rádio, configurava o encadeamento das técnicas para produzir a tecnicidade. Esta mediação, complementar à ritualidade, atualizava a prática cultural da audiência, mediante a ação retórica durante as participações nos programas.

Na perspectiva da leitura do “mapa noturno” em espiral, a interpretação da prática cultural da audiência incorporou o protocolo metodológico das mediações. Se por um lado a institucionalidade e a socialidade permitiram dimensionar a pujante ação dos ouvintes nas regras da produção, a tecnicidade e a ritualidade proporcionaram descortinar a ação retórica dos ouvintes como elemento fundamental para operacionalizar as formas de participação contingenciadas pelo jogo de poder nas emissoras. Assim, a lente das mediações manobrou a pesquisa nas contradições entre o controle da produção e as diversas formas participativas da recepção.

O mapa noturno em espiral revelava no centro a múltipla prática da audiência. Comunicação, cultura e política articulavam-se na ação dos ouvintes. O manejo do material empírico descortinou uma audiência astuta e perspicaz, em vários momentos, sabedora das regras do jogo da mídia e das especificidades de cada emissora. Dotados dessa compreensão, os ouvintes mobilizavam-se no espectro político impulsionador da prática cultural da audiência.

A interdisciplinaridade dos Estudos Culturais trouxe a compreensão do objeto ao afirmar o rádio nas perspectivas da linguagem, do meio, da tecnologia e da instituição produtora e difusora de cultura. E também do mercado, produto cultural posto em circulação na forma-mercadoria. Reitero aqui a visada barberiana sobre a força do popular nos processos comunicativos participativos da audiência. A leitura dos programas jornalísticos alinha-se aos textos culturalistas, entrecruzados na pertinência dos temas levantados diariamente pelos ouvintes, dizendo respeito ao cotidiano da cidade, à vida comum, ao popular como manifestação da cidade, estratificada em diferentes níveis e formas de intervenção nos programas jornalísticos.

As revelações do campo permitiram conhecer essa variedade de ouvintes e perceber suas expertises para atuar nos programas. A prática sistemática e militante dos integrantes da SOMAR nos programas jornalísticos, caracterizada pela adição de camadas informativas aos conteúdos produzidos pelas emissoras, não refutava o controle dos meios de comunicação sobre a linha editorial e o direcionamento político-ideológico dos proprietários das empresas radiofônicas. Os apresentadores detinham a palavra final e dispunham de mais tempo para argumentar e dissuadir as falas divergentes, mas ocorriam também as situações em que as informações postas pelos ouvintes, em quantidades e qualidades variadas, passavam a predominar em determinadas circunstâncias pontuais da programação. Porém, as táticas da

audiência não constituíam uma estratégia, porque a organização dos ouvintes, a SOMAR, não tinha um horizonte político, não vislumbrava uma atuação orgânica na sociedade civil, em prol da democratização da comunicação. Faltava ao conjunto dos ouvintes uma reflexão teórica sobre a prática da audiência, capaz de impulsionar a militância falante em uma ação articulada visando transformar a realidade do rádio. Carecia, também, de uma inserção política mais ampla e orgânica no âmbito da sociedade civil, na perspectiva de democratização da sociedade.

A anatomia da audiência revelou diversos níveis de ouvintes e confirmou o vigor da pesquisa qualitativa como técnica de coleta de dados no contexto da estratégia metodológica. Tomando a leitura do “mapa noturno” em espiral, o protocolo da pesquisa agenciou os momentos e as mediações, nos eixos diacrônico e sincrônico, permitindo ver o contemporâneo na totalidade do processo histórico de constituição da audiência na perspectiva das culturas subalternas, da mobilização popular e, fundamentalmente, da oportunidade de manejar as mediações adequando-as ao objeto. Assim, o “mapa noturno” permitiu ligar as pontas e nós dos ouvintes aos programas jornalísticos, destes aos apresentadores e às regras e imposições do jogo político das concessões.

Os Estudos Culturais oportunizaram uma sutura teórico-metodológica para compreender que a usina de desejos, a concepção de mundo e os valores da produção foram historicamente tensionados pela recepção, pelas práticas culturais dos distintos auditórios, capazes de normatizar seus próprios espaços e maneiras de ler, ouvir e interpretar os bens culturais, as mercadorias e, especificamente, os gêneros e formatos jornalísticos radiofônicos. Entre as pretensões do emissor e a efetivação da mensagem na recepção havia uma fronteira tensional onde pulsavam as emanções da audiência. Essa pesquisa, portanto, permitiu capturar e interpretar a ação dos ouvintes nos programas jornalísticos à luz das práticas culturais cotidianas da audiência no rádio AM.

Com base nessas considerações, a pesquisa coloca em suspenso a ideia primeira de que os ouvintes eram coprodutores do discurso radiofônico. Ao fim da investigação, o material empírico entrecruzado na totalidade do corpo teórico-metodológico fez compreender a participação da audiência além de um papel coadjuvante. Não se pode reduzi-los a coautores. Eles influenciavam sobremaneira na produção. Nesse sentido, pensar os programas jornalísticos na ilustração da ágora eletrônica remete a prática da audiência a uma reflexão sobre o rádio AM como plataforma de exercício da cidadania. Ao reivindicar providências

e/ou criticar o poder institucionalizado, os programas jornalísticos transformaram-se em um vigoroso meio de aproximação com os gestores públicos. Se por um lado as intenções da audiência de falar com os administradores através do rádio constituía uma importante maneira de cobrar os gestores, por outro revelava a ausência de canais oficiais de diálogo entre a gestão e a população. Diante da falta de audiências públicas formais para dialogar com a população e formular propostas e ações para a cidade, a audiência do rádio se encarregava de, informalmente, provocar o debate, sugerir medidas e propor iniciativas para a gestão e o parlamento. Nessa perspectiva, os programas jornalísticos cumpriam a função das audiências públicas radiofonizadas, nas quais, eventualmente, os gestores também participavam.

Tão perto (pelo rádio) e tão longe das instâncias responsáveis pelo gerenciamento da cidade, a audiência buscava nos programas jornalísticos um caminho para alcançar os prefeitos, deputados, vereadores, secretários, promotores, delegados e dirigentes de empresas privadas, entre tantos outros. Se a participação da audiência afirmava a figura dos ouvintes como um corpo político reivindicatório e fiscalizador, por outro mensurava a distância entre as administrações e a população. Neste aspecto, o exercício da cidadania no rádio era o atestado de negação da política presencial, da falta de diálogo entre os gestores e os moradores da cidade, da ausência de fóruns e mecanismos de formulação coletiva sobre a administração pública – essência da democracia.

A audiência engajada buscava nos programas jornalísticos o reconhecimento dos seus direitos e deveres, locutados nas ondas do rádio, porque sabia do eco e da repercussão das suas reivindicações. Sem alcançar os gestores, os ouvintes materializavam no rádio uma forma específica de ocupar o espaço público, apresentando suas demandas e proposições sobre a cidade.

O rádio AM, pela sua instantaneidade, mobilidade e capacidade de penetração no meio popular, reunia as condições ideais para essa audiência específica, engajada no debate permanente e na busca de soluções para os problemas vivenciados diariamente nos mais diversos bairros. Eis o sentido mais apropriado para a constituição do conceito de *ágora* eletrônica, lugar de circulação dos discursos dos cidadãos, onde até mesmo os gestores públicos, quando demandados permanentemente, entravam em sintonia para responder às demandas dos ouvintes.

O protagonismo da recepção se dava na contradição entre o controle das emissoras e a abertura à participação da audiência; no conflito entre a liberdade da fala e as formas de silêncio. Dessas oposições emergia a ágora eletrônica, o lugar de circulação dos discursos dos interlocutores, evidenciando o rádio AM como uma plataforma política no contexto institucional da cidade.

Tema não tratado nesta tese, mas que pode servir para investigações futuras, a migração AM/FM vem provocando apreensão entre os ouvintes de rádio AM, no Maranhão. Sempre que surgem notícias e/ou comentários sobre a migração, uma grande quantidade de ligações telefônicas e mensagens de texto nos programas jornalísticos converge para a ideia de que os ouvintes serão prejudicados, porque o rádio vai perder abrangência. Esta pesquisa, portanto, serve também para evidenciar a força do rádio AM no contexto de grandes desigualdades regionais, diferentes matrizes culturais e práticas midiáticas. O rádio AM está incorporado à cultura da audiência no Maranhão, marcadamente em São Luís. Quando se fala na migração, a audiência formula uma pergunta angustiante e imediata: como fica a participação dos ouvintes, vai acabar?

A migração, como toda novidade tecnológica, provoca impacto, remete ao saudosismo e impõe mudanças. Longe das especulações futuristas sobre como serão os programas jornalísticos após a migração, é importante ressaltar que a participação dos ouvintes no rádio AM é uma marca cultural presente na audiência da capital São Luís e do interior do Maranhão. Isso foi demonstrado ao longo da tese, na recomposição dos diferentes auditórios que se formaram ao longo do tempo. Incorporado ao hábito dos ouvintes, o rádio AM é reverenciado pela audiência como uma instituição enraizada no sentido participativo como principal dimensão da prática cultural da recepção. Assim, a migração, ainda não totalmente traduzida ao conhecimento do público dos programas jornalísticos, é interpretada pelo medo de extinção da fala dos ouvintes e expressa o lamento pelo fim do AM, fruto do afeto construído e alimentado ao longo de décadas pelos ouvintes.

Por outro lado, a migração descortina uma janela de pesquisa sobre o rádio e os programas jornalísticos nas emissoras de São Luís e anima novas investigações sobre as transformações na técnica e na prática cultural da audiência. A título ilustrativo, o programa jornalístico “Repórter Difusora”, já mencionado na tese, é transmitido simultaneamente na Difusora AM e na FM, das 07h00 às 08h00, de segunda-feira a sexta-feira, baseado em conteúdo noticioso, comentários, entrevistas e reportagem sobre os temas da cidade. No

“Repórter Difusora” o ouvinte não fala, mas participa com muita frequência através dos aplicativos de mensagem de texto e imagem, utilizando telefone celular. A audiência autodenomina-se ORD (Ouvinte Repórter Difusora), qualificativo adotado também pelos apresentadores do programa ao se referirem ao seu público. Já existe, portanto, a migração de conteúdo jornalístico na Difusora, da AM para a FM, esta fortemente marcada, na maioria da grade, pela programação musical.

Por fim, retomando a relação entre a produção, os ouvintes e a cidade, cabe ainda uma reflexão sobre o panorama ludovicense, refletido e refratado constantemente nos programas jornalísticos. São Luís bucólica, bela, praiana, cheia de atrativos naturais, orgulhosa dos seus literatos, engendrava também a peste da corrupção, facilmente perceptível na ostentação dos carros de luxo nas ruas esburacadas e nos preços dos apartamentos de alto padrão fora da realidade do mercado imobiliário nacional. Uma pergunta não calava nunca: de onde saia tanto dinheiro? Às vezes, a cidade lembrava cenas de um garimpo, tomada por *pick ups* e pisada por BMWs em meio ao abandono, arrodada de palafitas e ocupações precárias, buracos e esgoto a céu aberto, mesmo nos bairros urbanizados, onde as ruas alternavam a paisagem do tempo: na chuva, lama; na seca, poeira.

Parte desse cotidiano transbordava para os programas jornalísticos, na fronteira entre a produção e a recepção. A audiência era o panóptico da cidade, vigilante e atenta. A cidade grávida do cotidiano alimentava sua prenhez nos programas jornalísticos. O rádio era o “lugar” de encontro de um público especial, a SOMAR, em parte caracterizada por uma audiência reivindicatória, crítica, ativa e propositiva que transformava as transmissões em tribunas de compartilhamento de ideias, polêmicas, elogios, instituição de rede de solidariedade ou campo de debates alimentados pela perspicácia dos contendores espalhados nos mais diversos bairros da cidade, constituindo uma teia conflituosa e/ou propositiva composta pelos fios e nós da palavra falada, das mensagens de texto, de voz, fotos e vídeos.

A cidade, formada por seu espaço geográfico, era regida pelas transmissões jornalísticas que atualizavam a população sobre os acontecimentos. O rádio estabelecia vínculos espaço-temporais com a sua comunidade de ouvintes, em horários fixos, com marcas sonoras definidas, vinhetas, trilhas e múltiplas vozes que se revezavam na posição de locutores. Assim, os programas jornalísticos disciplinavam o ritmo da cidade. Os fatos percorriam instantaneamente o circuito midiático alcançando o *status* de notícia, seja pela ação profissional da emissora, seja através das primeiras informações anunciadas pelos

ouvintes dando conta da eclosão de um novo episódio de interesse jornalístico. O rádio AM dava repercussão à cidade porque fazia pulsar os sentidos do cotidiano, através dos programas jornalísticos, com suas rotinas produtivas que incluíam, informalmente, a agenda disponibilizada pelos ouvintes, costurando o mosaico de fatos que construía a realidade.

A audiência ativa apropriava-se de informações na sua prática cotidiana e construía suas próprias narrativas como ações usuais da palavra falada. Os ouvintes exercitavam a retórica na cidade que pulsava no rádio.

Nesse processo, a SOMAR incorporava o sentido de uma comunidade de ouvintes, uma rede social, ambiente de sociabilidade e produção de conhecimento. Os ouvintes expressavam a diversidade. Eram os moradores dos bairros, os integrantes dos grupos comunitários, taxistas, professores, advogados, profissionais liberais, os jogadores de futebol aos fins de semana, os frequentadores dos bares ou das quitandas nas proximidades de casa, lugares do encontro informal dos vizinhos para um bate-papo. Transbordando para o rádio, essa conversação atravessava a socialidade e a institucionalidade, mediante a prática cultural da audiência nos programas jornalísticos, configurados na ritualidade e na tecnicidade. Assim navegavam as mediações na espiralidade do “mapa noturno”.

O ato de ligar o rádio implicava em conectar a produção e a recepção aos acontecimentos cotidianos, construídos mediante a narrativa sobre a cidade, adicionando-se as camadas informativas disponibilizadas pelos ouvintes ao longo de toda a programação. O rádio era, portanto, o *link* da cidade, juntando as pessoas para compartilhar o conhecimento sobre os fatos, as instituições, as situações e os acontecimentos comuns ou incomuns do dia-a-dia. Assim, os programas jornalísticos serviam para congregar uma comunidade de ouvintes que interferia na programação e discorria sobre temas nem sempre previstos na ordem discursiva dos apresentadores e repórteres.

Sendo assim, os programas jornalísticos das emissoras de rádio AM compunham tribunas informais onde as opiniões e demandas de ouvintes eram intermediadas pelos apresentadores e os gestores públicos passavam a ser cobrados, criticados, elogiados e até julgados. Os programas também constituíam câmaras legislativas não oficiais, lugares de debate e formulação de propostas sobre a cidade. Os ouvintes, ao participarem dos programas para dialogar e debater sobre a cidade, utilizando principalmente a palavra falada ao vivo, evidenciavam a utilização do rádio reconfigurado no sentido da ágora eletrônica.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JUNIOR, Manuel. **A retórica: um saber interdisciplinar**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004. Disponível em: <http://malexandre.no.sapo.pt/Docs/AlexandreJunior_2004a.pdf>. Acesso em: 20 dezembro 2015.

ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. A guerra dos mundos em São Luís do Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 1. 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ALCAR, 2003.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Introdução e notas: Jean Voilquin e Jean Capelle. Tradução de: Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

AZEVEDO, Lia Calabre de. **No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil. 1923-1960**. 2002. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. de: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. de: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALSEBRE, Armand. A linguagem radiofônica. In: **Teorias do rádio**. MEDITSCH, Eduardo (Org.). Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. de: Mario Laranjeira. Prefácio de Leyla Perrone-Moises. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Trad. de: Sérgio Joaquim de Almeida. Revisão da tradução: Henrique Caetano Nardi. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. de: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. de: Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **Revista da Associação dos programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.14, n.1, p. 1-33, jan./abr. 2011.

BRASIL. Maranhão. São Luís. **ATA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE DOS OUVINTES DA AM “SOA”**. Colégio Seleção. 2000.

BRECHT, Bertolt. Teoria do rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

BRITTOS, Valério Cruz; NAZÁRIO, Paola Madeira. Sociedade civil, digitalização e movimentos midiáticos estruturantes. In: BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Economia política da comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

BUZAR, Benedito. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf, 1998.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

_____. **O rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940-1946)**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. de: Roneide Venancio Majer. 10. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008. Série: A era da Informação: economia, sociedade e cultura, 1.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Trad. de: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Trad. de: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. Trad. de: Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da et al (Org.). **Outubro de 71: memórias fantásticas da Guerra dos Mundos**. São Luís: EDUFMA, 2011.

COUTINHO. Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981.

COSTA, Mauro Sá Rego. Rádio corpo sem órgãos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 38. 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edefma, 2006.

_____. **Do Maranhão Novo ao Novo Tempo:** a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: Curso de formação política, 1997. No prelo.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia:** poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luís: Edufma, 2009.

CUNHA, Magda Rodrigues da. **O valor da permanência do rádio:** um estudo dos efeitos pela estética da recepção. 2002. 208 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DOUGLAS, Franklin. **Mídia eletrônica, controle social e poder econômico:** particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2009.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais:** uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/35295718/Cartografias-dos-estudos-culturais-Uma-versao-latino-americana#scribd>>. Acesso em 20 dezembro 2015.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção.** São Paulo: Hacker, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; FELIPPI, Ângela. Jornalismo e estudos culturais: a contribuição de Jesús Martín-Barbero. **Revista Rumores**, v. 7, n. 14, p. 8-27. jul./dez. 2013.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural:** construção da identidade gaúcha em zero hora. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FERRARETTO, Luiz Arthur. Rádio e capitalismo no Brasil: uma abordagem histórica. In: HAUSSEN, Doris Fagundes; BRITTOS, Valério Cruz. **Economia política, comunicação e cultura:** aportes teóricos e temas emergentes na agenda política brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

_____. **Rádio no ar:** o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.

FERRO, Ana Luiza Almeida. **1612:** os papagaios amarelos na ilha do Maranhão e a fundação de São Luís. Curitiba: Juruá, 2014.

FRANÇA, Vera Veiga 2010. _____. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREDERICO, Celso. Brecht e a "Teoria do rádio". **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60. p. 217-226, mai./ago. 2007.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da rádio nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Série: Coleção Estudos Brasileiros, 47.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os *media*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

GOMES, João Carlos Silva. **João Carlos Silva Gomes**: depoimento [out. 2013]. Entrevistador: Ed Wilson Ferreira Araújo. São Luís, 2013. áudio digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutorado O Rádio Tece a Cidade (UFMA/PUCRS).

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Trad. de: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere**. Trad. de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

_____. **Cadernos do cárcere**. Trad. de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

GRISA, Jairo. **Histórias de ouvinte**. Itajaí: Univale, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. de: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de: Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e política**: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

HAYE, Richard. Sobre o discurso radiofônico. In: MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do rádio**: textos e contextos. v. I. Florianópolis: Insular, 2005.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. **Perspectiva**, São Paulo. v. 22, p. 11-29, 1999.

JACKS, Nilda; MENEZES, Daiane; PIEDRAS, Elisa. **Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Trad. de: Susana Alexandria. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KASEKER, Mônica Panis. **Modos de ouvir: a escuta do rádio ao longo de três gerações**. Curitiba: Champagnat, 2012.

KLÖCKNER, Luciano. **O repórter Esso: a síntese radiofônica mundial que fez História**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2011a.

_____. **Nova retórica e rádio informativo: estudo das programações das emissoras TSF-Portugal e CBN-Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2011b.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Editora UEMA, 2008.

_____. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís, 2012.

LESBOS, Safo de. **Hino a Afrodite e outros poemas**. Org: Giuliana Ragusa. São Paulo: Hedra, 2011.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Mediação e recepção**. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. São Paulo: **Matrizes**, v. 8. nº 1, p.65-80, jan/jun. 2014.

_____. **O rádio dos pobres: comunicação de massa, ideologia e marginalidade social**. São Paulo: Loyola, 1983.

_____. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

MARANINI, Nicolau. As transformações do AM: perspectiva da programação frente à concorrência do FM. In: MOREIRA, Sonia Virgínia; DEL BIANCO, Nélia R. **Desafios do rádio no século XXI**. São Paulo: Intercom; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. de: Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. **Ofício de cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Trad. de: Fidelina González. São Paulo: Loyola, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. de: Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Cortez, 1998.

MATTELART, Armand e Michele. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 1999.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** Trad. de: Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1969.

_____. **A Galáxia de Gutenberg.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação:** teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: Insular, 2007.

_____. Rudolph Arnheim e o potencial expressivo do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio:** textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

MEDITSCH, Eduardo; BETTI, Juliana Gobbi. **O formato all-news no rádio brasileiro:** importação, estranhamento e adaptação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 6., 2008, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

MENEZES, José Eugênio de Oliveira. **Rádio e cidade:** vínculos sonoros. São Paulo: Annablume, 2007.

MEYER, Michel. As bases da retórica. In: CASCARDI, Anthony; HINTIKKA, Jaakko; PORCHAT, Oswaldo et al. **Retórica e comunicação.** Trad. de: Fernando Martinho. Porto: Asa, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORAES, Dênis de. Hegemonia cultural, comunicação e poder: notas sobre a contribuição gramsciana. In: BRITTOS, Valério Cruz (org). **Economia política da comunicação:** estratégias e desafios no capitalismo global. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

MOREIRA, Sonia Virginia; BIANCO, Nelia Rodrigues Del. **Rádio no Brasil:** tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, D.F.: UnB, 1999.

MORELLI, Rita de Cássia Lahoz. **Indústria fonográfica:** um estudo antropológico. Campinas: Unicamp, 2009.

MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação & Política**, vol. 1, n. 1, p. 89-115, ago./nov. 1994.

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. **O mito no rádio: a voz e os signos de renovação periódica.** São Paulo: Annablume, 1993.

OLIVEIRA, Arthur Henrique Bezerra de. **Arthur Henrique Bezerra de Oliveira:** depoimento [nov. 2013]. Entrevistador: Ed Wilson Ferreira Araújo. São Luís, 2013. áudio digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutorado O Rádio Tece a Cidade (UFMA/PUCRS).

ONG, Walter. Trad. de: Enid Abreu Dobrânszky. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra.** Campinas: Papyrus, 1998.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Summus, 1985.

_____. Ok, marcianos, vocês venceram! In: MEDITSCH, Eduardo (Org.) **Rádio e Pânico: A Guerra dos Mundos, 60 anos depois.** Florianópolis: Insular, 1998.

_____. **Rádio: interatividade entre rosas e espinhos.** (Revista Novos Olhares: Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos. Universidade de São Paulo. Ano 7. Número 13. 2004.

PELLEGRINI, Paulo. As rádios FM de São Luís no cenário de desmaterialização da música. **Cambiassu**, São Luís, v.15, n.16, p. 77-93, jan./jun. 2015.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação:** pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: INTERCOM (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. XVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte: 2003.

PINHEIRO, Silvan Alves. **Silvan Alves Pinheiro:** depoimento [ago. 2015]. Entrevistador: Ed Wilson Ferreira Araújo. São Luís, 2015. áudio digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutorado O Rádio Tece a Cidade (UFMA/PUCRS).

PRATA, Nair. **A fidelidade do ouvinte de rádio.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 25., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: INTERCOM, 2002.

_____. **Webrádio: novos gêneros, novas formas de interação.** Florianópolis: Insular, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013) Perfil municipal: São Luis, MA. Base de dados: Atlas do desenvolvimento humano do Brasil 2013. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-luis_ma. Accessed 2015 Nov 28.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva.** São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983. Série: Textos, 4. 2.ed.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, Roberto Fernandes da. **Roberto Fernandes da Silva**: depoimento [mai. 2015]. Entrevistador: Ed Wilson Ferreira Araújo. São Luís, 2015. áudio digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutorado O Rádio Tece a Cidade (UFMA/PUCRS).
- TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petropolis, RJ: Vozes, 2005.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998.
- VIEIRA, Antônio. **Sermão da quinta domingo da quaresma**. São Paulo: Edameris, 1965. v. 1.
- _____. **Sermões do Padre Antônio Vieira**. Seleção, introdução e notas: Homero Vizeu Araújo. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. **A linguagem do rádio: estratégias verbais do comunicador**. Catanduva, SP: Respel, 2006.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.
- ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. As transformações da notícia de rádio na fase pós-televisão. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 1. n. 1. p. 34-45. 1. Jan.-Jun. 2004.
- _____. Debatendo com Brecht e sua teoria do rádio. In: MEDITSHC, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OUVINTES DE RÁDIO AM

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome completo: _____

Nome de identificação como ouvinte: _____

Endereço completo: _____

Telefones: _____ Email: _____

Data de nascimento: _____ Idade: _____ anos

Escolaridade: _____ Profissão: _____

II – PERGUNTAS SOBRE PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES

1 – Que idade você tinha quando começou a ouvir programas de rádio?

2 – Qual (is) era(m) o(s) programas?

3 – Alguém em sua casa, família, escola, grupo de amigos ou trabalho costumava escutar esses ou outros programas de rádio?

4 – O que fez com que você se interessasse por esses programas?

5 – Há quanto tempo você escuta rádio AM?

6 – Desde quando você passou a escutar esses programas jornalísticos nos formatos que estão hoje, com apresentador no estúdio, repórteres percorrendo as ruas da cidade e algumas rádios com repórteres na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa?

7 – E o que motiva você a participar desses programas jornalísticos das rádios AM?

8 – Que temas, situações ou problemas motivam você participar desses programas?

9 – Qual (is) é (são) esse(s) programas jornalísticos?

10 – A partir de que horas você começa a ouvir esses programas?

11 – Quantas horas por dia você ouve esses programas?

12 – Como você participa?

() Falando ao vivo por telefone () Enviando SMS () Pela internet

() Outros: _____

13 – Quantas vezes por dia você participa?

- 14 – No mesmo programa ou em programas diferentes?
- 15 – Antes de telefonar, você escreve o que vai falar?
- 16 – Que situações que você gostaria de comentar nas rádios AM, mas não se sente à vontade?
- 17 – Já houve situações em que um problema ou assunto colocado por você em uma emissora foi resolvido pela prefeitura, governo do estado, Ministério Público ou companhias privadas?
- 18 – Quando você participa de um programa e fala sobre um assunto, é mais comum o apresentador concordar, discordar ou não comentar?
- 19 – Quais assuntos tratados por você já resultaram em reportagem nas rádios que você participa?
- 20 – Já houve período de você ter parado de escutar esses programas? Por quê?
- 21 – Como você analisa a participação dos ouvintes nos programas de rádio?
- 22 – Você tem preferência por alguma rádio AM? (não citar)
- () Educadora () Mirante () Difusora () Timbira () Capital () São Luís
- 23 – Você já foi vetado ou censurado em alguma emissora?
- 24 – Você conhece os apresentadores pessoalmente ou costuma ir aos estúdios ou encontrá-los em outros lugares?
- 25 – Você já foi intimidado ou ameaçado pelo que falou nesses programas? Qual foi o assunto?
- 26 – Você participa de alguma associação, sindicato, movimentos sociais ou algum outro grupo organizado?
- 27 – É filiado a algum partido político? Já foi candidato a algum cargo como vereador, deputado, senador e outros?
- 28 – Você conhece a SOMAR? O que você sabe sobre ela?
- 29 – Qual o significado do rádio para você?
- 30 – O fato de participar constantemente dos programas de rádio AM torna você uma pessoa conhecida e que representa a sua comunidade ou bairro onde mora?
- 31 – Você quer acrescentar algo que não foi perguntado e acha importante?

III – OBSERVAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA APRESENTADORES DE RÁDIO AM

Nome completo: _____

Nome de identificação como apresentador: _____

Nome do programa: _____

Telefones: _____

Email: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Escolaridade: _____

Outra profissão: _____

Tempo de trabalho na área de comunicação: _____

Tempo de trabalho no rádio: _____

Tempo de trabalho no rádio AM: _____

Tempo de trabalho em programas jornalísticos com participação do ouvinte : _____

PERGUNTAS

- 1) Como e quando você começou a trabalhar em rádio AM?
- 2) Qual a importância dos programas jornalísticos de rádio AM no cenário da mídia contemporânea no Maranhão?
- 3) Qual é o papel social do apresentador de programa jornalístico de rádio?
- 4) Você considera o apresentador de programa jornalístico de rádio AM um representante da comunidade?
- 5) Já ocorreram situações em que uma reivindicação ou cobrança sua, durante um programa, gerou providências por parte dos gestores públicos, privados, Justiça ou Ministério Público?
- 6) O ouvinte vê o apresentador como alguém que o representa? Por quê?
- 7) Nesses programas é comum a participação da audiência. Quem são esses ouvintes e qual o papel deles?
- 8) O que você acha que motiva um ouvinte a participar dos programas de rádio AM?

- 9) Como você classificaria os ouvintes de rádio AM que telefonam para os programas? Quanto à frequência de ligações, temas abordados, enfoques, posicionamento sobre os problemas etc? Existem denominações para os diferentes tipos de ouvintes?
- 10) Durante a apresentação de um programa, quem tem o controle sobre as informações e as opiniões: os apresentadores ou os ouvintes?
- 11) Você já vivenciou situações em que os ouvintes superaram a sua função de apresentador?
- 12) Até onde vai a força ou o poder dos ouvintes durante um programa de rádio?
- 13) Como você classifica esses ouvintes que escutam os programas e participam por telefone, SMS e pelas redes sociais? Tem algum nome especial para esses ouvintes convencionais que interagem com os programas?
- 14) Você identifica os ouvintes logo nas primeiras palavras quando ele fala ao telefonar?
- 15) Como, de que forma, você consegue identificar determinados ouvintes logo nas primeiras palavras?
- 16) Você conhece os ouvintes pessoalmente? Eles costumam vir às emissoras ou você vai ao encontro deles? Vocês costumam conversar por telefone ou pessoalmente em off, fora do horário de trabalho?
- 17) Qual é o nível de importância dos ouvintes nos programas jornalísticos do rádio AM?
- 18) Quando surgiram os programas com participação do ouvinte nas emissoras de São Luís? Em qual emissora?
- 19) O que você espera dos ouvintes?
- 20) Você já foi surpreendido por participações de ouvintes que vão contra a linha editorial da emissora onde você apresenta ou apresentou programa?
- 21) Você considera que o ouvinte colabora com a produção de conteúdo nos programas? Como? De que forma?
- 22) Existem ouvintes que utilizam os programas de rádio para se projetarem politicamente?
- 23) Existem restrições por parte direção da emissora à participação dos ouvintes?
- 24) Já houve casos concretos, durante o programa que você apresenta, de ouvintes terem sido censurados ou cerceados?
- 25) Quais as formas de participação do ouvinte mais frequentes no programa que você apresenta: () fala ao vivo por telefone () SMS (mensagem de celular) () Internet
- 25) Que tipo de ferramenta você prefere?

26) O programa que você apresenta tem perfil em alguma rede social ou você recebe as mensagens do ouvinte na sua página pessoal?

27) Quais as ferramentas de Internet que você utiliza para possibilitar a participação do ouvinte? () MSN () Facebook () Twitter

28) Você considera que esses programas jornalísticos com participação dos ouvintes são democráticos? Por quê?

29) Você conhece uma entidade chamada Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (SOMAR)? O que você sabe sobre ela?

30) Faça suas considerações finais.

III – OBSERVAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (OUVINTES)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ENTREVISTA COM OUVINTES DE RÁDIO AM

NOME DA PESQUISA: O RÁDIO TECE A CIDADE: A PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES NOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS DAS EMISSORAS AM EM SÃO LUÍS.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Professor Mestre Ed Wilson Ferreira Araújo

TELEFONES PARA CONTATO: (98) 987085509 / (98) 982230186

PATROCINADORES FINANCEIROS DA PESQUISA: não há.

OBJETIVOS DA PESQUISA:

Sou professor do curso de Comunicação Social e pesquisador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e estou realizando uma pesquisa para entender os mecanismos de participação dos ouvintes dos programas jornalísticos de rádio AM em São Luís. Para isso, preciso entrevistar ouvintes habituais dessas rádios. Convido você a participar desta pesquisa e peço sua autorização.

Este é um formulário de consentimento que fornece informações sobre a pesquisa. Se concordar em ser entrevistado, você deverá assinar este formulário.

Antes de conhecer a pesquisa, é importante saber o seguinte:

- Você está participando voluntariamente. Não é obrigatório participar da pesquisa.
- Você pode desistir de participar a qualquer momento.

Esta pesquisa está sendo conduzida com ouvintes habituais de programas jornalísticos de rádios AM.

O QUE DEVO FAZER PARA PARTICIPAR DESTA PESQUISA?

Se você concordar em participar desta pesquisa, você responderá perguntas sobre dados de sua vida, tempo e motivos que levaram a escutar programas de rádio AM, preferência por programas e apresentadores, assuntos tratados, frequência nas suas participações e resultados obtidos a partir das suas intervenções nos programas.

Questionário:

A. Você vai responder a um questionário contendo diversas perguntas. Perguntarei sobre sua participação nos programas, considerando os detalhes do item acima.

QUAIS SÃO OS RISCOS DA PESQUISA?

Não há riscos pela participação. Você poderá inclusive mudar algum trecho da entrevista ou excluí-lo, se o desejar.

HÁ VANTAGENS EM PARTICIPAR DESTA PESQUISA?

Através da pesquisa podemos revelar os interesses e motivações que levam os ouvintes a participarem dos programas e estimular as emissoras de rádio a direcionarem a programação aos interesses dos ouvintes.

E A CONFIDENCIALIDADE?

Todos os registros relacionados a você permanecerão confidenciais. Você será identificado por um código e suas informações pessoais não serão divulgadas sem sua autorização. No caso de publicação deste estudo, não serão utilizados seus nomes ou qualquer dado que os identifiquem.

Se você achar que poderá ser identificado em algum trecho da entrevista e decidir retirá-lo, será feito.

As pessoas que podem examinar seus registros são: o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão** e o **pesquisador Ed Wilson Ferreira Araujo**.

O QUE FAÇO EM CASO DE DÚVIDAS OU PROBLEMAS?

Para solucionar dúvidas relativas a este estudo, entre em contato com Ed Wilson Ferreira Araujo nos telefones (98) 98708 5509 e 98223 0186 ou no endereço: avenida dos Portugueses, s/n, Campus do Bacanga, Departamento de Comunicação Social – São Luís (MA).

Para obter informações sobre seus direitos, entre em contato com o Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão, no telefone 2109-1250.

Se você entendeu a explicação e concorda voluntariamente em ser entrevistado, por favor, assine abaixo. Uma via ficará com você e a outra com o pesquisador responsável.

Agradeço muito a sua colaboração.

PÁGINA DE ASSINATURAS

Nome do voluntário: _____

Assinatura do voluntário: _____

Data: ____/____/____

Nome do Pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Data: ____/____/____

Nome da Testemunha: _____

Assinatura da Testemunha: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (APRESENTADORES)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ENTREVISTA COM APRESENTADORES DE RÁDIO AM

NOME DA PESQUISA: O RÁDIO TECE A CIDADE: A PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES NOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS DAS EMISSORAS AM EM SÃO LUÍS.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Professor Mestre Ed Wilson Ferreira Araújo

TELEFONES PARA CONTATO: (98) 87085509 / (98) 82230186

PATROCINADORES FINANCEIROS DA PESQUISA: não há.

OBJETIVOS DA PESQUISA:

Sou professor do curso de Comunicação Social e pesquisador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e estou realizando uma pesquisa para entender os mecanismos de participação dos ouvintes dos programas jornalísticos de rádio AM de São Luís. Para isso, preciso entrevistar os apresentadores dos programas nos quais os ouvintes participam. Convido você a colaborar nesta pesquisa e peço sua autorização.

Este é um formulário de consentimento que fornece informações sobre a pesquisa. Se concordar em ser entrevistado, você deverá assinar este formulário.

Antes de conhecer a pesquisa, é importante saber o seguinte:

- Você está participando voluntariamente. Não é obrigatório participar da pesquisa.
- Você pode desistir de participar a qualquer momento.

Esta pesquisa está sendo conduzida com apresentadores habituais de programas jornalísticos de rádios AM.

O QUE DEVO FAZER PARA PARTICIPAR DESTA PESQUISA?

Se você concordar em participar desta pesquisa, você responderá perguntas sobre dados de sua vida, tempo e motivos que o levaram a apresentar programas de rádio AM, a função social do apresentador, preferência por estilo de apresentação nos programas, atuação do profissional de rádio nos programas jornalísticos, assuntos tratados, relação com os ouvintes e resultados obtidos a partir das suas intervenções nos programas. Você será questionado, especialmente, sobre a participação dos ouvintes no programa que você apresenta e de que forma a audiência atua junto aos apresentadores.

Questionário:

A. Você vai responder a um questionário contendo diversas perguntas. Perguntarei sobre sua participação nos programas, considerando os detalhes do item acima.

QUAIS SÃO OS RISCOS DA PESQUISA?

Não há riscos pela participação. Você poderá inclusive mudar algum trecho da entrevista ou excluí-lo, se o desejar.

HÁ VANTAGENS EM PARTICIPAR DESTA PESQUISA?

Através da pesquisa podemos revelar os interesses e motivações que levam os apresentadores a interagir com os ouvintes e estimular as emissoras de rádio a direcionarem a programação aos interesses dos ouvintes.

E A CONFIDENCIALIDADE?

Todos os registros relacionados a você permanecerão confidenciais. Você será identificado por um código e suas informações pessoais não serão divulgadas sem sua autorização. No caso de publicação deste estudo, não serão utilizados seus nomes ou qualquer dado que os identifiquem.

Se você achar que poderá ser identificado em algum trecho da entrevista e decidir retirá-lo, será feito.

As pessoas que podem examinar seus registros são: o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão** e o pesquisador **Ed Wilson Ferreira Araujo**.

O QUE FAÇO EM CASO DE DÚVIDAS OU PROBLEMAS?

Para solucionar dúvidas relativas a este estudo, entre em contato com Ed Wilson Ferreira Araujo nos telefones (98) 8708 5509 e 8223 0186 ou no endereço: avenida dos Portugueses, s/n, Campus do Bacanga, Departamento de Comunicação Social – São Luís (MA).

Para obter informações sobre seus direitos, entre em contato com o Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão, no telefone 2109-1250.

Se você entendeu a explicação e concorda voluntariamente em ser entrevistado, por favor, assine abaixo. Uma via ficará com você e a outra com o pesquisador responsável.

Agradeço muito a sua colaboração.

PÁGINA DE ASSINATURAS

Nome do voluntário: _____

Assinatura do voluntário: _____

Data: ____/____/____

Nome do Pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Data: ____/____/____

Nome da Testemunha: _____

Assinatura da Testemunha: _____

Data: ____/____/____

ANEXO A – Mapa noturno de Martín-Barbero